

Universidade Federal de Minas Gerais

Departamento de Geografia

Raquel Faria Scalco

DESAFIOS, PARADOXOS E COMPLEXIDADE NA GESTÃO DO MOSAICO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
CACHOEIRA DAS ANDORINHAS – OURO PRETO/MG

Minas Gerais – Brasil

Janeiro de 2009.

Raquel Faria Scalco

DESAFIOS, PARADOXOS E COMPLEXIDADE NA GESTÃO DO MOSAICO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
CACHOEIRA DAS ANDORINHAS – OURO PRETO/MG

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
do Departamento de
Geografia da Universidade
Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre
em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental

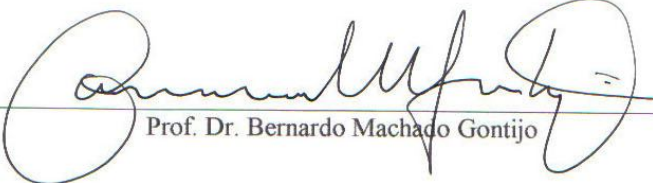
Orientador: Prof. Bernardo Machado Gontijo.

Belo Horizonte.

Departamento de Geografia da UFMG

2009.

Dissertação defendida e aprovada, em 26 de janeiro de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo



Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa



Dra. Regina Maria de Fátima Carvargos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar força para realizar meus sonhos.

Agradeço também aos meus pais, Gildo e Vitória, pelo exemplo de vida, de luta, de dedicação e de busca por novos conhecimentos.

Agradeço ao Elton, meu grande amor, por estar sempre ao meu lado e entender minhas ausências.

À minha irmã, Mariana, e aos amigos pelos momentos de descontração e por sempre acreditarem em mim.

Ao meu orientador, Prof. Bernardo, pelas colaborações, pelos debates e pelos desafios que juntos enfrentamos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, especialmente à prof. Heloísa Costa, prof. Doralice Pereira e prof. Antônio Magalhães, por todos os conhecimentos e experiências compartilhados.

A todos os entrevistados nesta pesquisa, em especial ao Roninho, que desde o início me apoiou e colaborou com o que foi possível para que esta pesquisa se tornasse realidade.

À Grazielle, à Josefa e ao Luis Fernando que contribuíram com o tratamento gráfico dos mapas aqui apresentados.

À Maria Viana pela amizade de sempre e por se prontificar a fazer a correção deste trabalho.

A todos os funcionários do IGC, em especial à Paula, pela competência e seriedade com que executa seu trabalho.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MOSAICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS	26
1.1 - Contexto Regional	26
1.2 - Aspectos Geográficos	36
1.3 - Aspectos Históricos e Socioeconômicos	55
CAPÍTULO 2 – O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A REALIDADE DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS	68
2.1 - A criação das Primeiras Áreas Protegidas e o Surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	68
2.2 - O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e suas Categorias de Manejo	75
2.2.1 - Áreas de Proteção Ambiental	78
2.2.1.1 - A Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeiras das Andorinhas	83
2.2.2 – Florestas Protegidas (Nacionais, Estaduais, Municipais)	88
2.2.2.1 – A Floresta Estadual do Uaimii	90
2.2.3 – Os Parques	96
2.2.3.1 – O Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas	98
2.2.4 – A Fazenda da Brígida – área protegida mantida pela UFOP	101
CAPÍTULO 3 – INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DO MOSAICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS	106
3.1 – O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas ---	111
3.2 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto - CODEMA-OP	118

3.3 – O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas	125
CAPÍTULO 4 – PARADOXOS E COMPLEXIDADE NA GESTÃO DO MOSAICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS-	114
4.1 – Aplicabilidade e Limitações Impostas pela Legislação Ambiental e Política de Tombamento	145
4.2 – Proteção Ambiental X Alternativas de Renda	155
4.3 – O Uso da Lenha – Preservação ou Manejo?	159
4.4 – A Gestão dos Recursos Hídricos e a sua Escassez em Área de Abundância de Nascentes	168
4.5 – A Cultura do Extrativismo Mineral e os Impactos Decorrentes desta Atividade	176
4.6 – Comunidade Residente, Comunidade de Entorno e Conflitos Fundiários	183
4.7 – O Turismo e a Chegada dos Forasteiros	191
4.8 – Os Instrumentos de Gestão do Mosaico da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – teoria ou prática?	196
4.9 – Multidimensionalidade e Complexidade dos Fenômenos Retro-interacionais	207
CONCLUSÃO	210
REFERÊNCIAS	222

RESUMO

O objeto de estudo da presente pesquisa é o mosaico de unidades de conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas, localizado em de Ouro Preto (MG). Este mosaico inclui, além da APA, outras três categorias de manejo de áreas protegidas – a Floresta do Uaimii, o Parque Cachoeira das Andorinhas e a Fazenda da Brígida – e foi analisado, nesta pesquisa, como um sistema complexo e multidimensional. O principal objetivo deste trabalho foi entender as relações sociais de produção e utilização dos recursos naturais e as contradições que dizem respeito à sua conservação. Foi também objetivo deste trabalho pesquisar as implicações da criação e gestão do mosaico no modo de vida das comunidades que moram no seu interior. Para tanto, a metodologia adotada foi pesquisa qualitativa, com coleta de dados primários e secundários, com a utilização de diferentes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; pesquisa de gabinete; trabalhos de campo; leitura e análise de atas de fóruns de participação; entrevistas semi-estruturadas com agentes envolvidos na gestão do mosaico da APA; e observação possibilitada pela participação em eventos locais. Desta forma, foi possível identificar e analisar alguns paradoxos e contradições na gestão deste mosaico, de forma a ressaltar a complexidade implícita na gestão de unidades de conservação, principalmente no que se refere à relação entre necessidade de conservação dos recursos naturais e as demandas das comunidades locais. Destaca-se que a criação das unidades de conservação, bem como outras leis ambientais incidentes na área, são importantes para a conservação dos recursos naturais, porém, coíbem a realização de diversas atividades tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade até então. Os paradoxos e as contradições próprios da gestão de realidades complexas foram identificados, analisados, agrupados em temas e descritos por meio do que se convencionou chamar de fenômenos retro-interacionais. Esses fenômenos são assim denominados por estarem intrinsecamente relacionados, em constante interação e retro-alimentação, não sendo possível o seu entendimento de forma fragmentada, isolada da realidade complexa que o circunda. Desta forma, foi feita uma análise crítica e reflexiva sobre o mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas, verificando a adequação de seus instrumentos de gestão e identificando as contradições e os paradoxos da gestão deste mosaico.

Palavras-chaves: Unidades de Conservação, Complexidade; Mosaico; APA Cachoeira das Andorinhas; Paradoxos.

ABSTRACT

The object of this research is the mosaic of protected areas from the Environmental Protection Area 'Cachoeira das Andorinhas', localized in Ouro Preto (MG). This mosaic includes, besides de Environmental Protection Area, others three protected areas management categories – the Forest 'Uaimii', the Park 'Cachoeira das Andorinhas' and the Farm 'Brígida' – and was analyzed as a complex and multidimensional system. The main purpose of this research was to understand the social relations of production and utilization of natural resources and the contradictions related to its conservation. It was also object of this research to investigate the implications of the creation and management of the mosaic in the way of living of the communities that live there. It was adopted the qualitative analysis as a strategy of research, with collection of primary and secondary data and with the utilization of different methodological proceedings: bibliographic research, cabinet research, field works, analysis of the proceedings from the forums, semi-structured interviews with agents that are involved in the management of the mosaic and observations enabled by the participation in local events. It was possible to identify and to analyze some paradoxes and contradictions in the management of this mosaic, turning evident the implicit complexity that is present in the management of the protected areas, principally connected to the relation between necessity of natural resources' conservation and the local communities' demands. The creation of protected areas, as well as others environmental laws present in the area, are important to the natural resources' conservation, however, they retrain the realization of different activities that are traditionally developed by the community. The paradoxes and contradictions intrinsic on the management of complex realities were identified, analyzed, arranged in themes and described through what was called retro-interactive phenomenons. These phenomenons are denominated like this because they are intrinsically related, in constant interaction and retro-alimentation. It is not possible their comprehension in a fragmented way, isolated from the complex realities that surrounds them. Therefore, it was made a critical and reflexive analysis about the mosaic from the Environmental Protection Area 'Cachoeira das Andorinhas', verifying the suitability of its instruments of management and identifying the contradictions and paradoxes from the management of this mosaic.

Key-words: protected areas, complexity, mosaic, Environmental Protection Area 'Cachoeira das Andorinhas', paradoxes.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de Localização da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 2 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
- Figura 3 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação do Quadrilátero Ferrífero
- Figura 4 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação de Ouro Preto
- Figura 5 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 6 – Mapa de hidrografia da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 7 – Mapa de distribuição espacial da vegetação na APA das Andorinhas
- Figura 8 – Foto de antiga área de mata, substituída por pasto e, agora, sendo substituída por samambaiçu
- Figura 9 – Foto de vegetação em estágio de regeneração
- Figura 10 – Vista parcial da Floresta Estadual do Uaimii com Floresta Estacional Semidecidual Montana. Nota-se a presença de Embaúbas, revelando o caráter secundário da mata.
- Figura 11 – Foto de área de plantação de eucalipto
- Figura 12 – Foto de área de plantação de eucalipto
- Figura 13 – Mapa hipsométrico da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 14 – Mapa de declividade da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 15 – Mapa de geomorfologia da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 16 – Mapa de fitofisiografia e tipos de solos da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 17 – Esboço geológico do Quadrilátero Ferrífero, com destaque para a área da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 18 – Mapa de geologia da APA Cachoeira das Andorinhas
- Figura 19 – Foto dos Doces de São Bartolomeu
- Figura 20 – Foto dos Doces de São Bartolomeu
- Figura 21 – Foto do Casario Colonial da Rua do Carmo
- Figura 22 – Foto da Igreja Matriz de São Bartolomeu
- Figura 23 – Detalhe do sino de madeira da Igreja
- Figura 24 – Foto da Procissão durante a festa de São Bartolomeu
- Figura 25 – Foto da Rua do Carmo enfeitada para a festa
- Figura 26 – Foto da parte profana da festa de São Bartolomeu
- Figura 27 – Foto com o lixo gerado, após a festa de São Bartolomeu
- Figura 28 – Mapa dos povoados no interior da APA
- Figura 29 – Foto da Cachoeira Macaco Doido
- Figura 30 – Foto de Canyonismo cachoeira Brás-Gomes
- Figura 31 – Foto dos pocinhos do Rio das Velhas e, ao fundo, o distrito de São Bartolomeu
- Figura 32 – Foto do Marco da Estrada Real - Trilha do Chafariz
- Figura 33 – Foto do Chafariz Dom Rodrigo, construído em 1732
- Figura 34 – Foto da Mata Atlântica com a pedra do chafariz ao fundo, com vias para escalada
- Figura 35 – Foto de escalada na pedra do Chafariz
- Figura 36 – Foto da Cachoeira de Brás-Gomes
- Figura 37 – Foto Cachoeira da Ajuda
- Figura 38 – Foto das obras de infra-estrutura do Parque
- Figura 39 – Foto de pessoas praticando rapel na Pedra do Jacaré

Figura 40 – Foto da Cachoeira Véu da Noiva
Figura 41 – Foto da sede da Fazenda da Brígida
Figura 42 – Foto da sede da Fazenda da Brígida
Figura 43 – Multidimensionalidade da gestão de APAs
Figura 44 – Fenômenos retro-interacionais da gestão do Mosaico de UCs da APA Cachoeira das Andorinhas
Figura 45 – Foto das margens desmatadas do Rio das Velhas
Figura 46 – Foto do local próximo às nascentes, no Morro São João
Figura 47 – Foto de campo de cultivo, em local de Floresta Estacional Semidecidual Montana
Figura 48 – Foto de madeira apreendida
Figura 49 – Foto de tropa de burro do Morro de São Sebastião
Figura 50 – Mapa das áreas queimadas em Ouro Preto, em 2007
Figura 51 – Foto de animais de criação dentro do Parque
Figura 52 – Foto de animais de criação pastando no Parque
Figura 53 – Foto da caixa d’água e caminhão pipa utilizados no abastecimento das residências
Figura 54 – Foto da caixa d’água no Morro São Sebastião
Figura 55 – Foto da Placa das obras de ampliação do sistema de abastecimento de água.
Figura 56 – Foto de lançamento de esgoto *in natura* – Distrito de São Bartolomeu
Figura 57 – Foto do local onde está sendo implantada a 1º ETE do Rio das Velhas – Distrito de São Bartolomeu.
Figura 58 – Foto da planície de inundação do Rio das Velhas, sem mata ciliar e com o terraço fluvial revolvido – São Bartolomeu
Figura 59 – Foto da Mina de Timbopeba
Figura 60 – Foto da Mina de Capanema
Figura 61 – Foto da Mina de Capanema
Figura 62 – Foto da área de extração de bauxita na Fazenda da Brígida
Figura 63 – Foto da área de extração de quartzito
Figura 64 – Foto do detalhe da extração de quartzito
Figura 65 – Foto do assoreamento do Rio das Velhas, em função da pedreira de quartzito
Figura 66 – Foto da Cachoeira das Andorinhas
Figura 67 – Foto do mapa com o novo formato da Floresta do Uaimii
Figura 68 – Foto da Cachoeira de São Bartolomeu
Figura 69 – Foto da gruta de São Bartolomeu, ao lado da Cachoeira
Figura 70 – Foto da entrada do Condomínio Campo Grande
Figura 71 – Foto do Hotel Fazenda Boa Vista
Figura 72 – Mapa do Zoneamento Ecológico Econômico da APA Cachoeira das Andorinhas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fitofisiografia e tipo de solos da APA Cachoeira das Andorinhas
Tabela 2 – Categorias de manejo de áreas protegidas propostas pela IUCN, em 1994
Tabela 3 – Detalhamento do SNUC por grupo de manejo, jurisdição e condição geográfica

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População do distrito de São Bartolomeu – 1940 a 2000

Gráfico 2 – Valor cumulativo para o número e a área ocupada pelas UCs no período de 1962 a 2003

LISTA DE SIGLAS

ACAAM – Associação Comunitária dos Artesões e Agrícola de Maciel
ADECOSB – Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu
AGB Peixe Vivo – Associação de Usuários Pró-Gestão da Água da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Proteção Permanente
CBH Velhas – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
COMBIO – Congresso Mineiro de Biodiversidade
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DIPUC – Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação
DNPM – Departamento Nacional de Pesquisas Minerárias
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMOP – Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto
FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente
FHIDRO – Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais
FLONA – Floresta Nacional
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
G7 – Grupo dos 7 países mais ricos do mundo
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INP – Instituto Nacional do Pinho
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN – International Union for Conservation of Nature
KFW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (banco Alemão)
MAB – Programa Intergovernamental “Man and Biospher”
ONG – Organização não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCH – Pequena Central Hidrelétrica
PROMATA – Projeto de Proteção da Mata Atlântica
PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Nacional
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAD – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento
SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNESCO – United Nation Educacional, Scientific and Cultural Organization
VDL – Valadares Diesel LTDA
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

INTRODUÇÃO

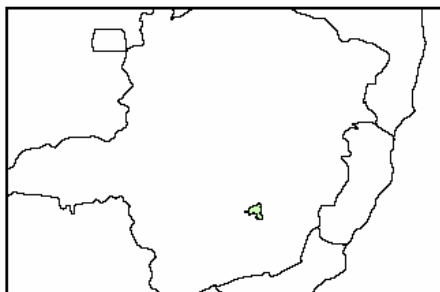
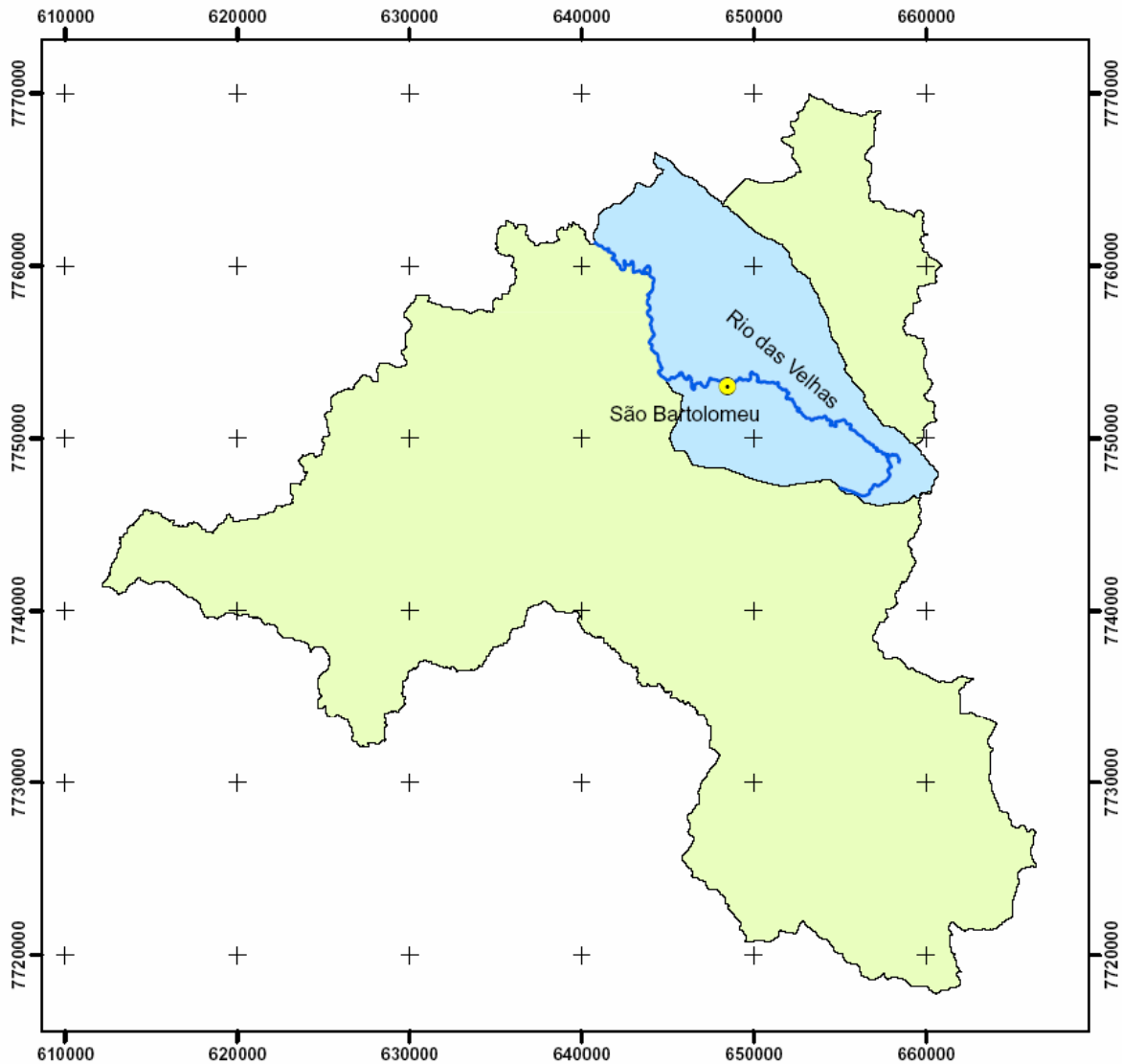
A Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Cachoeira das Andorinhas está situada a nordeste do município de Ouro Preto / MG (como pode ser observado na figura 1). Distante aproximadamente 100km de Belo Horizonte, seus limites correspondem ao do Distrito de São Bartolomeu e parte do bairro Morro de São Sebastião, no distrito sede.

A criação desta APA se deu devido à necessidade de se proteger as cabeceiras de um dos rios mais importantes de Minas Gerais, o Rio das Velhas, que tem sua nascente principal próximo à Cachoeira das Andorinhas, no interior da APA. A necessidade de conservação dessa região se deve também ao fato de que as águas desse rio contribuem para a captação de água do sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, a região constitui patrimônio natural e cultural de grande importância e sua conservação contribui para manter as condições ecológicas locais e preservar a biota regional.

Na APA está situado um importante divisor de águas, a Serra Geral, onde estão as cristas mais elevadas, apresentando altitudes de até 1.754m. O relevo acidentado das serras vai cedendo espaço para formas onduladas, até chegar à planície fluvial do Rio das Velhas, com altitudes em torno de 920m. A APA abriga um expressivo e contínuo conjunto do bioma da Mata Atlântica, nas partes mais baixas e nas encostas das serras; e campos rupestres, nas partes altas. (IEF/UVF, 2005b).

No interior da APA estão localizadas outras áreas protegidas que precisam ser consideradas no seu processo de gestão: o Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas, a Floresta Estadual do Uaimii e a Fazenda da Brígida (área protegida da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto). A APA e a Floresta são gerenciadas pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas) e possuem, atualmente, um conselho consultivo conjunto. O Parque é administrado pela Secretária de Meio Ambiente de Ouro Preto e ainda não possui conselho gestor, mas a idéia é que o CODEMA-OP (Conselho de Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto) assumira esta função. A Fazenda da Brígida, por sua vez, é administrada pela UFOP. O ideal seria que essas UCs (Unidades de Conservação) fossem geridas de forma conjunta, por meio de um conselho do mosaico. Porém, a vinculação da gestão a instituições diversas dificulta a implementação desta proposta, sobretudo pela falta de diálogo entre os diferentes níveis de governo.

Localização Geográfica da APA Cachoeira das Andorinhas - Ouro Preto - MG



Localização

- São Bartolomeu
- ~ Rio das Velhas
- APA Cachoeira das Andorinhas
- Limite municipal de Ouro Preto

Sistema de Projeções Cartográficas: UTM/SAD69

Fonte dos dados: IEF/UFV - Projeto de Zoneamento ecológico-econômico da APA das Andorinhas/2006.

Data de publicação: Marco/2008

0 3.5 7 14 21 Km

Escala: 1:50.000



Figura 1 – Mapa de Localização da APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte: IEF/UF, 2006

Outro fator que impulsionou a criação da APA foi a exploração mineral, tradicional na região. Essa prática desempenhou um papel importante na ocupação e no desenvolvimento econômico no alto Rio das Velhas, no entanto, causou grande degradação ambiental.

Percebe-se que o local, apesar da criação de mecanismos de proteção, é constantemente ameaçado por processos antrópicos, que remetem à história e cultura tradicionais, tornando-se necessária uma análise dos processos históricos de formação social e suas relações com a natureza.

No final do século XVII, os bandeirantes partiram de Sabará com intuito de encontrar jazidas de ouro e de outras pedras preciosas às margens do Rio das Velhas. Ao encontrar ouro no leito desse rio, na região próxima a Ouro Preto, os bandeirantes espalharam-se em suas margens, dando origem a pequenos aglomerados.

O povoado de São Bartolomeu foi fundado nesse período, sendo um importante centro minerador do século XVIII. Com o crescimento de Vila Rica (atual Ouro Preto) surgiu uma grande demanda por produtos agropecuários que passaram a ser produzidos na região. Essas duas atividades deixaram suas marcas de degradação, tendo contribuído para o início de um processo cultural de utilização insustentável dos recursos naturais. (RAYEL, 2001, p.13)

Posteriormente, a produção de carvão vegetal e a exploração mineral de quartzito e bauxita contribuíram, ainda mais, para a degradação ambiental, principalmente no que diz respeito ao desmatamento da Mata Atlântica.

Atualmente, a população sobrevive basicamente da pecuária e agricultura familiar, produção de doces, artesanato e, em menor escala, da extração de espécies vegetais. Observa-se, porém, uma crise social, característica da maioria das zonas rurais brasileiras, com forte êxodo rural, conseqüência da falta de oportunidade que se verifica nessas regiões. Tal crise é ainda mais agravada pela existência da Lei da Mata Atlântica, que proíbe o corte raso da vegetação; pelo fato de a Constituição Federal considerá-la Patrimônio Nacional; e, ainda, pela existência de um mosaico de unidades de conservação na região. Esses fatores acabam restringindo o desenvolvimento de muitas atividades.

Percebe-se, então, que tanto a aplicação de leis ambientais como a criação de unidades de conservação na região coíbem a realização de atividades tradicionais, como extração

de espécies vegetais necessárias à sobrevivência da população, mineração e expansão de fronteiras agrícolas. Este fato agrava-se, ainda mais, devido à dificuldade de implementação de um sistema de gestão participativo e eficiente, que, na prática, se consolide na melhoria da qualidade de vida da população que vive no interior e entorno de tais unidades de conservação.

Considerando a necessidade de aliar proteção ambiental com o atendimento às demandas das comunidades locais, foram identificados, nessa pesquisa, alguns paradoxos e algumas contradições na gestão deste mosaico de unidades de conservação. A partir dessa análise foi possível ressaltar a complexidade implícita na gestão de unidades de conservação.

Assim, o objeto de estudo desta pesquisa é o mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas como um todo, o que inclui desde o meio físico e social, passando pelo sistema econômico, cultural e político ali incidentes. Isso implica na análise de um conjunto de inúmeras variáveis inter-relacionadas que perpassam o objeto de estudo, já que o objeto de estudo está inserido em um contexto complexo, dinâmico e sempre articulado. Desta forma, o mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas é aqui analisado como um sistema complexo e como tal, requer uma análise multidimensional da realidade. Como bem coloca Leff:

A complexidade ambiental marca o limite do pensamento unidimensional, da razão objetivante e coisificante. A epistemologia ambiental lança-se assim à aventura do pensamento da complexidade, como uma visão sobre as relações de processos que supera um conhecimento orientado a estabelecer o vínculo entre o conceito e o real (entre coisas, fatos, dados, variáveis e fatores), que é acessado pela separação entre sujeito e objeto do conhecimento. (LEFF, 2004, p. 29)

Considerando a complexidade da realidade analisada, no âmbito desta pesquisa, foi possível verificar alguns fenômenos retro-interacionais resultantes da gestão do mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas. Tais fenômenos são assim denominados porque estão intrinsecamente relacionados, em constante interação e retro-alimentação, não sendo possível o seu entendimento de forma fragmentada, isolada da realidade complexa que o circunda.

Esses fenômenos, portanto, dizem respeito à aplicabilidade e às limitações impostas pela legislação ambiental e política de tombamento; à relação entre a proteção ambiental e as alternativas de geração de renda; ao uso da lenha para manejo ou à preservação deste recurso; à gestão dos recursos hídricos e à sua escassez em áreas de abundância de

nascentes; à cultura do extrativismo mineral e aos impactos decorrentes desta atividade; aos conflitos fundiários e à comunidade residente e de entorno; ao turismo e à chegada dos forasteiros; e, por fim, à análise da adequação dos instrumentos de gestão das UCs.

Assim, percebe-se que a dependência em relação ao meio ambiente para a produção e reprodução social das comunidades que vivem na APA e a criação de leis que visam a conservação dos recursos naturais da região, criam situações em que lógicas diferenciadas de acesso e uso dos recursos se chocam, explicitando assimetrias nas relações sociais, que refletem nos paradoxos e nas contradições da gestão do mosaico de UCs, sendo que, geralmente, as populações locais são desfavorecidas e/ou excluídas dos processos em curso.

Desta forma, é preciso pensar nas reais funções das Unidades de Conservação, de uma forma geral, e da categoria APA, especificamente, como forma de garantir a conservação dos recursos naturais e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Assim, questiona-se a própria adequação da categoria APA como unidade de conservação, uma vez que muito pouco, ou quase nada, pode ser percebido de diferencial em relação às áreas abrangidas por estas UCs e o entorno.

Além disso, é preciso repensar os instrumentos de gestão desta categoria de unidade de conservação, uma vez que a criação deste tipo de UC pouco tem contribuído para a melhoria de vida da população local. Posto que essas comunidades locais são cerceadas de desenvolverem suas atividades tradicionais, mas outros processos, geralmente muito mais degradadores, continuam em curso, pela própria dificuldade de implementação desta categoria.

Fica, portanto, o questionamento que serviu de pano de fundo para a pesquisa aqui apresentada: Será que é possível e viável conciliar a presença humana com a conservação ambiental, de forma a garantir o desenvolvimento local aliado à proteção da natureza, por meio da criação e gestão de unidades de conservação, que não alterem demasiadamente o modo de vida das comunidades locais?

Assim, considerando-se a importância ecológica da região, bem como a complexidade da gestão deste importante mosaico de unidades de conservação e suas implicações nas dinâmicas sociais das comunidades que vivem em seu interior, a presente pesquisa tem o objetivo de caracterizar a situação atual da área, fazendo um estudo do processo de criação e de gestão das unidades de conservação existentes. Busca-se, também, entender

as relações sociais de produção e utilização da natureza e as contradições no que diz respeito à conservação dos recursos naturais. Pesquisou, ainda, as implicações da criação e gestão do mosaico de unidades de conservação da Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas no modo de vida das comunidades que habitam seu interior.

Vale destacar, ainda, os objetivos específicos da presente pesquisa, quais sejam: compreender a complexidade da gestão de APAs e suas contradições internas; analisar a adequação dos instrumentos de gestão do mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas; e avançar nos estudos feitos para o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da APA, contribuindo com diretrizes para a elaboração do seu Plano de Gestão.

A opção pela temática se deu tendo em vista a necessidade de pesquisa científica na área de unidades de conservação, considerando-se sua gestão de forma sistêmica e complexa. Para esta análise, a categoria APA se mostra bastante interessante uma vez que permite conciliar o desenvolvimento de algumas atividades econômicas e a presença de populações residentes, com a conservação de parte de seus recursos naturais, sendo possível uma análise baseada na indissociabilidade entre natureza e sociedade.

A escolha da Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas como objeto de estudo deve-se ao interesse pessoal, ao conhecimento da área e à participação da pesquisadora no conselho gestor da APA, e, ainda, devido à carência de pesquisas e propostas para a gestão, conservação e desenvolvimento socioeconômico dessa região. Além disso, o mosaico formado pelas diversas unidades de conservação no seu interior, contribuiu de forma determinante para compor um quadro complexo e intrinsecamente paradoxal para a análise que esta pesquisa se propõe a realizar.

Vale destacar, também, que o fato de a APA estar localizada em uma região detentora de grande biodiversidade, com remanescentes de Mata Atlântica, abrigando as principais nascentes do alto Rio das Velhas, demonstra que a área possui um ecossistema de relevante importância e de grande fragilidade, o que ressalta a importância de pesquisas de caráter conservacionistas para a área.

Além disso, esta região, próxima a Belo Horizonte e nos limites da zona urbana de Ouro Preto, sofre com a pressão antrópica e com o avançado processo de urbanização e

ocupação do solo e, ainda, com a dificuldade de frear os processos de degradação existentes, marcados pela ineficiente fiscalização, controle e gestão das unidades de conservação do mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas.

Percebe-se, ainda, que a região é palco de diferentes interesses de uso do solo, o que dificulta o processo de gestão da APA e de seus recursos. Desta forma, os interesses de conservação, muitas vezes, comprometem a sobrevivência da comunidade devido às restrições de uso de recursos naturais impostas pela Lei da Mata Atlântica, pela criação de unidades de conservação, pela falta de recursos governamentais e, ainda, pela demora do Estado em implementar formas mais sustentáveis de desenvolvimento econômico e de apoio à organização da comunidade.

Observa-se, portanto, um conflito entre a necessidade de conservação dos recursos naturais da região e o desenvolvimento de atividades tradicionais pela comunidade local, fato este que deve ser alvo de ações co-participativas, por meio dos instrumentos de gestão compartilhada do mosaico de unidades de conservação nos limites e no entorno da APA. Uma maior participação da comunidade no processo de gestão da APA, também se faz necessário, na medida em que, segundo Silva,

Populações humanas sujeitas a intensas pressões ecológicas e econômicas, e com alto nível de tensão biossocial estarão sujeitas a desenvolver relações antagônicas com as áreas protegidas, que podem ser vistas por elas como impedimento ao seu desenvolvimento (SILVA, 2004, p.677).

Torna-se, portanto, fundamental que o processo de gestão das unidades de conservação considere a indissociabilidade entre natureza e sociedade, na tentativa de conservar os recursos naturais existentes, respeitando os ciclos ecológicos, mas compatibilizando tais processos com as demandas da sociedade. Assim, é fundamental entendê-la como parte do processo e sua inserção nas decisões de gestão é a única forma de atingir os objetivos de criação da APA, conciliando a conservação com a geração de condições de vida mais dignas para a comunidade local. Neste sentido, os conselhos gestores, aqui analisados, devem desempenhar este papel, na tentativa de conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento de algumas atividades econômicas, necessárias à sobrevivência das populações locais.

Desta forma, torna-se necessário não apenas envolver a comunidade no processo de gestão, mas, também, desenvolver formas alternativas de geração de emprego e renda

criando atividades que sejam compatíveis com a conservação do meio ambiente e da biodiversidade e com as tradições culturais da população local.

Acredita-se, então, que o entendimento da dinâmica socioeconômica das populações que vivem na APA, bem como das contradições por elas enfrentadas, são fundamentais para criar condições de conservação do meio ambiente e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas populações. Assim, é partindo do entendimento das questões ambientais de forma sistêmica e complexa, que esta pesquisa foi realizada, seguindo as etapas metodológicas abaixo descritas.

A proposta metodológica da presente pesquisa baseia-se em um estudo de caso, que tem sua sustentação na pesquisa bibliográfica e na pesquisa qualitativa, implicando a coleta de dados primários e secundários, por meio do desenvolvimento das etapas que seguem abaixo.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre unidades de conservação, legislação ambiental, gestão de mosaico, políticas públicas de meio ambiente, participação, conselhos gestores e complexidade, no intuito de proporcionar um embasamento teórico para a pesquisa.

Posteriormente, foi feita pesquisa nos principais órgãos ligados à administração pública, universidades e organizações não governamentais com atuação na área de estudo, com o objetivo de coletar materiais sobre a região de estudo, bem como possibilitar o conhecimento de outros estudos que abordem essa realidade. Para tanto, foram visitados os seguintes órgãos: IEF, Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, Câmara Municipal, Centro de Referência da APA Cachoeira das Andorinhas, Projeto Manuelzão, UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) e UFV (Universidade Federal de Viçosa).

De posse das informações necessárias, foram realizados trabalhos de campo para checar as informações de fontes secundários e para a caracterização da área de estudo nos seus aspectos físicos e socioeconômicos. Esses trabalhos de campo foram realizados em maio e junho de 2008, permitindo um amplo conhecimento físico sobre a área e possibilitando um entendimento sobre as dinâmicas socioculturais do local. Esses trabalhos de campo possibilitaram ainda a identificação dos principais agentes locais

envolvidos com a gestão das UCs, suas formas de atuação, seus discursos e concepções diferenciadas sobre o significado de conservação ambiental.

Posteriormente, foi realizado o tratamento gráfico de mapas produzidos por fontes secundárias, a fim de se criar um *lay out* padrão para a apresentação dos mesmos. Seguindo este mesmo *lay out*, alguns mapas também foram produzidos no âmbito desta pesquisa, com o objetivo de facilitar a espacialização das questões apresentadas, facilitando o entendimento do leitor.

Logo depois, foram realizadas leituras e análises das atas do Conselho Gestor da APA, do CODEMA/OP e do Comitê de Bacia do Rio das Velhas, para analisar a trajetória destes fóruns de participação e verificar a sua legitimidade como locus de explicitação de tensões e contradições decorrentes da gestão do mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas. Essa etapa metodológica se mostrou relevante como forma de identificar as principais tensões, conflitos, problemas e/ou paradoxos da gestão desse mosaico, possibilitando, também, a identificação dos agentes envolvidos com essas questões. Dessa forma, esta etapa tornou-se necessária como forma de subsidiar a elaboração do roteiro de entrevistas e seleção dos agentes entrevistados.

De posse de todas as informações acima relacionadas, foi possível eleger alguns agentes que têm maior envolvimento com a gestão da APA e das demais unidades de conservação em seu interior, para a realização das entrevistas. Foi, também, possível identificar alguns focos de tensões e algumas contradições no que diz respeito à gestão da APA, que deveriam ser melhor investigados e que foram foco do roteiro de entrevista elaborado.

Então, foram realizadas duas temporadas de campo, sendo uma em junho e outra em agosto de 2008, para a realização das entrevistas com os agentes locais envolvidos na gestão do mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas. As entrevistas foram feitas com agentes dos diversos segmentos, tais como residentes, produtores rurais, líderes de associações comunitárias, grupos ambientalistas, funcionários públicos, políticos, pesquisadores, dentre outros que se mostraram relevantes. Foram realizadas, então, vinte e nove entrevistas com os seguintes agentes:

- Quatro funcionários do IEF: gerente da APA das Andorinhas, gerente da Floresta do Uaimii; ex-gerente da Floresta do Uaimii; Monitor Ambiental da Floresta do Uaimii.

- Um representante da Polícia Ambiental de Minas Gerais.
- Um Representante da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).
- Um representante da Câmara Municipal de Ouro Preto.
- Um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ouro Preto.
- Dois representantes da UFOP: um professor que desenvolve trabalhos na Fazenda da Brígida e o servidor que mora na Fazenda.
- Um representante de cada uma das seguintes associações comunitárias: Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu (ADECOSB); Associação Comunitária de Artesãos e Agrícolas de Maciel (ACAAM); Associação de Moradores de Engenho D'Água; Associação dos Moradores da Serra do Mesquita; Associação de Moradores do Morro São Sebastião; Associação de Moradores do Morro da Queimada; Associação de Moradores do Morro Santana; Associação dos Ex-extratores de Quartzito do Morro São Sebastião.
- Um representante de cada uma das seguintes ONGs (Organizações Não Governamentais) ou OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público): APA-OP (Associação de Proteção Ambiental de Ouro Preto); AMA (Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Ouro Preto); AMO-OP (Associação Amigos do Patrimônio Cultural e Ambiental de Ouro Preto); AQUA (Associação Quadrilátero das Águas); ADOP (Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto).
- Dois pesquisadores da área.
- Dois doceiros.
- Um produtor rural.
- Um posseiro morador do interior da Floresta do Uaimii.

Vale destacar que, por ser uma localidade pequena, os agentes entrevistados, muitas vezes, respondem por mais de uma instituição, ou, ainda, representam mais de um setor, sendo que dentre os entrevistados acima, estão ainda representantes da Escola Estadual Dr. Washington Luiz (em São Bartolomeu), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

de Ouro Preto, representantes do Projeto Manuelzão, representante do CBH Velhas, moradores da península de propriedades no entorno da Floresta do Uaimii, moradores do bairro Morro de São Sebastião e de São Bartolomeu.

As entrevistas realizadas foram gravadas, mediante autorização dos agentes entrevistados, com exceção de dois deles que pediram para não serem gravados. Nestes casos, a pesquisadora anotou os pontos e as falas mais relevantes da entrevista. Nos demais casos, as entrevistas foram transcritas e, posteriormente, agrupadas em questões temáticas que permitiram identificar os fenômenos retro-interacionais analisados no último capítulo.

Essas etapas metodológicas permitiram perceber a complexidade da gestão das unidades de conservação envolvidas neste estudo, ressaltando a importância da análise multidimensional das temáticas apresentadas, bem como possibilitando a compreensão dos paradoxos e das contradições existentes neste processo. Assim, foram identificados e descritos os fenômenos retro-interacionais que interferem ou são resultados da gestão das UCs aqui analisadas. Uma realidade intrinsecamente complexa, multidimensional e paradoxal.

Além disso, como forma de possibilitar maior imersão na realidade pesquisada, foi feita observação possibilitada pela participação em diversos eventos locais, tais como: Lançamento do Projeto Arquitetônico e Paisagístico do Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas; Reuniões do Zoneamento Ecológico Econômico da APA Cachoeira das Andorinhas, Reuniões do Conselho Conjunto da APA Cachoeira das Andorinhas e Floresta do Uaimii, Reunião do CBH Velhas, Festa de São Bartolomeu, Festa da Goiaba, Semana Cultural, Diagnóstico Participativo de Unidade de Conservação (DIPUC) da Floresta do Uaimii e trabalho de campo da UFMG (disciplina de Turismo e Meio Ambiente).

Seguindo todas essas etapas metodológicas, foi possível estabelecer um olhar crítico e reflexivo sobre a gestão do mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas e refletir sobre a adequação de seus instrumentos de gestão e sobre as contradições e paradoxos da complexidade da gestão deste mosaico de UCs.

Assim, a presente pesquisa será apresentada em quatro capítulos. O primeiro, refere-se ao “Contexto Histórico e Geográfico do Mosaico da Área de proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas”, no qual é apresentado um esboço do contexto regional em

que a APA está inserida, bem como uma caracterização da área, em seus aspectos geográfico, histórico e socioeconômico.

No capítulo 2, intitulado “O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a Realidade do Mosaico de Unidades de Conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas”, é feito um breve histórico da criação das primeiras áreas protegidas. Posteriormente, é apresentado o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e as categorias de manejo de Unidades de Conservação do Brasil, seguida de explicações e reflexões teóricas sobre as categorias de unidades de conservação que têm relevância para este trabalho, quais sejam: APA, Floresta Protegida e Parque.

Após a reflexão sobre as peculiaridades dessas categorias, é apresentada a realidade de cada uma das áreas protegidas que integram o mosaico de unidades de conservação analisado nesta pesquisa, quais sejam: a Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas, a Floresta Estadual do Uaimii, o Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas e a Fazenda da Brígida (área protegida mantida pela UFOP).

No capítulo 3 faz-se uma análise das “Instâncias Participativas e suas Implicações na Gestão do Mosaico da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas”, por meio de uma reflexão teórica sobre participação e a importância dos conselhos gestores como locus de explicitação de tensões, contradições e paradoxos na gestão de unidades de conservação. Além disso, é feita a descrição e análise das atividades do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas –, do Conselho de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto – CODEMA – e do Conselho Consultivo da APA Cachoeira das Andorinhas, baseando-se em referências bibliográficas e leis sobre o assunto, nas atas das reuniões desses conselhos e ainda nos relatos dos diversos agentes envolvidos com a questão e que foram entrevistados no âmbito desta pesquisa. Esse capítulo, além de permitir entender a relevância dos diversos fóruns aqui analisados enquanto locus de explicitação de conflitos, tensões, paradoxos e contradições da gestão desse mosaico de UCs, se mostrou importante também como forma de subsidiar o roteiro de entrevistas, bem como a seleção dos agentes a serem entrevistados para efeito da análise multidimensional dos fenômenos retro-interacionais realizada no capítulo 4.

Por fim, o Capítulo 4 trata dos “Paradoxos e Complexidade na Gestão do Mosaico da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas”, fazendo-se, primeiramente, uma reflexão teórica sobre complexidade e multidimensionalidade da questão ambiental. Posteriormente, foram descritos e analisados os fenômenos retro-interacionais que refletem os paradoxos e a complexidade da gestão do mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas, quais sejam: aplicabilidade e limitações impostas pela legislação ambiental e políticas de tombamento; a relação entre a proteção ambiental e as alternativas de geração de renda; o uso da lenha para manejo ou a preservação deste recurso; a gestão dos recursos hídricos e a sua escassez em área de abundância de nascentes; a cultura do extrativismo mineral e os impactos decorrentes desta atividade; a comunidade residente e de entorno e os conflitos fundiários; o turismo e a chegada dos forasteiros; a análise da adequação dos instrumentos de gestão das UCs. Por fim, é feito um fechamento, abordando a multidimensionalidade e complexidade dos fenômenos retro-interacionais aqui analisados, tendo como pano de fundo a necessidade de proteção e conservação dos recursos, aliada ao atendimento das demandas das comunidades locais.

Após a apresentação dos capítulos, segue a Conclusão da presente pesquisa, na qual procura-se resgatar as temáticas mais importantes deste estudo, fazendo um fechamento das reflexões aqui propostas e, ainda, sugerindo algumas diretrizes que poderão orientar a elaboração do Plano de Gestão da APA Cachoeira das Andorinhas.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MOSAICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS

1.1 - Contexto Regional

A área de estudo está situada em Minas Gerais, mais especificamente na região denominada Quadrilátero Ferrífero, no centro-leste do Estado. “Trata-se de uma região geologicamente importante devido a ocorrências minerais na forma de amplos depósitos ferríferos, mineralizações de ouro, manganês, alumínio, bem como, gemas e rochas ornamentais.” (ANDRADE, 2000, p.6)

Essa região teve historicamente importância fundamental no povoamento e desenvolvimento econômico do Estado. O Quadrilátero foi ocupado ainda no século XVII, em função das diversas bandeiras que partiram do litoral rumo ao interior, em busca de ouro e outras riquezas minerais. De acordo com Barbosa:

A ocupação efetiva e permanente do Quadrilátero tem sua causa primária na grande concentração de rochas das séries Minas e Rio das Velhas que são as mais importantes e conhecidas rochas matrizes do ouro. (1967, p. 62)

Segundo o mesmo autor, o povoamento do Quadrilátero se deu por duas vias principais. A primeira está relacionada à Bandeira de Fernão Dias, que descobriu ouro na região de Sabará, por volta de 1674, no leito do Rio das Velhas, iniciando ali um foco de povoamento regional. Essa mesma bandeira subiu o Rio das Velhas em busca de outros locais propícios à extração do ouro, estabelecendo, assim, um eixo de povoamento que funcionou, portanto, de Norte para Sul, até chegar às cabeceiras do Rio das Velhas, na região de Ouro Preto.

A segunda via de povoamento diz respeito diretamente à região de Ouro Preto e Mariana e está relacionada à descoberta de ouro no Córrego do Tripuí, tendo como referência geográfica o Pico do Itacolomi. Outras bandeiras descobriram ouro também na região conhecida como Ribeirão do Carmo, onde foi fundada, em 1711, a Vila do Ribeirão do Carmo, hoje Mariana. Esses eventos contribuíram para o surgimento do segundo eixo de povoamento do Quadrilátero, quando foram fundados vários arraiais na região.

A exploração de ouro deu início, portanto, ao povoamento definitivo do Quadrilátero, sendo que dele saiu quase toda a produção de ouro do Brasil Colonial. Esses fatos marcam até hoje muitas das características paisagísticas, políticas, econômicas e culturais de Minas Gerais, de forma geral, e do Quadrilátero Ferrífero, mais especificamente.

De acordo com Barbosa (1967), em praticamente todos os sítios de mineração de ouro, a ocupação e a extração do mineral foi feita segundo um esquema geral comum: a fase da descoberta era realizada geralmente seguindo o leito dos rios onde se estabeleciam os primeiros arraiais. Primeiramente, se trabalhavam os cascalhos dos terraços baixos de idade holocênica. O resultado desta prática pode ser visto ainda hoje nos terraços do Rio das Velhas, em São Bartolomeu, por exemplo, que ainda hoje apresenta muito cascalho remexido em suas margens.

A segunda fase da exploração e do povoamento, de acordo com o mesmo autor, ocorria na medida em que os terraços holocênicos se esgotavam e a extração do mineral atingia os terraços de trinta e quarenta metros acima do nível do rio, datados como pleistocênicos superiores. Neste momento, ocorria um povoamento intenso. O esgotamento desses terraços foi denominado de decadência do ouro, sendo geralmente seguido de um despovoamento. Em alguns lugares, ocorreu a terceira fase com exploração dos terraços de sessenta e setenta metros, de idade pliocênica superior, e a quarta fase, com exploração de ouro por meios mais modernos, utilizando-se minas de galeria ou a céu aberto, já no século XIX. Estas duas últimas fases não foram acompanhadas de um povoamento tão intenso quanto as anteriores, devido ao uso de tecnologias mais avançadas.

Outras atividades desenvolvidas no Quadrilátero Ferrífero, após a decadência do ouro, também foram marcantes no uso de recursos naturais e no desenvolvimento econômico da região. Estas estão relacionadas à extração de minério de ferro, ao uso da Mata Atlântica para a produção de carvão vegetal e ao crescimento da agricultura e pecuária para abastecimento da crescente população do Estado.

A extração do minério de ferro, juntamente com o desenvolvimento das indústrias metalúrgicas e siderúrgicas, marcou uma nova fase de desenvolvimento econômico do Quadrilátero, e constitui, ainda hoje, a principal fonte de renda do Estado de Minas Gerais.

Em função dessas atividades mineradoras, o Quadrilátero Ferrífero é a região economicamente mais importante do Estado, tendo uma extensão de aproximadamente 7.000 KM², ligados por três ramos da Estrada de Ferro Central do Brasil e pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, importantes vias escoadoras do minério de ferro até os portos no litoral, para exportação. Além disso, três das quatro estradas federais que cruzam Belo Horizonte passam pela região, sendo interligadas por uma densa rede de rodovias estaduais. No quadrilátero estão localizadas também importantes áreas de nascentes que formarão algumas das principais bacias hidrográficas do Estado.

Na região sudeste do Quadrilátero Ferrífero estão situadas as nascentes do Rio das Velhas que, no século XVIII, foi ponto estratégico para a ocupação do Estado, devido à exploração do ouro, metal mais importante da época. A bacia do Rio das Velhas pertence inteiramente ao território mineiro, estando o rio orientado aproximadamente no sentido Sudeste-Noroeste. Suas nascentes mais altas estão localizadas no município de Ouro Preto, na Serra de mesmo nome. O Rio das Velhas percorre, aproximadamente, 761Km, passando por cinquenta e um municípios, até a sua confluência com o Rio São Francisco, na Barra do Guaicuí, no município de Várzea da Palma. Seu nome foi dado pelo Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1711. O Rio das Velhas foi denominado anteriormente de *Uaimii*, sendo, posteriormente, alterado para *Guaicuí*, que quer dizer “rio das velhas tribos descendentes”.

A bacia do Rio das Velhas possui uma superfície aproximada de 39.000Km², e tem importância econômica e social significativa, tanto por incluir parte da região metropolitana de Belo Horizonte, quanto por se constituir em um dos mais importantes mananciais para abastecimento de água desta região e dos demais municípios que a integram.

Devido à intensa urbanização ao longo da bacia, o Rio das Velhas e seus afluentes estão sendo degradados, desde as suas nascentes, pelas inúmeras atividades antrópicas desenvolvidas na região. O trecho do alto Rio das Velhas é o que possui maior densidade populacional e maior desenvolvimento econômico, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É esta, também, a região que apresenta os maiores focos de poluição hídrica de toda a bacia, causados, principalmente, pelos esgotos industriais e domésticos não tratados, pelos efluentes das atividades minerárias da bacia, bem como por atividades agropecuárias e pela intensa urbanização. De acordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas:

A bacia do Rio das Velhas tem em seu histórico de ocupação uma intensa exploração de seus recursos naturais. Desde a chegada dos bandeirantes, à procura de ouro e de pedras preciosas, o Rio das Velhas vem passando por um intenso processo de degradação. Além da mineração, outros fatores, como a atividade agropecuária e a urbanização, que se desenvolveram a partir da instalação dos povoados mineradores, principalmente no alto trecho, contribuíram para a alteração das características qualitativas e quantitativas das águas do Rio das Velhas. (CAMARGOS, 2005, p.48)

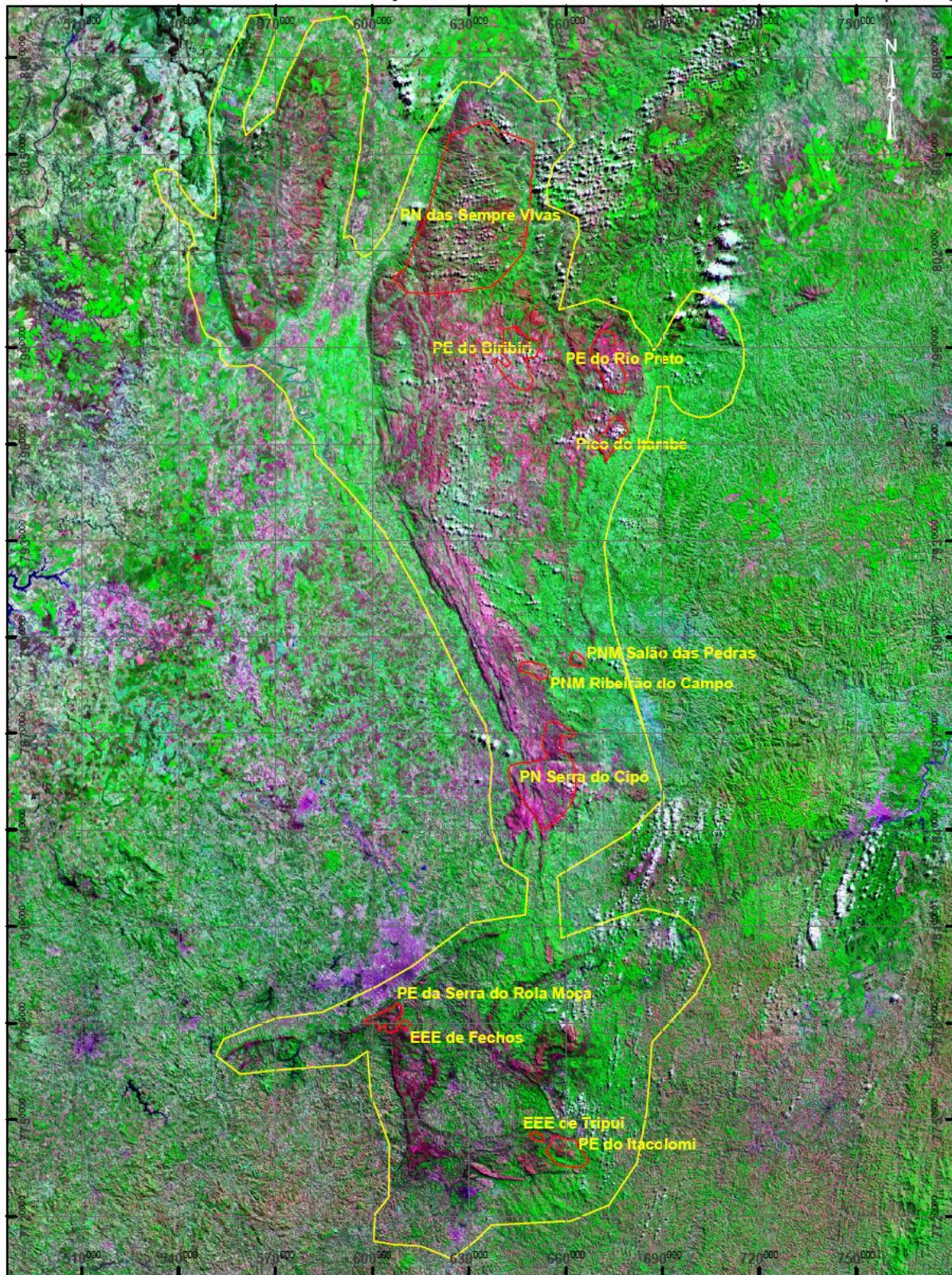
Foi justamente pensando na preservação desse Rio e na sua importância como manancial para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte que foi criada, em 1989, a Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas. Vale ressaltar, ainda, que esta unidade de conservação está inserida na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, reconhecida pelo Programa Intergovernamental “*Man and Biosphere*” – MAB, estabelecido pela UNESCO (*United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*). Essa é uma forma de gestão integrada e participativa dos recursos naturais que visa o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na região por ela abrangida. Além desses, o programa tem por objetivos a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento de pesquisas, o monitoramento ambiental e a educação ambiental.

Para tanto, foi feito um zoneamento da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço estabelecendo que suas áreas núcleos – de maior restrição de atividades visando à proteção dos recursos naturais – são constituídas pelas inúmeras unidades de conservação de proteção integral presentes em todo o Espinhaço. Já as zonas de amortecimento da Reserva da Biosfera são formadas por um raio de dez quilômetros no entorno destas UCs, acrescido das unidades de conservação de uso sustentável da região (IEF/SAT, 2005, p. 12). Assim, a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço pode ser considerada um grande mosaico de unidades de conservação, sendo previsto, pela Lei do SNUC, a gestão integrada deste território, como se segue:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (Lei 9.985, art. 26º, 2000).

Para facilitar a visualização, segue abaixo um mapa do mosaico de unidades de conservação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Mosaico de Unidades de Conservação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço



NOTA:

Sistema de Projeções Cartográficas: UTM/SAD69

Fonte: Imagem Landsat 7, 2003.

Legenda

- Reserva da biosfera da Serra do Espinhaço
- Unidade de Conservação de Proteção Integral

Escala: 1:1.500.000

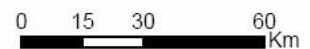


Figura 2 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
 Fonte: Imagem Landsat 7 – 2003. Folder da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Ressalta-se a necessidade uma visão sistêmica, que considere todas as unidades de conservação em seu processo de gestão. Esta visão regional é importante, pois permite o trabalho de forma integrada, estabelecendo-se corredores ecológicos entre as unidades, que possibilita o fluxo gênico e, assim, a maior conservação da diversidade biológica. É necessário, portanto, considerar a proximidade entre as unidades de conservação, visando realmente estabelecer uma gestão conjunta das mesmas.

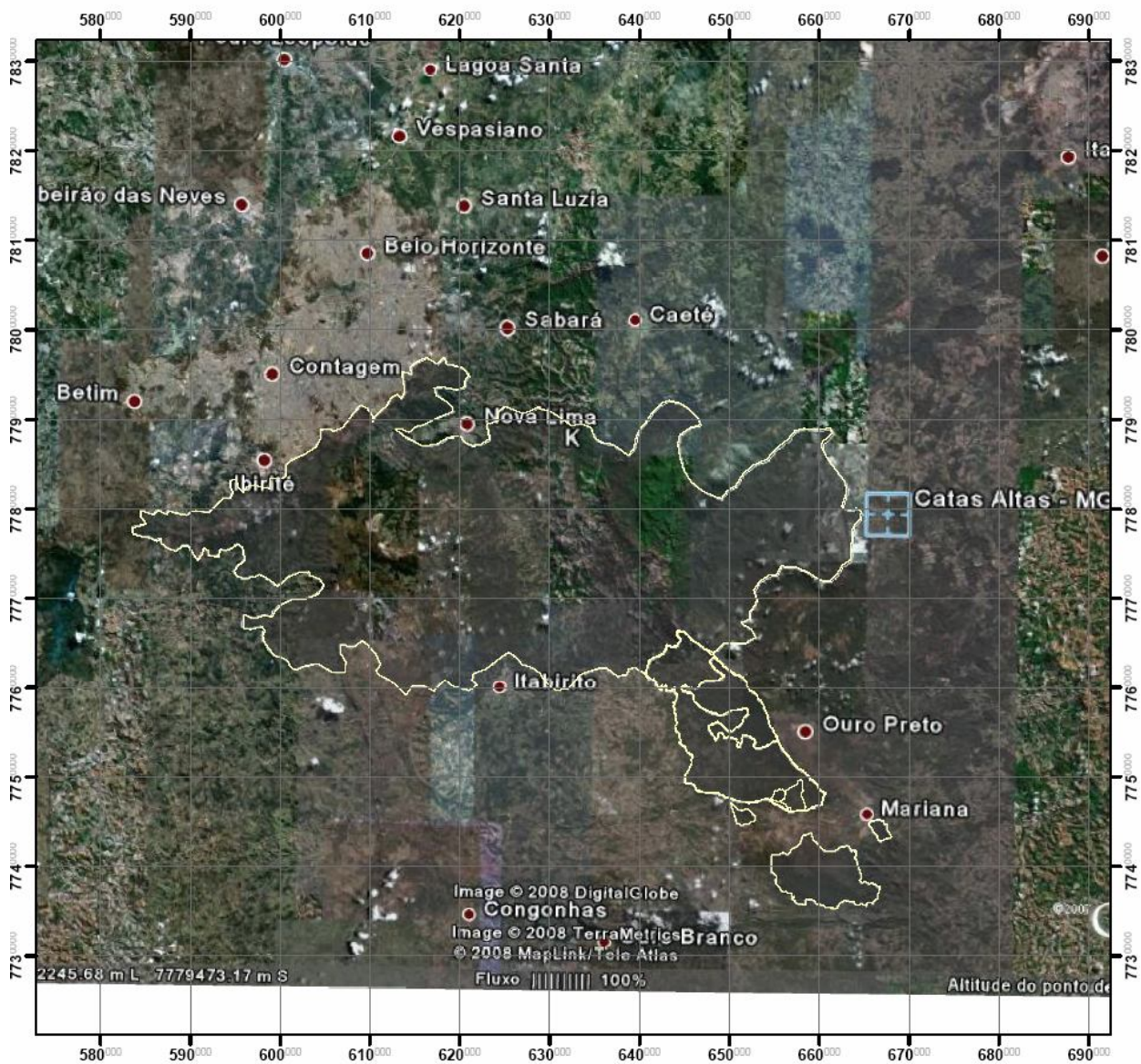
Cabe ressaltar, ainda, que a APA Cachoeira das Andorinhas está localizada em uma região muito rica em biodiversidade, em recursos hídricos, além de suas ricas manifestações culturais, sendo necessário, portanto, várias medidas de proteção para garantir a integridade deste rico patrimônio.

Uma dessas medidas foi a criação, na região, de uma série de UCs, que também podem ser consideradas como um mosaico, abrangendo desde a Região Metropolitana de Belo Horizonte até o Maciço do Caraça. Desta forma, as inúmeras UCs, abaixo representadas, devem, também, ser geridas de forma integrada, garantindo, assim, maiores possibilidades de conservação ambiental.


No mapa do mosaico de unidades de conservação do quadrilátero ferrífero que se segue destaca-se a APA Sul, que abrange diversos municípios próximos à Belo Horizonte e possui inúmeras outras UCs em interior. Ressalta-se também a APA Cachoeira das Andorinhas, contígua a esta primeira UC; a Estação Ecológica do Tripuí, ao sul da APA Cachoeira das Andorinhas; o Parque Estadual do Itacolomi, ainda mais ao sul da imagem apresentada; e a APA Seminário Menor de Mariana. Além dessas unidades de conservação, vale destacar a presença de outras UCs, que devem ser consideradas na gestão do mosaico, mas que não foram apresentadas no mapa por fugir do escopo deste trabalho, e pela dificuldade em conseguir mapas das mesmas, em *Shapefile*¹, nos órgãos gestores de UCs.

¹ Shapefile é um formato de imagem que permite sua manipulação em programas de geoprocessamento.

Mosaico de Unidades de Conservação do Quadrilátero Ferrífero



Legenda:

 Unidade de Conservação

NOTA:

Sistema de Projeções Cartográficas: UTM/SAD69

Fonte dos dados: IEF/UFV - Projeto de Zoneamento ecológico-econômico da APA das Andorinhas/2006.

Imagem google earth 2008.

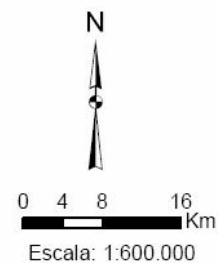


Figura 3 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação do Quadrilátero Ferrífero
Fonte: IEF/UFV, 2006 e Imagem Google Earth, 2008.

Vale destacar, por fim, que no próprio município de Ouro Preto está localizado um outro mosaico de unidades de conservação, de diversas categorias de manejo, e que, também, devem ser consideradas em seu conjunto. Este mosaico abrange a APA Cachoeira com as UCs presentes em seu interior, a Estação Ecológica do Tripuí, o Parque Estadual do Itacolomi, o Horto Botânico, o Vale dos Contos e o Monumento Natural Municipal Nossa Senhora da Lapa, como pode ser visto no mapa que a seguir.

A APA Cachoeira das Andorinhas, objeto de estudo da presente pesquisa, também é um outro mosaico, abrangendo em seu interior três áreas protegidas que devem ser consideradas no seu processo de gestão. A saber, a Floresta Estadual do Uaimii, localizada na porção nordeste da APA, o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas ao sul da APA, e a Fazenda da Brígida, área de preservação mantida pela UFOP, que faz limite com o Parque, também na região sul da APA. Este mosaico também pode ser visualizado em um outro mapa a seguir.

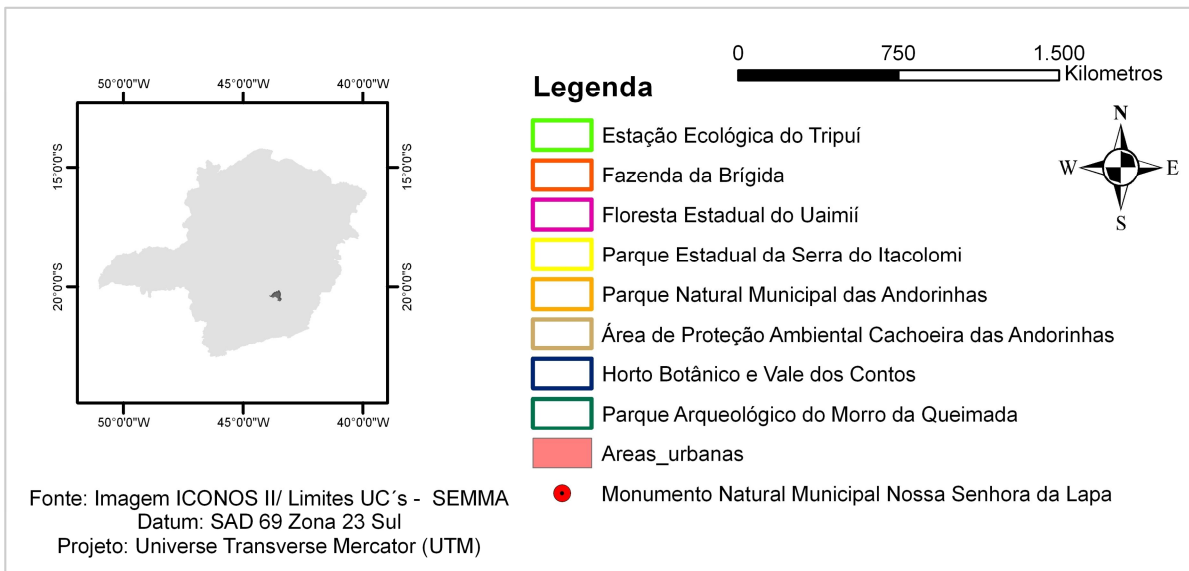
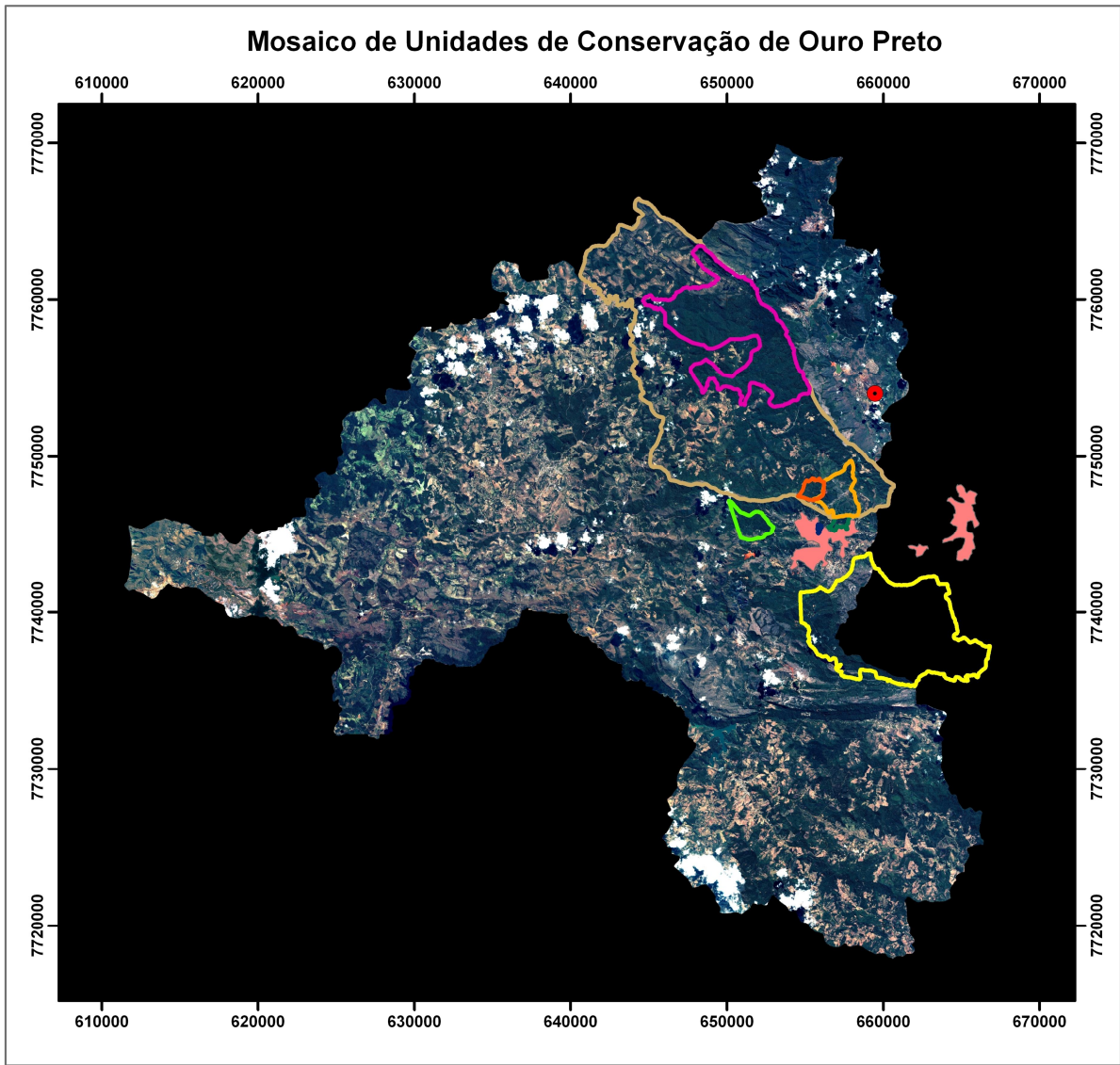
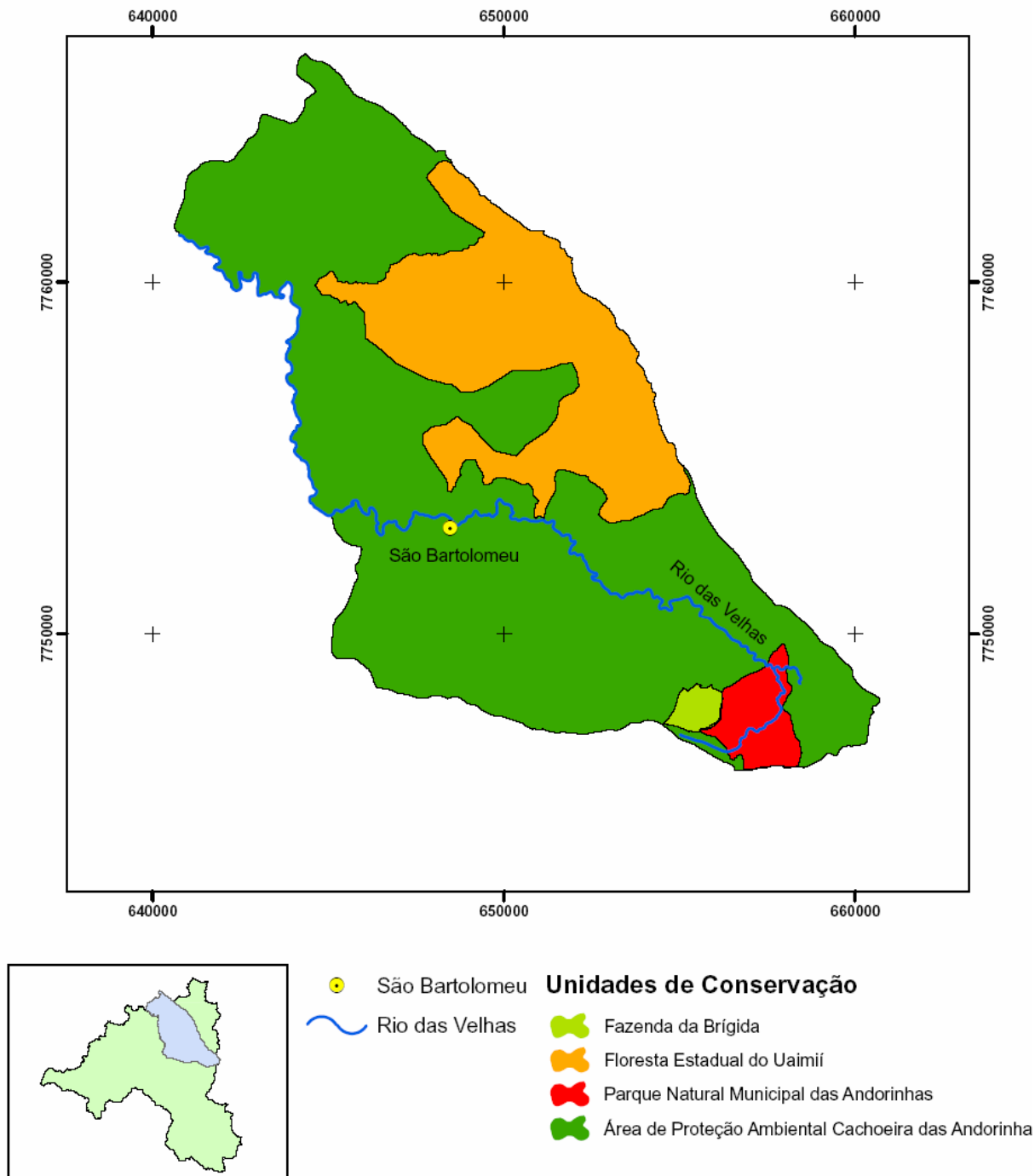


Figura 4 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação de Ouro Preto
Fonte: Imagem Iconos II

Mosaico das Unidades de Conservação no interior da APA Cachoeira das Andorinhas - Ouro Preto - MG



Sistema de Projeções Cartográficas: UTM/SAD69

Fonte dos dados: IEF/UFV - Projeto de Zoneamento ecológico-econômico da APA das Andorinhas/2006.

Data de publicação: Março/2008

0 1 2 4 6 8 Km

Escala: 1:50.000



Figura 5 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação da APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte: IEF/UFV, 2006

1.2 - Aspectos Geográficos

Analisando-se o meio físico, percebe-se que o principal recurso natural da APA é sua rede de drenagem. Toda a sua delimitação foi feita pensando-se na bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Sendo assim, o nível de base de toda a APA é o Rio das Velhas, que recebe os impactos de todas as atividades desenvolvidas na bacia.

Ao sul da APA, na região abrangida pelo Morro de São Sebastião, estão suas principais nascentes, que, logo de início, já recebem esgotos *in natura* do bairro supracitado. Na área do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas estão localizadas várias quedas d'água de grande beleza cênica, mas que apresentam a qualidade da água comprometida, em função dos esgotos lançados.

Os principais afluentes da margem direita do Rio das Velhas, dentro da APA, são: Córrego Mata-Mata, Córrego Mata-Pau, Córrego Andaime, Córrego da Ajuda, Córrego do Brás Gomes, Córrego Serrinha e Córrego Curral de Pedras do Mesquita. Já em sua margem esquerda, dentro da APA, os principais tributários do Rio das Velhas são: Córrego do Cardoso, Córrego Grande, Córrego Jequiti, Córrego Areão e Córrego do Freixo. No entorno da APA, destacam-se ainda o Ribeirão do Funil e o Córrego Casa Grande. Segue abaixo um mapa com a rede de drenagem da APA e a identificação dos principais córregos afluentes do Rio das Velhas.

Como pode ser observado no mapa, a APA possui uma rede de drenagem bastante rica, porém sofre com a realização de diversas atividades que degradam a qualidade de suas águas, como será discutido posteriormente.

Hidrografia da APA Cachoeira das Andorinhas Ouro Preto - MG

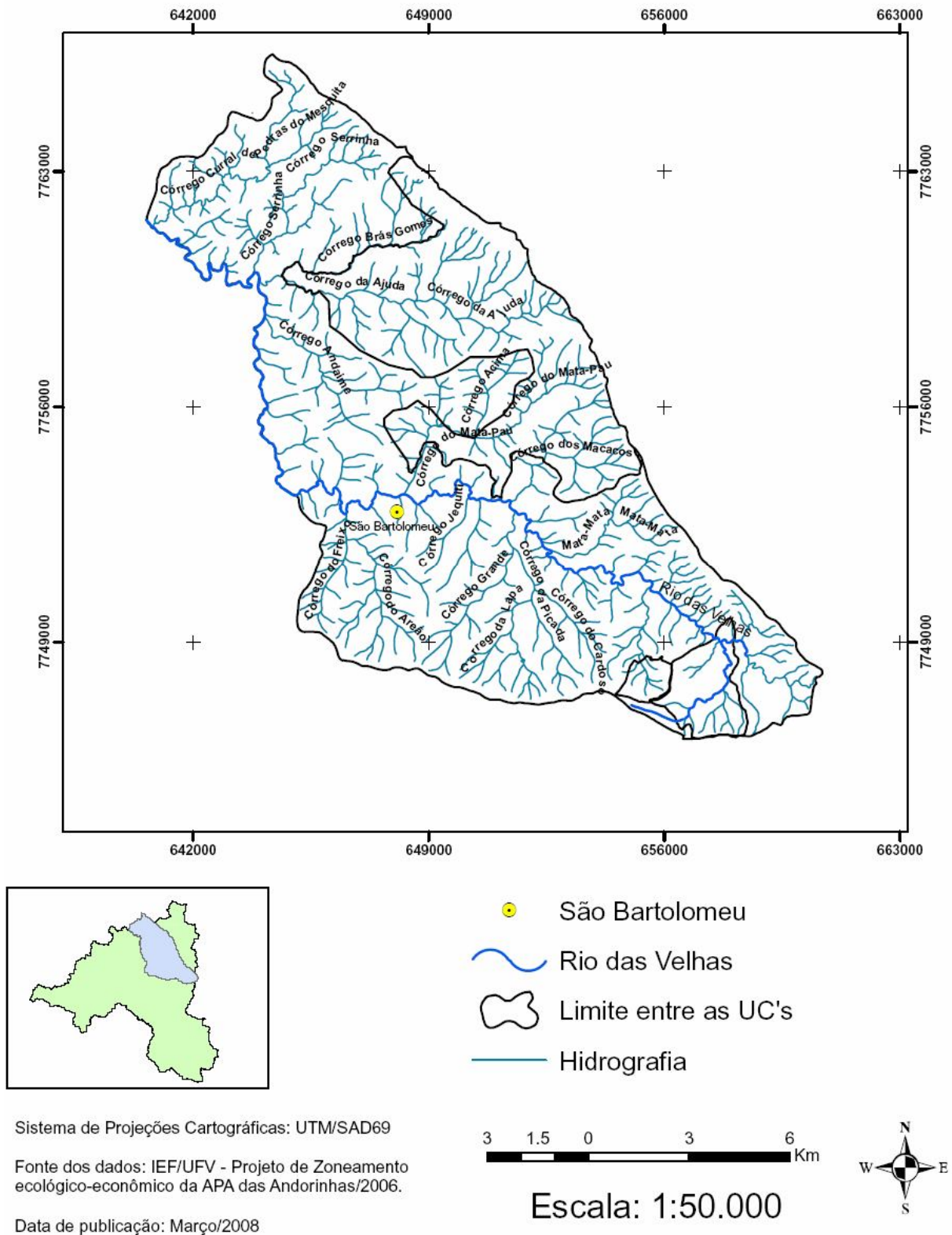


Figura 6 – Mapa de Hidrografia da APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte: IEF/UFV, 2006

Considerando-se a importância dos recursos hídricos da APA, e tomando como nível de base da bacia o Rio das Velhas, faz-se necessário uma análise sobre o uso do solo na área, dos aspectos geomorfológicos, bem como da cobertura vegetal ali presente. É importante considerar que, de acordo com a UFV/IEF (2005b, p.3):

A APA encontra-se inserida em região de transição entre dois grandes domínios morfoclimáticos neotropicais: o Cerrado (*sic*) e a Mata Atlântica (*sensu* Ab'Saber, 1977, 2003), a área apresenta grande diversidade e complexidade estrutural de ambientes e tipos fitofisionômicos, com destaque para as matas de galeria, florestas semidecíduais, candeiais, cerrado, campos rupestres, afloramentos rochosos, áreas úmidas e formações intermediárias.

Como pode ser visto no mapa que se segue, grande parte da APA é coberta pela Floresta Estacional Semidecidual Montana – Mata Atlântica – que se apresenta em vários estágios de desenvolvimento, ocupando uma área de aproximadamente 11.097,31 hectares, o que corresponde a 60% da APA. Os candeiais são encontrados entre esse bioma e as áreas com Campos Rupestres e Campos de Canga, que se localizam nas partes mais elevadas. A Mata de Candeia predomina na região da Floresta do Uaimii, que prevê em seu projeto de criação o manejo sustentável desta espécie para satisfazer as necessidades de madeira da comunidade local, o que na prática ainda não vem ocorrendo.

Ainda de acordo com o mapa, a APA apresenta muitas áreas antropizadas, onde a cobertura vegetal natural foi retirada ou alterada. Em muitas dessas áreas ocorreram ou ainda ocorrem atividades de mineração, plantação de eucalipto, pastagem ou agricultura, o que contribui intensamente para a degradação da qualidade das águas do Rio das Velhas, bem como para a erosão dos solos.

Distribuição espacial da vegetação na APA Cachoeira das Andorinhas - Ouro Preto - MG

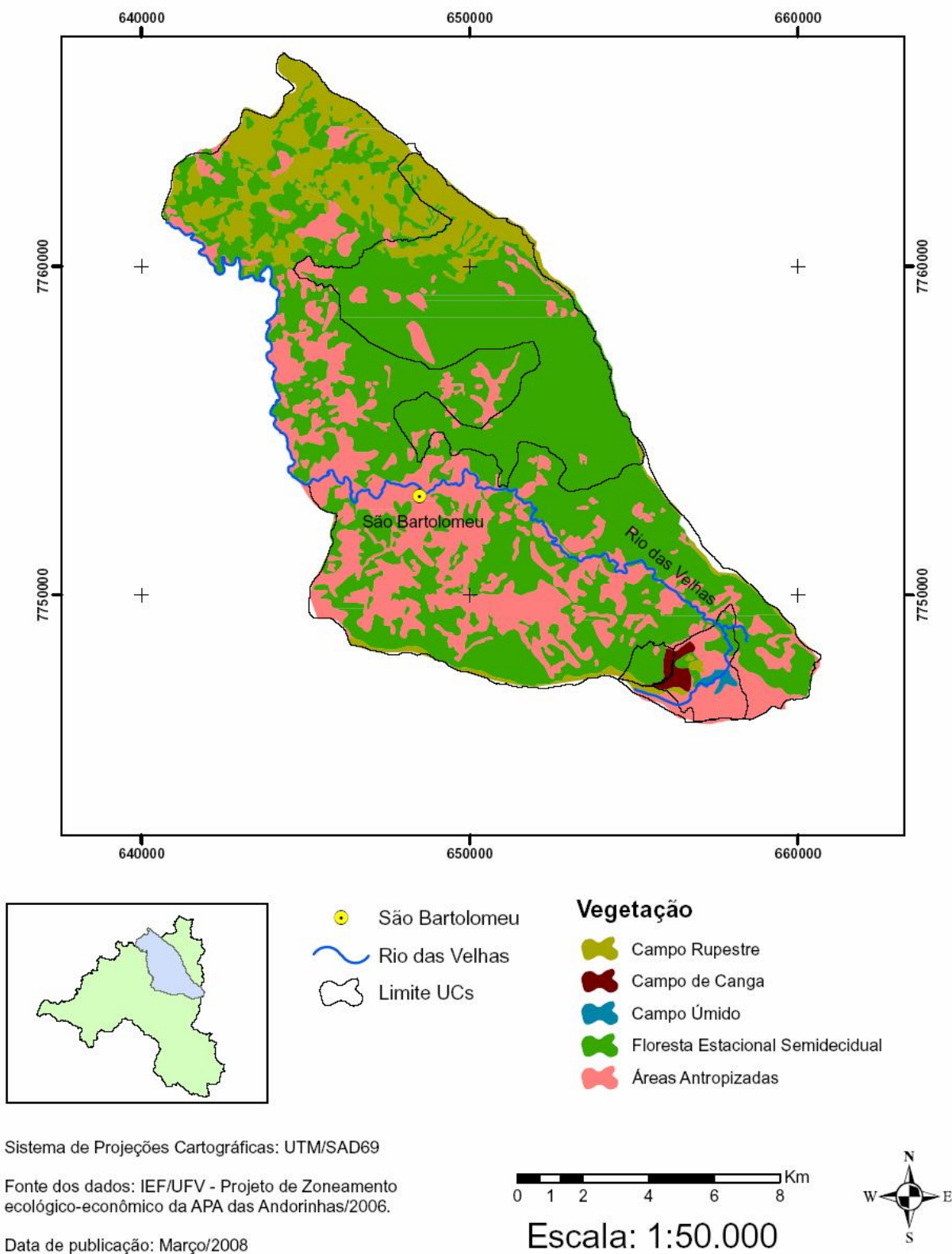


Figura 7 – Mapa de distribuição espacial da vegetação na APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte: IEF/UFV, 2006.

Em função da Lei da Mata Atlântica, que proíbe a alteração do uso do solo em áreas com esta fitofisionomia e, também, devido às restrições impostas pela criação das unidades de conservação, muitas destas áreas estão em processo de regeneração. São comuns, também, áreas desmatadas para a formação de pastagens, e hoje abandonadas e cobertas por samambaiçu ou, ainda, áreas com vegetação predominantemente de candeia, que é uma espécie pioneira no processo de regeneração florestal.



Figura 8 – Foto de antiga área de mata, substituída por pasto e, agora, sendo substituída por samambaiçu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Nos trabalhos de campo realizados no âmbito desta pesquisa foi possível perceber, também, que a área abrangida pela APA apresenta grandes contínuos de Mata Atlântica, porém, a maior parte dela é formada por árvores de pequeno e médio porte, com caules finos, muitas embaúbas, e poucos exemplares de árvores mais frondosas, o que pode ser associado a um processo de regeneração de grande parte dessa mata que, anteriormente, era utilizada em atividades de extrativismo vegetal. Vide fotos abaixo.

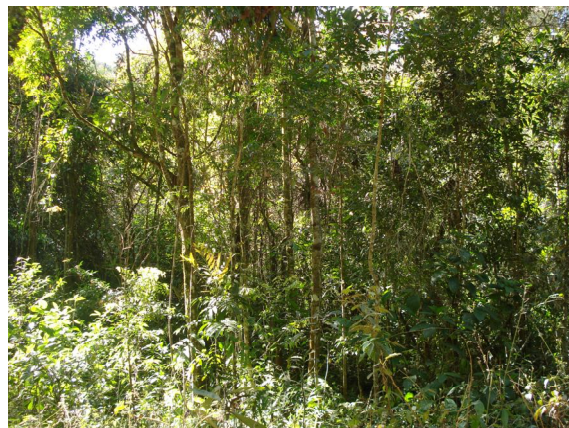


Figura 9 – Foto de vegetação em estágio de regeneração
Fonte: Raquel Scalco, 2008



Figura 10 – Vista parcial da Floresta Estadual do Uaimii com Floresta Estacional Semidecidual Montana. Nota-se a presença de Embaúbas, revelando o caráter secundário da mata.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

De acordo com um funcionário do IEF, a atividade de carvoejamento, historicamente desenvolvida na área, é o que, paradoxalmente, contribuiu para manter a Mata Atlântica nesta região:

O histórico dessa região é o seguinte: essa região tem muito remanescente de Mata Atlântica justamente por causa da atividade carvoeira. Como o pessoal dependia da floresta para fazer carvão, eles não alteraram o uso do solo, não tiraram a floresta para por braquiária ou outro tipo de coisa. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 16/07/08).

Um morador da APA, representante de Associação Comunitária, compartilha da mesma opinião:

Aqui, toda vida foi preservado. O povo fazia o carvão, mas retinha a mata. O cara fazia o carvão, mas quando passava dois, três anos a mata já tava surgindo. Quase que você podia voltar atrás e fazer carvão outra vez. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 15/07/08).

Assim, pode-se inferir que, apesar de a produção de carvão baseada no extrativismo vegetal ser uma atividade potencialmente causadora de impacto ambiental, na APA Cachoeira das Andorinhas ela acontecia de forma controlada, quase como uma forma de manejo florestal. Isso se deve ao fato de que a comunidade dependia desta atividade econômica, que deveria ser realizada de forma sustentável para que pudesse permanecer garantindo a fonte de renda.

Nas visitas de campo foi possível perceber, também, um outro fenômeno: uma grande expansão das plantações de eucalipto. Muitas fazendas, em que os pastos haviam sido

abandonados, estão realizando atividades de plantio de eucalipto, como pode ser visto nas fotos abaixo. Um funcionário do IEF arrisca uma explicação:

Aí veio a Lei da Mata Atlântica, apertou, e o quê que o pessoal fez? Ainda ilegal pela última vez, tirou a mata e pos eucalipto no lugar ou braquiária. Daí nós fizemos uma comparação de imagem *Land sat* de 94 e 98 e mostrou exatamente o decréscimo das capoeiras e o incremento de eucaliptal e pastagem, na mesma proporção. Então, a lei que a princípio parecia que vinha para ajudar, veio para acabar. Aí a necessidade de mexer com o manejo sustentável, porque não adianta a gente fugir de uma realidade, que é a realidade econômica. [...] Então, o quê que a gente tem que fazer? Ajudar o pessoal a manejar suas matas. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 16/07/08).



Figura 11 – Foto de área de plantação de eucalipto
Fonte: Raquel Scalco, 2008



Figura 12 – Foto de área de plantação de eucalipto
Fonte: Raquel Scalco, 2008

Em relação ao relevo, a APA apresenta altitudes variando de 920m, nas margens do Rio das Velhas, até aproximadamente 1.800m, nas cristas mais elevadas, com altitude média de 1.168m. Percebe-se, pelo mapa hipsométrico apresentado a seguir, que os limites sul e leste da APA possuem as maiores altitudes da área, sendo marcado pela presença da Serra de Ouro Preto (Sul) e Serra Geral (Leste). O mapa de declividade demonstra que, exceto nestas duas regiões que apresentam escarpas bastante acidentadas, com inclinação maior que 45°, a APA apresenta declividade compatível com o seu uso para as mais diversas atividades, porém, muitas delas restringidas pelas leis ambientais nela incidentes.

O conjunto das formas de relevo existentes na área foi dividido pela UVF/IEF (2005a) em seis unidades geomorfológicas principais, como pode ser visto no mapa a seguir: 1) Planícies Fluviais com Sedimentos aluviais indiscriminados, ocorrendo ao longo do Rio das Velhas, nas terras baixas e parcialmente inundáveis, tendo sido intensamente afetadas por atividades de mineração; 2) Colinas convexas do alto Rio das Velhas, que

formam o compartimento embutido entre os divisores de água de formação quartzítica/itabirítica que limitam a bacia do alto Rio das Velhas; 3) Cristas alinhadas e ravinadas, apresentando altitude e declividade média de 1.243m e 15,8°, respectivamente, sendo uma unidade geomorfológica frágil e instável, sob ação antrópica, apresentando áreas sujeitas à formação de voçorocas; 4) Serras e Escarpas estruturais em rochas metassedimentares dobradas, que englobam as serras mais elevadas que marcam os limites sul e leste da APA, apresentando a maior declividade média, com valores que chegam a 65,2°; 5) Patamares estruturais em rochas quartzíticas, que são áreas estruturalmente controladas, com espessa acumulação de materiais quartzosos provenientes do intemperismo das cristas circundantes; 6) Vales suspensos, que ocorrem na porção sudeste da APA, próximo às nascentes do Rio das Velhas, caracterizadas pela presença de campo higrófilo e matas de várzea, encontrando-se muito antropizados pela proximidade com o bairro Morro de São Sebastião. Nestas áreas houve supressão de vegetação em função do crescimento do bairro supracitado, criação de novos loteamentos, atividades de mineração (extração de quartzito e bauxita) e pastagem. Além disso, muitas áreas foram desmatadas para a retirada da madeira, para venda e para uso pela comunidade do bairro Morro São Sebastião.

Hipsometria da APA Cachoeira das Andorinhas Ouro Preto - MG

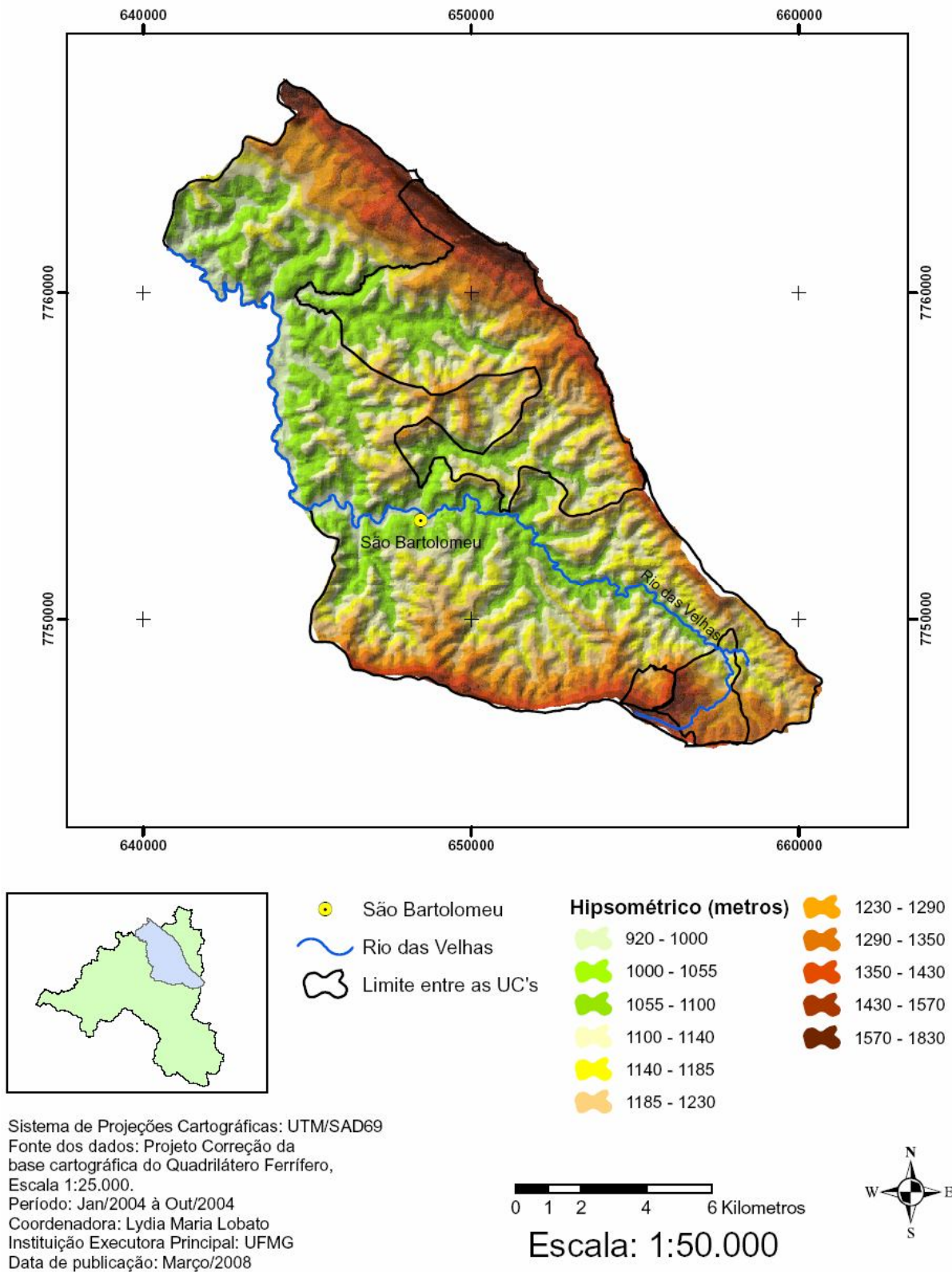


Figura 13 - Mapa hipsométrico da APA Cachoeira das Andorinhas
 Fonte: UFMG, 2004

Declividade na APA Cachoeira das Andorinhas Ouro Preto - MG

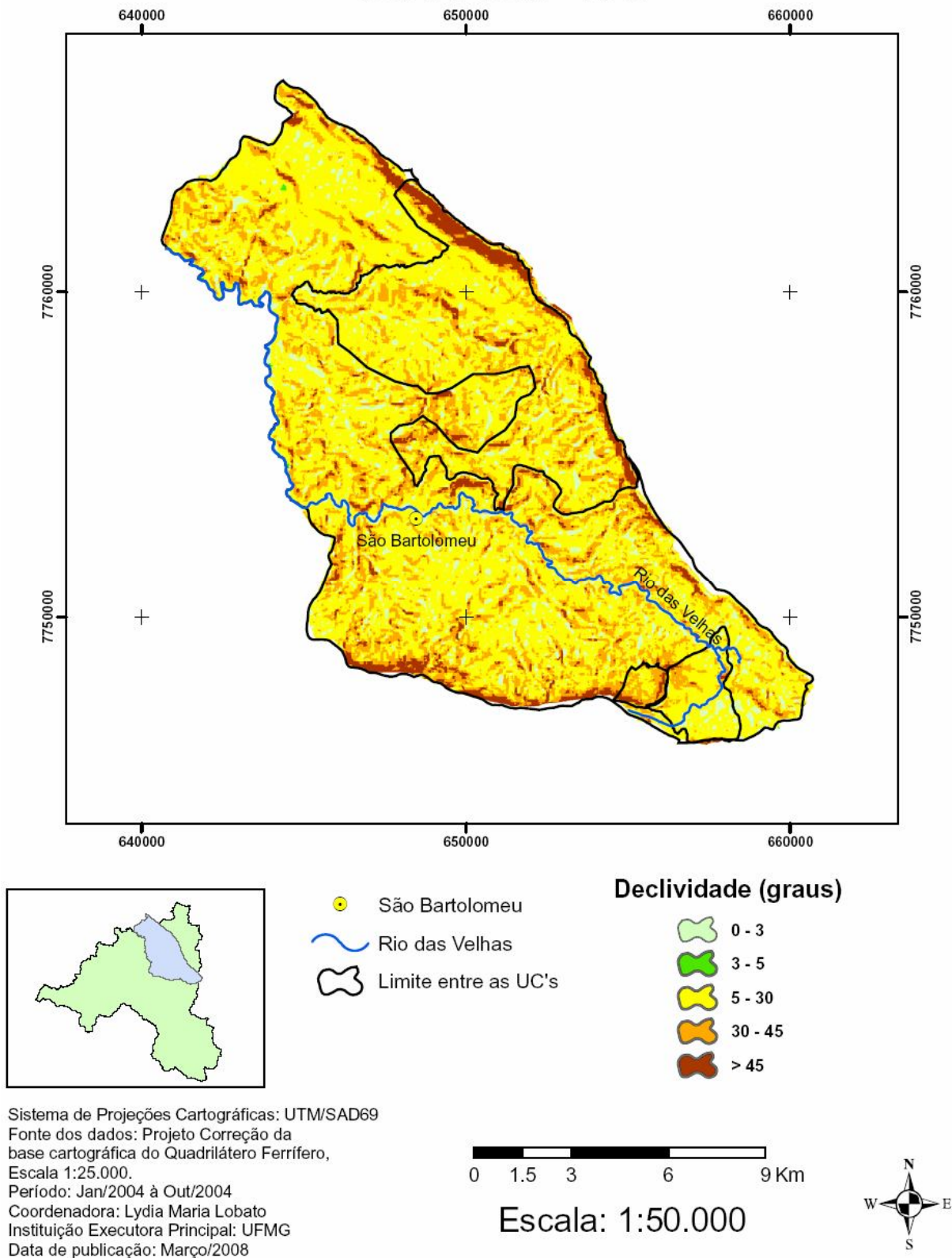


Figura 14 – Mapa de declividade da APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte: UFMG, 2004

Geomorfologia da APA Cachoeira das Andorinhas - Ouro Preto - MG

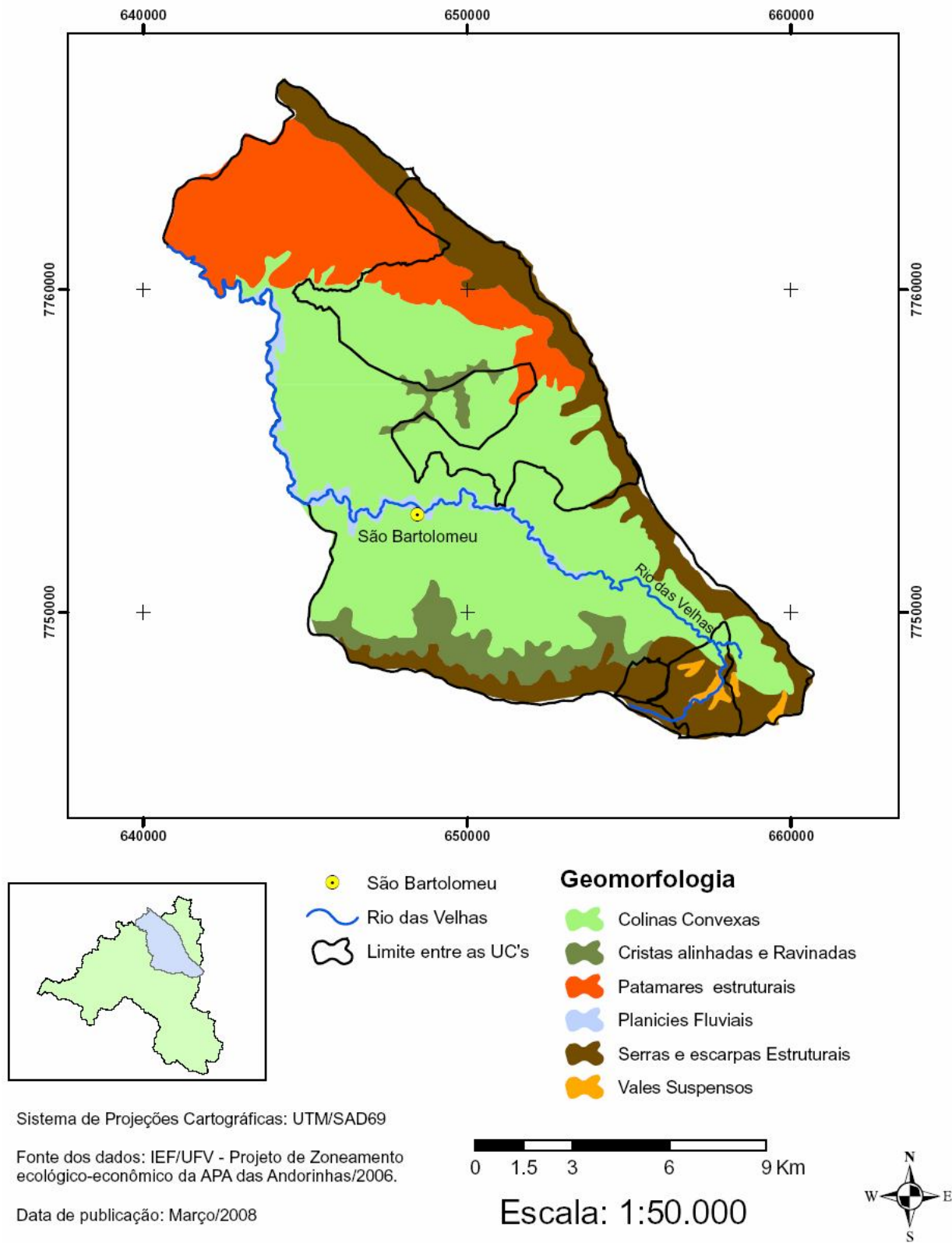


Figura 15 - Mapa de geomorfologia da APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte – IEF/UFV, 2006

Em relação ao clima, ocorrem na região os tipos climáticos Cwa e Cwb, de acordo com a classificação de Köppen. O primeiro deles, que predomina nas partes menos elevadas, corresponde ao clima tropical de altitude, com verões quentes e úmidos e estação seca curta nos meses de julho e agosto. Apresenta pluviosidade média anual variando entre 1.000 a 2.100 mm e temperatura média anual entre 19,5 e 21,8°C, sendo a média do mês mais frio inferior a 18°C.

O segundo tipo climático, predominante nos níveis mais elevados, corresponde ao clima tropical de altitude com chuvas de verão. Possui verões mais brandos que o anterior e a temperatura média anual variando entre 17,4 e 19,8°C, sendo a média dos meses mais quentes inferiores a 22°C (CASTAÑEDA², apud ANDRADE, 2000, p.15).

Fazendo uma análise cruzada entre solos, relevo e vegetação, como segue no mapa fitofisiográfico e de tipos do solo, elaborado pelo IEF/UFV (2006) e apresentado a seguir juntamente com sua tabela explicativa, é possível constatar o seguinte.

Nas áreas de relevo escarpado, montanhoso, onde se encontram as maiores altitudes da APA (entre 1.300 a 1.800m), em seus limites sul e leste, a saber nas Serras de Ouro Preto e Geral, estão presentes os Campos de Altitude Subtropical com presença marcante de Candeias. Nessas regiões, predominam os Neossolos Litólicos Distróficos associados a Neossolos e Cambissolos Húmicos, sendo caracterizados como solos rasos e pobres em matéria orgânica. No mapa, esta região está representada pela sigla RLd1.

As cristas quartzíticas presentes na região norte da APA, no mapa identificadas pela sigla RLd2, apresentam Neossolos Litólicos Distróficos associados à Neossolos Quartzarênicos e Espodossolos Ferrocárbicos. Essas áreas caracterizam-se pela vegetação de Campos Rupestres Subtropicais.

Os locais com declividade menos acentuada, variando de montanhoso forte ondulado a suave ondulado, identificados no mapa por CXbd2 e CXbd3, apresentam vegetação de Campos de Altitude nas partes mais elevadas e Floresta Subtropical com Candeia nas partes de menor altitude. Nessas duas formações, ocorrem solos associados à Neossolos Litólicos, nas porções mais elevadas das cristas alinhadas, e Cambissolos Hápticos Distróficos Lépticos arenosos, desenvolvidos de rochas quartzíticas, ocorrendo

² CASTAÑEDA, Cristiane – Projeto de Caracterização Geológica e Geomorfológica da região do Parque Estadual do Itacolomi. Ouro Preto, UFOP/IEF, 1993.

associados à Espodosolos e Neossolos Litólicos nos patamares estruturais em rochas quartzíticas.

A unidade CXbd1, de Cambissolos, é a mais extensa da APA, sendo distribuída por toda a área. Ocorrem nas porções mais inclinadas da paisagem e encostas côncavas com a presença de Latossolos nas porções mais rebaixadas das encostas. São solos pobres, muito susceptíveis à erosão. “Grande parte destes solos encontra-se coberta por vegetação florestal nativa, denotando a falta de aptidão para o uso agropecuário. Algumas áreas de pastagem encontram-se extremamente degradadas, com evidência de processos erosivos e voçorocamento.” (UFV/IEF, 2005a, p.35)

As formações CHd1 e CHd2 estão associadas ao relevo montanhoso. O primeiro, formado por Cambissolo Húmico Distrófico, apresenta predominância de Mata Subtropical de Candeia. Já o segundo, formado por Cambissolo Húmico Distrófico associado à Neossolo Litólico Distrófico, apresenta Campo Rupestre de Canga Laterítica/Bauxita, presente nas partes altas do Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas.

Manchas de Latossolo Vermelho-Amarelo, ocorrendo em associação com Cambissolos e Neossolos Litólicos (LVAd1) e associadas à Cambissolo Háptico (LVAd2), ocorrem na área central da APA, sendo caracterizadas pela formação vegetal de Floresta Subtropical com Candeia. Ocupam áreas de encostas convexas, topos de morro e rampas. “A utilização dos solos que compõem estas unidades de mapeamento se dá com a pastagem, florestas (sic) de eucalipto e fragmentos florestais nativos, em sua maioria compostos por vegetação secundária.” (UFV/IEF, 2005a, p.33)

Já as formações nomeadas de GXbd no mapa, que aparecem em pequenas manchas na área central da APA e na região do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas, é formado por Gleissolo Háptico Distrófico associado ao relevo plano e ao suave ondulado.

Por fim, às margens do Rio das Velhas, encontram-se os Neossolos Flúvicos, que são os solos aluviais, originados da constante deposição de material transportado pelos rios, identificados no mapa pela sigla RUBd. Esta região apresenta formação de Campos de Várzea degradados, sendo comum a extração ilegal de areia nessas áreas.

Tabela 01 – Fitofisiografia e tipos de solos da APA Cachoeira das Andorinhas

LEGENDA	CLASSES
CHd1	CHd 1- CAMBISSOLO HÚMICO DISTRÓFICO RELEVO MONTANHOSO FASE MATA SUBTROPICAL DE CANDEIA
CHd2	CHd2 CAMBISSOLO HUMICO DISTRÓFICO RELEVO MONTANHOSO NEOSSOLO LITÓLICO DISTRÓFICO FASE CAMPO RUPESTRE DE CANGA LATERÍTICA/BAUXITA
CXbd1	CXbd1 - CAMBISSOLO HÁPLICO DISTRÓFICO LATOSSOLO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO RELEVO ONDULADO/FORTE ONDULADO FASE FLORESTA SUBTROPICAL COM CANDEIA
CXbd2	CXbd2 - CAMBISSOLO HÁPLICO DISTRÓFICO NEOSSOLO LITÓLICO DISTRÓFICO RELEVO MONTANHOSO/FORTE ONDULADO FASE MATA SUBTROPICAL DE CANDEIA
CXbd3	CXbd3 - CAMBISSOLO HÁPLICO DISTRÓFICO LÉPTICO (CXbd3) ESPODOSSOLO FERROCÁRBICO ÓRTICO (ESo) FASE CAMPO CERRADO SUBTROPICAL, RELEVO SUAVE ONDULADO
GXbd	GXbd - GLEISSOLO HÁPLICO DISTRÓFICO RELEVO PLANO/SUAVE ONDULADO
LVA d1	LVA d1 - LATOSSOLO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO CAMBISSOLO HÁPLICO DISTRÓFICO NEOSSOLO LITÓLICO DISTRÓFICO RELEVO FORTE ONDULADO/MONTANHOSO FASE FLORESTA SUTROPICAL COM CANDEIA
LVA d2	LVA d2 - LATOSSOLO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO LATOSSOLO VERMELHO AMARELO ÁCRICO CAMBISSOLO HÁPLICO FLORESTA SUBTROPICAL COM CANDEIA
RLd1	RLd1 - NEOSSOLO LITÓLICO DISTRÓFICO (RLd) NEOSSOLO LITÓLICO HÚMICO (RLh) CAMBISSOLO HÚMICO DISTRÓFICO (CHD) RELEVO ESCARPADO /MONTANHOSO FASE CAMPO DE ALTITUDE SUBTROPICAL COM CANDEIA
RLd2	RLd2 - NEOSSOLO LITÓLICO DISTRÓFICO (RLd) RELEVO ONDULADO/SUAVE ONDULADO ESPODOSSOLO FERROCÁRBICO ÓRTICO (ESo) NEOSSOLO QUARTAZARÊNICO ÓRTICO FASE CAMPO RUPESTRE SUBTROPICAL
RUbd	RUbd - NEOSSOLO FLÚVICO DISTRÓFICO FASE CAMPO DE VÁRZEA DEGRADADO

Fitofisiografia e tipos de solos da APA Cachoeira das Andorinhas - Ouro Preto - MG

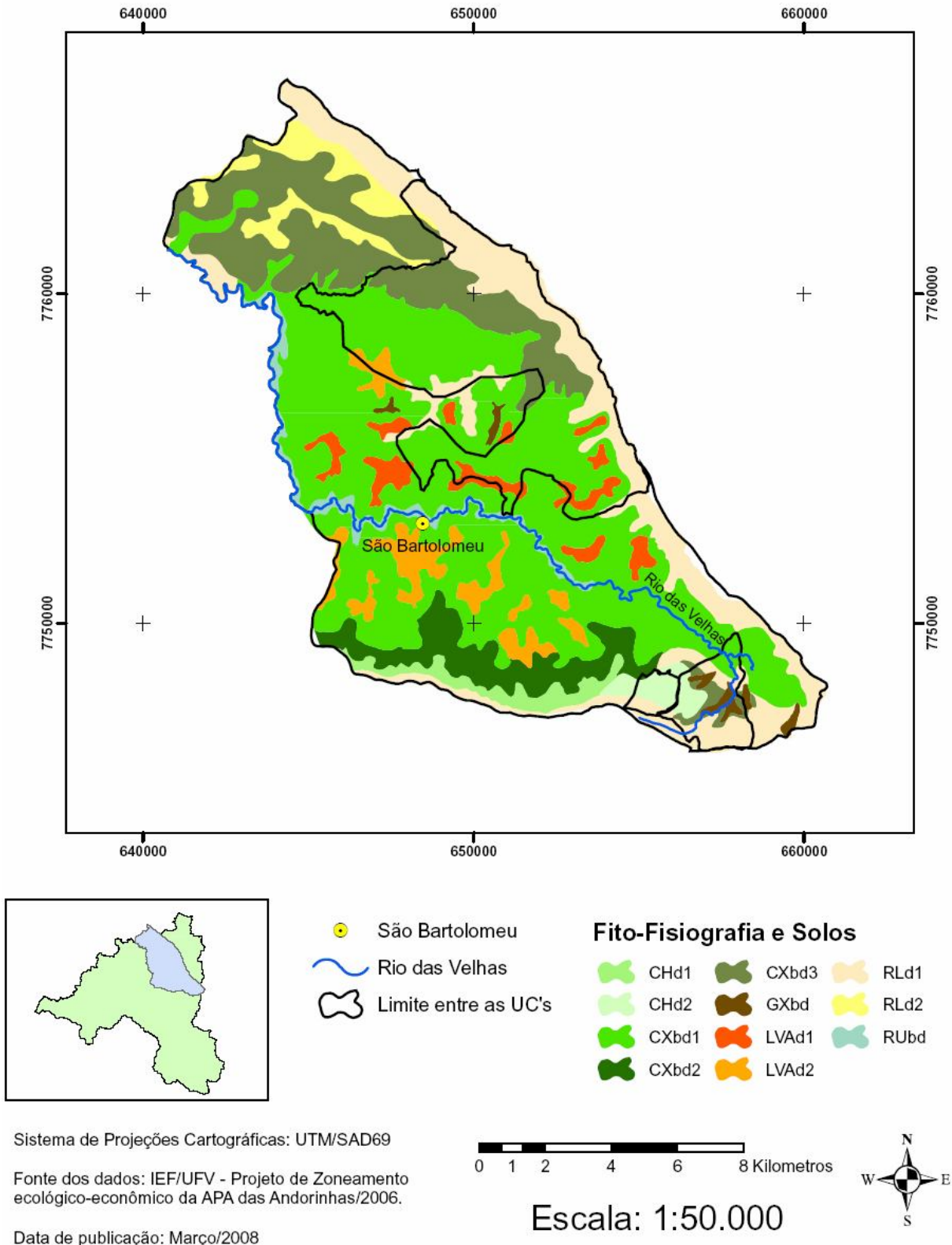


Figura 16 – Mapa de fitofisiografia e tipos de solos da APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte: IEF/UFV, 2006

É importante, ainda, fazer uma análise dos aspectos geológicos da região. Como dito anteriormente, a APA está localizada na região sudeste do Quadrilátero Ferrífero, como pode ser observado pela figura abaixo.

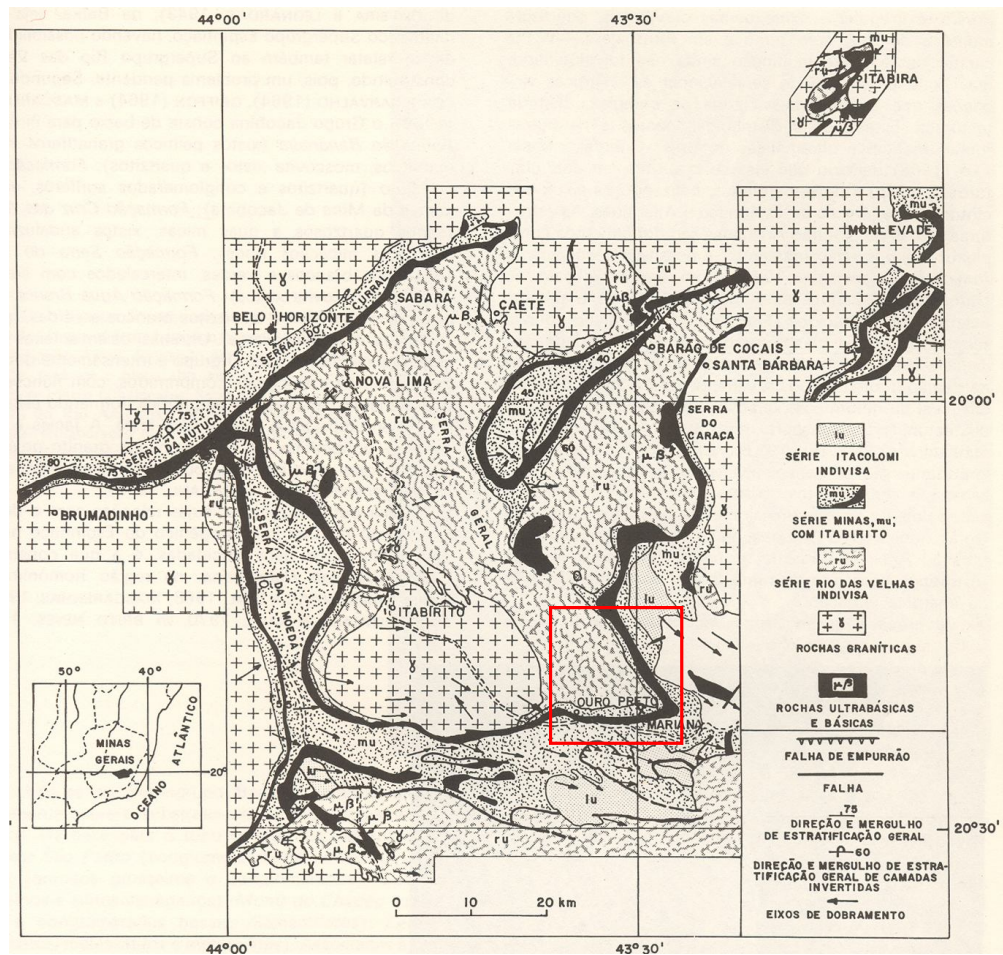


Figura 17 – Esboço geológico do Quadrilátero Ferrífero, com destaque para a área da APA Cachoeira das Andorinhas.
Fonte: UFV/IEF, 2005a.

Analisando-se a figura acima e as considerações da UVF/IEF (2005a) sobre a geologia da área, percebe-se que no setor sul da APA, a Serra de Ouro Preto constituiu um bloco falhado de empurrão, de deslocamento sul-norte, sobre as rochas mais pelíticas e deformadas do Grupo Nova Lima. De forma semelhante, a parte nordeste, na formação da Serra Geral, corresponde a um outro sistema de falhas de empurrão, porém de deslocamento leste-oeste, cavalgando os filitos do Grupo Nova Lima pelas seqüências de rochas dos Grupos Maquiné (Supergrupo Rio das Velhas), Caraça e Itabira (Supergrupo Minas). Assim, é formado um anfiteatro erodido, centrado em São

Bartolomeu, com predomínio do Supergrupo Rio das Velhas (Formação Nova Lima), cercada por rochas do grupo Maquiné (Supergrupo Rio das Velhas) e Grupos Caraça e Itabira, do Supergrupo Minas, nas cotas mais elevadas, como pode ser observado pelo mapa que se segue.

Detalhando um pouco mais as litologias encontradas na região, temos o seguinte: O Supergrupo Rio das Velhas, predominante na área, constitui as formações metassedimentares mais antigas do Quadrilátero Ferrífero. As rochas deste Supergrupo são economicamente importantes devido à ocorrência de jazidas de ouro e de manganês. Este supergrupo foi dividido em Grupo Nova Lima e Grupo Maquiné.

O Grupo Nova Lima é o mais antigo, sendo caracterizado pela superposição de micaxistos, quartzitos, conglomerados, formações ferríferas metamórficas, xistos e filitos grafitosos. (BARBOSA, 1967). Este é o grupo predominante na APA.

O Grupo Maquiné é constituído essencialmente por quartzitos, siricaxistos, grauvacas, filitos, conglomerados e xistos, que ocorrem na APA em uma faixa contínua de direção Sudeste-Noroeste, principalmente na região Norte, próximo à Serra Geral.

O Supergrupo Minas pode ser dividido, de acordo com Dorr³ (1969, apud ANDRADE, 2000) em quatro Grupos: Tamanduá (não aflorado na área), Caraça, Itabira e Piracicaba (também não aflorado na área). Este Supergrupo é o mais conhecido e estudado do Quadrilátero Ferrífero, principalmente pelas jazidas de ferro que possui.

O Grupo Caraça aparece formando a extensa crista de orientação Oeste-Leste, denominada Serra de Ouro Preto, que marca o limite sul da APA. Esta formação aparece, também, em maior área, no interior do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e ainda na parte mais ao sul da Serra Geral. Este Grupo pode ser dividido em duas formações: Moeda e Batatal.

A Formação Moeda é composta por conglomerados, ortoquartzitos, quartzitos interdigitados com extensas lentes de quartzito filíticos de granulção fina, filitos e filitos quartzosos. A Formação Batatal é constituída por filitos com lentes de filito grafitosos, metacherts e formações ferríferas. (ANDRADE, 2000, p. 12)

A formação Moeda ocorre apenas em pequenas áreas da APA, portanto são pouco significativas, no extremo norte, formando cristas rochosas.

³ DORR, I. I.; JOHN, V. N. – Desenvolvimento Fisiográfico, Estratigráfico e Estrutural do Quadrilátero Ferrífero: geologia regional do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil, S.L.: S.n, 1969.

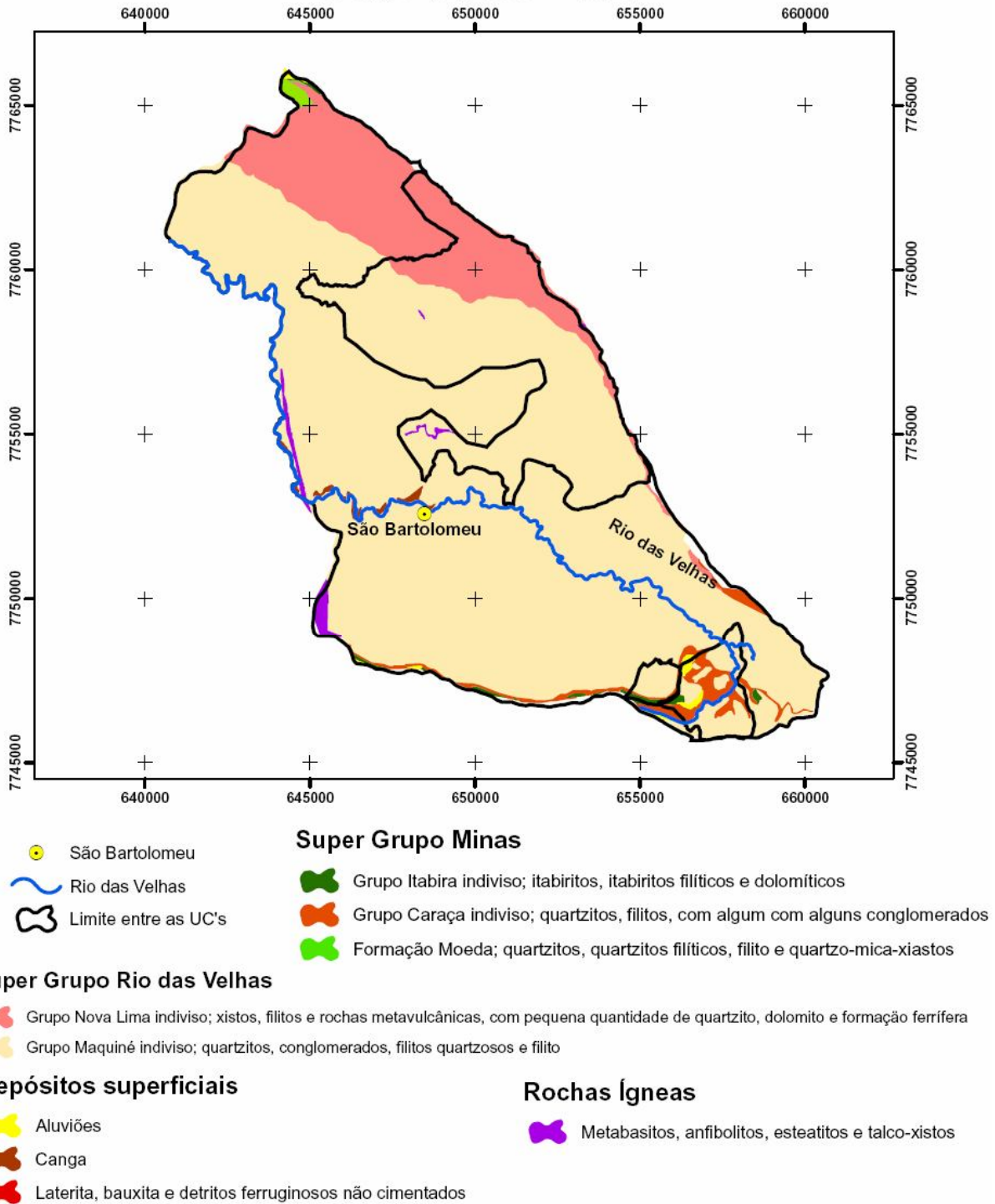
Já as rochas do Grupo Itabira indiviso ocorrem na Serra de Ouro Preto, marcando o limite sul da APA, próximo aos locais de ocorrência das rochas do Grupo Caraça, composto principalmente por itabiritos, itabiritos filíticos e dolomíticos. Uma pequena mancha desta formação aparece também no extremo norte da APA Este Grupo pode dividido nas Formações Cauê e Gandarela, porém, a análise feita pela UFV/IEF (2005a) optou por analisar o grupo sem dividi-lo.

Os depósitos superficiais de canga e laterita ocorrem em pequenas áreas, na região sul da APA, no interior do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas. A canga é produzida por alteração do itabirito, sendo composta principalmente de hidróxido de ferro. Os depósitos lateríticos e bauxíticos em colúvios ou *in situ*, são derivados de materiais itabiríticos intemperizados e transportados. (UFV/IEF, 2005a)

Já os depósitos aluvionais ocorrem nas margens do Rio das Velhas e possuem constituição predominantemente siltosa-argilosa, formando cascalheiras auríferas. Visivelmente é possível perceber a presença de cascalho lavado, sobre os terraços e os aluviões, evidenciando a ação mineradora no rio.

Por fim, vale lembrar a presença de rochas ígneas, a oeste da APA, próximo ao Rio das Velhas e em pequena área central da APA, contendo diques de metabásito, anfibólito, esteatito e talco-xisto indivisos.

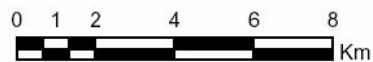
Geologia da APA Cachoeira das Andorinha Ouro Preto - MG



Sistema de Projeções Cartográficas: UTM/SAD69

Fonte dos dados: IEF/UFV - Projeto de Zoneamento ecológico-econômico da APA das Andorinhas/2006.

Data de publicação: Março/2008



Escala: 1:50.000



Figura 18 – Mapa de geologia da APA Cachoeira das Andorinhas
Fonte: IEF/UFV, 2006

1.3 - Aspectos Históricos e Sócio-econômicos

A APA possui cerca de 90% de seu território inserido no distrito de São Bartolomeu, e o restante abrangendo parte do bairro Morro de São Sebastião, na cidade de Ouro Preto. Por esse motivo, grande parte das informações aqui apresentadas dizem respeito ao distrito supracitado.

O histórico do distrito e da região está diretamente ligado ao ciclo do ouro. Por volta do final do século XVII, bandeiras paulistas e portuguesas adentram a região das minas em busca de ouro e pedras preciosas. Como era de praxe, essas bandeiras seguiam o curso dos rios e, subindo o Rio das Velhas, vindo da região de Sabará, chegaram ao local onde hoje é São Bartolomeu, antes mesmo de chegarem a Ouro Preto, como colocado no Dossiê de Tombamento do Núcleo Urbano de São Bartolomeu:

Mas quem foram, efetivamente, os primeiros povoadores de São Bartolomeu? Sabe-se da importância da Bandeira de Fernão Dias para o desbravamento do interior mineiro. Partida a expedição em julho de 1674 atingiu, meses depois, a nascente do Rio das Velhas, antes de rumar ao lendário Sabarabuçu. Apesar dos dados concretos não possuírem muita precisão e não provarem de fato que Fernão e seu grupo foram os primeiros exploradores a percorrer a região, são, contudo, interessantes para se entender o contexto do Rio das Velhas na exploração mineradora. Tão importante que, na região do Sabará, onde o rio se avoluma, daria nome a toda uma comarca. Mas, é mais ao sul, mirrado, que nasce o Rio das Velhas, no distrito de São Bartolomeu. Foi inevitável, então, que os aventureiros do ouro não se guiassem até aquelas paragens. (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2007, p.70)

Em São Bartolomeu esses bandeirantes estabeleceram um povoamento próximo ao Rio das Velhas, extraíndo ouro das margens e do leito deste rio. Com o passar dos anos, a mineração foi se desenvolvendo e São Bartolomeu se transformou em um importante centro comercial, já no século XVIII, visando o abastecimento tanto dos moradores locais como de toda a região mineradora de Vila Rica. De acordo com Torres, nesta época:

A rua central abrigava diversos estabelecimentos comerciais e depósitos de mercadorias. O que pode ser observado na tipologia das construções que, mesmo alteradas, indica inúmeras portas de armazéns. Nessa época as fazendas também se desenvolveram e conseqüentemente, a agricultura. Com o declínio da atividade mineradora, a partir do final do século XIX, o comércio entra em decadência e, para garantir a sua sobrevivência, a população do lugar

se dedica com maior afinco à agricultura e à fabricação de doces. (TORRES, 1999, p. 2)

Durante o século XVIII e XIX, a agricultura foi bastante desenvolvida, visando atender Vila Rica que estava em amplo processo de crescimento. “Como a região era rica em diversos tipos de fruta, na época da safra, para não haver perdas, os moradores começaram a fabricar doces, o que explica, portanto, a tradição da indústria caseira de doces no distrito.” (MACHADO, 2001, p. 23).

O processo de produção artesanal de doces de São Bartolomeu foi o primeiro patrimônio imaterial registrado do município de Ouro Preto, por meio do Decreto nº 1.096 de 15/04/08, sendo inscrito no livro de “Saberes e Celebrações.” De acordo com o Inventário da Tradicional Produção de Doces Artesanais de São Bartolomeu, suas principais características são: sua produção tradicional e artesanal, está associada ao modo de viver da comunidade local, e tem como produtor o núcleo familiar. O doce é feito no fogão à lenha e é atualmente a principal fonte de renda da comunidade de São Bartolomeu. Os principais doceiros estão localizados em Sítio, Mato Dentro, Maciel, Mutuca, Engenho D’água e São Bartolomeu, sendo ao todo vinte e uma famílias de doceiros.



Figura 19 – Foto dos Doces de São Bartolomeu
Fonte: Raquel Scalco, 2008



Figura 20 – Foto dos Doces de São Bartolomeu
Fonte: Raquel Scalco, 2008

Com o esgotamento da produção aurífera, a atividade urbana do distrito entrou em declínio e o comércio decaiu substancialmente, entrando em um processo de estagnação mantido até os dias atuais. Esta estagnação ajudou a conservar as características coloniais da arquitetura do núcleo urbano de São Bartolomeu, que foi tombado pelo município, em 2007, apresentando um expressivo casario colonial, de arquitetura vernacular.



Figura 21 – Foto do Casario Colonial da Rua do Carmo.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Neste conjunto urbano destaca-se a Igreja Matriz de São Bartolomeu, tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1960. Construída entre o final do século XVII e início do século XVIII, é uma das igrejas mais antigas do Estado. Em uma de suas torres está presente uma raridade: um dos únicos sinos de madeira do mundo. De acordo com o Dossiê de Tombamento de São Bartolomeu:

A própria arquitetura desta igreja é prova também da antiguidade do local, sendo a fachada – com suas três janelas, as torres com telhadinho e os cunhais de madeira – típica da primeira ‘fase’ construtiva que Minas conheceu. Sua fachada e seu interior, bem preservados, nos dão uma idéia de como eram as primeiras igrejas matrizes erguidas com o esforço dos mineradores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2007, p.60).



Figura 22 – Foto da Igreja Matriz de São Bartolomeu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 23 – Detalhe do sino de madeira da Igreja
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

No aspecto cultural, destacam-se duas festas importantes que refletem a tradição religiosa e econômica do distrito e atraem muitos turistas, são elas: a Festa de São Bartolomeu e a Festa da Goiaba. A Festa de São Bartolomeu, padroeiro do distrito, é a mais importante e ocorre na semana do dia 24 de agosto. Essa manifestação cultural atrai muitos visitantes de várias partes de Minas Gerais, sendo marcada por uma parte religiosa de grande relevância para a comunidade local, com procissões, missas e queima de fogos em louvor aos santos; e uma parte profana com shows musicais, barraquinhas de comida, bebida e camelôs, sendo mais freqüentada por pessoas de fora da comunidade. Essa parte da festa é realizada no campo de futebol, às margens do Rio das Velhas e é responsável por grande degradação do mesmo, em função do descaso dos organizadores com o lixo gerado durante os quatro dias de festa.



Figura 24 – Foto da Procissão durante a festa de São Bartolomeu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 25 – Foto da Rua do Carmo enfeitada para a festa.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 26 – Foto da parte profana da festa de São Bartolomeu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 27 – Foto com o lixo gerado, após a festa de São Bartolomeu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Já a Festa da Goiaba acontece todos os anos, geralmente na época de safra da fruta, com exposições de artesanato, shows e comercialização de doces.

Ressalta-se que, a partir da metade do século XX, em decorrência do processo de industrialização vivido em todo o país, várias indústrias mineradoras se instalaram nas

regiões vizinhas à APA, nas quais muitos moradores foram trabalhar. Junto com as mineradoras, também cresceu na região a produção de carvão vegetal, utilizando-se tanto da mata nativa, como também introduzindo as monoculturas de eucalipto. Tais atividades foram proibidas anos mais tarde, com a criação da APA e também devido à aprovação de outras leis ambientais, como a Lei da Mata Atlântica e a legislação sobre APPs (Área de Preservação Permanente).

De acordo com Torres, na década de 1970, a região recebeu grande apoio no que diz respeito à infra-estrutura. Segundo ele, “foram introduzidas energia elétrica, canalização de água e esgoto, ampliação da escola, criação do posto de saúde e de uma linha de ônibus regular.” (TORRES, 1999, 3)

Mesmo com algumas modificações, o local continuou apresentando problemas no que se refere à falta de infra-estrutura adequada para a população e escassa opção para o desenvolvimento de atividades econômicas. Assim, muitos moradores acabaram por deixar o distrito, mudando-se para a sede do município ou para distritos maiores, iniciando-se, assim, um processo de êxodo rural que assola a região até os dias atuais.

De acordo com dados de Machado (2001), o distrito possuía, em 2001, uma população urbana de 233 pessoas e população total de 786 pessoas, como pode ser observado no gráfico abaixo. Torres (1999), para enfatizar o grande êxodo rural pelo qual passou o distrito, apresentou em seu estudo um levantamento realizado pelos próprios moradores do local. Segundo eles, na época do estudo existiam no distrito cerca de setenta e seis casas totalmente vazias, oito casas com apenas um morador e treze casas com dois moradores. A opinião de um Doceiro do local enfatiza esta questão: “O principal problema aqui é o êxodo rural. Você fica aqui dia de semana, você vê as casas tudo fechada. Tá ficando aqui é só os mais velhos. Porque aqui não roda dinheiro.” (Doceiro, entrevista realizada em 22/07/08).

De acordo com as análises de Machado, a população do distrito vem diminuindo desde a década de 1950, tendência essa mantida até a década de 2000, inclusive associada a uma maior restrição do uso do solo e do desenvolvimento de algumas atividades econômicas, em função da criação da APA, em 1989, e do decreto proibindo o corte raso da vegetação de Mata Atlântica, aprovado em 1993.

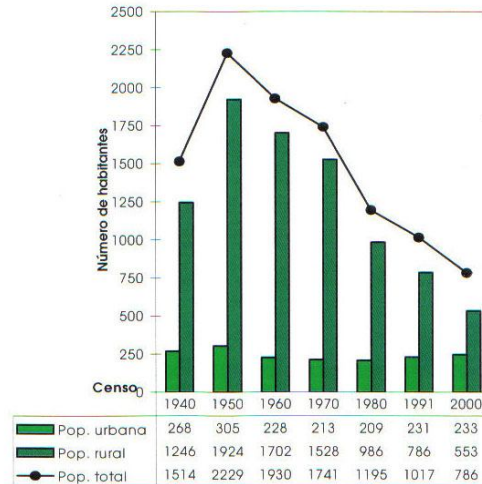


Gráfico 1 – População do distrito de São Bartolomeu – 1940 a 2000
 Fonte: Gráfico adaptado de Machado, 2001, p. 35

Percebe-se, portanto, que tanto a aplicação de leis ambientais, como a criação de unidades de conservação na região coíbem a realização de atividades tradicionais pela comunidade local, como a extração de espécies vegetais necessárias à sobrevivência da população, atividades de mineração e expansão de fronteiras agrícolas. Sobre o assunto, um representante de Associação Comunitária deu um depoimento interessante:

A fonte de renda aqui em São Bartolomeu era o carvão, o doce e o alho. Daí com a implantação da APA o carvão foi parando, foi parando, foi parando, até que hoje ninguém mais consegue fazer o carvão. O alho deu doença aqui e pronto. Acabou também. E ficou o doce. Mas o doce também tá bem fracassado, porque o povo não tem a lenha para fazer o doce, tá uma dificuldade danada. Daí tá todo mundo em dificuldade, tá todo mundo indo embora. Só ficaram os velhos. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 15/07/08).

No momento, a população trabalha basicamente com atividades rurais, como a pequena produção agrícola, a pecuária extensiva, a fabricação de doces caseiros de frutas locais, o artesanato e a exploração vegetal. Desta forma, a economia da região baseia-se nas pequenas e médias propriedades rurais, envolvendo toda a família na produção e comercialização dos produtos, inclusive crianças. Percebe-se que as pessoas estão bastante descrentes em relação ao desenvolvimento de atividades rurais, por medo de multas e autuações da polícia florestal, como pode ser percebido no depoimento abaixo:

A terra aqui é boa, mas hoje não pode plantar mais. Tá uma dificuldade imensa, porque para plantar você tem que limpar. Aí o IEF vem e dá uma multa. Aí você já tá custando, porque comprou um adubo, um negócio qualquer para pagar depois, daí você toma uma

multa, pronto, acabou. Daí complica mais. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 15/07/08).

De acordo com dados do IBGE⁴ (apud IEF/UFV, 2006), os moradores da APA possuem baixo poder aquisitivo, sendo que à época da pesquisa, 10% não tinha rendimento. Dos 90% restantes, a maioria declarou ter rendimento entre meio e dois salários mínimos (77,8%) e apenas 7,2% da população apresentou rendimento superior a cinco salários.

O turismo no povoado ainda é incipiente, sendo realizado praticamente por ex-moradores, parentes e amigos, que retornam ao distrito para descansar dos grandes centros urbanos. Geralmente, essas pessoas possuem casas no distrito, destinadas exclusivamente para este fim. Esta atividade é vista por muitos como uma solução para a crise econômica e para o êxodo rural da região. Porém, muitos moradores, principalmente os mais antigos, a vêm com receio, uma vez que são muito religiosos e apegados às tradições e têm medo dos impactos negativos que o turismo pode trazer.

Além disso, faz-se necessário solucionar vários problemas que afetam o desenvolvimento desta atividade, principalmente no que se refere à má conservação das estradas; ausência de sinalização; precariedade na coleta de lixo, no sistema de transporte e de comunicação; deficiência na infra-estrutura de pousadas, bares e restaurantes; ineficiência nos sistemas de abastecimento de água tratada, dentre outros. Sobre o assunto, vale observar a colocação de um pesquisador que desenvolve trabalhos na área:

Para melhorar a vida da população e as possibilidades de geração de renda, eu acho que falta uma infra-estrutura turística, tanto aqui no Morro (de São Sebastião) como na APA em geral, porque o turismo seria uma boa alternativa de renda para a população. Aqui já é uma área turística, mas falta capacitação, falta investimento nesta área, criar os equipamentos e valorizar aquilo que nós temos aqui, o Rio das Velhas, vários pássaros, animais como cobra, macacos, etc. Acho que o Parque, aqui perto da cidade pode funcionar como um centro de divulgação do restante da APA, pode ser um indutor do turismo. A população tem que saber aproveitar. Porque aqui tem tudo, tudo para dar certo. (Pesquisador, entrevista realizada em 22/08/08).

O acesso ao distrito pode ser feito de duas formas. A primeira e mais utilizada é a partir de Cachoeira do Campo e a outra é por Ouro Preto. Ambos os acessos se dão por estrada de terra que, dependendo da época do ano e das chuvas, ficam em péssimo estado de conservação.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Censo Demográfico 2000: agregado por setores censitários dos resultados do universo, 2 ed.

Existe apenas um ônibus diário que parte do distrito com destino a Ouro Preto às 8:30hs da manhã, passando por Cachoeira do Campo, retornando pelo mesmo trajeto, às 16:30hs. Esta linha funciona somente de segunda a sábado.

De acordo com o IBGE (2000, apud IEF/UFV, 2006), apenas uma pequena parte da população da APA conta com rede de esgoto (19,5%) e coleta de lixo (19,9%), sendo este serviço prestado principalmente no perímetro urbano. Sendo assim, o restante da população, ou usa fossa ou lança seus dejetos diretamente nos cursos d'água.

Em relação ao lixo, grande parte dele é queimado, enterrado ou ainda lançado em terrenos vagos próximos às residências, contribuindo também para a poluição dos cursos d'água.

Ainda segundo o censo do IBGE (2000, apud IEF/UFV, 2006), 87,7% da população da APA tem acesso a água canalizada, porém, apenas 30,3% da população é abastecida pela rede geral de abastecimento, enquanto 69,4% é abastecida por poços ou nascentes. No núcleo urbano, 87,5% do fornecimento de água é feito pela rede geral e, na zona rural, a principal forma de abastecimento provém de poços e nascentes (86,5%). Esse fato merece atenção, principalmente se cruzado com os dados referentes ao destino final do lixo e do esgoto. A maior parte da população rural, que não dispõe de coleta de lixo e nem de rede coletora de esgoto, é justamente a população que, para seu abastecimento, depende de água sem tratamento, captada direto dos cursos d'água e nascentes. Isso pode trazer sérios problemas de saúde para essa população.

Quanto à telefonia, o distrito possui apenas um telefone público que é a única fonte de comunicação da maioria dos moradores locais, sendo que, algumas vezes, o aparelho apresenta problemas. Alguns moradores já possuem celular rural, com antena própria; outros utilizam telefones de Ouro Preto para receberem recados.

O distrito dispõe de um posto médico, com funcionamento de segunda à sexta-feira com atendimento de uma enfermeira e atendimento médico apenas uma vez por semana.

O povoado conta, ainda, com uma escola de 1ª a 4ª série, denominada Escola Estadual Dr. Washington Araújo Dias, que possui apenas duas salas de aula, onde os turnos são revezados para atender as quatro turmas. No turno da noite existe uma turma de EJA – Educação de Jovens e Adultos. As demais séries são cursadas em Cachoeira do Campo, em Glaura ou Ouro Preto.

Na escola funciona, também, o Centro de Referência da APA e a Sala Verde⁵, onde foi criada uma biblioteca pública com documentos, estudos e pesquisas sobre a APA, bem como material bibliográfico sobre ecologia, meio ambiente e educação ambiental.

As opções de lazer e entretenimento da população são restritas. Para as crianças e jovens destaca-se a utilização do Rio das Velhas para a prática esportiva, de lazer e atividades ao ar livre, como a natação e as brincadeiras nas piscinas naturais.

Para os homens, as opções como jogo de futebol, jogos de baralho e frequentar os bares são as mais procuradas. Já para as mulheres, as opções são ainda mais restritas, sendo comuns as reuniões em suas casas, para fazerem as rezas e depois compartilharem um lanche, momento em que elas conversam e se distraem dos afazeres domésticos. Elas participam muito de novenas e missas, que apesar do caráter religioso, são opções que movimentam o distrito. Nos finais de semana, a rua do Carmo e o largo da Igreja Matriz servem de ponto de encontro dos moradores, ex-moradores e visitantes do local.

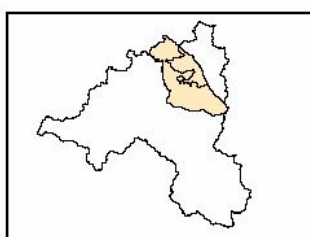
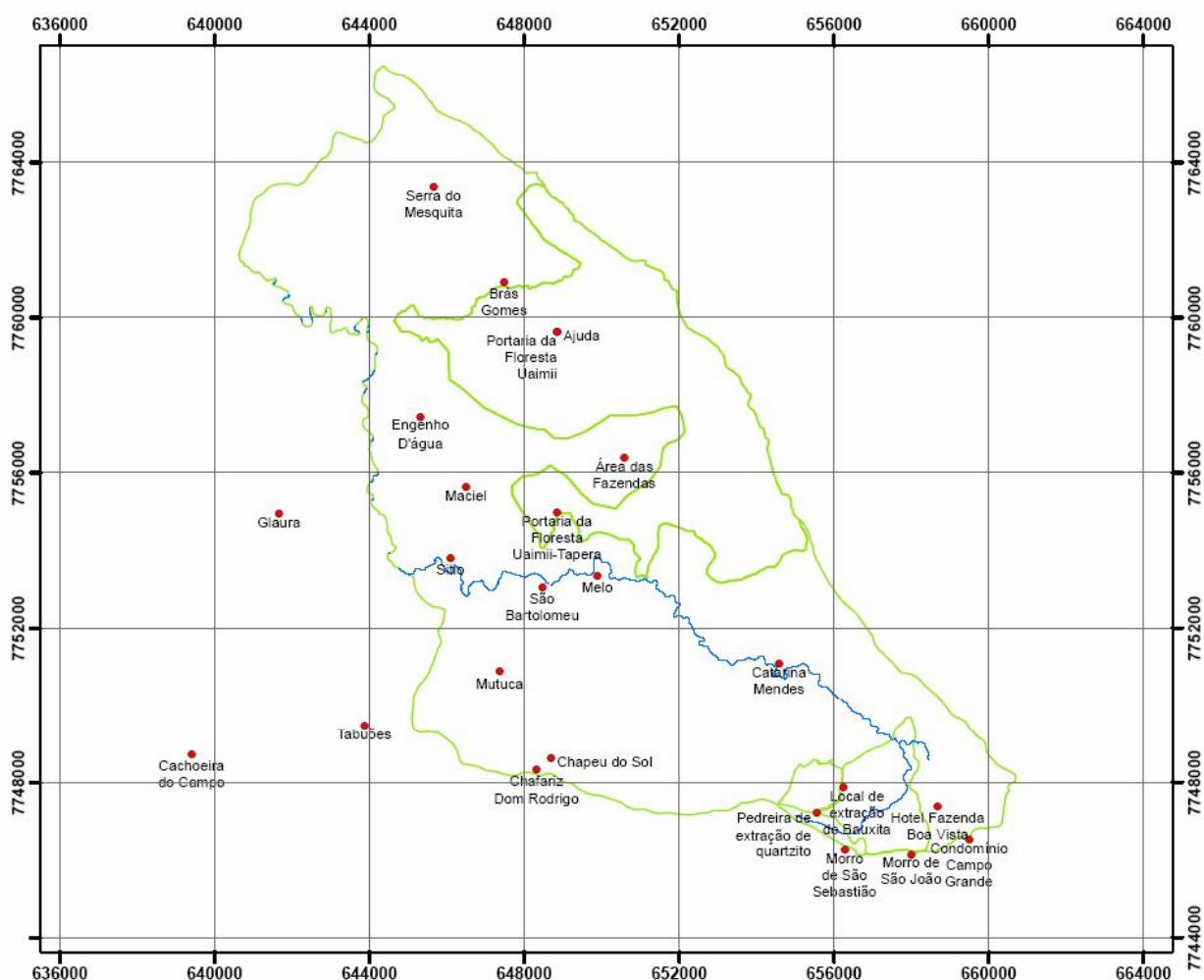
O respeito às tradições religiosas é traço marcante na população de São Bartolomeu, e se expressa pela presença de vários oratórios nas casas do povoado e também pela presença da maioria da população nas missas e eventos religiosos que acontecem no local. Vale ressaltar que esta é uma característica do mineiro de uma forma geral, principalmente, daqueles que vivem nas cidades formadas no período colonial, visto que, naquela época, a religião era tudo: culto, paixão, arte, destino, organização política e social e única forma possível de lazer. (MARTINS, 1992).

As missas acontecem na Igreja de São Bartolomeu de quinze em quinze dias e têm a participação de grande parte da população local. Além disso, acontecem novenas antes da Festa de São Bartolomeu e durante a quaresma. Na Igreja das Mercês só há missa uma vez por ano, durante as comemorações da Festa de Nossa Senhora das Mercês, esta pouco relevante no que diz respeito ao fluxo de visitantes.

Sobre o modo de vida da comunidade, vale ressaltar que na APA estão localizados diversos povoados que vivem em íntima relação com o meio ambiente e dependem de seus recursos para sobreviver. Os principais povoados são: Morro de São Sebastião, Catarina Mendes, Guerra, Melo, São Bartolomeu, Mutuca, Mato Dentro, Chapéu do Sol, Sítio, Maciel, Engenho D'água, Ajuda, Brás Gomes e Serra do Mesquita. Veja o mapa a seguir.

⁵ Sala Verde é um Projeto do Ministério do Meio Ambiente, vinculado à Diretoria do programa Nacional de Educação Ambiental. A Sala Verde é um espaço destinado a centralizar as ações de educação ambiental no município, dispondo de equipamentos e materiais bibliográficos para tanto.

Povoados e pontos relevantes na APA Cachoeira das Andorinhas



Limite municipal de Ouro Preto

Legenda

- Pontos
- Rio das Velhas
- Unidades de Conservação

NOTA:

Sistema de Projeções Cartográficas: UTM/SAD69

Fonte dos dados: IEF/UFV - Projeto de Zoneamento ecológico-econômico da APA das Andorinhas/2006.

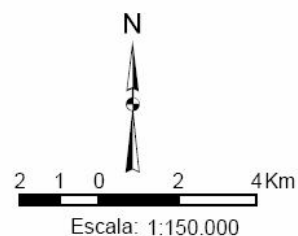


Figura 28 – Mapa dos povoados no interior da APA
 Fonte: IEF/UFV, 2006 e trabalhos de Campo

Em cada um desses povoados são estabelecidas as relações e as organizações sociais próprias de cada comunidade, a partir da qual é construída a identidade coletiva, os signos e significados específicos de cada uma delas.

Isso nos leva a pensar na importância da criação da APA e, também, no início do desenvolvimento do turismo e na produção e reprodução social e cultural da comunidade que vive no seu interior. A identidade coletiva dessa comunidade sofreu fortes transformações, uma vez que sua autonomia e liberdade sobre o uso dos recursos naturais e sobre os processos sociais foram cerceadas.

O poder, a política, a gestão da unidade de conservação e as influências trazidas pelos turistas são fluxos externos que transformaram a dinâmica da comunidade no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades tradicionais, inserindo novos símbolos, signos e significados à práxis social. Assim, na grande maioria das vezes, as formas locais como as comunidades se abastecem de alimento, medicina, habitação, energia, ou ainda como realizam seus rituais, suas crenças e cultuam seus mitos, ou seja, a forma como se apropriam material e simbolicamente de seu território e de seus recursos, não é considerada no processo de criação e gestão das Unidades de Conservação.

Nessa reflexão, é importante destacar o entendimento sobre Territorialidade, que, para Paul Little (2002, p.3), baseia-se nos “esforços coletivos de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu ‘território’ ou *homeland*”.

Desta forma, o conceito de território abrange desde as questões ligadas à sobrevivência, e que envolvem as relações entre sociedade/natureza – e que devem ser diferenciadas no interior e entorno de unidades de conservação – como também as relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais e entre estes e os órgãos gestores da política ambiental.

É neste sentido que Appadurai (1997) discute o conceito de territorialidade, ressaltando a importância do lugar como locus de legitimação da identidade cultural, do sentido de pertencimento, por meio da existência da autonomia local sobre os recursos, em um exercício de cidadania e democracia que permite às comunidades exercerem seus direitos de produção e reprodução social. Nesta reflexão, cabe destacar que a criação das unidades de conservação, muitas vezes, impede o desenvolvimento de certas

atividades pelas comunidades, limitando a autonomia dos grupos sobre o uso e apropriação de seus territórios.

Neste sentido, destaca-se o papel do Estado, como órgão gestor das unidades de conservação que, ao decretá-las e implementá-las, imprime uma outra lógica aos processos em curso naquelas áreas. Se, anteriormente à sua criação, as comunidades tinham autonomia sobre seu território e sobre o uso e apropriação dos recursos naturais, após a criação de UCs o Estado passa a ditar as normas, a determinar as atividades que podem ou não ser desenvolvidas naquelas áreas e a forma como as comunidades devem se comportar perante a nova legislação. Tudo isso, sem considerar as formas tradicionais de organização, produção e reprodução social das comunidades que, na realidade, possibilitaram a conservação daquela área antes da criação da UC.

Assim colocado, a APA Cachoeira das Andorinhas ainda não pode ser entendida como territorialidade, pois as comunidades que vivem em seu interior, apesar de possuírem identidades coletivas, ainda não se apropriaram do território da APA como seu “*homeland*”. Primeiramente, pela falta de autonomia sobre o uso e apropriação dos recursos naturais e, também, porque eles se identificam e se articulam socialmente nos pequenos povoados existentes em seu interior. Isso pode ser demonstrado, inclusive, pelas articulações internas existentes na APA, que dizem respeito à organização comunitária com seus grupos identitários, como forma de buscar alternativas de sobrevivências e viabilizar a realização de algumas atividades econômicas.

Nesse sentido, podem ser relatadas cinco iniciativas comunitárias marcantes: 1) a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu (ADECOSB), que discute todos os problemas locais, no que se refere às demandas da comunidade em relação à Prefeitura de Ouro Preto e faz a ponte entre o poder público e a comunidade local; 2) a Associação dos Moradores do Morro de São Sebastião, que desenvolve atividades esportivas com crianças, visando também proporcionar opções de lazer nas imediações da APA, contribuindo para melhorar o relacionamento da unidade de conservação com seu entorno; 3) a Associação Comunitária dos Artesões e Agrícola de Maciel (ACAAM), que reúne um grupo de pessoas que produzem e comercializam colchas, mantas, tapetes feitos de retalhos de pano, criando uma opção econômica viável para a população dessa área que, no passado, baseava a sua sobrevivência na extração de lenha e produção de carvão vegetal; 4) a Associação dos Moradores da Serra da Mesquita, que está se estruturando para criar uma opção para os antigos

funcionários da empresa mineradora que extraía minério de ferro no extremo nordeste da APA Cachoeira das Andorinhas e que pretendem utilizar-se das tradições dos tropeiros, como o conhecimento de técnicas de selaria e montaria, como alternativa econômica; 5) a Associação Comunitária de Engenho D'água, que discute os problemas da comunidade e leva as demandas para a prefeitura. Além dessas cinco, vale destacar também a Associação de Ex-extratores de Quartzito do Morro de São Sebastião, que reúne os ex-extratores de pedra na luta por seus direitos junto aos órgãos públicos.

Um outro fator determinante é que o domínio do território é fundamental à manutenção da identidade dos grupos sociais, bem como para garantir sua autonomia frente aos processos em curso, principalmente, no que se refere à atuação dos órgãos públicos. Neste sentido, Doralice Pereira faz uma importante colocação:

Certas comunidades são completamente subordinadas a uma dupla submissão: de um lado, elas dependem dos recursos naturais, fonte de bem-estar econômico e cultural; e de outro, devem enfrentar organizações e agentes externos que decidem sobre o uso de seus recursos e solo. (PEREIRA, 2001, p.1125)

Para Barreto Filho (2002), o ponto central da discussão sobre comunidades residentes em áreas protegidas, independentemente de serem comunidades tradicionais ou modernas, é a compatibilidade ou não de sua permanência com os objetivos ecológicos de conservação. Cabe, aqui, uma reflexão sobre o tema, pois, se por um lado, essas comunidades geralmente são as responsáveis pela manutenção e/ou conservação dos recursos naturais locais, antes da criação das UCs, por outro, a criação e implementação das mesmas contribui para a alteração das dinâmicas sociais e culturais da comunidade local.

O que é preciso entender é que essas comunidades adotam formas diferentes de apropriação, produção e reprodução do espaço, que não podem ser comparadas com a degradação causada pelas práticas das populações dominantes, hegemônicas (ESCOBAR, 2005). Desta forma, é preciso valorizar o lugar, as práticas locais, as dinâmicas contra-hegemônicas que são, na sua maioria, compatíveis com a conservação dos recursos naturais nas unidades de conservação de uso sustentável. Portanto, é preciso compreender a importância da criação dessas áreas protegidas, mas é necessário, também, considerar as demandas das comunidades locais na gestão e implementação das mesmas.

CAPÍTULO 2 – O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A REALIDADE DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS

2.1 - A criação das Primeiras Áreas Protegidas e o Surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Em todo o mundo, o estabelecimento de áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade e de remanescentes de recursos naturais.

Existem duas definições internacionalmente aceitas sobre áreas protegidas. A Convenção sobre Diversidade Biológica (1992) adota a seguinte definição: “área definida geograficamente que é destinada ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação”.

Já a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), considera área protegida como uma “área de terra ou de mar definida especificamente para a proteção e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e gerida por meios legais ou outros que sejam efetivos” (MARETI, 2004 apud SANTILLI, 2005, p. 108).

Vale ressaltar que a definição da IUCN avança na discussão, uma vez que visa proteger não apenas os recursos naturais, mas também a diversidade cultural, fator indispensável à conservação de qualquer área.

No Brasil, o instrumento legal que dispõe sobre o assunto utiliza o termo unidades de conservação, que corresponde ao conceito internacionalmente aceito de áreas protegidas. Segundo a Lei nº 9.985, conhecida como Lei do SNUC, unidade de conservação é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (Lei 9.985, art. 2º, 2000)

Faz-se necessária, ainda, uma distinção em relação ao termo espaço territorial especialmente protegido, utilizado na Constituição Brasileira, que abrange não só as unidades de conservação, mas também as terras indígenas, as Áreas de Proteção Permanente, as Reservas Legais e Áreas de Proteção Especial.

Feita esta diferenciação em relação aos termos utilizados na definição das áreas protegidas, faz-se necessário uma breve abordagem do histórico de criação das mesmas. As primeiras áreas protegidas surgiram nos Estados Unidos, no final do século XIX, e adotaram um modelo de áreas protegidas que exclui as comunidades residentes dos benefícios advindos de sua criação. Esse modelo de Parques Nacionais proíbe a permanência de populações humanas em seu interior e rapidamente se espalhou por todo o mundo. Anos mais tarde, começaram a surgir, em diversos países, outras categorias de áreas protegidas e, em 1933, pela primeira vez tentou-se padronizar uma terminologia internacional para áreas protegidas.

Com a criação da IUCN, em 1948, e a realização de diversos eventos internacionais sobre áreas protegidas, ocorreu um maior fortalecimento mundial dos movimentos que reivindicavam a criação dessas áreas em todo o mundo.

Dentre os eventos que ocorreram nas últimas décadas, podemos destacar cinco importantes congressos mundiais de parques: em 1962, em Seattle e em 1972, em Yellowstone, nos Estados Unidos; em 1982, em Bali, na Indonésia; em 1992, em Caracas, na Venezuela; em 2003 em Durban, na África do Sul.

No Congresso Mundial de Parques realizado em Caracas, na Venezuela, em 1992, após amplos debates, a IUCN propôs um sistema de áreas protegidas a ser internacionalmente aceito, composto por seis categorias, como segue no quadro abaixo.

Tabela 2 – Categorias de manejo de áreas protegidas propostas pela IUCN, em 1994.

Categoria	Denominação	Objetivo principal de manejo
I	Reserva Natural Estrita / Área Silvestre	Com fins científicos ou de proteção da natureza
II	Parque	Para conservação de ecossistemas e com fins de recreação
III	Monumento Natural	Para a conservação de características naturais específicas
IV	Santuário de Vida Silvestre	Para a conservação de habitats e/ou para satisfazer as necessidades de determinadas espécies
V	Paisagem Terrestre / Marinha Protegida	Para conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos
VI	Área Protegida com Recursos Manejados	Para uso sustentável dos ecossistemas naturais

Fonte: IUCN⁶, apud Araújo, 2007, p. 44.

⁶ IUCN – The World Conservation Union. *Guidelines for Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland. Part II. 8p.

Além dos eventos internacionais, a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Eco 92⁷, contribuiu muito para o fortalecimento dos movimentos ambientalistas pela criação de áreas protegidas em todo o mundo. De acordo com o artigo 8º desta Convenção:

Cada parte contratante deve, na medida do possível e conforme o caso: (a) estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica; (b) desenvolver, se necessário, diretrizes para a seleção, estabelecimento e administração de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica; (c) regulamentar ou administrar recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica, dentro ou fora de áreas protegidas, a fim de assegurar sua conservação e utilização sustentável; (d) promover a proteção de ecossistemas, habitats naturais e manutenção de populações viáveis de espécies em seu meio natural; (e) promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas, a fim de reforçar a proteção dessas áreas.

Portanto, desde a criação dos primeiros parques nacionais, ainda no final do século XIX, os debates sobre a importância das áreas protegidas têm crescido muito, o que provocou um aumento significativo da quantidade de áreas demarcadas e do tamanho da área abrangida por elas, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Em 2008, a lista de áreas protegidas da IUCN registrou aproximadamente 105 mil áreas protegidas em todo o mundo, cobrindo uma área de aproximadamente 1,8 bilhões de hectares, equivalente a aproximadamente 13% da superfície terrestre. (IUCN, 2008)

⁷ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92 ou Rio 92, foi a maior reunião da ONU já realizada até então e a primeira a discutir a preservação do meio ambiente combinada com o desenvolvimento sustentável. Foi realizada em 1992, no Rio de Janeiro, onde estiveram presentes 108 governantes e delegações de 172 países. Os principais documentos assinados nesta conferência foram: a Agenda 21, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Declaração do Rio de Janeiro.

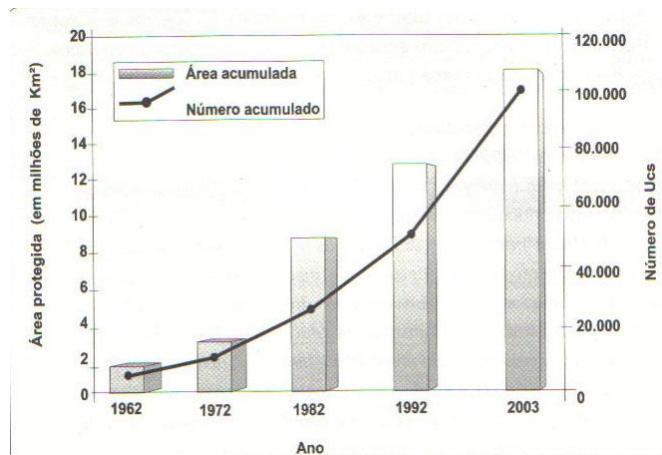


Gráfico 2 - Valor cumulativo para o número e a área ocupada pelas UCs no período de 1962 a 2003. Fonte: CHAPE et al⁸, apud ARAÚJO, 2007, p. 46.

No Brasil, a criação de áreas protegidas aconteceu bem mais tarde do que nos Estados Unidos, sendo que só em 1937 foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional do Itatiaia, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica, oferecer lazer às populações urbanas e proteger a natureza.⁹

Vale destacar que, inicialmente, a criação de parques nacionais tinha como objetivo principal o desenvolvimento do turismo e de atividades de lazer. Eram instituídos como símbolos da identidade nacional, no intuito de contribuir para a divulgação do país no exterior e para abrigar remanescente do patrimônio florestal nacional. Estes objetivos refletem uma visão bastante utilitarista de conservação, pois previa-se, inclusive, a intervenção humana na natureza, no sentido de embelezamento, criação de jardins e de florestas homogêneas. (CAMARGOS, 2006)

Atualmente, o principal objetivo de criação das áreas protegidas é a proteção da biodiversidade, sendo que as unidades de conservação mais defendidas são aquelas onde

⁸ CHAPE, S. et al. *United Nations List of Protected Areas*. IUCN/UNEP World Conservation Monitoring Centre, 56p.

⁹ Maiores informações sobre o histórico de criação de áreas protegidas no Brasil e no mundo podem ser obtidas em:

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. *Homem, Natureza e Sensibilidades Ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ICHS/UFRRJ, 2006.

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. *Reservas Naturais no Brasil: a transição dos conceitos*. Dissertação de mestrado, IGC/UFMG, Belo Horizonte, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3º ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

a intervenção humana é menor, configurando-se como ilhas de conservação, isoladas do contexto socioeconômico em que estão inseridas.

Essa visão utilitarista da conservação dos recursos naturais prevaleceu até a década de 1970, sendo a criação de unidades de conservação voltadas para fins turísticos e de reserva de recursos, ou seja, incentivada por objetivos econômicos e não para a conservação da natureza, propriamente dita.

A década de 1970 foi um marco no que se refere à conscientização mundial em relação ao modelo técnico-industrial degradador, instituído e incentivado desde a Revolução Industrial. O Clube de Roma¹⁰, a Conferência de Estocolmo¹¹ e o Relatório Limites do Crescimento¹² e a posterior divulgação do Relatório Nosso Futuro Comum¹³ foram eventos decisórios nessa questão, tendo como consequência a construção de um novo conceito: Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável, cuja principal intenção é apresentada em seu próprio conceito.

Desenvolvimento Sustentável pode ser entendido como aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988).

Porém, esta nova lógica não trouxe mudança substancial nos paradigmas e no modo de produção hegemônico degradador vigente até então. As relações no interior do processo, os aspectos sociais que envolvem a produção e o acesso aos recursos naturais não foram discutidos em sua essência e muito menos modificadas na prática.

A Constituição Federal, de 1988, também representou um avanço para as questões ambientais brasileiras, pois foi a primeira vez que um capítulo inteiro foi dedicado ao

¹⁰ O Clube de Roma foi uma reunião de cientistas de países desenvolvidos, realizada em 1968, para discutir o consumo de massa e o possível esgotamento das reservas de recursos naturais não renováveis, devido ao grande crescimento populacional previsto até meados do século XXI. Pela primeira vez a problemática ambiental é colocada a nível mundial.

¹¹ Realizada em 1972, a Conferência de Estocolmo foi a primeira conferência mundial para discutir assuntos referentes ao Meio Ambiente organizada pela ONU e reuniu chefes de Estados de diferentes países para discutir os problemas ambientais mundiais.

¹² O Relatório Limites do Crescimento, publicado em 1972, foi resultado dos encontros do Clube de Roma e previa o fim do crescimento econômico para o fim do século XXI, como forma de evitar o aumento dos problemas ambientais.

¹³ O Relatório Nosso Futuro Comum foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1988, sob a presidência da primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, e ficou conhecido também como Relatório Brundtland. A partir desse relatório, o conceito de *desenvolvimento sustentável* passou a constituir a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais.

meio ambiente. Nela ficou previsto, como dever do Poder Público, a criação de áreas protegidas em todo o território nacional.

Neste mesmo ano, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) solicitou à FUNATURA (Fundação Pró-Natureza) a elaboração de um Anteprojeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O Anteprojeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e, em maio de 1992, foi encaminhado ao Congresso Nacional, para ser votado como Projeto de Lei (PL).

Em 1994, o Deputado Federal Fábio Feldman apresentou um Substitutivo a esse Projeto com modificações significativas, principalmente no que se refere à questão das populações tradicionais. Houve bastante polêmica, uma vez que o Projeto de Lei apresentado ao Congresso tinha um caráter fortemente preservacionista e já estava em curso, em todo o mundo, uma mudança de paradigma, tendendo a dar maior relevância às concepções conservacionistas e socioambientalistas.

Em 1995, novo Substitutivo foi apresentado, desta vez pelo deputado Fernando Gabeira. Após inúmeras reuniões, audiências públicas, versões e modificações, em 2000, o Projeto de Lei foi finalmente aprovado no Congresso, tendo alguns dispositivos vetados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Desta forma, ficou instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – sob a Lei nº 9.985/00. (MERCADANTE¹⁴, apud BENSUSAN, 2006).

Santilli, ao analisar os instrumentos legais criados nos anos 90 e 2000, especialmente a Lei nº9.433/97 (que institui o Sistema Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 9.985/2000 (que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação), conclui que, diferentemente das décadas anteriores, essas leis têm um caráter mais abrangente, passando a “prever mecanismos e instrumentos de gestão dos bens sociambientais, e não apenas repressão a determinadas condutas e atividades”. (SANTILLI, 2005, p.30).

Ainda de acordo com a autora, a Lei de SNUC avança no sentido de privilegiar a interface entre biodiversidade e sociodiversidade, como forma de se atingir os objetivos de conservação previstos na lei. Além disso, prevê como um desses objetivos a manutenção da qualidade de vida das populações locais. Para ela, o SNUC deve ser

¹⁴ MERCADANTE, M. *Uma Década de Debate e Negociação: a história da elaboração da Lei do Snuc*. In: Benjamin, A.H. (Ed.). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2001.

entendido como um sistema de unidades de conservação socioambiental, baseado na indissociabilidade entre ambiente e cultura, e entre homem e natureza.

Outro fator positivo, diz respeito ao fato de o SNUC trazer para a esfera de um único instrumento normativo praticamente toda a dinâmica de criação e gestão de unidades de conservação no Brasil. Vale ressaltar também que, apesar dos avanços, algumas considerações devem ser feitas. Muitos espaços territoriais especialmente protegidos, que são de suma importância para a efetiva garantia de funcionamento do sistema, não são mencionados no SNUC, como as terras indígenas e quilombolas, as reservas legais, as APPs, as áreas de especial interesse turístico, as cavernas, dentre outras.

Já Antônio Carlos Diegues (2000) critica o sistema de áreas protegidas do Brasil por considerá-lo um sistema fechado, isolado da realidade, como “ilhas” de conservação em meio ao mar de degradação. Desta forma, o autor acredita que deveria haver uma mudança na forma de relacionamento entre homem e natureza, que permitisse um desenvolvimento menos predatório.

Brito (2000) concorda com Diegues e afirma que, da forma como é feita a implantação e gestão das unidades de conservação, elas acabam sendo consideradas “corpos estranhos em meio ao tecido da paisagem regional”, principalmente por excluir as populações locais do processo, o que acaba contribuindo para a geração de resistência e posturas de desconfiança em relação aos administradores das áreas. Para ela, “o objetivo dessas unidades deve ser o de promover e não o de coibir, como tem sido feito no Brasil até hoje” (BRITO, 2000, p. 214).

Uma outra questão que merece menção é o fato de os gestores das unidades de conservação e das próprias políticas ambientais brasileiras pensarem na gestão das unidades e não do sistema como um todo. Apesar de os corredores ecológicos e as reservas da biosfera serem previstos em lei, na prática, as unidades de conservação permanecem, ainda, bastante fragmentadas, sem conectividade, o que garantiria o fluxo gênico das espécies.

Assim, uma maior reflexão sobre as diversas categorias previstas no SNUC se torna relevante no sentido de possibilitar entendê-lo realmente como um sistema, em que cada categoria tem o seu valor e deve ser implantada de acordo com a realidade local.

2.2 - O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e suas Categorias de Manejo

De acordo com a Lei do SNUC, as unidades de conservação podem ser divididas em dois grandes grupos: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

As Unidades de Conservação de Proteção Integral têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (Lei nº 9.985, art. 7º, 2000). São admitidas, portanto, apenas as atividades relacionadas à pesquisa científica, lazer, turismo e educação ambiental em seu interior. Desta forma, este grupo de unidades de conservação é mais restritivo e, de forma geral, mais eficaz na proteção da biodiversidade, uma vez que as unidades de conservação pertencentes a ele são instituídas em terras públicas ou desapropriadas e não permitem a presença de populações humanas em seu interior. Esse grupo é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre.

Já as Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (Lei nº 9.985, art. 7º, 2000), sendo admitido, portanto, coleta e uso, comercial ou não, de parte de seus recursos naturais. Desta forma, as unidades que compõem esse grupo são menos restritivas, permitindo a realização, desde que de forma manejada, de diversas atividades econômicas. Esse grupo de unidades de conservação destina-se a regular e normatizar a ocupação do solo e o uso dos recursos naturais, compatibilizando as atividades econômicas com a proteção ambiental. Além disso, muitas delas podem ser instituídas em áreas privadas, com certo grau de urbanização, o que acaba fazendo com que, muitas vezes, essas unidades não sejam tão eficazes na manutenção da biodiversidade como as pertencentes ao grupo anterior. Constituem esse grupo as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Até a década de 1970, as categorias de uso sustentável eram raras, porém esta realidade tem se modificado e, de acordo com Dourojeanni, em 2001, no Brasil, elas “[...] ya

representan el 59% del área protegida (federais) y mucho más, si se consideran las UCs estatales.”¹⁵ (DOUROJEANNI, 2001, p.75)

As opiniões em relação aos dois grupos são bastante variadas. A grande maioria dos ambientalistas acredita que as unidades de conservação de proteção integral são mais importantes, por serem mais restritivas e garantirem, com maior eficácia, a proteção da biodiversidade. Seguindo esta linha, acredita-se que toda e qualquer intervenção do homem na natureza é negativa e que o melhor é criar ilhas isoladas da ação do homem para garantir a preservação das espécies. Além disso, as unidades de conservação sem populações humanas vivendo no seu interior são mais fáceis de serem fiscalizadas e geridas. Apontam, ainda, que a proliferação de unidades de conservação de uso sustentável tem contribuído para engrossar as estatísticas sobre áreas protegidas, dando a ilusão de que a proteção da biodiversidade brasileira está garantida.

Porém, existem autores que defendem uma linha ligada ao socioambientalismo, como Diegues e outros, que acreditam que as unidades de conservação de uso sustentável têm maior legitimidade, uma vez que, para esses estudiosos, o uso sustentável dos recursos naturais da unidade é fundamental para garantir o bem-estar das populações locais. Argumentos não faltam para defender essa corrente. Um deles diz respeito ao fato de que as comunidades que garantiram a conservação do local, antes da criação da unidade de conservação, não podem arcar com o prejuízo e serem excluídas do processo, pois foram elas que garantiram a conservação das características ambientais daquela área a ser protegida. Assim, as recompensas advindas do ato de terem preservado seu meio ambiente vão para as populações urbanas, que destruíram seu meio ambiente e agora se apropriam de seus territórios para implantar parques, visando a garantia de lazer e entretenimento.

Outro argumento, apresentado por Bensusan (2006, p.93), é a hipótese da perturbação intermediária¹⁶, ou seja, “o uso que as populações fazem dos recursos naturais funciona como um nível de distúrbio intermediário e esse nível mantém a diversidade máxima de espécies”.

¹⁵ “[...] já representam 59% das áreas protegidas (federais) e muito mais, si se considerarmos as UCs estaduais.” (DOUROJEANNI, 2001, p.75, tradução nossa).

¹⁶ “Muitos distúrbios afetam os ecossistemas continuamente e são responsáveis por seu atual estado. Da idéia de que uma perturbação extremamente grande poderia causar extinções locais, enquanto um distúrbio muito suave não teria conseqüência, emergiu a hipótese do distúrbio intermediário, ou seja, a idéia de que distúrbios nem muito grandes, nem demasiadamente pequenos, poderiam retardar o ritmo da competição, logrando evitar a exclusão competitiva.” (BENSUSAN, 2006, p. 94)

Outra questão apontada pelos defensores desta corrente é a de que a conservação ambiental não pode ser concebida de forma separada das outras políticas do Estado. Além disso, as unidades de conservação que permitem a presença humana podem ser implantadas abrangendo áreas maiores do território.

Fato é que ambos os pontos de vista pecam por excesso. É necessário que se entenda o SNUC como um sistema, e como tal, deve ser analisado em seu conjunto. Como bem coloca Dourojeanni (2001), é preciso:

1. Aceptar que las Unidades de Conservación de uso indirecto (*proteção integral*) son un elemento indispensable de cualquier estrategia que pretenda aplicar conceptos de desarrollo sustentable y que ellas, según lo que la ciencia sabe, aun no existen en número y superficie suficientes para cumplir sus funciones, en especial en relación a la preservación de la biodiversidad.
2. Aceptar que las Unidades de Conservación de uso directo (*uso sustentável*) son igualmente indispensables en cualquier estrategia que aplique los conceptos de desarrollo sustentable, pero que ellas solás no son suficientes.
3. Aceptar, por lo tanto que ambos tipos de unidades de conservación deben coexistir y ser complementarios, en forma de corredores ecologicos, áreas de amortiguamento u otras.¹⁷ (DOUROJEANNI, 2001, p. 91).

Assim, o SNUC deve ser entendido como um sistema em que cada parte tem a sua função dentro do todo e, desta forma, todas as categorias de manejo previstas no mesmo são importantes, devendo-se optar pela categoria de acordo com o contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental em que ela será implantada.

Cabe aqui uma reflexão sobre algumas categorias importantes para o objeto de estudo aqui apresentado, no sentido de entender a dinâmica das unidades de conservação e avançar para o entendimento do SNUC, de fato, como um sistema. A seguir, será feita uma reflexão sobre as categorias Área de Proteção Ambiental, Floresta Protegida e Parque, seguidas de uma sucinta apresentação das unidades de conservação que formam o mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas, objeto de estudo do presente trabalho.

¹⁷ 1 - Aceitar que as Unidades de Conservação de uso indireto (proteção integral) são elementos indispensáveis de qualquer estratégia que pretenda aplicar conceitos de desenvolvimento sustentável e que elas, segundo o que a ciência sabe, ainda não existem em número e superfície suficientes para cumprir suas funções, em especial em relação à preservação da biodiversidade.

2 - Aceitar que as Unidades de Conservação de uso direto (uso sustentável) são igualmente indispensáveis em qualquer estratégia que aplique os conceitos de desenvolvimento sustentável, mas que elas somente, não são suficientes.

3 - Aceitar, por tanto que ambos os tipos de unidades de conservação devem coexistir e serem complementares, em forma de corredores ecológicos, áreas de amortecimentos ou outras. (DOUROJEANNI, 2001, p. 91, tradução nossa).

2.2.1 - Áreas de Proteção Ambiental

A Categoria APA foi criada por meio da Lei ° 6.902/81, pelo então secretário da extinta SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente), Paulo Nogueira Neto, baseando-se nos objetivos dos Parques Naturais da Europa, principalmente nos modelos francês, português e alemão. Foi a primeira categoria brasileira que considerou a possibilidade de compatibilizar o desenvolvimento de atividades econômicas com a proteção da natureza.

De acordo com o art. 8º desta Lei, o Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do território nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Segundo o documento denominado Conceituação/Áreas de Proteção Ambiental (apud BRITO & CAMARA, 1998, p. 82):

As APAs são áreas terrestres e/ou aquáticas de configuração e tamanhos variáveis, submetidas ao planejamento e a gestão ambiental, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, seminaturais ou alteradas, com características bióticas, abióticas, estéticas ou culturais notáveis que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais. As APAs são constituídas em áreas de domínio particulares, podendo incluir áreas de domínio público. São áreas, em geral, extensas, e têm como finalidade disciplinar o processo de ocupação, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e promover, quando necessária, a reabilitação dos ecossistemas degradados. As APAs podem incluir zonas sob proteção integral, denominadas zonas de vida silvestre, destinadas a atuar como zona tampão ou de amortecimento para proteger paisagens ao longo de estradas e rios.

Já o SNUC considera as APAs como uma categoria pertencente ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável dos recursos e adota a seguinte definição:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população humana, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Lei 9.985, art.15º, 2000).

Como pode ser percebido nos textos legais, a criação desse tipo de unidade de conservação se deve mais à necessidade de disciplinar o crescimento urbano

desordenado, sem desapropriação das comunidades locais e garantindo o desenvolvimento de atividades necessárias às dinâmicas sociais. Desta maneira, as APAs representam uma inovação no sistema de gestão de unidades de conservação no Brasil, uma vez que permitem a permanência de comunidades locais no seu interior, de forma a garantir a sua qualidade de vida, mas também protegendo os recursos naturais existentes no local.

Tal perspectiva conservacionista adotada permite que as unidades sejam criadas em áreas de grande extensão, sem a necessidade de desapropriações, garantindo o direito de propriedade. Porém, os proprietários de terras localizadas no interior das APAs estão sujeitos a uma disciplina específica, sendo que o Poder Público pode e deve estabelecer normas restritivas de uso e ocupação do solo nesses territórios, limitando o direito de propriedade. Assim, devem ser investidos esforços para se compatibilizar conservação ambiental com as ações empreendidas pelos agentes privados. Neste sentido, Cabral et al fazem uma interessante consideração:

Establecer restricciones al uso del derecho de propiedad, en áreas privadas, sin compensación alguna, como es el caso de las APAs, es una situación que potencialmente genera conflictos. Si no hay ninguna monitorización, es difícil impedir que la acción del agente privado, en la dirección de la satisfacción de su función-utilidad, sea contenida. Además, si no se dan incentivos para el agente privado, con vistas a reducir el conflicto, la necesidad de monitorización se torna mayor.¹⁸ (CABRAL et al, 2001, 186-187).

De acordo com a Lei 6.902/81, os gestores de APAs, com o intuito de limitar o direito de propriedade, visando a conservação do meio ambiente e o efetivo alcance dos objetivos de criação das APAs, devem estabelecer regulamentação que limitam ou proíbem:

a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; b) a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas; c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; d) o exercício de atividades que ameacem extinguir

¹⁸ Estabelecer restrições ao uso do direito de propriedade, em áreas privadas, sem compensação alguma, como é o caso das APAs, é uma situação que potencialmente gera conflitos. Se não há nenhum monitoramento, é difícil impedir que a ação do agente privado, em direção à satisfação de sua função-utilidade, seja contida. Além disso, se não existe incentivos para o agente privado, com vistas a reduzir o conflito, a necessidade de monitoramento torna-se ainda maior. (CABRAL et al, 2001, 186-187, tradução nossa)

na área protegida as espécies raras da biota regional. (apud BRITO & CÂMARA, 1998, p.92).

Por poder representar uma restrição no direito de propriedade, e tendo em vista os objetivos inerentes à criação de uma APA, é fundamental a participação dos proprietários locais e dos setores da sociedade envolvidos. Para tanto, é necessário um trabalho inicial de conscientização da população sobre a importância da APA, antes da implantação da mesma. Só assim, garantir-se-á a conservação dos atributos ecológicos do local e os benefícios econômicos que a APA pode trazer para a população. Porém, o período histórico em que elas foram criadas (1981) não permitiu esse tipo de atuação. Camargos (1999) faz uma interessante análise a esse respeito:

O conceito de APA, no início da década de oitenta, surge, portanto, deslocado, tanto do estágio de conscientização da comunidade em relação a seu papel na definição de áreas protegidas, quanto da proposta de atuação hegemônica do poder público, que valorizava principalmente a proteção integral e optava por um planejamento centralizado. Naquele momento, apesar de constituir uma inovação conceitual importante, na prática a categoria APA ficou destituída de atores para defendê-la. (CAMARGOS, 1999, p. 38).

Vale ressaltar que, atualmente, a participação da população no processo de gestão das APAs, bem como a conscientização sobre a importância do estabelecimento desse tipo de unidade de conservação, ainda são pequenas, restringindo-se a alguns ambientalistas e pesquisadores do tema.

A APA prevê a existência de populações humanas no seu interior e, também, o desenvolvimento de certas atividades que não causem danos ao meio ambiente. Portanto, são criadas sem nenhum ônus para os cofres público, contornando a principal dificuldade na criação de unidades de conservação que é a falta de recursos para adquirir terras passíveis de desapropriação, gerando, neste enfoque, menos conflitos com as populações locais.

Por outro lado, é preciso ressaltar que a permanência de populações nessa unidade de conservação também pode ser fonte de conflito de diversas naturezas, uma vez que, como já foi dito anteriormente, muitas de suas atividades, desenvolvidas tradicionalmente, podem ser cerceadas para atingir o objetivo maior de gestão da unidade. Isso faz com que seja necessário um diálogo constante entre órgãos gestores, comunidades residentes e de entorno e iniciativa privada, no sentido de que todos estejam a par da importância da conservação da área, bem como das restrições e dos benefícios que ela pode trazer.

Entre as vantagens de implantação das APAs, a mais importante é que se trata de uma categoria de fácil estabelecimento, podendo ser criada em grandes extensões de terra e, assim, frequentemente sendo utilizada para o estabelecimento de corredores ecológicos. Desta maneira, ela propicia a conectividade entre as unidades de conservação mais restritivas (de proteção integral), contribuindo para diminuir os efeitos do isolamento e da fragmentação dos ecossistemas. Outra função que as APAs têm assumido com frequência é a de zonas de amortecimento para unidades de proteção integral, formando mosaicos de unidades de conservação.

Destaca-se, portanto, o caráter inovador dos instrumentos de gestão adotados, como o conselho gestor; a positiva tentativa de conciliar o desenvolvimento de atividades econômicas com a proteção ambiental; e, ainda, sua importância como instrumento de conectividade entre unidades de conservação. Apesar disso, esta categoria é considerada, por muitos, como unidade de conservação de menor importância, que não contribui, de fato, para a proteção da biodiversidade.

Isso se deve ao fato de que a grande maioria dessas UCs acaba não atingindo os objetivos para o qual foram criadas, ora por não serem efetivamente implantadas, ora porque as populações não são envolvidas no seu processo de gestão, ora por terem sido criadas apenas para engrossar a lista de unidades de conservação e aumentar o repasse do ICMS ecológico¹⁹ do Estado para os municípios.

O fato de ser relativamente fácil criar uma unidade de conservação dessa categoria, uma vez que não há necessidade de desapropriação, tem contribuído para o crescimento do número de APAs, bem como da área abrangida por essas UCs no Brasil. Porém, na maioria das vezes, elas são instituídas apenas no papel. Na prática, muitas vezes, não há diferença – ou estas não são percebidas pela população – entre as áreas no seu interior e entorno, fazendo com que estas UCs percam a sua identidade real, tornando-se um instrumento ora desconhecido, ora desacreditado. Assim, de acordo com Pádua (2001, p. 431):

¹⁹ O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico é um instrumento para beneficiar os municípios que priorizam a questão ambiental. Dentre os critérios estabelecidos por Lei para repasse do ICMS aos Municípios está o critério Meio Ambiente que fica com a quantia de 1% dos 25%. O critério está dividido em 2 (dois) sub-critérios, o Índice de Conservação (IC), referente às Unidades de Conservação e outras áreas protegidas e o sub-critério Índice de Saneamento Ambiental (ISA), referente a Aterros Sanitários, Estações de Tratamento de Esgotos (ETE) e Usinas de Compostagem. (Fonte: http://www.semad.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=35)

A facilidade de criação desta categoria de manejo, aliada ao reduzido ônus financeiro que acarreta e à propaganda ambientalista que pode propiciar, muitas vezes desvirtua os objetivos fundamentais das APAs, e muitas unidades são criadas com funções desvinculadas da conservação. No campo, poucas alterações são percebidas, mas nas estatísticas somam-se mais alguns milhares de hectares.

Em geral, o que ocorre é que as APAs, na prática, não aumentam o conjunto de restrições de uma determinada área. O que aumenta é a percepção dos agentes locais em relação a essas restrições. Em certo sentido, a criação de uma APA contribui para que as leis de ordenamento do território e a legislação ambiental se façam valer, reduzindo a certeza da impunidade, o que se traduz em um sentimento de estar sendo mais controlado dentro da APA do que fora delas. Sobre o assunto, um funcionário do IEF entrevistado nesta pesquisa faz uma interessante colocação:

A maior dificuldade, eu acho, é técnica. APA é gestão de território. Nós estamos falando de ordenamento do uso e ocupação do solo. Eu fui provocado no COMBIO (Congresso Mineiro de Biodiversidade) sobre isso e o secretário José Carlos de Carvalho respondeu: APA não precisava nem estar no SNUC, é gestão de território. A única diferença é que acharam um jeito de colocar APA no SNUC para dizer que aquele território é muito especial. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Há que se ressaltar, também, a extrema dificuldade de gerenciamento de uma APA, pela existência de diferentes interesses e muitos agentes envolvidos. Pádua (2001) ressalta que as APAs só funcionarão na exata medida em que os proprietários assim o quiserem, portanto, é fundamental o papel participativo das comunidades envolvidas, fazendo com que o conselho gestor de fato constitua uma instância de participação, debate e mediação de conflitos. Como afirma o funcionário do IEF:

Uma coisa é o Estado cuidar daquilo que é dele, que é de domínio público. Uma coisa é eu cuidar da minha fazenda, outra coisa é eu cuidar de um consórcio de fazendas. Ou seja, políticas públicas para propriedades que são de outras pessoas. Eu vou lidar com conflitos de interesses. Esse é o maior desafio, porque tem que compartilhar responsabilidades. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Outra questão importante no que se refere à efetiva implantação das APAs diz respeito às restrições ao desenvolvimento de várias atividades, o que acaba gerando uma reação negativa da comunidade. Assim, os moradores têm maior tendência a enxergar a unidade de conservação somente como algo que trás prejuízos para a população que vive em seu interior. Isso dificulta ainda mais o estabelecimento de parcerias e o envolvimento comunitário na gestão da unidade de conservação.

Algumas iniciativas visando modificar essa visão pejorativa de unidades de conservação já podem ser observadas em vários municípios mineiros, em função do repasse de incentivos financeiros pelo poder público, aos proprietários que preservarem áreas em sua propriedade. Essa medida faz com que as pessoas começassem a ver a criação, implantação e gestão de unidades de conservação como algo positivo, não só no que se refere à questão ambiental e de qualidade de vida, mas também no quesito geração de renda.

2.2.1.1 - A Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas

A Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas está localizada na região Nordeste do município de Ouro Preto, abrangendo todo o distrito São Bartolomeu e parte do bairro Morro de São Sebastião, no distrito sede. Possui uma área total de 18.700 hectares.

Esta Área de Proteção Ambiental – APA – foi criada pelo Decreto Estadual nº30.264, de 16 de outubro de 1989, com alteração de dispositivos pelo Decreto Estadual nº42.912, de 26 de setembro de 2002. Essa unidade de conservação foi criada vinculada à FEAM (Fundação Estadual de Meio Ambiente) e seu processo de criação não foi acompanhado de participação e/ou debate com a comunidade, como afirma o gerente da APA: “Foi uma decisão como era comum naquela época, uma decisão de governo. Não houve nenhum debate interno, nenhuma discussão que envolvesse a comunidade.” (Funcionário IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

O representante da Câmara Municipal de Ouro Preto, entrevistado nesta pesquisa, compartilha da mesma opinião, como pode ser percebido na afirmação abaixo:

A criação da APA se deu com um decreto e eu acho que estas coisas não se fazem com um decreto. Tem que ter uma articulação com a comunidade, uma preparação, um trabalho de informação até para poder justificar o que está sendo feito. Se não vira uma reação em cadeia contra o que está sendo feito com a melhor das intenções. (Representante da Câmara Municipal de Ouro Preto, entrevista realizada em 17/07/08).

O fato de a unidade ter sido criada sem debate e participação da população acabou contribuindo para gerar certa resistência por parte da comunidade. Naquele momento, houve muita discussão, pois muitos acreditavam que a criação da APA impediria a

geração de renda para os moradores locais. Estes se organizaram e chegaram, inclusive, a fazer um abaixo-assinado contra a APA, em 1994, alegando o seguinte:

Somos uma comunidade pequena, vivendo dos recursos da terra, vocês estão nos tirando o direito ao trabalho, trabalho que faz o sustento de nossos filhos e é nele que os educamos. O preço do progresso para nós está muito caro. São Bartolomeu existe desde o século XVIII e o nosso trabalho não o depredou, nossas tradições estão vivas, as matas abundantes, a água é limpa. [...] Dói muito ouvir de um vizinho: “São Bartolomeu vai acabar, eu vou embora, não posso mais trabalhar”. Vocês podem nos reprimir, pois a lei sempre anda do seu lado, mas não somos nós que destruímos, simplesmente sobrevivemos, amando nossas terras, nossas casas, nosso distrito.

Esse documento, assinado por 137 pessoas, é bastante significativo, pois mostra a insatisfação da comunidade em relação às restrições ao uso do solo em função da legislação ambiental incidente na área. Além disso, demonstra um nível de articulação e união da comunidade em relação a uma demanda que é de todos.

A criação da APA se deu devido à necessidade de preservar as nascentes do alto Rio das Velhas, as quais contribuem para a captação de água do sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, a região constitui patrimônio natural de reconhecido valor histórico, cultural, paisagístico e turístico.

Ela é delimitada ao sul pelas serras do Siqueira, Chafariz e Veloso – nomes regionais da Serra de Ouro Preto; a leste pela Serra de Ouro Fino ou Serra Geral – nomenclaturas regionais da Serra do Espinhaço; a oeste pelo Rio das Velhas; e ao Norte pela divisa com o município de Itabirito e com a APA Sul.

Limitando o direito de propriedade, anteriormente discutido, o artigo 3º de seu decreto de criação proíbe, na APA:

- I - implantação e funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras capazes de afetar mananciais de água, o solo e o ar;
- II - a realização de obras de terraplenagem e abertura de canais que possam alterar significativamente as condições ecológicas locais, principalmente a Zona de Vida Silvestre, onde a biota está protegida com mais rigor;
- III - a realização de atividades que possam provocar efeitos de erosão do solo ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- IV - o exercício de atividades que ameçam extinguir as espécies raras da biota regional;
- V - o uso de biocidas quando indiscriminado ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais. (DECRETO nº30.264, art.3º, 1989).

Apesar da relevância ecológica e cultural da região, pouca coisa foi feita, de fato, desde a criação da APA, seja pela dificuldade técnica própria dessa categoria, seja por falta de pessoal capacitado atuando na área, seja, ainda, por falta de interesse político em sua implementação. Somente após a nomeação de seu atual gerente, o Sr. Ronald de Carvalho Guerra, em 2006, é que a APA começou a sair do papel e algumas ações foram realizadas, a exemplo, da elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico da APA, concluído nesse mesmo ano.

O Zoneamento Ecológico Econômico é um importante instrumento que visa garantir a gestão das unidades de conservação e dos recursos que estão em seu interior, definindo áreas onde cada tipo de atividade pode ou deve ser realizada, de acordo com as características físicas e sociais do local. Esse documento foi produzido por agentes da Universidade Federal de Viçosa que desenvolveram um intenso trabalho de mobilização, no sentido de envolver a comunidade e considerar suas demandas. O documento é muito rico em informação, porém, após a conclusão dos trabalhos, nada mais foi feito, gerando frustrações e descrédito por parte dos envolvidos neste processo, como será tratado adiante.

Vale ressaltar, ainda, a importância da APA como ferramenta de ordenação do uso e ocupação do solo. Desde a sua criação, vem aumentando a fiscalização da polícia ambiental e diminuindo a incidência de desmatamento, queimadas e roubo de candeia. Outra questão importante em relação à criação da APA é apontada por um pesquisador que trabalha na área:

A criação da APA possibilitou a implantação do Parque das Andorinhas e a criação da Floresta do Uaimii. Então, eu acho que foi mais uma estratégia, uma ferramenta que ajudou no melhor desenvolvimento das outras duas unidades de conservação. (Pesquisador, entrevista realizada em 22/08/08).

Outro fator positivo é que, desde 2003, a APA faz parte das unidades de conservação beneficiadas pelo PROMATA²⁰, o que facilita a obtenção de recursos voltados para a

²⁰ PROMATA - Projeto de Proteção da Mata Atlântica, que foi criado em abril de 2003, pelo Governo do Estado, com o objetivo de promover ações de proteção, recuperação e uso sustentável na região da Mata Atlântica, em Minas Gerais. O Projeto atua diretamente em 15 Unidades de Conservação. Essa iniciativa resulta do acordo de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha por meio do Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), agente financiador do Ministério de Cooperação Internacional da Alemanha (BMZ). As ações do PROMATA-MG são focadas em cinco componentes interdependentes e complementares: 1 - Fortalecimento das Unidades de Conservação; 2 - Monitoramento, Fiscalização e Controle; 3 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais; 4 - Desenvolvimento Sustentável nos entornos das UCs e áreas de conectividade; 5 - Coordenação, Monitoria e Avaliação. (<http://www2.ief.mg.gov.br/promata/projeto.htm>)

conservação ambiental, via acordo de Cooperação Financeira Brasil/Alemanha. Na área da APA, o PROMATA já beneficiou vários proprietários rurais com doação de mudas, plantio de candeia, cercamento de áreas a serem protegidas, repasse de recursos financeiros para conservação, criação e capacitação de brigada de incêndio e realização de cursos, oficinas e palestras para moradores locais.

Por fim, vale destacar a importância da região abrangida pela APA para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, lazer e prática de esportes de aventura. O local possui um enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, tanto aquelas ligadas ao meio natural como ao seu importante patrimônio cultural.

No que diz respeito ao potencial ecoturístico, destacam-se as inúmeras cachoeiras existentes na região, apresentadas nas figuras 29 e 30; os pocinhos do Rio das Velhas, presente na figura 31; trilhas para caminhada, como por exemplo, a trilha do Chafariz (figuras 32 e 33) e locais para prática de escalada (figura 34 e 35), rapel e canyonismo (figura 30), como pode ser visto nas fotos abaixo.

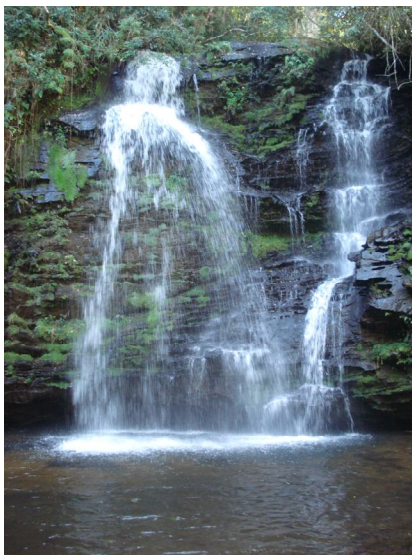


Figura 29 – Foto da Cachoeira Macaco Doido.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

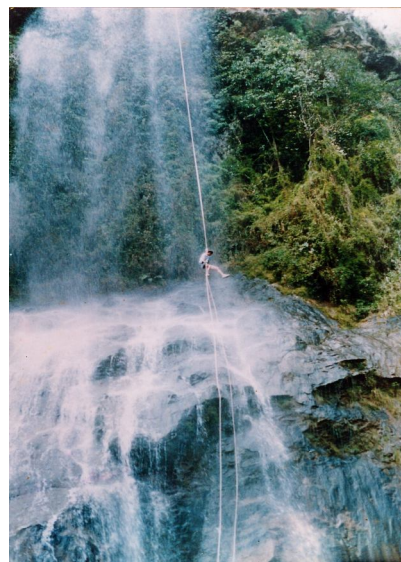


Figura 30 – Foto de Canyonismo Cachoeira Brás-Gomes.
Fonte: Ronald Guerra, 2006.



Figura 31 – Foto dos pocinhos do Rio das Velhas e, ao fundo, o distrito de São Bartolomeu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 32 – Foto do Marco da Estrada Real na Trilha do Chafariz.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 33 – Foto do Chafariz Dom Rodrigo, construído em 1732.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 34 – Foto da Mata Atlântica com a pedra do chafariz ao fundo, com vias para escalada.
Fonte Raquel Scalco, 2006.



Figura 35 – Foto de escalada na pedra do Chafariz.
Fonte: Raquel Scalco, 2006.

Vale ressaltar que as características históricas e culturais do distrito também têm contribuído para a atração cada vez maior de turistas para a região. Como exemplo vale citar o Núcleo Urbano de São Bartolomeu, tombado pelo município; a Igreja Matriz, tombada pelo IPHAN; os doces feitos pelos moradores de São Bartolomeu, com registro de seu processo artesanal de fabricação; e as Festas de São Bartolomeu e da Goiaba, já descritas anteriormente.

2.2.2 – Florestas Protegidas (Nacionais, Estaduais, Municipais)

As Florestas Nacionais (FLONAs) foram instituídas pelo Código Florestal de 1965, por meio da Lei n° 4.771/65, e regulamentadas pelo Decreto n° 1.298/94. De acordo com o art. 1 desse decreto:

As Florestas Nacionais são áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal nativa ou plantada, estabelecidas com os seguintes objetivos: I – promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais; II – garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas e dos sítios históricos e arqueológicos; III – fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo.

Posteriormente, a Legislação do SNUC (Lei n° 9.985/00) classificou as FLONAs como unidades de conservação de uso sustentável e as definiu como:

Uma área com cobertura vegetal florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas. (Lei 9.985, art. 17º, 2000).

A primeira área decretada como Floresta Nacional no Brasil foi a Floresta Nacional do Araripe, em Crato, no Ceará, em 1946. Posteriormente, várias florestas públicas foram criadas, ainda na década de 1940, pelo Instituto Nacional do Pinho (INP), principalmente na região Sul do país, sendo chamadas de Parques Florestais. Após a criação do IBDF, na década de 1960, elas passaram a ser administradas por esse órgão, sob a denominação de Florestas Nacionais.

Já no final da década de 1980, com a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), essas unidades passaram a ser

administradas por esse órgão e tiveram um grande crescimento em número e área abrangida, principalmente na região Norte do país. (BRITO e CÂMARA, 1998).

As Florestas Nacionais pertencem ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável, geralmente implantadas em áreas extensas, de posse e domínio público, que apresentam maciços florestais produtores de madeiras comercializáveis, oferecendo condições de manutenção da fauna autóctone, bem como oportunidades para lições de educação ambiental e lazer. Nas florestas, é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, desde que a sua permanência seja compatível com os objetivos de criação da UC e com o plano de manejo da mesma. Caso contrário, os moradores de seu interior devem ser desapropriados e indenizados.

Esse tipo de unidade de conservação tem como objetivo principal a produção econômica sustentável de madeira e outros produtos vegetais; a proteção de recursos hídricos; a pesquisa científica, o manejo da fauna silvestre e a recreação em contato com a natureza.

O uso sustentável de parte de seus recursos florestais é permitido e incentivado, desde que sejam respeitados os mecanismos de sustentação dos ecossistemas, baseando-se no seu uso múltiplo e no manejo dos recursos naturais. As Florestas são importantes, também, por contribuírem para a manutenção da biodiversidade, para a recuperação das áreas degradadas e para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental. São ainda importantes para proteger os recursos genéticos e desenvolver técnicas de produção e/ou aproveitamento racionais dos recursos florestais. Assim, essas unidades de conservação devem ser manejadas de forma a cumprir finalidades econômicas, de pesquisa científica, lazer e recreação, turismo e conservação dos recursos naturais.

Deve-se ressaltar, também, que essa categoria de unidade de conservação ainda é muito recente em Minas Gerais, e os órgãos gestores têm muita dificuldade no estabelecimento do manejo florestal, o que acaba por dificultar sua implantação e gerenciamento de acordo com os objetivos da categoria. Assim, muitas vezes uma unidade de conservação de uso sustentável é gerenciada como se fosse de proteção integral. Sobre o assunto, um representante de ONGs, entrevistado nesta pesquisa, fez uma interessante colocação:

Essa questão de desenvolvimento sustentável ainda é um gargalo, entendeu? Como conciliar comunidade, conservação e manejo? Eu acho que o IEF ainda não pegou isso. Daí trata como se fosse unidade

de proteção integral. Não é o caso do atual gerente da APA Cachoeira das Andorinhas, que tá sempre tentando conciliar, ver os interesses, vamos tratar, vamos ver o quê que pode melhorar e criar alternativas. Porque você tem que criar alternativas, você não pode chegar lá, proibir e pronto acabou. E é isso que acontece, trata como se tudo fosse parque. Aí você cria uma resistência. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

Além do órgão gestor da UC, a Floresta deve manter um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações residentes.

As FLONAs podem ser criadas não só pelo governo federal, – quando recebem essa denominação – quando criadas pelo governo estadual ou municipal são denominadas, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

2.2.2.1 – A Floresta Estadual do Uaimii

A Floresta Estadual do Uaimii está localizada na região centro-leste da APA Cachoeira das Andorinhas, estando totalmente inserida nesta unidade de conservação, sendo que grande parte dela funciona como zona de amortecimento da Floresta, que é uma unidade de conservação cujos usos dos recursos naturais são mais restritivos.

Essa Floresta abrange uma área de aproximadamente 4.398 hectares, abrigando uma expressiva área de mata nativa, onde se encontra grande parte das nascentes dos tributários da margem direita do Rio das Velhas. A Floresta foi criada em 2003, pelo Decreto Estadual sem número, de 21 de outubro de 2003, com o objetivo de desenvolver atividades voltadas à pesquisa e exploração sustentável da candeia, ao uso turístico e recreativo, à educação ambiental e à proteção de mananciais para o abastecimento público. De acordo com o seu Projeto de Criação, elaborado pelo IBAMA:

A área é coberta, em sua quase totalidade, pela floresta estacional decidual (*sic*) e pela floresta de altitude, típica das regiões mais elevadas da Serra do Espinhaço. Essa última tipologia é marcada pela presença de candeia (*Eremanthus erythropappus*), espécie arbórea cuja madeira, pela sua durabilidade em contato com o solo, é tradicionalmente utilizada para a construção de cercas e edificações rústicas. Pelo seu alto poder calorífero, é também muito usada como lenha, em residências. Existe ainda uma crescente pressão de

exploração da espécie, para a extração de resina, de uso crescente pelas indústrias cosmética e farmacêutica. (IBAMA, 2000, p.1).

Antes da criação da Floresta, a área era constituída de quatro propriedades rurais – Fazenda de Ajuda, Mata-Pau, Paiol e Tapera – que tinham como proprietários, respectivamente, Jayro Luiz Lessa, Luiz Gonçalves Lessa Júnior, Orozimar Valentim Fraga e Rômulo Eustáquio Gonçalves Lessa. Ressalta-se que a VDL (Valadares Diesel LTDA) pertence à família Lessa, fato relevante que será discutido a seguir.

O histórico de criação dessa unidade de conservação inicia-se quando a VDL compra a massa falida da Siderúrgica Queiroz Junior, que utilizava a área para a produção de carvão vegetal utilizado na siderúrgica, adquirindo, também, a área da floresta. Então, iniciou-se um processo de tentativa de dar uma solução economicamente viável e lucrativa para a área. Surgiu, assim, a idéia de desenvolver algum projeto ambiental no local, tornando-o um atrativo turístico, ou uma área preservada, o que seria complicado em função da Lei da Mata Atlântica.

Foi feita, assim, uma articulação com o Estado, quando foi proposta a criação de um parque. Na época, porém, a comunidade não concordou, pois esta categoria de UC traria ainda mais problemas para a população local, no que dizia respeito às suas necessidades de uso da lenha e ao desenvolvimento de atividades econômicas. Segue abaixo o depoimento de um funcionário do IEF sobre a questão:

Resumindo, o interesse deles (VDL) era vender as terras para o Estado. E isso aconteceu sem ter um envolvimento social. Daí, em uma reunião com o secretário de Estado, pleiteando a volta do conselho da APA das Andorinhas, fomos informados que tinha uma demanda de se criar uma unidade de conservação aqui. E o secretario perguntou, como nós estávamos lá representando a comunidade, o que a gente achava disso. E a gente disse: se isso não tá sendo feito com o envolvimento da comunidade, com certeza não é bom para a comunidade. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Como a articulação entre a VDL e o Estado iniciou-se quando o Dr. Humberto Candeias estava à frente da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e, posteriormente, quando ele foi transferido para o IBAMA, pensou-se na criação de uma Floresta Nacional, inclusive seu projeto de criação foi elaborado por esse órgão – e não pelo IEF. Quando o Dr. Humberto voltou para Minas Gerais, a unidade ainda não havia sido criada e todo o processo foi transferido para o Estado, possibilitando a criação da Floresta Estadual, sendo que as terras foram adquiridas via dívida de compensação ambiental devida pela Vale do Rio Doce, que adquiriu a área e a repassou ao Estado.

Durante o processo de criação da Floresta foi realizada uma audiência pública quando foi votado, por unanimidade, a criação da mesma, sendo que o documento de Consulta Pública ressalta o grande potencial da área para o manejo da candeia como forma de geração de renda para a comunidade local. No documento destaca-se, também, a importância da Floresta para a geração de tecnologia para o manejo florestal, como pode ser percebido no trecho abaixo:

Esta área terá um relevante papel na manutenção da cobertura vegetal, na produção permanente de bens e serviços ambientais, na garantia da oferta de produtos madeireiros e não madeireiros, na redução da exploração predatória e dos desmatamentos ilegais, na geração de empregos e renda, no ordenamento do território e dos solos com vocação florestal e na regulação de preços e mercados. (IBAMA 2002, p.2).

Deve-se destacar que, apesar das intenções que constam no documento de Consulta Pública para a criação dessa unidade de conservação, as atividades de manejo florestal, bem como a garantia de oferta de produtos madeireiros para a comunidade, ainda não se efetivaram, como será discutido posteriormente. Muito pelo contrário, desde a sua implantação, todo o manejo florestal foi proibido, tanto dentro como no entorno da área da Floresta do Uaimii.

O nome dado a esta unidade de conservação é uma homenagem ao Rio das Velhas, em função de muitos dos afluentes de seu trecho mais alto terem suas nascentes localizadas nos limites da UC, como explica um funcionário do IEF, que participou de todo o seu processo de criação da unidade:

O nome Uaimii é um nome indígena. Toda floresta nacional ou estadual já tem a tradição de dar um nome indígena. Daí, quando foi feito os estudos técnicos de criação, na época para criar uma floresta nacional, houve esta proposta de se buscar o nome original do Rio das Velhas. Uaimii é o nome original do Rio das Velhas. Quer dizer, os índios que tinham aqui na bacia do Rio das Velhas, não só aqui na cabeceira, falavam região das “velhas tribos descendentes”. Era a região que tinha velhas tribos descendentes. Aí eles falavam região do Uaimii. Aí foi aportuguesando. Uaimii virou Guaicuí quando os bandeirantes chegaram. Tanto que a foz do Rio das Velhas, no Rio São Francisco, chama Barra do Guaicuí. Então foi aportuguesando e perdendo o sentido. De Uaimii passou para Guaicui e depois perdeu ainda mais o sentido e passou para Rio das Velhas. Então o sentido é Rio das Velhas Tribos Descendentes. Porque a criação da floresta é também para proteger as nascentes do Rio das Velhas. (Funcionário do IEF, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Antes da criação da Floresta, a região estava bastante abandonada, sendo que apenas um funcionário da VDL era responsável por cuidar de toda a área. Em função da escassa

fiscalização, a área era muito utilizada para a produção ilegal de carvão, havia muito roubo de candeia e era, também, o local de onde a comunidade retirava a lenha para consumo próprio. Após a criação da UC, a primeira ação que foi desenvolvida pelo órgão gestor foi paralisar esse processo, fazendo valer a lei. De acordo com um funcionário do IEF:

A gente até tentou, num primeiro momento, não chegar com aquela lei bruta, para poder exatamente mostrar que a gente tem condição de fazer de uma outra forma. Mas teve, num dado momento teve apreensão, teve ameaça pra gente, botaram cruz na estrada, depois disso teve uma ação policial lá, teve gente que chegou a ser até presa, aí foi encontrado passarinho, gaiola, armamento, tudo dentro de casa. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 16/07/08).

Percebe-se, portanto, que, mesmo havendo consulta pública e manifestação positiva da população quanto à criação da unidade de conservação, o processo de implantação da UC não ocorreu de forma participativa, visando inserir a comunidade em um novo modelo de manejo florestal, que contribuísse para a melhoria de sua qualidade de vida, objetivos estes previstos tanto no seu decreto de criação, como no documento de Consulta Pública. Faltou, em um primeiro momento, um trabalho intenso de conscientização da população, sensibilização quanto à importância da Floresta, além de projetos que viabilizassem o desenvolvimento socioeconômico, baseado na exploração sustentável dos recursos naturais. Isso pode ser percebido no depoimento de um representante de ONG, entrevistado nesta pesquisa.

Eu acho que falta mais conversa com a comunidade. Por parte do IEF falta experiência, capacitação, para interlocução destes técnicos com a comunidade. Em alguns momentos, eu sinto assim, “eu sou o técnico” e fica “eu sou o técnico”. Não existe troca, não existe conversa. Tinha que ter esse diálogo para você ter a comunidade como aliado, do seu lado. E isso falta, falta muito. Mas isso é um perfil de gestão. Precisa capacitar a equipe técnica para ter mais diálogo, expor quais são os objetivos, ter mais transparência, ser um processo mais explícito. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

Após este momento inicial de diminuição das atividades ilícitas realizadas na unidade de conservação, iniciou-se a implantação da infra-estrutura com a construção de duas portarias (Tapera e Brás Gomes). Nessas portarias estão sendo feitos controles de entrada e saída de veículos, abordagem e pesquisa com os visitantes²¹.

Vale ressaltar que estas obras foram realizadas com recursos do PROMATA, sendo investido cerca de R\$ 1,7 milhão nas obras, pelo Banco Alemão KFW (Kreditanstalt für

²¹ Esta pesquisa refere-se ao fluxo turístico, origem e destino e motivação da visita.

Wiederaufbau), agente financiador do Ministério de Cooperação Internacional da Alemanha (Diário Oficial de Minas Gerais, 2006).

Após a mudança na gerência da unidade de conservação, ocorrida no início de 2008, pode-se perceber vários avanços, como por exemplo: diversos funcionários foram contratados, sendo que atualmente a Floresta conta com um quadro de dezoito funcionários; foi realizado o DIPUC²²; algumas ações de educação ambiental foram desenvolvidas; e iniciou-se o processo de licitação para a elaboração de seu plano de manejo.

De acordo com a atual gerente da área: “Este é o momento em que estão sendo criadas as condições de trabalho. Temos a previsão de resolver o problema da comunicação, vamos colocar Internet e telefone aqui, porque isso trava todo o trabalho.” (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 13/08/08).

Como o IEF tem liberando bastante recurso para a realização de obras de infra-estrutura em unidades de conservação, a Floresta já tem recurso garantido para várias obras. Na portaria da Tapera já existe uma casa de três quartos e uma casa menor de um quarto. A proposta é construir no local mais um galpão para seis carros, com dois banheiros e um almoxarifado; e também um escritório.

Já próximo à portaria do Brás Gomes, a idéia é construir uma casa de três quartos para o funcionário responsável morar e mais duas casas de três quartos para os funcionários em local ainda não definido.

É claro que uma unidade de conservação necessita de infra-estrutura para garantir o seu funcionamento, mas é preciso pensar em termos de prioridades de investimentos e, também, estar atento ao local de implantação de tais obras, como ressalta um representante de ONG:

De uma forma geral o IEF tem disponibilizado muito recurso para obras em unidades de conservação. Então, até que peca porque faz as obras antes do plano de manejo ser realizado para definir onde devem ser feitas as obras, isso tá sendo feito muito aleatório. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

²² DIPUC: Diagnóstico Participativo de Unidade de Conservação, que é uma ferramenta, desenvolvida pelo IEF, no âmbito do PROMATA, e aplicada às unidades de conservação que estão em processo de implantação. Na Floresta do Uaimi, o DIPUC foi desenvolvido nos dias 26, 27 e 28 de agosto, no intuito de fazer um pré-diagnóstico da unidade, levantando os problemas e as possíveis soluções e, também, para capacitar os funcionários. O DIPUC utiliza uma metodologia participativa de fácil entendimento e visualização.

Como bem colocado acima, as obras para a implantação da infra-estrutura em unidades de conservação são importantes, porém, a localização delas tem de estar prevista no plano de manejo, que deve ter prioridade no recebimento de recursos para a realização de obras, pois, sem ele, nenhuma atividade pode ser realizada nas UCs, nem mesmo a construção da infra-estrutura.

Este fato conduz a uma reflexão em relação à flexibilização existente para determinadas atividades, como a construção de infra-estrutura, que pôde ser realizada sem a anuência do plano de manejo. Para outras atividades, principalmente aquelas que se referem ao atendimento das demandas da comunidade por lenha e outros recursos naturais, o IEF é enfático em declarar que tudo depende do plano de manejo e sem ele nada pode ser realizado.

Percebe-se que muito tem sido investido na Floresta. Isso se deve ao fato de ela também fazer parte das unidades beneficiadas pelo PROMATA, recebendo recursos do fundo alemão. Além disso, esta é uma unidade de conservação que está sendo implantada para ser referência estadual no manejo florestal e, desta forma, apresenta-se como um dos projetos prioritários do IEF, como pode ser percebido pelo depoimento de dois funcionários do IEF:

A Floresta é um projeto piloto do Estado. Não tem nenhuma outra unidade de conservação com esta filosofia de trabalho. Ela está sendo implantada para se tornar referência de manejo florestal. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 13/08/08).

A Floresta do Uaimii é prioridade para o Governo do Estado, é prioridade para o Humberto Candeias. Nós estamos mexendo com algo que é um novo conceito. Essa dicotomia do que é desenvolvimento local e o que é preservação, a Floresta é o laboratório e foi construída com um debate social. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Apesar de alguns entraves e críticas em relação à gestão da unidade de conservação, principalmente no que se refere ao seu gerenciamento ocorrer como se fosse uma unidade de conservação de proteção integral, com a proibição de realização de qualquer atividade em seu interior, vale ressaltar os avanços alcançados. O mais importante processo que se verificou neste período refere-se à paralisação da exploração vegetal no interior da Floresta e à diminuição das ocorrências no seu entorno. Além disso, vale citar também a diminuição das queimadas em função da maior fiscalização, geração de emprego e renda para a comunidade, capacitação e início de um processo de

interlocução com a comunidade. Um pesquisador, que trabalhou na região, tem um discurso bem consistente a este respeito:

Nem todos têm isso muito claro. O que é uma APA? O que é uma Floresta? Porque tem duas categorias, a de uso sustentável e a de proteção integral. Eu sei que eu tô falando grego. O de proteção integral é fácil. Quer dizer, não é fácil, mas todo mundo já tá carimbado. Agora, de uso sustentável que é o grande desafio, para o Estado e para as pessoas. Será que nós estamos gerenciando a APA como parque ou como APA mesmo? A Floresta está sendo gerida como parque ou como Floresta Estadual? Porque está previsto e ela foi criada para ter o manejo da candeia, era previsto de gerar renda para o local. O que se pode dizer que diretamente aconteceu foi parte da população ter sido contratada e isso foi bom, mas tem muito que avançar ainda. (Pesquisador, entrevista realizada em 21/07/08).

Vale ressaltar, por fim, que a região é muito visitada por turistas nos finais de semana e feriados, atraídos pelo enorme potencial natural da Floresta, onde existem diversas quedas d'água, algumas alcançando mais de setenta metros de altura, como pode ser visto nas fotos apresentadas a seguir.



Figura 36 – Foto da Cachoeira de Brás-Gomes.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 37 – Foto Cachoeira da Ajuda.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

2.2.3 - Os Parques

Os Parques estão previstos no Código Florestal de 1965 (Lei n° 4.771/65), tendo sido regulamentado pelo Decreto n° 84.017/79, que definiu mais claramente esse tipo de UC: “para os efeitos deste regulamento, consideram-se Parques Nacionais as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas á condições de inalienabilidade no seu todo”.

Posteriormente, foi definido, pela Lei do SNUC (Lei 9.985/00), como uma unidade de conservação de proteção integral que tem como objetivo básico:

[...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Lei 9.985, art. 11º, 2000).

Essa unidade de conservação foi a primeira categoria a ser criada no Brasil, em 1937, com a implantação do Parque Nacional do Itatiaia, na divisa dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A forma como os parques nacionais são instituídos, no Brasil, segue o modelo norte-americano, que prevê a separação entre sociedade e natureza, não admitindo a presença humana no interior das unidades de conservação.

Pertencente ao grupo das unidades de conservação de proteção integral, as terras dos parques devem ser de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares em seu interior devem ser desapropriadas. Essa é a principal crítica feita a essa categoria de manejo, pois exclui as populações locais, gerando muitos conflitos socioambientais. De acordo com Diegues:

[...] já é sabido que as comunidades locais a serem afetadas pela criação de unidades de conservação devem ser tratadas como aliadas e não adversárias da conservação, e que seu alijamento do processo decisório pode transformá-las, no final, em sérias adversárias de uma preservação da natureza malconcebida e maldesenvolvida. (DIEGUES, 2000, p.119).

Porém, há que se ressaltar, também, a sua importância no que se refere à preservação da biodiversidade. Por ser uma categoria bastante restritiva, os parques têm importante papel na proteção de ecossistemas de grande relevância ambiental e que apresentam maior fragilidade frente aos possíveis impactos antrópicos.

Essas áreas protegidas destinam-se a fins científicos, educativos e recreativos, cabendo às autoridades o dever de preservá-las e mantê-las intocáveis. Devem possuir zonas de amortecimento no seu entorno, onde haja restrição de desenvolvimento de atividades causadoras de impacto ambiental ou potencialmente poluidoras.

De acordo com o SNUC, os parques devem possuir um conselho consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e de populações residentes no entorno da unidade.

As unidades dessa categoria podem ser criadas em âmbito Nacional, Estadual ou Municipal, devendo ser denominadas, respectivamente, Parque Nacional, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

2.2.3.1 - Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas

Também situado no interior da APA está o Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Este Parque foi criado em 30 de dezembro de 1968, pela Lei Municipal nº 305/68, que definia sua área por um raio de um quilômetro, tendo como centro a Cachoeira das Andorinhas. O nome do parque e da cachoeira se deve à presença constante, no local, do Andorinhão-de-coleira (*Streptoprocne zonaris*).

Em 2001, foi realizada uma Audiência Pública, promovida pela Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Ouro Preto, para criar um grupo técnico que redelimitaria a área de abrangência do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e Morro da Queimada, visando ampliar a área do Parque para proteção das nascentes do Rio das Velhas.

Em 2003, em outra Audiência Pública, foi apresentado o estudo técnico de delimitação da área de proteção do Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada. Porém, somente em 2005 a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei que disciplina sobre tal assunto e o Prefeito, então, sancionou a Lei nº 69/05, estabelecendo novos limites para a área do Parque, abrangendo uma área total de 557 hectares.

Optou-se pela redelimitação do Parque dissociada da criação de Parque Morro da Queimada, em função da diferenciação em relação aos objetivos de criação de cada uma das unidades. O Projeto de Lei de criação do Parque Morro da Queimada, até o presente momento, ainda não foi votado na Câmara Municipal.

Seu relevo da área onde está localizado o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas é bastante acidentado, com afloramentos de quartzitos e arenitos. A vegetação dominante pode ser caracterizada como pertencente ao bioma Mata Atlântica, no fundo dos vales, tendo sua composição alterada na medida em que há um aumento da altitude, com predomínio da candeia, até ceder lugar aos campos de altitude, nas partes mais elevadas.

Atualmente, o Parque está em obras para a construção de infra-estrutura para recebimento de visitantes, que estão sendo realizadas com recursos de compensação ambiental da empresa de mineração Samarco, que atua no entorno da APA.

Neste primeiro momento, será investido R\$ 2.500.000,00, sendo R\$2.250.000,00 de compensação e R\$250.000,00 de contrapartida da Prefeitura. Esse montante refere-se a um terço do investimento previsto para o Parque e será usado na construção de um centro administrativo com lanchonete, banheiro e fraldário; um centro de referência do Rio das Velhas; um centro cívico para receber as escolas; campo de futebol; duas portarias; guarda corpo na estrada mirante, ligando o Morro São Sebastião e Morro São João; e cercamento do parque. Com esta infra-estrutura, o parque será inaugurado em dezembro de 2008, e poderá receber até 300 visitantes por dia.

O restante das obras e a desapropriação das famílias que moram no seu interior estão previstos para os próximos quatro anos. Abaixo, segue a foto das obras para a construção do Centro Administrativo do Parque.



Figura 38 – Foto das obras de infra-estrutura do Parque.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Vale ressaltar que, apesar do tempo de criação do Parque e da previsão do SNUC para elaboração do plano de manejo ocorrer no prazo máximo de cinco anos, este documento ainda não foi elaborado e não há previsão para tanto.

Há também muita crítica em relação às prioridades de investimento. A princípio, os recursos investidos nas obras seriam destinados para a elaboração do plano de manejo, mas optou-se por fazer algo mais visível e que desse maior retorno em um momento político importante, como é o caso de ano eleitoral. Mesmo este recurso não sendo investido no plano de manejo, já existia uma demanda da própria comunidade para que ele fosse usado na coleta e tratamento do esgoto das casas do Morro de São Sebastião,

que estão localizadas na vertente da bacia do Rio das Velhas, inclusive para viabilizar a implantação posterior do parque. No entanto, as obras de infra-estrutura dão muito mais visibilidade em ano eleitoral. A este respeito cabe colocar o depoimento dado por um representante de ONG:

Por estarmos em um ano eleitoral, existe uma série de atropelos em termos de processos de comunicação para divulgar um empreendimento que ainda está muito incipiente ainda, muito embrionária e já se vende um parque como uma coisa pronta. Há um atropelo na forma que se vende o Parque das Andorinhas porque há um interesse político nisso. Isso está muito evidente. Há muita imagem querendo ser vendida antes da hora. Mas eu vejo como uma boa perspectiva, até porque é um lugar que o ouropretano vê com muito carinho e que ele sempre considerou como espaço de lazer. Com esse investimento, essa regularização, tem tudo para ser um lugar que o ouropretano volte a freqüentar, aproprie e com isso abre a possibilidade de aumentar ali também o fluxo de turistas. (Representante de ONG, entrevista realizada em 22/07/08).

Como visto acima, as obras do Parque sem dúvida são muito importantes, mas há outras prioridades. Porém, no momento em que haviam interesses políticos em jogo, optou-se por investir nas obras de infra-estrutura do Parque, principalmente com o intuito de devolver para o ouropretano algo que ele tem muito carinho, que é importante para a população local e que, talvez trouxesse mais popularidade para o Prefeito do que investimentos feitos para a elaboração do plano de manejo ou para a captação e tratamento de esgoto.

Percebe-se, também, uma grande expectativa da comunidade em relação à inauguração do Parque, pois a Cachoeira das Andorinhas é um local historicamente freqüentado pelos moradores de Ouro Preto, principalmente pelos da região do Morro São Sebastião, Morro Santana, Morro São João e Morro da Queimada, bairros que estão no entorno do Parque. Isso pode ser percebido nos relatos abaixo:

O Parque aqui pode trazer muita coisa de bom. Eu acho que o que propicia mais a droga aqui na região é a falta de lazer e de educação. Então, eu acho que tendo mais lazer para a comunidade, ter onde ir num domingo, que a vida não seja uma frustração, aí eles ficam se isolando dentro de casa e procurando coisinhas para ver se diverte. Então, você tendo uma área de lazer que a pessoa pode estar ali, num domingo com a família, nadando, jogando uma bola, passeando no meio da natureza, eu acho que isso pode trazer muito benefício, até para a saúde. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 18/07/08).

Eu vejo a criação do parque hoje como uma possibilidade emergente de envolvimento com a comunidade para que ela se aproprie disso. Porque a gente tem um patrimônio natural muito grande, mas que

poucos ouropretanos mesmo conhecem, usam e se apropriem disso.
(Representante de ONG, entrevista realizada em 22/07/08)

O Parque apresenta um grande potencial para a realização de atividades de lazer, turismo e recreação em contato com a natureza e de esportes de aventura. Em sua área, existem três quedas d'águas, sendo que a maior tem, aproximadamente, sessenta metros de altura. Além disso, possui locais propícios para caminhada, prática de rapel e canyionismo, como pode ser observado nas fotos abaixo.



Figura 39 – Foto de Rapel na Pedra do Jacaré.
Fonte: Ronald Guerra, 2006.

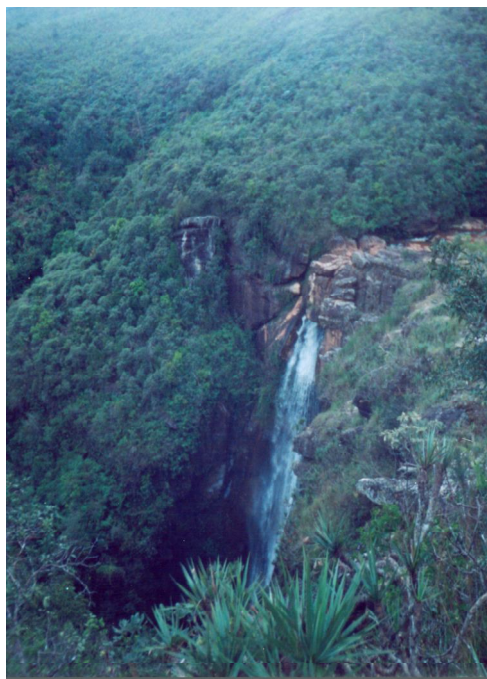


Figura 40 – Foto da Cachoeira Véu da Noiva.
Fonte: Ronald Guerra, 2006.

2.2.4 - Fazenda da Brígida – área protegida mantida pela UFOP

Apesar de não ser uma unidade de conservação nos moldes do SNUC, a Fazenda da Brígida pode ser considerada uma área protegida, uma vez que a Universidade Federal de Ouro Preto mantém a área e trabalha para minimizar a alteração do uso do solo em seu interior.

A Fazenda da Brígida está localizada a, aproximadamente, seis quilômetros do centro urbano de Ouro Preto, ao norte da cidade, no limite oeste do Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas. Ao sul, a Fazenda é limitada pela Serra de Ouro Preto, regionalmente denominada de Serra da Brígida, com altitudes em torno de 1.500m.

Em 1960, a então Escola Nacional de Minas e Metalurgia – ENMM – da Universidade do Brasil de Ouro Preto, comprou um terreno de 36,28 hectares, em uma localidade denominada "Padre Mestre" e "Rocinha", no distrito de São Bartolomeu. Passados vinte anos, topógrafos da Universidade Federal de Ouro Preto elaboraram um mapa planimétrico da Fazenda da Brígida, contornando o perímetro da área por dez marcos, chegando-se a uma área de 138,28 hectares (UFOP, 2001).

De acordo com o servidor da UFOP responsável pela área, a Fazenda tem 248 hectares. Atualmente, muitos desse marcos já foram retirados ou degradados por vândalos, mas alguns ainda permanecem no local.

O principal curso d'água da área é o córrego São Bartolomeu, afluente da margem esquerda do Rio das Velhas. Este córrego é ainda alimentado por duas drenagens menores, uma mais ao norte e que passa pela sede da Fazenda da Universidade e outro mais a oeste. (UFOP, 2001). Dentro da área da Fazenda estão localizadas, ainda, duas cachoeiras.

Desde que a área foi adquirida pela UFOP, ela esteve abandonada, até que a Universidade resolveu colocar um funcionário para garantir a posse e a preservação da área, evitando o roubo de madeira e a caça ilegal. Isso foi há, aproximadamente, vinte anos.

A Sede da Fazenda compreende uma pequena casa, onde reside o servidor da UFOP, responsável pela guarda e manutenção da área. Possui, ainda, um pequeno depósito para ferramentas. No local existe, também, duas represas onde são criadas carpas, tilápias e bagres, um chiqueiro, um galinheiro, seis mini vacas²³, um cavalo, uma pequena área de pasto e plantações de milho, feijão e mandioca.

Com certeza, essas modificações são significativas, pois alteraram o uso do solo original que era ocupado por Mata Atlântica. Deve-se levar em conta, entretanto, que, apesar da degradação feita pelo servidor, ele tem contribuído muito para manter a área de mata da Fazenda intocada, evitando a invasão de pessoas para a prática de atividades ilegais. Com bastante lucidez um professor da UFOP discute o problema:

Lá na Fazenda da Brígida roubava-se muita madeira lá, daí a Universidade colocou um funcionário para tomar conta. Isso foi

²³ Mini vacas são vacas derivadas das raças Jersey, Holandêsa e Girolanda. Medem cerca de 90cm e chegam a produzir até 10 litros de leite por dia. Estes animais podem ser criados em pequenos pastos e têm a vantagem de comerem menos e, assim, o seu custo de manutenção é menor.

muito importante porque deu um certo respeito com este espaço. Daí o cara casou, levou a mulher, veio os filhos, ele começou a ter uma vaquinha, começou a plantar, isso e aquilo, mas tem uma área de mata muito preservada, mata secundária, mas já tá voltando a ter as características normais da Mata Atlântica. Esse cara que tá lá é um cara que garantiu a preservação desse bem, mas lá ele tá com cachorro, gato, porco e tudo e isso é um impacto, mas não tem jeito de dizer para o cara não fazer estas coisas, porque ele depende dessas coisas, mas esta é a condição que a gente tem de garantir aquilo lá. (Professor da UFOP, entrevista realizada em 17/07/08).



Figura 41 - Foto da sede da Fazenda da Brígida.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 42 – Foto da sede da Fazenda da Brígida.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Em 2001, foi feito um diagnóstico da área, por um grupo de professores da UFOP, para ser apresentado para empresas privadas com o objetivo de verificar a existência de interesse de que aquela área fosse transformada em uma unidade de conservação privada, tipo RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Em entrevista realizada com um professor da UFOP, isso foi assim explicado.

Na época do diagnóstico, a universidade estava em um momento em que ela tinha se expandido, por questões políticas, e estava completamente sem recursos, ela tava passando por uma dificuldade muito grande. Então, uma das idéias que surgiu, na época, era de fazer o diagnóstico e ver se alguma empresa mineral se interessava em adquirir ou então fazer uma parceria para capitalizar a Universidade e, ao mesmo tempo, garantir a preservação daquela área. Daí, a proposta ao final do diagnóstico de se criar uma RPPN. Mas foi o que eu falei na época: Mineração nenhuma vai querer comprar um problema, porque aquilo ali é um problema. Se ela for fazer uma reserva, ela vai fazer uma reserva em uma área dela. Então, isso era muito difícil de ocorrer, como de fato não ocorreu. O outro lado da história é que isso é um bem público e só quem tem autoridade para fazer a venda de qualquer patrimônio da Universidade é o Presidente da República e isso tomaria um tempo grande para uma coisa muito pequena. (Professor da UFOP, entrevista realizada em 17/07/08)

Como esta idéia não vingou, a UFOP continuou a desenvolver alguns trabalhos de campo na área, principalmente, com alunos da Geologia e da Biologia, mas a Fazenda continua subutilizada. Atualmente, a Pró-reitoria de Administração da UFOP é a responsável pela área. A idéia é que o local seja transformado em um centro de referência em pesquisas avançadas, por meio de parcerias entre a Universidade, a Prefeitura e empresas privadas, como ressalta o professor entrevistado:

Tem alguns projetos nossos que têm alguns equipamentos para serem instalados. Nós vamos instalar um lisímetro²⁴ lá na Brígida, vamos tentar instalar uma estação para coleta de dados atmosféricos, chuva, pluviometria, não sei o que. Então, nós vamos começar a movimentar aquilo lá colocando uma estrutura da pesquisa, mas ainda muito carente. Aí, começando a mexer lá, a idéia é começar a correr atrás. Uma coisa é você apresentar uma coisa que não tem vida acadêmica nenhuma. Outra coisa é você falar, nós estamos precisando disso, tentar conseguir recursos fora da universidade, aliando o centro de pesquisa com a preservação ambiental. [...] A idéia era ter lá uns alojamentos, uma estrutura mínima de pesquisa, com uma sala que tivesse uns microscópios, que o pessoal da botânica, da biologia pudesse usar, ter ali um local para a gente colocar ali umas espécies que estão entrando em extinção. A parte de canga poderia ser usada para reintrodução de algumas espécies em parceria com empresas de mineração. Outra parte, também, que poderia ser feito um orquidário, com intuito preservacionista. Fazer ali, também, um local para receber a população, fazer ali pequenos cursos, para inserir a população no meio e ela auxiliar na preservação. Outra coisa é sensibilizar o servidor da UFOP e tentar inseri-lo nisso aí, só adaptar as atividades, porque fica complicado ele ter vaca lá andando no meio da reserva. Quer dizer, devagar ir adaptando. Nós temos que fazer, também, a marcação dos limites, uma sinalização, portaria, essas coisas. (Professor da UFOP, entrevista realizada em 17/07/08).

A área é bastante preservada, porém, no limite da Fazenda com o Parque das Andorinhas, existe uma área onde a ALCAN, atual NOVELIS, retirava bauxita, desde a década de 1960. Além disso, a área é periodicamente afetada por incêndios florestais e são constantes as invasões da área por caçadores e lenhadores, que ilegalmente realizam estas atividades no local.

De madrugada, começa a ouvir barulho, batendo por aí, eu tenho que sair e conferir tudo aí. E sou eu sozinho, só eu e Deus. Incêndio é o que mais preocupa. Todo ano tem. Esse ano ainda não teve, a gente fez aceiro e tudo aí, né? Mas ainda tem aquelas mãos bendita que ainda põe fogo aí. Colocam fogo porque querem a criação solta, para tirar lenha, essas coisas. (Servidor da UFOP, entrevista realizada em 23/08/08).

²⁴ Tanque inserido no solo, cheio do solo do local e com vegetação, utilizado para medir a evapotranspiração de referência ou da cultura.

Percebe-se, portanto, que apesar do interesse em tornar o local um centro de referência em pesquisa, muitos recursos terão que ser investidos. Além disso, para que esta idéia se torne realidade é preciso que alguém a leve adiante, que haja vontade política dentro da Universidade para que isso aconteça.

Isso parece ainda estar longe de acontecer, pois o local encontra-se bastante abandonado, não existe nenhum responsável direto pela área – muitos professores nem sabem de sua existência – e bem pouco de seu potencial é utilizado, atualmente. Espera-se que esta realidade seja modificada e que a Fazenda da Brígida se torne realmente uma área protegida, agregando ainda mais valor ao mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas.

Após a análise de cada uma destas UCs fica clara a necessidade de gestão conjunta desse mosaico de Unidades de Conservação, formado pela APA Cachoeira das Andorinhas, Floresta Estadual do Uaimii, Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e Fazenda da Brígida, a fim de garantir que os objetivos para o qual cada uma dessas UCs foram criadas, sejam de fato alcançados. Deve-se destacar ainda o potencial desse mosaico no que diz respeito a geração de problemas e conflitos, próprios da gestão de realidades complexas, uma vez que há a atuação de diferentes agentes, com interesses distintos e concepções diversificadas sobre conservação ambiental.

Considerando-se ainda que neste mosaico estão presentes unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, esse potencial de geração de conflito é ainda maior já que fica explícita a dificuldade de conciliar conservação dos recursos naturais, com o atendimento das demandas da comunidade, através de práticas de manejo visando o desenvolvimento sócio-econômico das populações que vivem no seu interior e entorno.

CAPÍTULO 3 – INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DO MOSAICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS

A partir do momento em que o meio ambiente passa a ser objeto de disputa entre diferentes agentes sociais e, portanto, se constitui em um campo de forças, ocorrem várias inovações nas políticas públicas, dando origem a novas formas de participação, articulando sociedade civil organizada, Estado e iniciativa privada. Essas inovações estão presentes nos textos legais publicados a partir do final da década de 1980, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, instituindo os Conselhos Gestores; a Lei das Águas, que prevê a criação de agência e comitê de bacia; a Política Nacional de Meio Ambiente, com conselhos de meio ambiente e audiências públicas; e a Lei do SNUC, que prevê a formação de conselhos gestores das unidades de conservação e a consulta pública para a criação e/ou expansão de UCs.

Vale ressaltar que, a partir da década de 1990, com esta nova tendência para a descentralização e a participação social na gestão pública, e com a disseminação da utopia do desenvolvimento sustentável, a participação passou a ser vista como panacéia, solução para todos os males da sociedade moderna, sendo uma das palavras mais utilizadas por políticos, pesquisadores e lideranças comunitárias. Percebe-se, portanto, que o interesse em participar tem se generalizado e isso pode ser comprovado pelo surgimento de diversas associações e conselhos. Como exemplo, vale citar o caso do município de Ouro Preto que possui, atualmente, vinte conselhos funcionando e mais de sessenta associações de moradores.

De acordo com Bourdenave: “a participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos. O entusiasmo pela participação vem das contribuições positivas que ela oferece.” (1986, p.12).

O projeto neoliberal e as reformas políticas fizeram com que o Estado perdesse grande parte de sua capacidade regulatória, inclusive no que diz respeito ao meio ambiente. Desta forma, abriu-se um novo espaço para que as organizações da sociedade civil, ONGs, movimentos sociais e ambientalistas assumissem o papel do Estado ausente. Dagnino (2004), ao tratar a questão, relaciona esse fato à luta da sociedade pela

democratização e pelo fim do Estado Novo, e nos fala dessa “confluência perversa” – entre projeto participativo democratizante e o projeto neoliberal de encolhimento do Estado – tendo como resultado a diminuição de suas responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil.

Isso justifica, de certa forma, a popularidade que têm recebido questões como participação, cidadania e democracia, inclusive desvirtuando, algumas vezes, o seu conceito original. De acordo com a autora, com o Estado minimalista, houve também um encolhimento do espaço da política e da democracia. Isto acaba gerando um processo de ilusória participação, utilizada para continuar garantindo o controle social, agora sob o jargão da democracia. A participação, incentivada pelo Estado, muitas vezes acaba tornando-se uma frustração, visto que, da forma como ela é permitida, o Estado continua com o controle da situação, como colocado por Costa:

Retomando os argumentos de Dagnino (2004), um risco verificado na “confluência perversa” é o de que os movimentos sociais, as ONGs e outros indivíduos que, de uma maneira ou de outra, vivenciam a experiência desses espaços de gestão participativa, fixem todo o seu potencial na criação e funcionamento destas instâncias de gestão compartilhada e depois, descubram, que acabaram servindo aos objetivos do projeto que lhes é antagônico. Ou seja, o risco reside na possibilidade de a sociedade civil investir o seu potencial produtivo em um projeto participativo e depois, com o passar do tempo, acabar questionando se não seria mais vantajoso adotar uma outra estratégia que priorizasse a sua organização de base e mobilização social ao invés de atuar em conjunto com o Estado. (COSTA, 2008, p.8).

Paraíso, estudando os dilemas da participação na gestão de unidades de conservação, faz um importante comentário a respeito: “Observa-se que a participação em projetos de conservação ambiental tem sido reduzida a uma série de técnicas e métodos, o que de fato, tem inibido seu caráter emancipatório e fortalecido o seu potencial “tirânico.” (PARAÍSO, 2005, p. 165).

Por isso, quando se trata a questão da participação, é importante frisar sobre qual tipo de participação estamos falando. Pimbert e Pretty (2000, p.197-198) definem sete níveis de participação da comunidade nos processos de tomada de decisão. O primeiro deles é a chamada **participação passiva**, em que a comunidade é apenas informada dos processos em curso e suas opiniões não são levadas em consideração pelos administradores. O segundo nível é a **participação como extração de informação**. Nesse caso existe uma coleta de dados na comunidade, mas esta não participa do processo como um todo, podendo apenas expor sua opinião por meio de questionários

pré-elaborados pelos gestores. No terceiro nível, chamado pelos autores de **participação por consulta**, os gestores ouvem os pontos de vista dos membros da comunidade, mas não têm, necessariamente, que levá-los em consideração no processo de tomada de decisão, sendo que as ações dependem das reações da comunidade. O quarto nível é a **participação por incentivos materiais**. Nesse tipo de participação, as pessoas se envolvem em troca de recursos oferecidos e cessam sua participação quando findam os incentivos. No quinto nível, nomeado de **participação funcional**, as pessoas formam grupos em busca de objetivos comuns, criando instituições que são dependentes de incentivadores externos, ou gestores públicos, mas que podem tornar-se independentes. O sexto nível, diz respeito à **participação interativa**, sendo que nesta tipologia, há uma tendência à formação de grupos locais independentes ou ao fortalecimento de grupos já existentes, envolvendo metodologias interdisciplinares, em que o grupo assume o controle das decisões locais. Por fim, a **automobilização** é o estágio mais avançado de participação. Nesse caso, as pessoas tomam a iniciativa para mudar o sistema e são responsáveis pelas decisões tomadas em âmbito local, podendo ou não questionar a distribuição não equitativa dos recursos e do poder local.

Já Pateman²⁵ (apud GOHN, 2001, p.20), de forma semelhante, define três tipos de situações de participação: a **pseudo-participação**, que envolve apenas a consulta da comunidade; a **participação parcial**, quando, mesmo que muitos se envolvam no processo, apenas uma pequena parcela tem poder de decisão; e a **participação total**, quanto todos os grupos têm igual influência na decisão final.

Percebe-se, portanto, que a retórica da participação abrange desde processos que envolvem apenas uma escuta à comunidade até formas de participação em que ela realmente tem poder sobre as decisões a serem tomadas e que envolvam diretamente questões que podem determinar ou influenciar o seu futuro.

Uma das formas de garantir a participação nos processos de formulação e implementação de políticas públicas foi a definição de mecanismos de participação direta estabelecida na Constituição Federal de 1988, notadamente por meio de Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Essa forma de gestão pública estatal, via parceria com a sociedade civil organizada, tem por objetivo a formulação e o controle de políticas públicas pela sociedade. De acordo com a Carta Magna, estes devem ter

²⁵ PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

representação paritária do Estado e da sociedade civil, sendo seus conselheiros eleitos diretamente pelos grupos sociais que representam. De acordo com Gohn:

Para a implementação dos conselhos, eles dependem de leis ordinárias estaduais e municipais. [...] Os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas e tomada de decisões. Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública. [...] Trata-se de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços nos quais se tomam as decisões políticas. (GOHN, 2001, p. 85).

Porém, dependendo da forma como são instituídos e/ou regulamentados, dependendo da forma como a sua composição é definida, ou ainda da dinâmica de seu funcionamento, o conselho pode ser mais ou menos representativo, contribuindo de forma diferenciada para projetos emancipatórios. Assim, podem ser tanto instâncias realmente participativas como podem também ser apenas uma instituição jurídico-formal para garantir que o Poder Público, juntamente com as elites corporativas, mantenham o controle da situação, utilizando o discurso da participação para fortalecer o caráter centralizador das decisões do Estado e a perpetuação dos grandes interesses econômicos.

Gohn comenta que o funcionamento dos conselhos depende basicamente de dois fatores. O primeiro deles diz respeito à vontade política em fazer o conselho funcionar, em ser transparente, repassar informações, em apresentar as suas políticas. O segundo ponto importante é a pressão política que a sociedade consiga fazer para que esses conselhos funcionem. (GOHN, 2001, p.84).

Zhourri, tratando dos conselhos relacionados às políticas ambientais, argumenta que, geralmente, esses conselhos:

São vistos pelos próprios conselheiros, pelo senso comum e por especialistas como um espaço “democrático” e “participativo”, na medida em que se apresentam como espaços de negociações e estabelecimento de pactos entre concepções e interesses distintos acerca da apropriação dos recursos naturais. (ZHOURI, 2007, p.5).

Porém, muitas vezes, não é isso que se vê na prática cotidiana dos conselhos. Em muitos casos eles são utilizados apenas como forma de instituir uma falsa democracia, um processo apenas aparentemente participativo, sendo um locus apenas de discussão de problemas, enquanto as decisões são tomadas em outros níveis institucionais.

Vale ressaltar também a desigual distribuição de poderes e de informação entre os conselheiros, o que também dificulta o alcance dos objetivos de participação e gestão ambiental democrática. Além disso, esta é uma forma de organização recente, e as pessoas ainda estão construindo um aprendizado a respeito, por isso, muitas vezes, deparam-se com situações novas em que não sabem como agir. A este respeito Carvalho afirma que:

[...] apesar de serem pouco atuantes e das dificuldades que os impedem de funcionar como canais efetivos de participação da população na gestão municipal, acredita-se que a sua criação constitui um primeiro passo no sentido de organizar a sociedade civil, introduzindo-a nas questões mais amplas que envolvem a administração pública. [...] É necessário dar tempo para que a prática da participação nos municípios vá se consolidando, e os Conselhos possam ser um caminho, e não se constituírem simplesmente como meras extensões da administração municipal. (CARVALHO²⁶, apud MUNGAI, 2005, p.67).

Bredariol (2001) critica a desigual participação dos setores representados no conselho enfatizando que os agentes econômicos e estatais geralmente têm claros seus objetivos e as formas para alcançá-los, enquanto as forças locais são heterogêneas e não possuem capacitação para negociar em pé de igualdade com esses agentes.

Percebe-se, portanto, que os avanços nas políticas públicas no que se refere à descentralização do poder e das propostas de participação comunitária são de fato muito importantes no sentido de instituir uma nova forma de gestão pública. Porém, somente a criação de conselhos e outros fóruns de participação não garante que as demandas da comunidade de fato sejam ouvidas e atendidas.

Faz-se necessário, assim, uma análise de como os conselhos envolvidos na gestão ambiental do mosaico da APA da Cachoeira das Andorinhas têm funcionado na prática, visando o entendimento de como a participação e a representação dos diversos setores da comunidade têm ocorrido nestes fóruns de participação. Essa análise, que será apresentada a seguir, foi baseada, principalmente, na análise das atas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, do CODEMA-OP e do Conselho da APA Cachoeira das Andorinhas.

²⁶ CARVALHO, A.W.B. de. *A Participação Popular no Processo de Descentralização Governamental: uma avaliação do papel dos conselhos gestores de políticas públicas em municípios de pequeno porte demográfico*. Belo Horizonte: Anais do X Encontro da ANPUR, 2003, 15p.

É preciso ressaltar, porém que a análise destes fóruns foi feita considerando-se a superposição da área de atuação desses conselhos, e destacando que tratam-se de três instâncias diferentes, com atuações diversificadas e territorialidades distintas.

Pretendeu-se, portanto, analisar a importância de cada um desses fóruns enquanto locus de explicitação de conflitos, problemas e contradições da gestão do mosaico de UCs da APA das Andorinhas. Além disso, pela leitura e análise das atas foi possível também identificar os principais eixos de investigação do roteiro de entrevista e os agentes que possuem maior envolvimento com as temáticas a serem apresentadas no capítulo 4.

3.1 – O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas

Os Comitês de Bacia, de acordo com o IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas), são órgãos deliberativos, instituídos por ato do Governo do Estado, que têm por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos nas suas respectivas bacias hidrográficas.

A criação de Comitês de Bacia Hidrográfica está prevista na Lei nº 9.433/1997, que prevê a descentralização da gestão dos recursos hídricos, por meio da criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que conta com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade.

De acordo com o art. 38º desta Lei, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica:

- I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação de entidades intervenientes;
- II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III – aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia;
- IV – acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V – propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção de obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- VI – estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII – estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. (Lei 9.433, art. 38º, 1997)

O Comitê deve ter formação paritária entre representantes do poder público estadual e municipal, de um lado, e usuários e sociedade civil organizada, de outro. A sua Diretoria é composta por um Presidente, um Secretário, um Vice-Presidente e um 2º secretário, com mandato de dois anos. Os Comitês são instituídos como conselhos deliberativos, detendo poder de decisão sobre os assuntos de sua competência.

Além do Comitê, a Política Nacional de Recursos Hídricos prevê, também, a criação das Agências de Bacia, que têm a função de Secretaria Executiva do Comitê. É a Agência que vai efetuar a cobrança pelo uso da água, mantendo cadastro de usuários atualizado e gerenciando o Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas foi um dos primeiros Comitês criados em Minas Gerais, sendo instituído pelo Decreto nº39.692, de 29 de junho de 1998. É um órgão deliberativo, formado por vinte e oito conselheiros, sendo sete representantes do Poder Público Estadual, sete representantes do Poder Público Municipal, sete de usuários e mais sete representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos da bacia. O mandato dos conselheiros é de dois anos. De acordo com ABERS²⁷ (apud COSTA, 2008, p.13)

O CBH Velhas surgiu por influência do Banco Mundial que, naquela época, era um dos principais financiadores do PROSAM (Programa de Saneamento Ambiental). Dentre as metas deste Programa havia a formatação de uma agência de bacia para iniciar a cobrança pelo uso da água para que houvesse investimentos na capacidade da gestão das águas na região.

A finalidade de sua criação se deve à necessidade de promover a viabilização técnica e econômico-financeira de programas de investimento e consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Seu Regimento Interno deveria ser aprovado no prazo máximo de sessenta dias, porém só foi aprovado em 10 de abril de 2000, por meio da Deliberação Normativa CBH Velhas 01/00.

A primeira reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas foi realizada no dia 27 de agosto de 1998, quando tomaram posse os seus conselheiros.

²⁷ ABERS, R. N. *Relatório Final da Fase I - Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas-MG*. Projeto Marca d'Água, Brasília: 2001. Disponível no site: <http://www.marcadagua.org.br>.

De 1998 a 2000 os conselheiros dedicaram suas ações à organização do Comitê e seu funcionamento, aprovação do Regimento Interno e criação da Unidade Técnica Transitória, para fazer o papel da Agência de Águas, enquanto esta não fosse criada. Durante este período, foram promovidas nove reuniões do Comitê.

No final de 2000, foi realizada a eleição de novos membros e da nova diretoria, sendo eleito Sr. Paulo Maciel como presidente para a Gestão 2001/2003. Nesses primeiros anos de funcionamento, o CBH Velhas passou por uma série de dificuldades, entre elas Costa cita as principais:

Problemas de adesão e participação dos membros, falta de condições técnicas e financeiras do órgão gestor das águas em dar o apoio necessário à gestão participativa e ainda o fato do Comitê não conseguir dar continuidade às suas ações e sofrer freqüentes paralisações. (COSTA, 2008, p.14).

Em 2001, o Comitê se reuniu quatro vezes e promoveu diversos seminários para capacitação dos conselheiros, nos quais foram discutidos os locais com prioridade de construção de ETEs no Rio das Velhas. Nesse ano, o Comitê começou, também, a analisar e aprovar os processos de pedido de outorga.

Já em 2002, o CBH Velhas realizou cinco reuniões. Foram celebrados alguns convênios para obtenção de recursos e vários processos de pedido de outorgas foram analisados, sendo que, em quase todos, a outorga foi concedida. Algumas retornaram ao IGAM para complementação de documentação. Durante essa gestão, o Comitê engrenou suas atividades, começando a se destacar na cena ambiental do Estado.

No ano de 2003 o Comitê reuniu-se três vezes. Nesse ano, houve eleição e posse dos novos membros e da nova diretoria para a gestão 2003-2005. O Sr. Apolo Heringer Lisboa assumiu a presidência do Comitê, o que significou grande aproximação entre o Comitê e o Projeto Manuelzão. De acordo com Costa, inicia-se aí a confusão de “onde começa e onde termina” cada um dos órgãos. “Isto por que, muitas vezes, não é fácil entender quais ações e ou resultados são em função do trabalho do Manuelzão ou do CBH Velhas; ou ainda, qual o papel que cada um exerce na gestão das águas.” (COSTA, 2008, p.14).

Nessa eleição, o Sr. Ronald de Carvalho Guerra foi empossado representante da FAMOP (Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto), fato significativo, uma vez que, com sua participação, os interesses da região puderam ser melhor debatidos no Comitê.

Foi, também, em 2003 que a área de estudo foi citada, pela primeira vez, em pauta das reuniões do CBH Velhas. Foi comunicado o envio de ofício à COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), solicitando a implantação da estação de tratamento de esgotos no distrito de São Bartolomeu, sendo que a empresa deveria ser ressarcida dos investimentos realizados quando da implantação do sistema de cobrança pelo uso da água. Foi em 2003, também, que o projeto Manuelzão, com apoio do CBH Velhas, realizou a “Expedição Manuelzão Desce o Rio das Velhas”, importante ação de mobilização da bacia, com participação do membro Ronald de Carvalho Guerra.

Em 2004, foram realizadas cinco reuniões do Comitê, com avanços significativos para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio das Velhas. Nessas reuniões, vários questionamentos e pedidos de análise de processos de aprovação de outorga foram feitos, configurando certa tensão nas reuniões.

Na ata de uma das reuniões desse ano apareceu, mais uma vez, uma citação sobre a área de estudo, por meio de um comunicado de que seria enviado um ofício ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Meio Ambiente solicitando agilidade na implementação do Conselho Consultivo da APA Cachoeira das Andorinhas, ofício este que também foi encaminhado ao CBH Velhas, como pedido de apoio para o fortalecimento da gestão da APA.

Em 2004, foi feita, também, uma revisão do Regimento Interno do Comitê, além de ser formada uma comissão para análise de pedidos de outorga. Foi, ainda, extinta a Unidade Técnica Transitória, por não estar cumprindo seu papel. Além disso, foi elaborado, discutido e aprovado o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas e aprovada a Meta 2010²⁸.

Já em 2005, foram realizadas cinco reuniões, sendo constantes as discussões sobre o posicionamento do Comitê a respeito da transposição do Rio São Francisco e a necessidade de criação de uma Agência da Bacia. Houve, também, eleição e posse de

²⁸ A Meta 2010 foi lançada, em 2003, pelo Projeto Manuelzão e incorporada ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia, em 2004, sendo também um dos Projetos Estruturadores do Governo do Estado, desde 2007. O seu objetivo é melhorar as condições ambientais da bacia do rio das Velhas, de modo a permitir a navegação, a pesca e o nado em seu trecho mais poluído – Região Metropolitana de Belo Horizonte – até o ano de 2010, reenquadrando o seu trecho mais poluído para a Classe II. Foi possível perceber, pela participação em uma das reuniões do CBH Velhas, que apesar dos trabalhos que têm sido feitos para se alcançar a Meta 2010, muito pouco resultado já foi alcançado, sendo que, até o momento, todos os trechos da Bacia, monitorados pelo Projeto Manuelzão, apresentam, pelo menos, um índice de qualidade da água insuficiente para a classe em que foi enquadrado.

novos conselheiros para a Gestão 2005-2007. O Conselheiro Ronald de Carvalho Guerra continuou a participar do Comitê, mas agora como representante do Poder Público (Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

Apolo Heringer Lisboa continuou no cargo de presidente do Conselho, tendo Luiza de Marilac como vice-presidente. Foi elaborado e aprovado o Estatuto da Agência de Águas da Bacia, sendo enviado para aprovação do IGAM e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

No ano de 2006, o Comitê se reuniu seis vezes. Em uma das reuniões foram criadas e aprovadas as novas câmaras técnicas. Foram constantes, durante esse ano, as discussões a respeito da necessidade de captação de recursos junto ao poder público para viabilizar a Meta 2010.

Foram criados diversos sub-comitês de bacia tendo em vista a descentralização da gestão. A área de estudo é citada novamente, quando da aprovação dos projetos a serem encaminhados ao FHIDRO²⁹. Dentre os projetos citados estão o “Projeto Flores e Águas das Nascentes do Velhas”, encaminhado por Ronald de Carvalho Guerra, por meio da Prefeitura de Ouro Preto e o “Projeto de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Morro de São Sebastião”, encaminhado por Emerson Schnedr, Via SEMAE (Serviço Municipal de Água e Esgoto) de Ouro Preto.

Ainda em 2006, foi discutido e aprovado o Estatuto da Associação de Usuários Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – AGB Peixe Vivo – pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse social, com o objetivo de se equiparar a uma Agência de Bacia e, desta forma, realizar a cobrança pelo uso da água na bacia.

Em 2007, foram realizadas cinco reuniões do Comitê. Foi promovido um processo eleitoral para escolha dos novos membros e da nova diretoria para a gestão 2007-2009. Foi eleito o Sr. Rogério Sepúlveda, também representante do Projeto Manuelzão, para presidente e o Sr. Valter Vilela como vice. O Sr. Ronald de Carvalho Guerra continuou como conselheiro, representando a Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Vários sub-comitês de bacia foram criados durante esse ano, com o intuito de descentralizar e

²⁹ Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. O Fundo, criado pela Lei 13.194/1999, tem por objetivo dar suporte financeiro a programas e projetos que promovam a melhoria, nos aspectos quantitativo e qualitativo, dos recursos hídricos no estado. (Lei n° 13194, art. 1°, 1999)

fortalecer ainda mais a gestão dos recursos hídricos na bacia, sendo ao todo doze sub-comitês na bacia do Rio das Velhas. Houve intensa discussão sobre o processo de criação e efetivação da AGB Peixe Vivo. Além disso, foi informado que o IGAM e a AGB Peixe Vivo firmaram um convênio para realização do cadastro de usuários, estudos da forma de cobrança pelo uso da água e mobilização social para a preservação da bacia.

Em 2008, foram realizadas quatro reuniões do Comitê, até 30/10/2008, sendo muito discutida a importância da AGB Peixe Vivo e de sua equiparação à Agência de Águas da Bacia, que é um órgão técnico, encarregado de executar as ações apontadas pelo CBH. Com a aprovação de sua criação/equiparação, a AGB Peixe Vivo aguarda a elaboração do contrato de gestão a ser firmado com o IGAM.

Grande parte de suas funções, atualmente, são realizadas pelo Projeto Manuelzão. No futuro, com a entrada de recursos advindos da cobrança pelo uso da água, esta realidade deve ser modificada e o Manuelzão deverá ser mais um órgão de apoio, estudos e pesquisas na área. Atualmente, a AGB está em fase de estruturação e tem como associados empresas usuárias e associações civis sem fins lucrativos que financiam o seu funcionamento.

A partir do momento em que for iniciada a cobrança pelo uso da água, prevista para agosto de 2009, a Agência de Bacia deverá ter sustentabilidade financeira. No momento, está sendo feita uma licitação para seleção de uma empresa de consultoria para fazer o levantamento e atualização do cadastro de usuários da bacia. Durante as reuniões realizadas em 2008, também foram discutidos alguns projetos a serem contemplados pelo FHIDRO.

Vale ressaltar o fato de que muitos dos atuais conselheiros do CBH Velhas estão iniciando a participação em fórum de discussão sobre a questão das águas desta bacia. Isso sinaliza que possuem pouco conhecimento técnico sobre o assunto e também sobre a realidade da bacia. Portanto, seria interessante que o Comitê promovesse a cursos de capacitação e qualificação de seus membros a cada novo mandato e, também, ao longo do processo, para que a gestão da bacia pelo Comitê seja efetivamente uma gestão participativa e não elitizada, centralizada nas mãos dos que detêm maior conhecimento sobre os assuntos em pauta.

Vale ressaltar que, durante uma reunião do Comitê, realizada em Ouro Preto, foi feita uma visita técnica, com os conselheiros, ao Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Durante essa visita, pôde-se perceber o baixo nível de conhecimento dos conselheiros em relação à região, que é uma área muitíssimo importante para a bacia, por abrigar algumas de suas principais nascentes.

Outras dificuldades, também, devem ser ressaltadas, como a resistência à partilha de poder entre os setores representados nos comitês; falta de dados hidrológicos e a falta de recursos financeiros para a operacionalização da gestão da bacia pelo Comitê (COSTA, 2008). Além de apontar essas dificuldades, Costa faz uma interessante análise sobre a atuação do Comitê:

Passados nove anos de sua criação, é hoje considerado um dos comitês mais avançados na implementação do processo decisório participativo no Brasil. Um dos motivos do sucesso do comitê deve-se ao apoio de pessoal e logístico oferecidos pelo Projeto Manuelzão, instituto vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (COSTA, 2008, p.3).

Percebe-se ainda que, apesar de terem ocorrido algumas discussões e divergências de opinião, a grande maioria das votações ocorreram de forma bastante consensual, não sendo possível, via análise da atas das reuniões, perceber grandes conflitos ou divergências entre os conselheiros. COSTA arrisca uma explicação a esse respeito:

Em virtude do protagonismo que o Projeto Manuelzão vem exercendo no rol das organizações da sociedade civil de MG e dentro do próprio sistema estadual de meio ambiente, conseguindo ter acesso a recursos financeiros e projeção política em toda a bacia do Rio das Velhas, faz com que instituições e indivíduos percebam nele uma forma de fomentar as suas atuações e ganhar legitimidade, visibilidade e espaço político. Com isto, o Projeto Manuelzão vem se apropriando do CBH Velhas e levando consigo entidades parceiras para também o tomarem como seu; fato este que facilita na hora da tomada de decisão, já que um número significativo de entidades comungarão dos mesmos ideais do Manuelzão. (COSTA, 2008, p.15).

Apesar da importância do Projeto Manuelzão para viabilizar a implantação e funcionamento do Comitê, deve-se ressaltar que a centralização das decisões e do poder em apenas um órgão não pode ser vista como algo positivo em um fórum de participação que visa exatamente o contrário: a descentralização das decisões e do poder. Isso contribuiu muito para a despolitização dos movimentos que poderiam surgir dentro do comitê, bem como para a diminuição das divergências, conflitos e discussões, que são elementos bastante positivos dentro desse tipo de fórum participativo.

Outro fator que deve ser ressaltado é que, de acordo com as atas analisadas, houve muito pouca citação sobre a área de estudo, nas reuniões do CBH Velhas. As que ocorreram foram todas levantadas pelo Sr. Ronald de Carvalho Guerra, representante primeiro da FAMOP e posteriormente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Essas citações também não foram no intuito de discutir ou levantar os problemas enfrentados pela região que abrange os principais mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como algumas das principais nascentes do Rio das Velhas. Foram apenas para informar uma ou outra ação/projeto a ser desenvolvido na região.

Conclui-se, portanto, que o CBH Velhas não se configura como um importante fórum de participação para a discussão e explicitação de problemas, conflitos, paradoxos e/ou contradições relativos à área da APA Cachoeira das Andorinhas. Destaca-se que isso não diminui a sua importância como instância de gestão da Bacia, porém, percebe-se que os interesses maiores deste Comitê são as questões relativas à outorga e cobrança pelo uso da água. Além disso, o Comitê tem se preocupado mais com problemas maiores, como construções de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e outras atividades que gerariam maiores impactos para a bacia.

Falta, porém, maior sensibilidade quanto à percepção, vinculada a discussões e ações práticas, de que a conservação e proteção do trecho mais alto do Rio das Velhas, que abrange a área da APA Cachoeira das Andorinhas, é que irá garantir o uso, a outorga e a cobrança pelo uso da água nos demais trechos do rio.

3.2 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto - CODEMA-OP

A criação de CODEMAs está prevista no artigo 20 da Resolução CONAMA (Conselho Nacional de meio Ambiente) nº 237, de 1997, que prevê que “os entes federados, para exercerem suas competências licitatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente (CODEMAs), com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.”

Após a publicação desta Resolução, e também por influência da Constituição Federal de 1988, que instituiu a descentralização e a participação na gestão pública, diversas

idades criaram seus conselhos, dentre elas o município de Ouro Preto, que teve seu CODEMA instituído no mesmo ano de publicação da citada resolução. De acordo com Mungai,

O CODEMA é órgão municipal colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e normativo no âmbito de sua competência, criado para assessorar o poder executivo municipal sobre questões ambientais do município. [...] Ele é o fórum adequado para discussão e encaminhamento das ações político-administrativas necessárias ao planejamento, controle e educação ambiental. (MUNGAI, 2005, p.10).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto foi criado pela Lei 31/97, sendo que sua primeira reunião ocorreu no dia 24 de março de 1998.

Essa Lei prevê que o conselho é deliberativo no âmbito de sua competência e deve ser composto de forma paritária. Porém, quando são apresentadas as entidades e cada um de seus membros, percebe-se uma disparidade, pois está prevista a participação de dez membros do poder público e quatro da sociedade civil organizada.

A mesma Lei prevê, também, que o seu Regimento Interno deve ser elaborado no prazo máximo de sessenta dias, mas até os dias atuais, ele ainda não foi aprovado. Essa é uma grande falha do Conselho, pois o Regimento Interno tem um importante papel no estabelecimento das normas de organização e de funcionamento do mesmo.

No ano de 1998, foram realizadas apenas quatro reuniões e, em uma delas, iniciou-se a discussão a respeito da redelimitação da área abrangida pelo Parque Cachoeira das Andorinhas e a possibilidade de criação da Área de Preservação Ambiental de São Bartolomeu.

Em 1999, o CODEMA reuniu-se apenas duas vezes e, em uma delas, tratou-se da questão da extração de quartzito, feita nos limites do Parque. Na ocasião, um representante da Polícia Florestal relatou que houve uma denúncia de represamento de água na pedreira e retirada irregular de pedras no local. Essa questão foi discutida, também, do ponto de vista social, pois apesar da degradação ambiental causada e da ilegalidade da atividade, os trabalhadores da pedreira não têm outra fonte de renda e a simples proibição da extração geraria um grande problema social.

Foi relatado, ainda, que a pedreira já havia sido embargada pelo COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental), em 1996, e posteriormente liberada. O presidente do CODEMA concluiu a discussão falando da necessidade de organizar os extratores em

uma associação, delimitar a área a ser explorada, elaborar um EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental) e licenciar a atividade. Em uma segunda reunião sobre o assunto, foi discutida, ainda, a necessidade de se recuperar a área já degradada pela extração.

No ano seguinte, houve apenas duas reuniões do Conselho e, em uma delas, a questão da exploração ilegal de quartzito no Morro de São Sebastião voltou a aparecer, porém, nenhum fato novo foi acrescentado, como também nenhuma providência foi tomada. A Polícia Florestal relatou que várias autuações foram feitas, multas foram aplicadas, mas a extração continuou, pois é dali que sai o sustento de muitas famílias.

A partir de 2001, o CODEMA passou a reunir-se mais constantemente, apesar de ainda não cumprir com o que prevê a Lei, que é a realização de uma reunião mensal. Durante esse ano, o CODEMA reuniu-se dez vezes.

Em uma dessas reuniões foi discutida a necessidade de uma melhor delimitação da APA das Andorinhas e da elaboração de seu Zoneamento. Outro assunto em pauta foi a necessidade de um estudo da situação fundiária do Parque das Andorinhas antes de sua redelimitação. De acordo com membros do CODEMA, esse estudo já estava em elaboração. Nos prosseguimentos da discussão a esse respeito, pôde-se perceber que há uma grande confusão em relação à diferenciação do que é o Parque das Andorinhas e do que é a APA Cachoeira das Andorinhas, sobre o que significa cada uma dessas categorias e quais as ações a serem empreendidas em relação a cada uma dessas unidades de conservação.

Em outra reunião, a questão da exploração de quartzito no Morro de São Sebastião voltou a ser tema de discussão, devido a uma vistoria que seria feita pela FEAM. Um dos membros relatou que os mineradores já exploravam o local há mais de trinta anos e que estariam minerando próximo a uma nascente. Foi relatado, ainda, que a área de exploração está dentro da APA e isto seria um problema, como também o é o lançamento de parte do esgoto do Morro São Sebastião na Cachoeira das Andorinhas.

Durante o ano de 2001, foi recorrente a discussão sobre a redelimitação do Parque Cachoeira das Andorinhas e a criação do Parque Morro da Queimada. Essas duas áreas são contíguas e muito se conversou a respeito do tratamento unificado ou separado das duas unidades de conservação. As reuniões realizadas ao longo de 2001 também

marcaram o início das discussões a respeito da nova redação da lei de criação do CODEMA, que só foi aprovada em 2005.

No ano de 2002, foram realizadas seis reuniões do Conselho. A partir desse ano, o clima das reuniões tornou-se mais tenso e houve maior cobrança dos conselheiros para com o presidente em relação aos encaminhamentos que deveriam ser dados após as decisões do Conselho e também para que as reuniões acontecessem mensalmente. Em 2003, foi feito, inclusive, um documento registrado pela FAMOP (Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto) protestando contra o descaso da Administração Pública Municipal para com o CODEMA, pela não realização de reuniões mensais.

Nas reuniões de 2002, a questão da extração de quartzito continuou a aparecer. A pedreira foi embargada e os extratores começaram a se organizar, estruturando uma associação.

Outra questão recorrente foi a redelimitação do Parque, sendo discutida a minuta de lei. Na ocasião, foi dada ênfase à necessidade de a área de extração de quartzito ficar fora dos limites do Parque. Além disso, ressalta-se a preocupação dos conselheiros em relação à questão fundiária do Parque, pois com a sua redelimitação ele passou a abranger muitas propriedades privadas sem registro e/ou título de posse do terreno, causando um sério problema a ser enfrentado quando da regularização fundiária da UC.

Em 2003, o CODEMA se reuniu seis vezes. Em uma das reuniões foi levantada a necessidade de regulamentação e efetiva implantação do Parque das Andorinhas, pela sua grande importância em termos históricos e ambientais e, também, porque, de acordo com um dos conselheiros, a Lei Orgânica do Município previa prazo para sua implantação. Mais uma vez, a questão fundiária veio à tona nas discussões sobre a redelimitação da área, mas nenhum encaminhamento foi tomado.

No ano de 2004, apenas uma reunião constava no livro de atas. Nela foram discutidos alguns problemas da APA como exploração de quartzito e furto de candeia e que a solução seria o zoneamento. Porém, alguns conselheiros relataram que já havia sido enviado recurso do Ministério do Meio Ambiente para o IEF para sua elaboração, mas nada havia sido feito. Foi relatado que havia uma proposta de criação do Parque Estadual do Uaimii, porém, por não ser viável para a comunidade de São Bartolomeu, optou-se pela criação da Floresta Estadual do Uaimii, para o suposto manejo sustentável da candeia.

A partir de 2005, com a nova gestão da Prefeitura, percebe-se uma maior preocupação com as questões ambientais. A própria criação da Secretária de Meio Ambiente já reflete essa preocupação, bem como a realização de reuniões de forma mais constante. Além disso, percebe-se maior unanimidade nas discussões e de consensos nas votações para a concessão de Declarações de Desimpedimento Ambiental.

No ano de 2005, aconteceram nove reuniões e, em uma delas, foi tratada a questão da retirada de cascalho pela Prefeitura em São Bartolomeu, abrangendo uma área de 750m², prevendo-se a revegetação da área e recomposição da mata ciliar, em torno de 1,5Km, às margens do Rio das Velhas.

Foi também relatado que, após amplas discussões, aprovou-se o Projeto de Lei da redelimitação da área do Parque, que passaria a ocupar 557 hectares. Outra discussão constante nas reuniões desse ano foi em relação à capina química ao longo da linha férrea Vitória/Minas, da Vale. Dentro da APA, ela passa por regiões de recarga de aquífero, contaminando nascentes, muitas vezes utilizadas para o abastecimento público. Passa, ainda, nos pontilhões que cobrem cursos d'água, área de afloramento do lençol freático, locais com presença de propriedade rural e plantações. Nesses locais a capina não poderia ser realizada, em função do risco de contaminação humana.

Em 2005, foi também publicada a Lei nº94/05, modificando a Lei 31/97 de criação do CODEMA. Essa Lei alterou a composição do Conselho, que passou a ser realmente paritária, prevendo a participação de sete membros do poder público e sete representantes da sociedade civil organizada. No mesmo documento, estava previsto que seu regimento interno deveria ser elaborado em sessenta dias, porém isto ainda não ocorreu.

No ano de 2006, foram realizadas quatorze reuniões do CODEMA, porém apenas em uma delas foi discutido assunto relevante para este trabalho, qual seja: a aprovação do projeto de implantação do Parque Cachoeira das Andorinhas.

Já em 2007, foram realizadas quinze reuniões, mas nenhuma delas tratou de assunto relevante para este estudo. Apesar disso, vale ressaltar que em 2006 e 2007 várias Declarações Administrativas de Desimpedimento Ambiental foram emitidas, sem muito dissenso entre os conselheiros e entre estes e a iniciativa privada.

Em 2008, houve quatro reuniões, porém em apenas uma delas houve quorum, pois o momento era complicado, uma vez que muitos membros do CODEMA estavam envolvidos em campanhas políticas e pouca atenção foi dispensada às reuniões.

Na única reunião que houve quorum, foi tratada a questão da construção de uma lagoa em frente ao Centro Administrativo do Parque Cachoeira das Andorinhas, que teria função recreacional e estética, funcionando, ainda, como uma barragem de retenção de sedimentos produzidos pela erosão da bacia do córrego São João, evitando, assim, que esses sedimentos fossem carreados até a Cachoeira das Andorinhas, projeto aprovado pelo CODEMA.

Apesar das discussões sobre alguns problemas relativos à área abrangida pela APA terem sido tratados no CODEMA, os assuntos mais discutidos foram a redelimitação do Parque e a questão dos extratores de quartzito, o que pode ser confirmado pelo relato de um de seus conselheiros:

No CODEMA, tem sido discutida muito pouca coisa sobre a APA. Eu lembro que quando estava em negociação a compensação com a Samarco teve alguma discussão no CODEMA e, também, quando estava sendo discutida a redelimitação do parque, passou alguma coisa por lá. Mas agora não tem sido falado nada não. (Conselheiro, representante do Poder Público Municipal, entrevista realizada em 17/07/08).

Além das questões acima citadas, o CODEMA também levantou os problemas fundiários do Parque, a questão do roubo da candeia na área da APA, a contaminação hídrica e do solo resultante da capina química e a importância do zoneamento para solucionar alguns desses problemas.

Desta forma, percebe-se que os principais problemas da área foram discutidos no CODEMA. Infelizmente, o que faltou foi maior agilidade e, em alguns casos, vontade política para dar andamento às questões discutidas. Assim, muita coisa foi debatida, muitos problemas foram levantados, porém, poucas ações e políticas públicas foram propostas com o objetivo de sanar as deficiências e atender as demandas da comunidade.

Pelo que pôde ser percebido, os membros do CODEMA têm concentrado seus esforços em discutir e emitir Declarações Administrativas de Desimpedimento Ambiental para empreendimentos em processo que licenciamento no município. Essas declarações podem, ou não, ser levadas em consideração pela FEAM no momento de concessão da licença ambiental ao empreendedor. Isso faz com que muitos conselheiros entendam

que aquelas discussões não sejam levadas a cabo, quando da tomada de decisão pelos órgãos superiores da administração pública, como coloca um conselheiro:

No CODEMA você cria competência para discutir todos os problemas que se tem aqui. E você tá vendo parâmetros para tudo isso. Mas quem vai dar a licença não é o CODEMA, só que você vai ter que dizer se isso se encaixa nos interesses que aqui estão ou isso não se encaixa e o órgão que vai dar a licença pode entender que a base é importante ou passar por cima. E se passar por cima, eu estou fazendo papel de palhaço? Não, é a sua instância e a pergunta que está sendo feita é se na sua instância esse projeto é uma coisa interessante ou não é. Mas nada disso é fácil porque os conselheiros mudam muito e cada um que entra tem que se interar, tem que fazer uns cursos, capacitar esse povo. O conselho é consultivo e aí tem aquela coisa, às vezes seguem, às vezes não seguem. Ah, então eu não quero nem saber e não dou importância pra aquilo. (Conselheiro, representante de ONG, entrevista realizada em 16/07/08).

É importante frisar que o CODEMA, em funcionamento há dez anos, tem se consolidado e mostrado sua importância e isso é reconhecido por muitos de seus conselheiros, apesar de perceberem que ainda têm muito que avançar. Os relatos abaixo demonstram a importância do Conselho, mas com muita sobriedade, os conselheiros reconhecem também suas fraquezas.

Eu sou piolho de conselho, porque conselho é muito bom, é um avanço para todos nós, é aonde as pessoas vão, reivindicam, expressam o sentimento que têm e o poder público, respeitando, é ótimo. O conselho é um canal aberto que a comunidade tem. (Conselheiro, representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 18/07/08).

Eu participo do CODEMA e do Conselho da APA. Eles são muito importantes, mas ainda não está do jeito que a gente quer. Tem muita coisa para melhorar ainda. Tem muito conselheiro com idéias divergentes. (Conselheiro, representante da Polícia Ambiental, entrevista realizada em 18/08/08).

Vale destacar que, apesar de sua importância, muitos conselheiros, líderes comunitários e representantes de associações comunitárias, estão um tanto quanto descrentes na efetividade do CODEMA como locus de participação e de resolução de problemas comunitários, como pode ser percebido nos relatos abaixo:

O conselho, para você conseguir alguma coisa, você tem que cobrar demais, porque é só conversa. Mais é enrolo do que tudo. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 18/07/08).

É uma luta, não tem nada fácil. Tem que ter muita força de vontade para agüentar todas as chatezas, as incompreensões, os estrelismos, os egos, gente que não quer abrir mão e criar um discurso possível, sem brigar, sem exacerbar, com racionalidade, para poder explicar como que nós vamos chegar a um acordo aqui e as partes vão ter que

acertar aquilo que está sendo acordado. E nada disso é fácil. (Conselheiro, representante de ONG, entrevista realizada em 16/07/08).

Essas dificuldades não são exclusivas do CODEMA de Ouro Preto, mas são enfrentadas por grande parte dos conselhos que, na prática, têm dificuldade de atuarem como real instrumento de acompanhamento e controle da execução das ações direcionadas ao meio ambiente. De acordo com Mungai:

Os motivos são variados como a incapacidade técnica, falta de infraestrutura, falta de interesse e disponibilidade dos envolvidos, embates de interesses e falta de apoio e reconhecimento por parte dos órgãos públicos municipais. (MUNGAI, 2005, p.63).

Vale destacar, mais uma vez, que a construção de uma gestão participativa das políticas públicas é um processo e, desta forma, não acontece rapidamente. É preciso reconhecer os avanços – ter um conselho de meio ambiente funcionando há dez anos já é algo inovador. Claro que muita coisa ainda pode e deve ser melhorada, principalmente no que se refere ao reconhecimento dos conselheiros sobre a importância deste fórum de participação. Deve-se destacar também a importância de investir esforços no sentido de aumentar o conhecimento dos conselheiros sobre a realidade ambiental do município, bem como em relação às leis ambientais. Porém, como muito bem colocou um conselheiro: “É um trabalho no tempo e se outros países conseguiram, então nós vamos conseguir também, mas isso demora.” (Conselheiro, representante de ONG, entrevista realizada em 16/07/08).

3.3 – O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas

Toda a discussão anterior à publicação da Lei do SNUC foi muito importante no sentido de instituir um caráter mais participativo e descentralizado na gestão das unidades de conservação, bem como por demarcar um olhar mais voltado para o socioambientalismo do que para o preservacionismo puro.

Assim, o SNUC buscou modernizar a legislação pertinente às áreas protegidas, instituindo a obrigatoriedade de criação de conselhos consultivos e/ou deliberativos em todas as categorias de unidades de conservação. O SNUC instituiu, também, a consulta pública anterior à criação da unidade de conservação; e procurou assegurar às

comunidades tradicionais um tratamento justo, transformando-as em parceiras no processo de gestão.

Porém, mesmo com os avanços advindos da nova legislação, a realidade é que a história das unidades de conservação brasileiras tem se mostrado bastante centralizada em seus processos de criação e gestão. As decisões, geralmente, são tomadas apenas por uma cúpula que decide sobre o destino das áreas protegidas e dos moradores do interior e entorno das mesmas. Para Herrmann e Costa³⁰ (apud PARAÍSO, 2005, p. 152), “na maioria das vezes, a participação na gestão das UCs não é um processo efetivo: a decisão formal se dá em outras instâncias, externas aos ‘fóruns de participação’.”

Esse processo vem acompanhado de uma intensa limitação da participação pública nos conselhos, bem como sobre o poder de decisão deste, que na grande maioria das vezes são apenas consultivos. Neste caso, os conselheiros podem apenas opinar sobre as questões que afetam diretamente os conselheiros e as comunidades por eles representadas. Sobre o assunto, Pereira argumenta:

Apesar de ser consenso, o estabelecimento de um processo mais democrático e participativo de gestão das UCs (já em 1986, a Resolução do Conama 001/1986 dispunha sobre a participação pública em audiências), requer o engajamento de maior número possível de atores sociais com representação e participação. Tal consenso, enfatizado também na Constituição de 1988, salienta que os instrumentos políticos de controle das atividades, do uso e da ocupação do solo em UCs demandam um processo mais democrático e participativo. A performance do processo pode abranger contradições entre os interesses dos diversos setores da sociedade. (PEREIRA, 2005, p. 130).

Valorizar a participação vai muito além da implantação de simples técnicas participativas que, na verdade, viraram panacéia para curar todos os males das UCs. Esta opção, de gestão de UCs, baseada na participação comunitária, virou moda nos anos 1980 e logo transformou-se em uma epidemia entre as ONGs, o Estado e os órgãos gestores das unidades de conservação, utilizada, na maioria das vezes, como única forma viável de se alcançar o tão sonhado desenvolvimento sustentável. (DOUROJEANNI, 2004).

É claro que a degradação torna-se mais provável quando as comunidades locais são excluídas. Porém, “a participação comunitária na definição de áreas protegidas, em como deveria ser manejada, e no interesse de quais atores, implica mudança de uma

³⁰ HERMANN, G; COSTA, C. *Planejamento da Gestão Participativa*. Estudos de Caso: Parna do Itatiaia – Parna Tijuca. Belo Horizonte: mimeo, 1996.

participação mais passiva, consultiva, para uma forma de participação mais interativa e mais atribuidora de poder.” (PIMBERT e PRETTY, 2000, p. 216).

A forma mais comum de viabilizar essa participação ainda é por meio dos conselhos gestores que devem ser compostos por representantes das comunidades locais, do governo e das entidades da sociedade civil, para ajudarem na gestão das áreas protegidas.

O SNUC prevê que os conselhos gestores de unidades de conservação de proteção integral devem ser consultivos, dados os limites previstos em lei.

Já nas unidades de uso sustentável, a Lei prevê que o conselho seja deliberativo apenas em Reservas Extrativistas e em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Nas demais categorias, não há uma definição clara nesse instrumento legal. Nos casos em que não há definição na lei sobre o tipo de conselho, geralmente há uma tendência maior a optar por conselhos consultivos, já que estes são mais facilmente manipuláveis, permitindo a manutenção dos processos decisórios na mão dos gestores, vinculados ao poder público.

Destaque-se que a Constituição Federal preconiza seu caráter deliberativo, como parte importante de um processo de gestão descentralizada e participativa. Apesar disso, vários pareceres oficiais têm assinalado e reafirmado o caráter apenas consultivo dos conselhos, restringindo suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão. (GOHN, 2001, 88).

De acordo com a legislação, as competências do Conselho Gestor de UCs estão definidas no art. 20, do Decreto nº 4.340, de 22/08/2002, e abrangem as seguintes funções:

- I – elabora o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III – buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V – avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI – opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII – acompanhar a gestão por OSCIP, recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;

IX – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

Pelo exposto acima, percebe-se que o conselho gestor é importante, mas sua capacidade de influenciar nas decisões vai depender, tanto do interesse do gestor da unidade em implementar um processo de gestão realmente participativo, representativo e transparente, como também da comunidade em se organizar para pressionar os órgãos públicos para que o conselho realmente funcione.

É importante pensar também que as unidades de conservação constituem espaços onde os diferentes agentes sociais disputam seus interesses, usando estratégias de lutas próprias. Desta maneira, a criação de unidades de conservação e, conseqüentemente, a proteção ambiental, podem ser consideradas soluções para determinados conflitos, mas podem ser justamente a causa de outros, dependendo de como essa política é negociada com as populações locais ou como é construído o conceito de conservação (IBASE, 1995).

Por esse motivo, é tão importante que a população residente no interior ou entorno das unidades participem efetivamente do processo de gestão das unidades de conservação, tendo representatividade nos conselhos, e que estes, por sua vez, se configurem como instâncias em que os conflitos sejam explícitos e possam ser vistos como importante instrumento de politização em uma democracia realmente participativa.

Assim, a função dos conselhos de unidade de conservação é construir um espaço de discussão e negociação dos problemas e demandas socioambientais que envolvem as unidades de conservação, com a participação de todos os agentes implicados na sua gestão. Nessa situação, o conselho assume o caráter de espaço público, onde não só se estabelece uma relação de complementaridade entre o órgão gestor da UC, demais órgãos públicos e segmentos sociais ali representados, mas também se configura

importante por estabelecer uma relação de confronto frente aos possíveis usos conflitantes dos recursos naturais. (MMA/IBAMA, 2002, p.3).

Desta forma, ele é um importante instrumento para possibilitar a interação da população, do poder público, das ONGs e empresas privadas atuantes no interior e entorno das unidades de conservação. Porém, sua representatividade e eficácia são constantemente questionadas, pois, na prática, o que ocorre é que muitos deles não funcionam efetivamente, ou, então, não assumem o papel de espaço de negociação de conflitos, de interação entre agentes, que, na verdade é a sua razão de ser.

No caso específico de APAs, o Conselho Gestor é ainda mais importante por ser uma iniciativa que aproxima os diversos interesses presentes, possibilitando soluções de compromisso entre as partes. Neste sentido, o conselho deve assumir um papel de articulação e monitoramento das atividades realizadas na APA, oferecendo apoio ao processo de planejamento e implementação de ações na Unidade de Conservação. (CORTES, 2003, p. 50).

Portanto, para garantir a efetividade da gestão da APA, está previsto que o Conselho Gestor deve ser responsável pela tomada de decisão em relação à área. Porém, de acordo com o SNUC, não há especificação sobre o tipo de conselho a ser estabelecido: se deliberativo ou apenas consultivo. Neste caso, cabe ao órgão responsável pela sua administração decidir. Este conselho deve ser presidido pelo órgão gestor e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente. De acordo com Cabral e Souza (2002, p. 47), o conselho gestor (CG) é:

[...] um espaço de negociação – no sentido positivo do termo – entre os diversos interesses presentes. Não há garantias seguras de que as decisões tomadas no âmbito do CG sejam implementadas pelos proprietários presentes na área. Cresce, assim, a importância do espaço de negociação, do envolvimento e do convencimento, ações que só podem ser conduzidas de maneira satisfatória por um agente que tenha, a priori, representatividade, legitimidade e certo poder de coerção perante os envolvidos.

A história do Conselho Consultivo da APA Cachoeira das Andorinhas teve início em 1994, após muito trabalho das lideranças comunitárias de São Bartolomeu, no intuito de construir um processo participativo de gestão.

Em 30 de março de 1994, por meio da Resolução COPAM nº006/94, foi criado o Sistema de Gestão Colegiada para a APA Cachoeira das Andorinhas. De acordo com

essa resolução, o Conselho deveria ser formado por dezesseis conselheiros, sendo dez representantes do poder público (FEAM, IEF, Polícia Militar de Minas Gerais, EMATER, representante político de São Bartolomeu, Câmara Municipal, dois representantes da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e dois representantes da UFOP); dois representantes da sociedade civil organizada (ADECOSB e representante dos proprietários rurais); quatro representantes da iniciativa privada (representante do setor de produção mineral, do setor de produção de carvão vegetal, do setor agrícola local e do setor de turismo).

Percebe-se, então, a disparidade e a falta de representatividade no Conselho, pois a maioria dos conselheiros é representante do poder público. Isso faz com que as decisões tomadas por esse setor sejam legitimadas por um processo, aparentemente, participativo e democrático, mas que na realidade reflete a falta de organização, tanto do poder público quanto da sociedade civil.

No ano de 1994, o registro do funcionamento do Conselho se deu de forma pouco sistematizada. Foi possível ter acesso a alguns boletins informativos e/ou pautas das reuniões que foram realizadas neste ano. A primeira reunião do Conselho da APA aconteceu em 14 de julho de 1994 e tratou da composição do Conselho, da necessidade de priorizar a análise dos planos de manejo das propriedades no interior da APA para que pudessem realizar o manejo florestal e da necessidade de trabalhos de educação ambiental e turismo.

A segunda reunião do Conselho ocorreu em 10 de agosto de 1994, quando foi discutida a necessidade de atuação da Fundação Ruralminas para regularização de títulos de propriedades rurais na APA, para que pudessem ser desenvolvidas atividades legalmente autorizadas pelo poder público. Foi discutida, também, a necessidade de realização de uma pesquisa socioeconômica na APA. Além disso, nessa reunião tratou-se das atribuições e do perfil do gerente da APA.

Na terceira reunião do Conselho, que aconteceu no dia 28 de setembro de 1994, foi realizada uma discussão sobre a necessidade de regulamentação de posse dos terrenos, pois a maioria dos proprietários não possuía registro, em função da descontinuidade dos processos de herança, sendo necessária a regularização por usucapião. Nessa reunião, o representante do IEF fez uma apresentação sobre a legislação ambiental incidente na área e as restrições impostas pela Lei da Mata Atlântica.

A quarta reunião desse fórum participativo ocorreu em 27 de outubro de 1994, tratando, mais uma vez, das limitações do uso da terra por falta de escritura. Participou dessa reunião um funcionário da Fundação Ruralminas para fazer o cadastro dos interessados em regularizar seu terreno. Foram, também, discutidas algumas possibilidades de atividades alternativas para a geração de renda, dentre elas foram citadas a fruticultura, a piscicultura e a apicultura.

Em 07 de novembro do mesmo ano, aconteceu a quinta reunião do Conselho da APA, sendo discutida a necessidade de explicar para a comunidade o que é e como funciona o Conselho, as limitações da Lei da Mata Atlântica e a necessidade de regularização fundiária para tornar lícito o uso da terra.

Posteriormente, na sexta reunião do Conselho, foi encaminhado ao COPAM e FEAM as questões relativas ao levantamento e às medições das propriedades das pessoas que tinham interesse na regularização das terras. Foi discutida, também, a necessidade de parcerias com órgãos públicos para viabilizar o desenvolvimento de culturas como alternativa de renda (EMATER, UFOP, FEAM, IEF, COPAM) e também explanado que a alteração do uso do solo poderia ser requerida como sendo para interesse social, através de consorciamento entre proprietários.

Pode-se perceber que, desde a criação do Conselho, em março de 1994, até o final do mesmo ano, houveram reuniões regulares, em que discutiu-se questões relevantes à implantação da APA aliada à melhoria da qualidade de vida das comunidades que vivem em seu interior. No entanto, nota-se que, apesar de haver muita discussão sobre esses assuntos, poucas ações se efetivaram na prática, o que é normal quando da implantação de um processo de gestão participativa, que já significou um avanço muito grande para a época.

Sabe-se, por relato de moradores envolvidos com a questão, que o Conselho funcionou também durante o ano de 1995, porém não foi possível ter acesso à documentação comprobatória de seu funcionamento, seja por não terem acontecido reuniões periódicas, seja por não ter havido um registro sistemático das mesmas, ou, ainda, por esse registro ter se perdido na desordem dos órgãos públicos envolvidos com a gestão da APA.

Em 1995, foi criada a SEMAD (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento), que acarretou diversas modificações na estrutura até então adotada

pelo Estado e, segundo relatos do gerente da APA, foi nesse momento que o Conselho parou de funcionar.

Além das pautas e boletins informativos relativos às ações desenvolvidas pelo Conselho em 1994, existe um documento citando as principais ações realizadas entre março de 1994 e julho de 1996. Além das ações já citadas acima, constam nesse documento anotações sobre a orientação para procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de piscicultura, suinocultura, hotelaria e outros; agilização, pelo IEF, das análises de processos de plano de manejo florestal em propriedades inseridas na APA; e realização do cadastramento dos proprietários interessados na regularização fundiária pela Fundação Ruralminas.

Foi possível, também, ter acesso a um relatório de vistoria feito na APA pelo IEF, FEAM e EMATER, em maio de 1995, para verificar a possibilidade de alteração do uso do solo em dezesseis propriedades rurais da APA, bem como a possibilidade de realização de manejo florestal, mediante a elaboração de plano de manejo e autorização dos órgãos competentes. Nesse documento, é relatado que “o manejo florestal sustentável é, na maioria das propriedades dentro da APA das Andorinhas, a forma mais adequada de reestabelecimento da economia local, dada a situação florestal da área como um todo” (IEF/EMATER/FEAM, 1995, p.3).

Pode-se perceber que as ações citadas coincidem com o relato feito em entrevista com um funcionário do IEF, que participou de todo este processo:

As principais ações do conselho em 1994 e 1995 foi que nós trabalhamos de forma conjunta para fazer um processo de regulamentação das propriedades aqui, porque muita gente não podia fazer autorização de atividade florestal, ou qualquer tipo de autorização ou financiamento em banco para crédito rural porque não tinha o domínio da propriedade. Então, nós promovemos um programa de regularização fundiária, trazendo o INCRA, o ITERRA e a Ruralminas para ajudarem nesse processo. Trouxemos, mais para perto de extensão rural, outras atividades que não fossem as atividades tradicionais que tinham aqui. Foi muito discutido, também, a possibilidade de se fazer o manejo florestal aqui. Então, foi feito um levantamento de quais propriedades tinham potencial. O gargalo disso foi que para você fazer manejo florestal você tem um processo burocrático, tem que fazer um plano de manejo florestal, que tem custo e isso não dá para fazer assim de forma individual, teria que ser de forma coletiva envolvendo mais o associativismo. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Apesar de o conselho ter operacionalizado e colocado em prática, algumas poucas ações que foram discutidas em reuniões, ressalta-se a importância deste processo de

construção de uma gestão participativa, que é lenta e gradual. Muitos dos problemas discutidos durante este período de funcionamento do Conselho ainda persistem até os dias atuais. Porém, destaca-se que o seu funcionamento durante este período foi muito importante para promover o início do processo, que ainda está sendo construído, como bem ressalta um funcionário do IEF, entrevistado no âmbito desta pesquisa:

Acho que foi construído um processo, dentro de uma atuação incipiente. Mas se não tivesse essa participação do conselho, ele funcionando em 94, 95, ele voltou a funcionar dois anos atrás, sem isso o processo não estaria do jeito que está. Eu acho que não foi melhor por falta de organização mesmo, as lideranças não estavam muito organizadas, o Estado também. Acho que agora é o momento que nós estamos mais organizados. Eu acho que nós estamos no caminho certo. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Como dito anteriormente, o Conselho da APA da Cachoeira das Andorinhas parou de funcionar em 1995, sendo que em 2001 houve uma tentativa de dar posse a um novo conselho, inclusive com a redação de uma Resolução SEMAD, que não chegou a ser publicada. Essa Resolução previa a nova formação do Conselho para o biênio 2001/2003, formado por doze conselheiros – três representantes de órgãos e entidades do poder público federal e estadual; três representantes de órgãos e entidades do poder público municipal; três representantes do setor produtivo e três representantes de associações civis sem fins lucrativos. Esse novo Conselho não chegou a tomar posse.

Após várias reuniões de líderes comunitários com o poder público estadual e de uma carta do Projeto Manuelzão dirigida ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, reivindicando a implantação do Conselho e elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico e Plano de Gestão da APA, foi redigida uma Resolução COPAM, em 27 de dezembro de 2003, para dar posse ao novo Conselho, o que também não ocorreu.

Após quase um ano, em 24 de agosto de 2004, foi publicada a Portaria do IEF nº117 que dispôs sobre a implantação do Conselho Consultivo da APA Cachoeira das Andorinhas. Esse Conselho foi formado por onze membros efetivos e onze suplentes, sendo três representantes de órgãos e entidades do poder público federal e estadual; dois representantes de órgãos e entidades do poder público municipal, três representantes do setor produtivo e três representantes de associações civis sem fins lucrativos.

A formação desse Conselho apresentou pouca representatividade, pois somente a comunidade da área urbana de São Bartolomeu estava representada, portanto as comunidades das demais localidades não estavam presentes.

De acordo com essa Portaria, o Conselho deveria reunir-se ordinariamente a cada seis meses, sendo estipulado um prazo de cento e vinte dias para elaboração de seu Regimento Interno.

A análise das ações e discussões realizadas por esse Conselho foi feita com base em algumas atas e boletins informativos elaborados pela Secretaria de Meio Ambiente de Ouro Preto. Ressalta-se a falta de um registro sistematizado por meio de ata de todas as reuniões do Conselho, o que dificultou um pouco o processo de análise de suas atividades durante esse período. É importante frisar que, devido a essa falta de sistematização, é possível que tenham sido realizadas reuniões que não serão citadas abaixo, por falta de acesso à documentação necessária para a análise.

Em 27 de setembro de 2004 foi realizada uma reunião com presença de lideranças comunitárias e de representantes de órgãos públicos para definir a formação do Conselho, sua normatização e as ações que deveriam ser desenvolvidas pelos conselheiros.

Em 03 de março de 2005 esse novo Conselho tomou posse, porém sua primeira reunião foi realizada somente em 01 de dezembro do mesmo ano. Nessa reunião, foi discutida a necessidade de integração das atividades do Conselho com o sub-comitê Andorinhas. Foi também apresentado o Programa de Gestão Compartilhada das Unidades de Conservação das Nascentes Alto Rio das Velhas (APA Cachoeira das Andorinhas, Parque Natural Municipal das Andorinhas e Floresta Estadual do Uaimii) por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto e o Instituto Estadual de Florestas.

Nessa reunião, foi informado, ainda, que seria formada uma brigada voluntária de combate a incêndios e ministradas oficinas de capacitação sobre o tema. Falou-se, ainda, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da APA que estava em fase de elaboração.

Em 09 de março de 2006, foi realizada nova reunião em que foi apresentado, pela UFV, o ZEE da APA, seguido de uma dinâmica com os conselheiros, na qual eles deveriam

relatar o que havia de positivo e de negativo na gestão da APA e que propostas fariam para melhorá-la.

Em seguida, foram apresentados o projeto de implantação da infra-estrutura do Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas e o Projeto Bosques Modelos. Esse último, visa implantar uma forma de manejo florestal sustentável, envolvendo uma rede de atores locais.

No dia 29 de março do mesmo ano, o Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas, Humberto Candeias Cavalcanti, indicou formalmente, por meio de uma Portaria do IEF, o servidor municipal Ronald de Carvalho Guerra para a Gerência da Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas.

Em 14 de novembro de 2006, foi realizada mais uma reunião, em que foi discutido, mais uma vez, o ZEE da APA e relatada a necessidade de indicação de novos membros para o Conselho. Um mês depois foi realizada a eleição dos novos membros, porém esse Conselho não se reuniu novamente.

Mais de um ano depois, foi publicada, em 31 de março de 2008, uma nova Portaria do IEF, de nº 54, dispondo sobre a criação do Conselho Consultivo Conjunto entre a Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas e a Floresta Estadual do Uaimii. Esse Conselho é formado por doze membros, sendo três representantes do poder público federal e estadual; três representantes do poder público municipal; três representantes da iniciativa privada e três representantes da sociedade civil organizada.

Para a formação desse novo Conselho foram realizadas diversas reuniões com a comunidade visando formar um grupo forte e representativo. Estas reuniões serviram, também, para capacitar os conselheiros a respeito da importância do Conselho, suas funções, os objetivos da entidade e a forma de funcionamento da mesma, mas nem todos os conselheiros participaram delas.

A reunião de posse dos conselheiros aconteceu no dia 15 de maio de 2008, ocasião em que também foi inaugurado o Centro de Referência da APA da Cachoeira das Andorinhas (Sala Verde).

De acordo com a Portaria que criou este Conselho Conjunto, o Regimento Interno deveria ser elaborado no prazo de noventa dias, porém a reunião para discussão da Minuta do Regimento Interno só foi acontecer em 12 de agosto de 2008. Nessa reunião, foi feita uma apresentação sobre a experiência do Conselho da APA-Sul e,

posteriormente, uma explanação a respeito da Floresta Estadual do Uaimii. Pelo adiantado da hora, optou-se por não votar a Minuta do Regimento Interno, o que ocorreu somente em reunião extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2008.

Há que se destacar a importância do Conselho como fórum em que discute-se os problemas da APA e da Floresta, porém, o grande problema enfrentado até agora é a descontinuidade de seu funcionamento e a dificuldade de fazer com que as discussões realizadas sejam efetivadas por meio de ações práticas e/ou implemento de políticas públicas. Os problemas enfrentados pelos moradores e gestores da APA deveriam ser levados adiante e resolvidos na prática, ou seja, saírem do âmbito das discussões.

Além disso, muitos problemas e conflitos que envolvem o uso e não uso dos recursos naturais das unidades de conservação ainda não foram discutidos pelo Conselho. Entende-se que muitos destes problemas se devem realmente ao fato de que, em anos anteriores, tanto a administração pública quanto a comunidade não estavam muito organizadas. Por exemplo, antes da nomeação do Sr. Ronald para a gerência da APA, ninguém respondia pela unidade de conservação. Além disso, muitas comunidades do interior da APA também não tinham representatividade no Conselho, devido à falta de organização das mesmas na forma de uma associação. Atualmente, quase todos os povoados da APA possuem Associação registrada e em funcionamento.

Assim, espera-se que esta nova gestão do Conselho consiga desenvolver um trabalho contínuo de gestão participativa das unidades de conservação, instituindo inclusive um novo modelo de gestão conjunta de UCs, o que, por si só, já será um avanço significativo.

Além disso, espera-se, que esse Conselho se configure como um fórum de explicitação e resolução negociada de possíveis conflitos entre usuários dos recursos naturais, órgãos públicos, ONGs, residentes, dentre outros agentes interessados na gestão da APA.

Para tanto, é preciso, inicialmente, promover cursos que dêem subsídio técnico os conselheiros empossados, tanto no que se refere à legislação pertinente à áreas protegidas e recursos hídricos como também no que se refere ao conhecimento da realidade da APA. É preciso também sensibilizar a comunidade como um todo sobre a importância e o significado do Conselho. Percebe-se que muitos conselheiros ainda não sabem muito bem qual é seu papel, como é o dia-a-dia dos conselheiros, suas atribuições, competências e funções. De acordo com a gerente da Floresta do Uaimii,

está prevista uma capacitação do conselho até o final deste ano. A esse respeito, vale ressaltar o relato de um funcionário do IEF:

O conselho está sendo criado agora, mas a idéia é que as pessoas participem da gestão da Floresta pelo conselho, até para aprovar o plano de manejo. Mas tem que ir passo a passo. Agora o que precisa é aprovar o Regimento Interno para poder funcionar direito e depois ir fazendo as pessoas entenderem o que é o conselho, para que ele serve, como funciona. Falaram que isso já tinha sido feito, só que eu tô vendo que eles tão meio perdidos, sem saber o que fazer. Acho que vai ter que ter uma capacitação para eles. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 13/08/08).

Percebe-se, também, grande expectativa por parte de alguns conselheiros e dos próprios gerentes das unidades de conservação envolvidas em relação à importância do efetivo funcionamento do Conselho. Espera-se, assim, que ele seja a instância de discussão de todos os problemas destas unidades, bem como de criação de soluções alternativas para eles, como pode ser percebido pelos relatos abaixo:

Quando o conselho estiver funcionando, tudo vai passar pelo conselho, nada vai ser de forma isolada. Porque o conselho é que deve fazer a gestão da área. (Conselheiro, representante do Poder Público Municipal, entrevista realizada em 19/08/08).

O papel dos conselheiros é fundamental. É ele que vai dizer pode, não pode. Eu quero fazer um empreendimento aqui, ali, pode, ou não, é bom, não é, é viável ou não. Tem que escolher as coisas que são importantes para a APA, sugerir e participar de fato da gestão da APA. É bom porque tem todos os setores representados ali. (Conselheiro, representante de ONG, entrevista realizada em 17/07/08).

Ressalta-se, ainda, que existem pessoas que estão um pouco descrentes deste processo, uma vez que o Conselho já funcionou outras vezes, mas de forma incipiente, o que acabou afetando a credibilidade de alguns nesta instância de participação, como se pode perceber pelo relato abaixo:

O Conselho é uma coisa meio letárgica, meio devagar. Já faz tempo que começou a discussão sobre a criação do conselho, teve umas reuniões lá no Tripuí. Uns quatro meses depois, teve a posse do conselho e depois não teve mais nenhuma reunião. Eu sinto que podia ter uma coisa mais efetiva, mais rotineira, mais cotidiana, mais operacional mesmo. (Conselheiro, representante do poder público municipal, entrevista realizada em 17/07/08).

Outra questão interessante é que existe uma tendência de que esse Conselho seja também o Sub-comitê Andorinhas, para possibilitar uma gestão integrada entre unidades de conservação, biodiversidade e gestão de bacia hidrográfica. Porém, isso

acaba esbarrando em vaidades e divergências de opiniões, fazendo com que a gestão integrada do ecossistema seja dificultada. Isso pode ser verificado no relato abaixo:

Eu acho que se faz muita reunião para discutir o mesmo assunto, porque acaba que uma coisa sobrepõe à outra. Porque não criar um conselho único? O Conselho da APA ser o Conselho das Nascentes Altas do Rio das Velhas. Aí você entra em conflito com os interesses de gestão, quem deu essa idéia, quem não deu, vaidades. Então acaba que não vai para frente. Porque reunião toda hora também é um saco. Você trabalha o dia todo e de noite: 'hoje tem reunião, hoje tem reunião.' Vai cansando e na hora que você vê, trinta viraram cinco. Eu fui em algumas reuniões do conselho: Ai que povo difícil, menina. Eles são muito pouco objetivos. (Representante de ONG, entrevista em 16/09/08).

Pela análise desses fóruns de participação foi possível concluir que apesar de todos os avanços trazidos com os inúmeros instrumentos que prevêm a gestão descentralizada e a participação nos processos de gestão ambiental, na prática, pouca coisa tem sido solucionada via participação comunitária. Percebe-se que os principais problemas do mosaico de UCs da APA Cachoeira das Andorinhas foram discutidos nesses fóruns de participação, sendo que esta análise se mostrou relevante como forma de identificar as principais contradições, paradoxos, conflitos e problemas resultantes da gestão dessa realidade complexa, bem como os principais agentes envolvidos nesse processo. Porém, foi possível perceber que grande parte dos problemas, conflitos, tensões presentes nas atas desses fóruns de participação ainda persistem, destacando-se o baixo potencial dos conselhos em propor ações e políticas públicas para solucionar as questões levantadas e discutidas em suas reuniões.

Deve-se destacar que esse processo de gestão participativa e descentralizada das questões ambientais ainda está começando e ainda não existe ainda uma tradição, um costume, uma cultura participativa. Porém, acredita-se que esta realidade está sendo modificada e, cada vez mais, a sociedade tem se organizado, cobrado seus direitos das administrações públicas e investido seu tempo em prol da efetivação destes fóruns de gestão participativa.

Com certeza, ainda há muito que avançar, mas os primeiros passos em direção à gestão descentralizada e participativa das políticas públicas ambientais já foram dados e, certamente, este é um caminho sem volta. Daqui para frente, resta investir cada vez mais para que os projetos saiam do papel e as discussões avancem no sentido de diminuir as contradições e paradoxos inerentes à gestão ambiental. Assim, talvez seja

possível compatibilizar, da melhor forma possível, a conservação dos recursos naturais com o seu uso para satisfação das necessidades das comunidades locais.

CAPÍTULO 4 – PARADOXOS E COMPLEXIDADE NA GESTÃO DO MOSAICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS

A ciência moderna, no seu processo de sistematização do conhecimento, fragmentou os saberes e os transformou em disciplinas que deveriam, constantemente, investir na construção de suas bases metodológicas e epistemológicas. Neste processo, o conhecimento foi fragmentado, buscando-se, cada vez mais, a especialização das disciplinas. Atualmente, percebe-se, mais do que nunca, a necessidade de se repensar essa questão.

O modelo racionalista e simplificador, que impera na ciência moderna, pressupõe que é necessário partir dos fragmentos para se entender o todo e, desta forma, acaba por mutilar a ciência em diversas disciplinas isoladas do contexto da *totalidade*.

Considera-se, portanto, válida apenas a dimensão do conhecimento baseada em fatos e dados empíricos e, para executar seus experimentos, o sujeito cientista deve se afastar de seu objeto de estudo para atingir a objetividade. Até agora, o paradigma dominante na ciência moderna tem nos levado à contínua divisão do conhecimento. Esse paradigma da simplicidade fragmenta a realidade para tentar explicá-la, por meio da criação de leis e/ou fenômenos que se repetem. Neste sentido, Enrique Leff prevê:

[...] a necessidade de enfoques integradores do conhecimento para compreender as causas e a dinâmica de processos socioambientais que, por sua complexidade, excedem a capacidade de conhecimento dos paradigmas científicos dominantes, exigindo uma recomposição holística, sistêmica e interdisciplinar do saber. [...] Isso deu origem a um método e um paradigma da complexidade, capazes de pensar o real de maneira integrada e multidimensional. (2001, p. 147).

Questionando o paradigma simplificador da ciência moderna, Morin nos fala do pensamento complexo que considera a multidimensionalidade de qualquer realidade a ser estudada. O desafio, então, seria o de religar o sistema a ser analisado com o *Sistema Mundo*, pois “nosso contexto é um agregado de sistemas complexos, conformando um sistema maior, um meta-sistema.” (CHAVES, 1998, p. 10).

Para Morin (1990), a Complexidade, à primeira vista, é um tecido (complexus: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos, inseparavelmente associados. Aprofundando um pouco mais, a complexidade pode ser entendida como um fenômeno

quantitativo, uma vez que se refere a uma grande quantidade de interações e de interferências entre várias unidades.

Porém, a complexidade não compreende apenas quantidades de unidades e interações que desafiam as nossas possibilidades de cálculo; compreendem também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. A complexidade num sentido tem sempre contacto com o acaso. (MORIN, 1990, p. 51-52).

O entendimento da realidade complexa teve início com a Teoria Geral de Sistemas, de Bertalanffy³¹, ainda em 1947, que já previa a integração recíproca entre elementos. Um sistema pode ser definido, então, como um conjunto de elementos que mantêm relações entre si, ou como elementos que, relacionados funcionalmente entre si, formam um todo unitário complexo. Diferentes elementos possuem relações entre si quando o estado de um depende ou condiciona o estado do outro.

Com os avanços nos estudos de Física, Matemática, Biologia e Química, teóricos começaram a questionar o comportamento aleatório de sistemas, a desordem, a irregularidade e a imprevisibilidade, típicos de sistemas com comportamento complexos.

De acordo com Gondolo (1999, p.66), a complexidade pode ser entendida de várias formas: 1) como heterogeneidade, uma vez que sistemas complexos incluem um grande número de diferentes variáveis interligadas; 2) como dificuldade de descrição, já que comporta a desordem aparente; 3) como não-linearidade, incluindo diversos modos de comportamento em resposta às modificações, típico de sistemas em evolução; ou ainda 4) como riqueza de alternativas, pelo seu caráter imprevisível. Entende-se, portanto, que sistemas complexos estão sujeitos à intervenção de um grande número de elementos com ordenação e estrutura desconhecidas, em constante retro-interação.

De acordo com Morin (1990), a complexidade caracteriza-se por três princípios fundamentais: o princípio dialógico, que permite manter a dualidade no seio da unidade, associando dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos; o princípio da recursão organizacional, que consiste em compreender que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziram, por meio de um ciclo auto-constutivo; e, por fim, o princípio hologramático, que parte do entendimento de que, não apenas a parte está no todo, mas o todo está nas partes.

³¹ BERTALANFFY, L. V. *Teoria General de los Sistemas*. 4º ed. México: Fondo de la Cultura Económica, 1984.

Além disso, é preciso compreender que a realidade não pode ser entendida em sua totalidade, posto que é algo multidimensional e a completude do conhecimento é inatingível, como coloca Morin:

A própria idéia de complexidade comporta nela a impossibilidade de unificar, a impossibilidade de acabamento, uma parte de incerteza, uma parte de irresolubilidade, o reconhecimento do frente-a-frente final com o indizível. (MORIN, 1990, p. 139).

Assim, este estudo é uma tentativa de reorganização das idéias, de tradução do mundo exterior, em uma abordagem multidimensional da realidade. Desta forma, o processo de criação e gestão de unidades de conservação, de uma forma geral, e de APAs, especificamente, deve ser entendido em sua complexidade, em sua multidimensionalidade, considerando-se os diversos aspectos que interferem nessa realidade. Para tanto, arrisca-se a criação de um holograma:

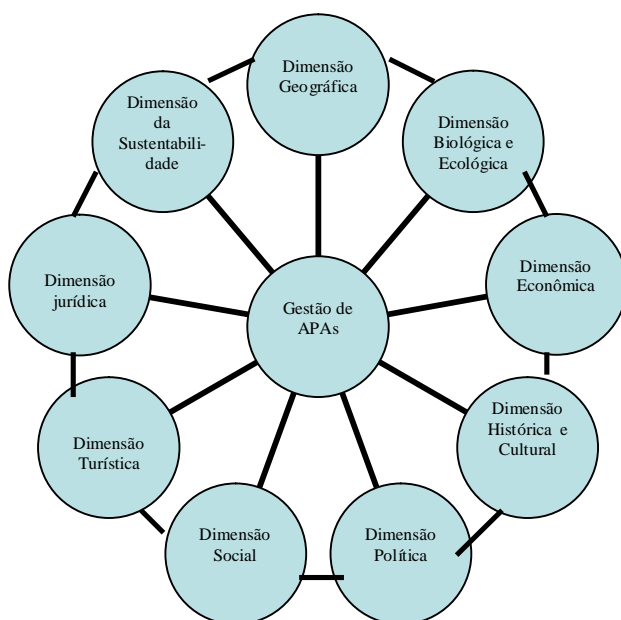


Figura 43 – Multidimensionalidade da gestão de APAs.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

É importante ressaltar que esse holograma, mesmo tratando das múltiplas dimensões que interferem na gestão de uma APA, continua sendo uma simplificação da realidade, na tentativa de construção de um modelo de representação de uma realidade complexa, não conseguindo abranger a totalidade do objeto analisado. A este respeito, Gontijo

(2003), analisando complexamente a realidade de um povoado em intenso processo de desenvolvimento do turismo, faz uma interessante colocação:

A noção fundamental é a da necessidade premente de passarmos de um pensamento unidimensional, reducionista, para um pensamento multidimensional, holista e não excludente, em que tudo que aprendemos até agora seja aproveitado em um amplo esquema integrador, ordenador. (GONTIJO, 2003, p.75).

Assim, como a gestão de unidades de conservação e, principalmente, a gestão de APAs requer o seu entendimento baseado no pensamento complexo, os problemas, conflitos e paradoxos que permeiam as questões socioambientais também necessitam de estudos complexos e integrados. Nesse sentido, a Geografia, entendida como disciplina que estuda as relações entre natureza e sociedade na constituição e transformação do espaço, tem dedicado cada vez maior atenção a esta relação insustentável que tem se estabelecido entre o homem e o espaço.

O entendimento desses fenômenos multidimensionais se faz necessário em função de que a origem desses problemas, conflitos, tensões, paradoxos e contradições está na interface de questões biológicas, ecológicas, geográficas, sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas e turísticas. Assim, para solucioná-los, é necessário que as barreiras interdisciplinares sejam transpostas e os paradigmas da ciência moderna sejam quebrados, na busca da construção de um saber sócio-espacial.

De acordo com HISSA, “O que aqui se intitula de conhecimento sócio-espacial demanda movimentos consistentes de integração, de aproximação de discursos e de ruptura de fronteiras interdisciplinares” (HISSA, 2002, p.285).

Considerando-se a complexidade da realidade analisada, será aqui apresentado um estudo dos paradoxos da gestão do mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas, na tentativa de entender o todo e as partes que compõem essa realidade complexa. Como dizia Pascal (apud MORIN, 1990, p.148): “Considero impossível conhecer as partes enquanto parte sem conhecer o todo, mas considero ainda menos possível conhecer o todo sem conhecer singularmente as partes.”

Neste sentido, a realidade analisada será apresentada considerando-se os diversos paradoxos identificados no âmbito desta pesquisa e que encontram-se em constante retro-interação, ou seja, cada fenômeno não pode ser entendido fora de seu contexto maior, pois influencia e é influenciado pelos demais fenômenos aqui analisados.

Além disso, cada um deles retro-alimenta a si próprio e aos demais fenômenos, sendo, ao mesmo tempo, causa e consequência daquilo que o causou. Assim, cada um dos fenômenos retro-interacionais aqui apresentados deve ser entendido como uma das dimensões da mesma realidade complexa, que tem como pano de fundo, dois outros fenômenos mais abrangentes e que ultrapassam o âmbito da realidade analisada, quais sejam: a criação de unidades de conservação como forma de proteger a natureza da destruição causada pelo próprio homem; e a necessidade de sobrevivência das comunidades locais que possuem estilos de vida de grande dependência em relação aos recursos naturais.

Assim, apesar de os fenômenos retro-interacionais serem analisados separadamente, por vezes haverá sobreposição dos temas, por outras, repetição dos problemas em mais de um ponto, ou ainda a possibilidade de o mesmo tema ser citado no âmbito de vários dos fenômenos aqui analisados, ressaltando mais uma vez a existência de interconexões, interpenetrações e a retro-interações entre eles.

O termo fenômenos retro-interacionais aqui utilizado baseou-se em Morin (1990), que discorre sobre as inumeráveis inter-retroações do desafio da complexidade; e em Gontijo (2003), que descreve os fenômenos interacionais do turismo no povoado de Lapinha-MG.

Abaixo, apresenta-se um esboço dos fenômenos retro-interacionais que refletem os paradoxos, os conflitos e as contradições da gestão do mosaico de UCs da APA Cachoeira das Andorinhas. Em seguida, cada um desses fenômenos será explicado e analisado.

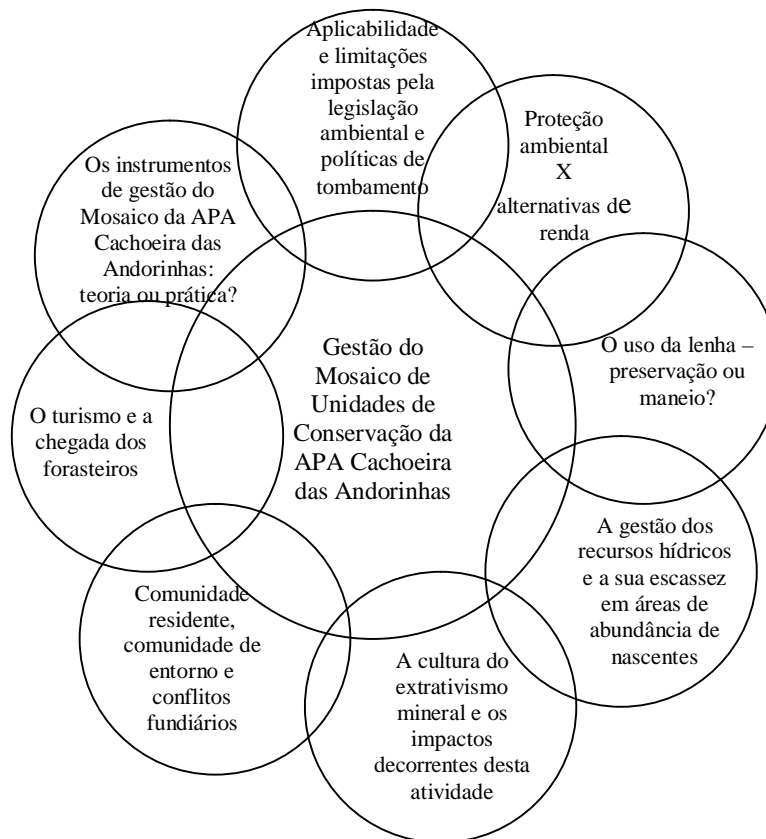


Figura 44 – Fenômenos retro-interacionais da gestão do Mosaico de UCs da APA Cachoeira das Andorinhas.

Fonte: Raquel Scalco, 2008.

4.1 – Aplicabilidade e Limitações Impostas pela Legislação Ambiental e Política de Tombamento

A criação da APA Estadual Cachoeira das Andorinhas e das demais unidades de conservação em seu interior tiveram como objetivo garantir a proteção ambiental, visando à conservação dos recursos naturais e a melhoria das condições de vida da população residente em seu interior e entorno. Porém, a criação dessas UCs, associada a outras leis ambientais e políticas de tombamento, trouxeram diversas restrições no desenvolvimento de atividades que garantiam a geração de renda pela comunidade.

Além das restrições de uso do solo e dos recursos naturais impostas pela criação das unidades de conservação, cabe aqui uma análise de outros mecanismos de proteção garantidos pela Legislação Ambiental.

Primeiramente, analisa-se a legislação pertinente às APPs (Áreas de Preservação Permanente), que se aplica à área em estudo. De acordo com a Resolução CONAMA 303, de 20 de março de 2002, são consideradas APPs uma faixa marginal de no mínimo trinta metros para os cursos d'água com até dez metros de largura; ao redor de nascentes ou olhos d'água em um raio de cinquenta metros, topo de morros e montanhas a partir da curva de nível de dois terços de sua altura em relação à base; nas encostas e nas linhas de cumeada. Desta forma, nesses locais é proibida a retirada da vegetação ou sua utilização, seja para qual fim for.

No entanto, na prática, o que se verifica é que, apesar de a gestão da APA trabalhar no sentido de fazer valer a legislação ambiental, as agressões e os danos ao meio ambiente continuam ocorrendo, apesar da perceptível diminuição nos últimos anos. O que é preciso ressaltar é que durante séculos os recursos naturais foram utilizados de forma não controlada, deixando grandes seqüelas no ambiente. A vegetação das margens do Rio das Velhas foi retirada em grande parte de sua extensão no interior da APA. Isso vem acontecendo desde a época do descobrimento do ouro, quando suas margens foram completamente remexidas. Posteriormente, pela necessidade de uso da lenha, de fazer pastagens e da expansão da pequena agricultura, as margens dos rios foram novamente alvo de desmatamento. A foto abaixo ilustra bem essa realidade, mostrando as margens do Rio das Velhas utilizadas para pastagem.



Figura 45 – Foto das margens desmatadas do Rio das Velhas.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Além disso, ainda analisando a conformidade da aplicação da legislação de APPs na APA Cachoeira das Andorinhas, vale destacar o problema das nascentes do Rio das Velhas, que estão praticamente dentro do bairro do Morro de São Sebastião e não há

vegetação que a proteja. De uma forma geral, são consideradas duas principais nascentes, a ocidental e a oriental.

A nascente ocidental está localizada próximo ao Morro de São João e a oriental nas proximidades da área da pedreira de quartzito, além de receber parte do esgoto do Morro de São Sebastião. Isso contribui para a deterioração da qualidade e quantidade de suas águas, bem próximo de suas nascentes. Além disso, percebe-se que, nos períodos de chuva, desce muito cascalho para a área da Cachoeira das Andorinhas, contribuindo bastante para o seu assoreamento. As conseqüências desses processos em curso são: erosão das margens, assoreamento dos corpos d'água, diminuição das nascentes e poluição dos rios.



Figura 46 – Foto do local próximo às nascentes, no Morro São João.
Fonte: Rafael Franca, 2007.

De acordo com o Decreto 21.945/1982, são consideradas áreas de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação natural localizadas em grande parte do distrito de São Bartolomeu, principalmente nas proximidades da Serra do Veloso e Serra Geral, abrangendo toda a área do Parque da Cachoeira das Andorinhas. Destaca-se que esse Decreto Estadual também não está sendo respeitado, uma vez que, nos últimos quinze anos, muitas dessas áreas sofreram alteração do uso do solo.

Vale acrescentar que grande parte da área de estudo era originalmente composta pela vegetação de Mata Atlântica, a qual, desde 1988, é considerada, pela Constituição Federal, Patrimônio Nacional, cujo uso deveria ser regulamentado na forma de Lei.

Em 1990, foi assinado o Decreto Federal nº 99.547, considerando o bioma da Mata Atlântica intocável e proibindo o corte e a exploração de sua vegetação. Esse Decreto

foi substituído pelo Decreto nº750, de 1993, que definia a proteção não somente das formações primárias, mas também daquelas em processo de regeneração natural, definindo as fitofisionomias associadas ao bioma da Mata Atlântica.

Em 2006, foi aprovada a Lei da Mata Atlântica – Lei nº 11.428 – e dentre os avanços que trouxe estão “a criação de um fundo de restauração, a redução de impostos, a facilidade de acesso a linhas de crédito para proprietários de terras com áreas preservadas e, principalmente, a proteção e a conservação do bioma” (*Fundação SOS Mata Atlântica*, 2006).

Um funcionário do IEF entrevistado nesta pesquisa faz uma interessante colocação a respeito das restrições impostas pela legislação da Mata Atlântica e também pela criação de unidades de conservação na região:

Até 90, 91, ainda se podia fazer processos de desmatamento que eram atividades comuns aqui na região, processos licenciados pelo IEF. Não foi a criação da APA que cerceou as autorizações de desmatamento, mas foi o decreto de criação da Lei da Mata Atlântica, que é de 93, que dizia bem claro que não se podia fazer alteração do uso do solo em área de Mata Atlântica. Isso já acontecia, continuou acontecendo de forma irregular, mas começou a ter uma fiscalização maior. Com o processo de criação da APA e a chegada da Lei da Mata Atlântica se criou um impacto muito grande aqui na comunidade. (Representante do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Os impactos mencionados pelo entrevistado referem-se principalmente às restrições de atividades que, anteriormente, ajudavam no sustento da família, como a venda de lenha e a produção de carvão vegetal.

Porém, mesmo com toda essa legislação, a pressão sobre o bioma ainda é imensa. Na região, muito da cobertura original foi retirada, primeiramente, pelo desenvolvimento de atividades de extração mineral; depois devido às práticas de agricultura e pecuária; para atender às demandas da comunidade por lenha; e ainda para a venda de madeira, principalmente a candeia.



Figura 47 – Foto de campo de cultivo, em local de Floresta Estacional Semidecidual Montana.
Fonte: UFV/IEF, 2005b.



Figura 48 – Foto de madeira apreendida.
Fonte: UFV/IEF, 2005b.

Atualmente, tem diminuído muito a retirada de lenha, tanto para consumo próprio, quanto para a venda. Isso se deve ao fato de que está havendo maior fiscalização, mas, também, porque hoje as pessoas sabem da existência dessas leis e ficam mais receosas em infringí-las. De acordo com um representante da polícia ambiental: “Hoje, já diminuiu muito o número de autuações nesta área, mas não por causa da consciência do povo e sim por medo das multas que aumentaram muito e também porque a fiscalização está maior. Daí o pessoal fica com medo e vai parando de tirar.” (Representante da Polícia Ambiental, entrevista realizada em 18/08/08).

Porém, ainda é possível ver caminhões com candeias retiradas de regiões de Mata Atlântica, passado na escuridão da noite. Um funcionário do IEF faz uma importante reflexão a respeito da aplicabilidade da Lei da Mata Atlântica:

A gente não consegue parar o desmatamento por quê? Hoje, se você desmatar um hectare de Mata Atlântica a multa máxima que você pode tomar ali é de R\$300,00, está no anexo da lei. Um metro de carvão hoje custa R\$205,00. Qualquer matazinha aí de porte médio vai dar uns cinquenta metros, cem metros de carvão. Então é quase uma legalização do crime. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 16/07/08).

Portanto, percebe-se que nem a criação de unidades de conservação, nem as leis ambientais têm alcançado seus objetivos no que diz respeito a garantir a qualidade e a sustentabilidade no uso dos recursos naturais da área. Apesar disso, a comunidade se sente impedida de desenvolver uma série de atividades que tradicionalmente desenvolvia.

Além das restrições que a comunidade residente na APA já sofre em relação à aplicação da legislação ambiental, os moradores de São Bartolomeu enfrentam ainda uma outra restrição imposta pela política de tombamento.

Desde a criação do Decreto-Lei nº25/37, conhecido como a Lei de Tombamento, em que está previsto que sítios importantes para a humanidade, bem como monumentos naturais de importância estética, devem ser tombados e protegidos de alteração e/ou destruição. De acordo com esse Decreto-Lei:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-lei nº25, art. 1º, 1937).

Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal, a política de proteção aos bens culturais brasileiros foi reforçada e foi inserido, também, o patrimônio imaterial como parte constituinte do patrimônio brasileiro. Esta política de preservação do patrimônio cultural defende a descentralização, sendo possível realizar o tombamento tanto em nível federal, por meio do IPHAN; pelo Governo Estadual, por intermédio do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico); ou ainda pelas administrações municipais, por meio da criação de leis específicas.

Está previsto, ainda, a participação popular nos processos de tombamento e o caráter compensatório para o tombamento de imóveis privados, por meio de isenções fiscais ou incentivos financeiros para a preservação e/ou conservação de suas propriedades.

De acordo com a Lei, o tombamento é o ato administrativo, realizado pelo poder público, com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio cultural, impedindo

que o mesmo seja destruído ou descaracterizado. O tombamento consiste, portanto, em inscrever o bem patrimonial a ser tombado em um dos quatro Livros do Tombo existentes: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Assim, os bens tombados não podem, em hipótese alguma, serem destruídos, demolidos, reformados ou alterados sem prévia autorização do órgão responsável pelo seu tombamento, sob pena de multa e obrigação de retornar o bem ao seu estado original.

De acordo com a Lei Municipal nº17/2002, os bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, que possuam relevante valor estético, ético, filosófico, histórico, paisagístico, etnográfico ou científico deverão ser tombados pela Prefeitura de Ouro Preto. Para que um bem fique sob Proteção Especial do Poder Público Municipal, o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural deverá aprovar o tombamento, o bem a ser protegido deverá ser inscrito no Livro do Tombo e o Chefe do poder Executivo municipal deverá homologar o seu tombamento.

O município de Ouro Preto possui apenas dois Livros de Tombo: O Livro do Tombo Arqueológico, Paleontológico, Etnográfico e Paisagístico e o Livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico. Além disso, o município possui três livros de Registro de Bens Imateriais: O livro de Registro dos Saberes e das Celebrações; o Livro de Registro das Formas de Expressão; e o Livro de Registro dos Lugares.

Os bens tombados pelo município deverão ser conservados pelo seu proprietário, não podendo o mesmo ser modificado, demolido, destruído ou mutilado, sendo que as obras de reforma e/ou restauração só poderão ocorrer mediante autorização do órgão competente.

O processo de Tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu começou com uma iniciativa da Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu, que encaminhou um pedido de tombamento ao Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural, em 2005.

A partir de então, a Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto deu início à elaboração do Dossiê de Tombamento que foi novamente encaminhado ao Conselho e apresentado à comunidade para aprovação. Após parecer favorável do

Conselho e da comunidade, o Prefeito homologou o tombamento por meio do Decreto N° 456, de 08 de Fevereiro de 2007.

De acordo com o Dossiê de Tombamento (2007), a principal justificativa para o tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu foi o reconhecimento e apropriação do Distrito como patrimônio cultural pela sua própria comunidade. Além disso, a necessidade de preservação do Distrito justifica-se:

Pelo conjunto urbano – malha urbana original em grande parte preservada; pelo histórico – este conjunto representa uma das primeiras ocupações do território mineiro, antes mesmo de Vila Rica, hoje Ouro Preto, e exemplo raro de compatibilização das atividades de mineração e produção de alimentos; pelo conjunto arquitetônico – ocupação harmônica e bem preservada dos séculos XVIII e XIX, concentrada nas Ruas do Carmo e Espírito Santo, com alguns exemplares nas Ruas do Córrego, dos Trapichos e da Praia; pelo patrimônio ambiental; e pela cultura imaterial – preserva tradições religiosas e profanas seculares. (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2007, 112).

O documento supracitado prevê algumas diretrizes que deverão ser respeitadas para garantir a preservação das características do núcleo urbano tombado, são elas:

- O parcelamento do solo não será permitido em toda a área tombada, com o objetivo de evitar o adensamento, prejudicial e incompatível com a preservação do patrimônio Cultural de São Bartolomeu;
- A ocupação do solo deverá ser fator de preservação do equilíbrio da relação entre área construída e área livre / verde, aqui representado pelos quintais de fundos dos lotes e a preservação do traçado urbano original de São Bartolomeu;
- O coeficiente de aproveitamento é fator que indica o potencial construtivo do terreno [...], sendo que o coeficiente de aproveitamento – CA, para a área tombada e seu entorno, varia entre o mínimo igual a 0,2 e o máximo igual a 0,4, conforme a variação da metragem dos terrenos, dos maiores para os menores;
- As proporções volumétricas setecentistas, característica do conjunto urbano original, deverão ser prioritariamente preservadas;
- As tipologias originais das edificações e do conjunto em geral deverão ser preservadas e as novas inserções deverão promover a continuidade da harmonia do conjunto;
- O uso residencial unifamiliar permanente deverá ser priorizado, associado ou não a uma outra atividade para garantir a manutenção da dinâmica da cidade;
- Conservar elementos urbanos que apresentam importância referencial, simbólica, histórica e cultural no distrito: visadas para a Matriz, chafariz e as duas bicas, pavimentação das vias, oratórios nas edificações. (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2007, p.120/124).

Todas essas diretrizes são para garantir a preservação do bem patrimonial, porém, implicam em restrições à comunidade, uma vez que toda e qualquer obra, seja de pintura, restauração, conservação, com alteração de área ou não, deverá ser previamente autorizada pelo órgão municipal responsável pela sua preservação. Para tanto, deverão ser elaborados projetos de restauração, os materiais utilizados deverão ser apropriados, a restauração deverá ser feita por um profissional mais experiente e, tudo isso, implica em custos para a comunidade, que nem sempre tem condições para arcar com esse custo.

Além disso, a demora do poder público para aprovar os projetos é enorme, o que, na maioria das vezes, não é bem compreendido pela comunidade. Outra restrição importante, no sentido de conservar as características e o adensamento do núcleo urbano, mas que impede uma prática muito comum no interior, diz respeito ao potencial construtivo do lotes, que restringe o uso multifamiliar dos mesmos, com a proibição de construção de mais de uma casa por lote.

Ressalta-se que a preservação e conservação de todo o conjunto urbano do distrito de São Bartolomeu é de responsabilidade conjunta da comunidade local e dos poderes públicos envolvidos. Porém, muitas vezes essa responsabilidade recai mais sobre a comunidade do que sobre a Prefeitura.

Além disso, de acordo com o Dossiê, o poder público municipal deve ser responsável pelo desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial no local, para que a comunidade compreenda melhor a importância do tombamento, as restrições que de fato existem e, também, as possibilidades que se abrem em função de seu tombamento. De acordo com o depoimento de um representante de ONG, isso parece não ocorrer:

Eu acho que teve mais impacto o tombamento de São Bartolomeu do que a criação da Floresta, eu sinto, eu vejo as pessoas falando mais. Porque a APA já faz muito tempo, já tá mais entranhado nas pessoas. O tombamento ainda é visto por algumas pessoas como uma coisa negativa, porque limita, e a prefeitura ainda não foi capaz de mostrar para eles qual a importância de você ter uma área tombada. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

O depoimento de um morador do local e produtor de doce corrobora com esta opinião: “As pessoas daqui são muito resistentes. A visão tanto de patrimônio, como de IEF, ainda é aquela visão negativa, que só impede e nada faz.” (Doceiro, entrevista realizada em 22/07/08).

Vale destacar também que alguns têm uma visão mais otimista em relação ao patrimônio e ao tombamento, como um morador local que, em conversa informal, fez a seguinte colocação:

O pessoal daqui não entende que isso (tombamento) é bom pra nós. Passando a festa (de São Bartolomeu) eu vou entrar com pedido para o patrimônio me ajudar a reformar a minha casa. Eles emprestam dinheiro a juros baixíssimo. Eles (comunidade) não entendem que o patrimônio pode não ser um pai, mas é um padrinho que nós temos.

Por fim, vale ressaltar que falta um maior entendimento sobre as implicações e possibilidades que se abrem em função do tombamento, tanto por parte da comunidade quanto por parte da própria Prefeitura.

Destaca-se a falta de diálogo que há entre os diversos órgãos do poder público municipal, principalmente em relação à Secretária de Patrimônio que não conversa com a Secretaria de Obras. Essa falta de sintonia acabou por gerar alguns conflitos entre Prefeitura e comunidade, uma vez que algumas obras realizadas pela Prefeitura não respeitaram as características arquitetônicas do bem reformado. Um bom exemplo disso foi a reforma do posto de saúde e da ponte sobre o Rio das Velhas, no núcleo urbano do distrito. Isso gera na comunidade uma sensação de que a lei e as restrições por ela impostas valem só para a comunidade, ou talvez para parte dela. A fala de um representante de ONG expõe essa questão:

O pessoal se dá conta disso (da diferenciação das restrições) quando quer construir e aí não pode. O cara quer reformar, daí compra uma janela Sassazaque, janela de metal, daí não pode pôr. Daí a Prefeitura segura, porque daí vai direto no Patrimônio, não é a Secretaria de Obras. Então, gera esses conflitos. Daí, se o outro tem dinheiro, aí passa. É complicado. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

Entende-se, portanto, que tanto as leis ambientais quanto as políticas de tombamento atuam com mais no sentido de coibir o desenvolvimento de atividades e práticas tradicionais da comunidade, do que no sentido de conscientizar, de educar, de trazer novas possibilidades de renda e de desenvolvimento, por meio de incentivos para a conservação e recuperação do patrimônio natural e cultural da APA Cachoeira das Andorinhas. Há que se destacar que as leis de tombamento prevêem incentivos, isenções fiscais e financiamentos para que a comunidade se tornar parceira na conservação destes bens. Porém, a prefeitura ainda deixa muito a desejar nesse quesito da política de tombamento, fazendo valer muito mais a parte restritiva da lei, do que aquelas que trazem benefícios à comunidade.

4.2 – Proteção Ambiental X Alternativas de Renda

Toda a região de APA Cachoeira das Andorinhas e, mais especificamente, a área abrangida pela Floresta do Uaimii, historicamente, tiveram parte de sua vegetação utilizada para a produção do carvão vegetal, que era vendido, principalmente, para a Siderúrgica Queiroz Junior e posteriormente para a VDL. Durante muito tempo, essa foi a principal atividade econômica da área, como pode ser percebido no relato abaixo.

A gente trabalhava, meu pai, eu e quase todo mundo daqui, trabalhava fazendo carvão. A gente cortava a lenha, fazia o carvão e então saia caminhão de carvão. Era tudo autorizado pela VDL e a gente vendia para a VDL mesmo. Eu só sei que meu pai sempre trabalhou em carvoeira, desde que ele veio para cá, com vinte anos, o ramo dele sempre foi carvoeira. Desde aquela época, que não tinha estrada, era tropa de burro ainda. Mas essa atividade não deixou muito estrago não, porque os lugares que foram cortados, tudo já virou mata de novo. Tem lugar que você nem percebe mais que foi cortado. Agora já tem uns quinze anos que não tira mais carvão aqui. Você mesmo pode ver como as matas tão tudo grande. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 13/08/08).

Várias pessoas entrevistadas nesta pesquisa ressaltaram o fato de a atividade carvoeira ter contribuído para a conservação da Mata Atlântica na região, pois, apesar de ser uma atividade impactante, ela garantiu que não houvesse alteração no uso do solo. Ou seja, em função da dependência de grande parte da população em relação à produção do carvão vegetal, eles mantinham a mata, evitando sua retirada para fazer pastos, ou para a plantação de monoculturas. Além disso, foram constantes os relatos de que o pessoal que trabalhava com carvão, freqüentemente, mudava de casa, seja para fugir da fiscalização, seja para ir em busca de locais com maior quantidade de madeira, o que acabou por garantir certo manejo e sustentabilidade da atividade carvoeira.

Cabe aqui uma interessante comparação com os dados do Estado de Minas Gerais. Esse Estado consome cerca de 70% do carvão vegetal produzido no Brasil. Desses, 33% são de mata nativa e a grande maioria é produzido em áreas ainda bastante conservadas, ressaltando, mais uma vez a importância da atividade como forma de garantir que o uso do solo não seja alterado, bem como a relevância da produção de carvão de forma manejada. (CAMARGOS, 2009, comunicação oral)

A produção de carvão foi, então, uma importante fonte de renda da comunidade residente na APA e, com a Lei da Mata Atlântica e as restrições impostas pela criação

das unidades de conservação, essa atividade ficou proibida, trazendo grandes transtornos para a população. Veja o comovente relato de um funcionário do IEF:

Teve coisa que o olho chegou a encher d'água. Ver a senhora mais velha, poderia ser minha mãe, com a mão toda calejada, as pernas cheias de varizes estouradas, enchendo o forno de carvão pra ajudar a criar os netinhos e falou com a gente, então leva os meus netos e cria também, aquele bando de menininhos. Essa senhora tinha um forninho no fundo da casa, pequenininho o forninho, daí pegava a lenha no terreno dos outros, lenha nas costas, fazia o carvão, ensacava e quando o caminhão passava, ela vendia um saco de carvão para os carvoeiros e, com isso, ela tratava dos netos. Então, você vê aquelas histórias, que não são histórias de crime, são histórias de sobrevivência. (Representante do IEF, entrevista realizada em 16/07/08).

É importante ressaltar que a proibição do corte da Mata Atlântica e a criação da APA ocorreram concomitantemente à falência da Queiroz Junior. Sendo assim, é necessário lembrar que o desenvolvimento econômico da região, baseado no extrativismo vegetal, entrou em crise por diversos motivos, que não dizem respeito somente à legislação ambiental.

As leis ambientais, além de proibirem a atividade carvoeira, também impuseram restrições no que diz respeito à venda de lenha, fonte de renda de muitas famílias. Proibiram também o desenvolvimento de atividades agropastoris, uma vez que impedem a alteração do uso do solo. A esse respeito veja o relato abaixo:

Tá todo mundo indo para Ouro Preto, Belo Horizonte. Aqui tá muito difícil, porque aqui não tem emprego, a terra aqui não é boa para plantar. O que dava dinheiro era a lenha, mas agora não pode desmatar. Também não pode fazer pasto. Como que vai fazer pasto se não pode desmatar? Daí fica difícil. (Produtor Rural, entrevista realizada em 23/08/08).

De acordo com um representante da EMATER, a comunidade que vive no interior da APA não planta muito por uma questão cultural, por não terem o hábito. “Um milho, um feijão para sua subsistência todo mundo planta, mas não é suficiente para fixar as pessoas lá.” (Representante da EMATER, entrevista realizada em 19/08/08).

Outra fonte de renda, principalmente para a comunidade do Morro de São Sebastião, era a extração de quartzito na pedreira que fica no entorno do Parque da Cachoeira das Andorinhas, dentro da APA. Essa atividade era desenvolvida desde a década de 1960, e garantia a sobrevivência de, aproximadamente, trinta famílias. O embargo dessa atividade não licenciada gerou um grande conflito, uma vez que os extratores ficaram

sem uma fonte de renda certa, que garantia o seu sustento, como colocado por um representante de Associação Comunitária:

Tem pessoas lá que tá com oitenta e um anos, criou a família toda ali dentro da pedreira, inclusive, esse senhor, da época que fechou a pedreira para cá, ele adoeceu, de tristeza. Tem outro lá com mais de noventa anos que tira pedra até hoje. Tira pedra e corre da polícia. (Representante de Associação Comunitária, entrevistado em 17/07/08).

Assim, com todas essas restrições ao desenvolvimento de grande parte das atividades tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade que vive no interior da APA, as opções de trabalho e renda ficaram bastante restritas, o que tem contribuído muito com o constante aumento do êxodo rural na região. Sobre essa questão, um doceiro faz uma interessante análise:

Acabou que concentrou o trabalho. Aqui ficou um trabalho bem rural mesmo, então as pessoas ou trabalham em sítios dos outros, ou roçando pasto. A agricultura que já foi muito forte aqui, foi só definhando. Hoje, a agricultura é mau, mau de subsistência. E tem a produção de doces que é a única coisa que ainda permanece economicamente viável aqui para São Bartolomeu. (Doceiro, entrevista realizada em 22/07/08).

A produção de doces, registrada como Patrimônio Imaterial de Ouro Preto, em abril de 2008, de acordo com o Inventário da Prefeitura realizado à época do registro, garante o sustento de vinte e uma famílias de doceiros na APA. Além disso, vale ressaltar que, na época da safra, muitas destas famílias contratam, temporariamente, outras pessoas para ajudarem na colheita da fruta e, também, no processo de fabricação do doce.

É importante frisar que, apesar da importância que tem a produção de doce como atividade econômica, os doceiros têm encontrado muita dificuldade para produzi-lo, uma vez que, de acordo com as tradições e com o próprio registro de seu processo de fabricação, ele deve ser feito no fogão à lenha.

Desta forma, os doceiros têm que se virar para conseguir lenha e continuar produzindo o doce para garantir o sustento de suas famílias. De acordo com alguns doceiros, eles têm resolvido a questão principalmente de duas formas. Uma alternativa é comprar a lenha em Itabirito ou em Cachoeira do Campo, o que aumenta muito o custo final do produto. Outra saída é pegarem a lenha escondido, como eles mesmos dizem: “Eles proibiram a gente de cortar lenha e nós ficamos roubando. Nós temos que roubar lenha no terreno nosso. É um absurdo porque o terreno é nosso, a gente paga imposto, né? Tudo direitinho.” (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

Outro ponto que merece destaque é o fato de que essa restrição acaba por impedir o crescimento da produção de doces, uma vez que a quantidade de lenha que eles pegam ou compram é que determina a quantidade de doce produzido, como argumenta um doceiro: “Se eu pudesse tirar mais lenha, eu poderia fazer mais doce. Daí eu ia contratar mais uma pessoa para me ajudar. Isso ia movimentar a economia, gerar emprego e tal.” (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

Todas essas restrições acabaram provocando um aumento significativo do êxodo rural em função da falta de alternativas de trabalho e renda. As atividades tradicionalmente desenvolvidas na região foram proibidas pela legislação ambiental e pela criação das unidades de conservação. Além disso, o baixo grau de escolaridade dificulta, ainda mais, a vida dessas pessoas, principalmente dos jovens, que não têm condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho nas cidades maiores.

Ainda falta alternativa de ocupação e renda. Aí tem que se virar para lá ou para cá ou ir para fora, né? Então, aquilo que se utiliza dos recursos naturais, por bem ou por mal, vamos dizer assim, era o ganhame, era a fonte de renda. Aí com o fechar das portas, para muitos ficou mais difícil, porque a falta de alternativa está associada a outras coisas. Estudo, o cara não tem escolaridade para tentar um emprego lá numa firma, numa mineradora que exige um conhecimento, um grau de escolaridade e tudo. Então fica difícil. (Pesquisador, entrevista realizada em 21/07/08).

Desta forma, as pessoas que saem da região em busca de melhores condições de vida, na maioria das vezes, acabam vivendo em condições ainda piores, quando chegam em outra cidade. Como argumenta um representante de Associação Comunitária:

Todo ano sai duas ou três famílias, duas ou três famílias. E a cidade não tá cabendo, né? Chega lá, tudo apertado, aquele tumulto de gente, confusão, não tem emprego para todo mundo. O cara vai e mora de baixo da ponte, naqueles topos de morros, e vai agravando cada vez mais. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 15/07/08).

Há que se ressaltar, também, que o êxodo rural tem ocasionado um crescimento das cidades que não tem sido acompanhado de implantação de infra-estrutura básica. Isso pode ser comprovado pelo dado fornecido por um representante da Câmara Municipal de Ouro Preto, de que 80% das demandas do orçamento participativo do Município são voltadas para infra-estrutura. Pode-se inferir que grande parte da carência da mesma se deve ao fato de a cidade estar sofrendo com um crescimento maior do que o previsto, também em função do êxodo rural acentuado.

Com todos esses problemas está ficando muito comum os nativos venderem suas terras e, com isso, percebe-se um outro processo em curso: a invasão da região por forasteiros em busca de uma segunda residência, fenômeno esse que será posteriormente tratado.

4.3 – O Uso da Lenha – Preservação ou Manejo?

O entorno de Ouro Preto, de uma forma geral, e a região da APA Cachoeira das Andorinhas, mais especificamente, sempre sofreram com os impactos advindos da extração de produtos vegetais, seja para a utilização em seus domicílios, seja como forma de complementação da renda. Essa é uma cultura arraigada na população, sendo, portanto, necessário um trabalho de educação e conscientização de médio e longo prazo para, de fato, haver uma mudança de hábito. Além disso, é preciso oferecer alternativas de renda para a população que, anteriormente, vivia da extração de espécies vegetais.

Assim, é necessário, antes de aprofundar na discussão sobre o uso e não uso dos recursos florestais e sobre os discursos por detrás da proibição e/ou da promessa do manejo, entender as diferenciações existentes entre aqueles que fazem ou faziam a extração de espécies vegetais. Existem, praticamente, quatro tipos de pessoas que retiram lenha ou madeira na região da APA.

No primeiro grupo estão aqueles que pegam lenha para consumo próprio, para utilizar no fogão à lenha. “São as chamadas formiguinhas, que são aquelas doninhas que tiram um feixinho de lenha aqui, outro ali, só para elas poderem cozinhar no fogão de lenha mesmo.” (Representante da Polícia Ambiental, entrevista realizada em 18/08/08). Essas pessoas têm encontrado dificuldade, principalmente, porque, geralmente, pertencem a uma classe social menos favorecida e que, até para comprar um botijão de gás, é difícil, como argumenta uma representante de Associação Comunitária:

Até para cozinhar hoje em dia tá difícil, porque nem lenha seca você pode tirar mais. O povo pega escondido, economiza e vai vivendo, né? Eu acho que o pessoal do IEF tinha que olhar mais para o pessoal da roça, porque nem todo mundo tem condição de comprar um botijão de gás. Eu acho que eles tinham que abrir mão e deixar o pessoal tirar um pouquinho de lenha. Porque se não o pessoal que não tem condição, vai viver de que? (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 13/08/08).

Em outro grupo estão aqueles que necessitam de uma quantidade maior de lenha para a realização de alguma atividade econômica que depende do uso da madeira, como os doceiros. Esses afirmam existir uma proposta do IEF para o manejo de uma área da Floresta do Uaimii que possui uma plantação de eucalipto com, aproximadamente, dez hectares. A idéia é manejar esta área e vender a lenha para os doceiros a um preço acessível. Porém, isto ainda não aconteceu. Um doceiro, insatisfeito com a situação argumenta:

Tem uns dois anos que nós estamos brigando com eles (IEF), porque lá na Floresta do Uaimii tem uns dez hectares de eucalipto, que é autorizado a cortar em qualquer lugar, para eles cortarem e venderem a lenha para nós. Ah, mês que vem tem reunião, mês que vem, mês que vem. Quando foi no início do ano acabou, não cortou a lenha e nós temos que fazer o doce. Nós temos que se virar. Ah, mas você pode comprar... Eu vou comprar lenha lá em Itabirito? Eu não vou ter condições de vender esse doce no preço que nós vendemos, que é baratíssimo. Ah vai ter a posse do conselho... em maio, né? Marcou, tomaram posse e tal e tal. Até hoje não reuniu para liberar. Nós precisamos de lenha em dezembro para fazer doce, porque vende muito no Natal. Onde eu vou buscar? E o pior é que eu acho que esse ano ainda não resolve. (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

Há, ainda, os chamados tropeiros, grupo muito comum no Morro de São Sebastião e em Catarina Mendes. Eles extraem maior quantidade de madeira, transportam nos burrinhos e vendem a lenha como meio de sobrevivência. São, aproximadamente, trinta burrinhos que todos os dias seguem para Catarina Mendes, retiram lenha e candeia dessa região e, antes do amanhecer, os trapeiros já estão entregando a lenha nas casas de pessoas do Morro São Sebastião, Morro da Queimada e também no centro de Ouro Preto. Segue abaixo os depoimentos a esse respeito:

O pessoal reclama, né? Os amigos que tem burrinho, que vive de tirar lenha, eles reclamam muito, porque teve que parar, né? Os burrinhos de lenha ainda continuam, mas muito pouco. Eles tiram ali em Catarina Mendes para vender, porque eles sobrevivem é disso. (Produtor Rural, entrevista realizada em 23/08/08).

O pessoal, eu não vou falar 100%, mas uns 60% do pessoal do Morro (São Sebastião), vive da lenha, vive de vender a lenha. Se você andar na cidade aí, você vê os burrinhos aí para todo lado. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 17/07/08).

Durante o trabalho de campo foi possível ver uma pequena tropa de burro subindo em direção ao Morro de São Sebastião, no início da manhã, provavelmente após vender a lenha na região central de Ouro Preto, como pode ser visto na foto abaixo.



Figura 49 – Foto de tropa de burro do Morro de São Sebastião.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Por fim, há ainda, aqueles que causam maior degradação, como é o caso dos extratores que retiram caminhões de candeia na calada da noite, tanto da região de São Bartolomeu, quanto da Serra do Mesquita, como também da região de Catarina Mendes. De acordo com o representante da Polícia Ambiental, “tem gente grande por trás, tirando muita candeia. Nós já pegamos vários caminhões cheios de candeia aí.” (Representante da Polícia Ambiental, entrevista realizada em 18/08/08).

Geralmente, essas pessoas não são moradores da região, estão envolvidos em uma rede maior – pode-se dizer até em formação de quadrilha de roubo de madeira – são pessoas perigosas, e por isso, muita gente se cala, não denuncia, mas todo mundo sabe que acontece, como pode ser percebido nos relatos que se seguem:

Vinha gente do estado de Minas inteirinho roubar candeia aí. Hoje ainda vem, mas é muito menos. Mas como é que faz? Você vai criar caso? Esse povo vem armado, infelizmente. Daí vem a queima de arquivo. Mas eu acredito que daqui uns dez, quinze anos, isso vai tá bem controlado. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 15/07/08).

Em Catarina Mendes o pessoal ainda tira muito. De vez em quando eles pegam um caminhão aí de candeia, mas enquanto eles pegam um, passa outros do outro lado. E tem o problema que o pessoal aqui não deda muito, sabe? Eles têm medo, essa gente é perigosa. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 20/08/08).

Sobre esta questão vale frisar o ocorrido em campo, durante a realização dessa pesquisa. Em uma das visitas feitas a São Bartolomeu, foi possível observar um caminhão cheio de candeia saindo do distrito, pela estrada que vai para Cachoeira do Campo. Quando ocorreu o fato, uma senhora que estava ao lado voltou-se para mim e falou “Você viu alguma coisa? Caminhão? Passou algum caminhão aqui? Com candeia? Eu não vi nada,

“você viu alguma coisa? É melhor não ver, melhor não falar nada.” Ela falava como se quisesse fazer um alerta sobre o perigo de se investigar muito essa questão e, também, é um indicativo do porque não se consegue barrar o processo de exploração ilegal da candeia.

Feita a diferenciação desses quatro tipos de extratores, vale ressaltar que a atividade é proibida e não pode ser realizada por nenhum desses agentes. Porém, cabe destacar que a punição deve ser diferenciada, pois o impacto ambiental causado em cada caso é diferente. Em relação à punição o representante da polícia ambiental deu a seguinte explicação:

Tem diferenciação de punição pra quem desmata para consumo próprio e para quem comercializa. Só que o fato de desmatar dentro de uma unidade de conservação já é um agravante e a pena é sempre maior. Só pelo fato de entrar na unidade de conservação com machado a pessoa já pode ser presa em flagrante. (Representante da Policia Ambiental, entrevista realizada em 18/08/08).

Sobre o impacto causado por esses diferentes agentes, vale a explicação de um pesquisador da área:

A retirada de lenha pela comunidade, para consumo próprio, nunca foi muito impactante, porque eles tiram um cadinho aqui, um cadinho ali, eles nunca abrem uma clareira. O problema é essa lenha que é retirada para a venda, com alguém maior por trás e todo dia acontece. Quase todo dia eu vejo caminhão de lenha carregadinho saindo aqui de noite, de madrugada, e sai muito, viu. E sair caminhão cheio de lenha todos os dias, ou muitas vezes por semana dá um impacto grande, abre clareira. (Pesquisador, entrevista realizada em 22/08/08).

Com certeza, a questão que envolve a extração e uso da lenha é o que mais tem causado conflito entre o poder público e a comunidade local. De um lado, você tem as restrições impostas pela legislação ambiental, principalmente a Lei da Mata Atlântica, juntamente com a criação das unidades de conservação, e, de outro, as demandas da comunidade por lenha, seja para consumo próprio, seja como fonte complementar da renda.

O discurso do IEF é de que o proprietário pode retirar lenha seca do próprio terreno, sendo que, por lei, é permitido retirar 33m³ de estéreis por ano. Além disso, de acordo com os funcionários do órgão, na Floresta do Uaimii é proibido retirar madeira, sendo que o local será mais utilizado para estudos, pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias sobre manejo florestal. Desta forma, eles transferem o problema para os proprietários rurais que têm área de mata, fora da Floresta, para que eles manejem e comercializem a lenha. Como argumentou um morador do local, durante a reunião do

DIPUC: “Nem na propriedade da gente não tá podendo tirar a lenha. A maioria das pessoas depende da lenha de quem tem uma floresta. Por exemplo, eu tenho vontade de ter um fogão de lenha, mas para quê que eu vou fazer um fogão de lenha? Para ficar dependendo dos outros darem a lenha para nós?” (Representante da comunidade, reunião do DIPUC, 26/08/08).

O IEF afirma também que, no futuro, haverá estudo para resolver este problema e que o plano de manejo é que vai definir o que poderá ou não ser feito dentro da Floresta e em seu entorno. Porém, há um descompasso no que se refere às demandas da comunidade e às soluções previstas pelo Estado. A proposta do poder público prevê soluções a longo prazo e a comunidade precisa da lenha para satisfazer suas necessidades diárias. Isso pode ser percebido no discurso de um funcionário do IEF:

A gente tem que estudar, para ver o que eu posso fazer, sem afetar a Floresta. A idéia do manejo da candeia pra fazer mourão também requer estudo. Eu tenho que saber o quanto e o como eu vou tirar de candeia. Tem também a idéia de extração do óleo, de fazer uma fábrica. Então, tudo isso é a longo prazo. Não é nem pra esse ano e nem pro ano que vem. É tudo a longo prazo. São só propostas. (Funcionário do IEF, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Em relação à permissão de retirada de 33m³ de estéreis por ano, é preciso ressaltar que a autorização para o corte dessa quantidade de lenha só pode ser feito mediante autorização do órgão que requer a apresentação de toda a documentação do proprietário e da propriedade. Isso se torna um problema porque grande parte dos proprietários não possui registro de suas terras, seja em função de processos de partilha entre herdeiros, seja porque a propriedade foi adquirida por usucapião.

Além disso, grande parte da comunidade, bem como alguns dozeiros, moram em uma região e têm propriedade rural em local mais afastado. Então, essas pessoas teriam de retirar lenha na roça e transportá-la para a cidade. Esse transporte só pode ser feito com autorização do IEF, também mediante apresentação de documentação de posse do terreno. Portanto, tais problemas fundiários, acabam dificultando ou impedindo o uso da lenha pela comunidade.

Destaca-se também que a Lei da Mata Atlântica, Lei n° 11. 428/2006 prevê que pode ser retirada parte da vegetação em área de Mata Atlântica em estado de regeneração para o desenvolvimento de atividades de interesse social, dentre elas “as atividades de manejo agroflorestral sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função

ambiental da área” (Lei 11.428, art. 1º, 2006). Esta lei prevê, ainda, “a exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa, para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, independe de autorização dos órgãos competentes, conforme regulamento” (Lei 11.428, art. 9º, 2006).

Porém, o que acontece, na prática, é que, mesmo tendo uma legislação que permite retirar certa quantidade de madeira das propriedades, as pessoas não estão conseguindo fazê-lo e, se o IEF pegar alguém transportando madeira, mesmo que para consumo próprio, a pessoa é autuada, multada e a madeira é apreendida. Um funcionário do IEF, com muita sobriedade, tenta explicar esses discursos desencontrados.

Até uma certa quantidade de metros por ano de lenha você pode usar para a sua subsistência, mas a lei não enxerga isso, não separa isso. Então como que funciona? Se você for autuado, você vai recorrer e alegar isso. O que você não pode fazer é supressão de vegetação, é a Lei da Mata Atlântica. Eu posso fazer o manejo, posso até cortar um pouco da mata, para a minha subsistência. Eu não posso comercializar. Só que a lei não consegue diferenciar. Se tiver uma fiscalização e te pegar transportando essa lenha, pressupõe que você está comercializando, e então você vai ser autuado, mas cabe recurso. Se você comprovar que é para a sua subsistência, não tem problema. Só que não existe uma maneira mais simplificada de autorizar isso. A autorização é muito burocrática. Como nenhum técnico quer colocar o seu na reta por facilitar o processo, o mais fácil é proibir tudo. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

A comunidade também se queixa de não poder pegar nem a lenha seca que cai no chão ou que queimou com incêndio. Esse tipo de madeira não requer desmate, mas também é proibido retirá-la. De acordo com funcionários do IEF, não se pode retirar a lenha seca porque ela é importante para o ecossistema, pois vira matéria orgânica para fortalecer o solo, em um processo natural. A lenha que sobra de incêndio florestal, também não pode ser utilizada, porque esta seria uma forma de incentivar as queimadas. Neste sentido, poderia haver um aumento na quantidade de incêndios criminosos como forma de obter-se lenha de forma legal. A esse respeito, vale destacar os depoimentos abaixo:

O sistema ambiental para eles (comunidade) é diferente, né? A madeira morta, como eles chamam e acham que podem estar retirando, na verdade não é bem assim, pois a madeira caindo ali ela serve de proteção para outras espécies, matéria orgânica para o solo, etc. Eles não estão acostumados com isso. (Funcionário do IEF, 15/07/08).

A lenha que passou fogo não pode pegar. Eu até concordo porque, se não, o cara vai por fogo lá para depois pegar a lenha. Mas a lenha seca, caiu no mato, não passou fogo, eu acho que eles não podem

proibir. Mas eu acredito que isso vai melhorar amanhã. (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

É importante compreender, ainda, que o fogo, além de ser utilizado como estratégia de obtenção de lenha, é usado, também, como forma de reivindicação. Em anos anteriores, muitos incêndios criminosos ocorreram como forma de protesto contra as proibições que a comunidade vinha sofrendo. “Então, se eu não posso utilizar para meu consumo, a área também não vai ser utilizada para preservação.” Mas isso tem diminuído, tanto em função da fiscalização, que está cada vez maior, como pelas diversas iniciativas do IEF e da Prefeitura no sentido de conscientizar a comunidade em relação ao problema.

Vale destacar que, no ano de 2007, foram registrados diversos focos de incêndio na APA, tendo sido registrados três grandes incêndios: um na região da Floreta do Uaimii, um próximo a São Bartolomeu e um dentro do Parque da Cachoeira das Andorinhas, como pode ser observado no mapa abaixo, elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

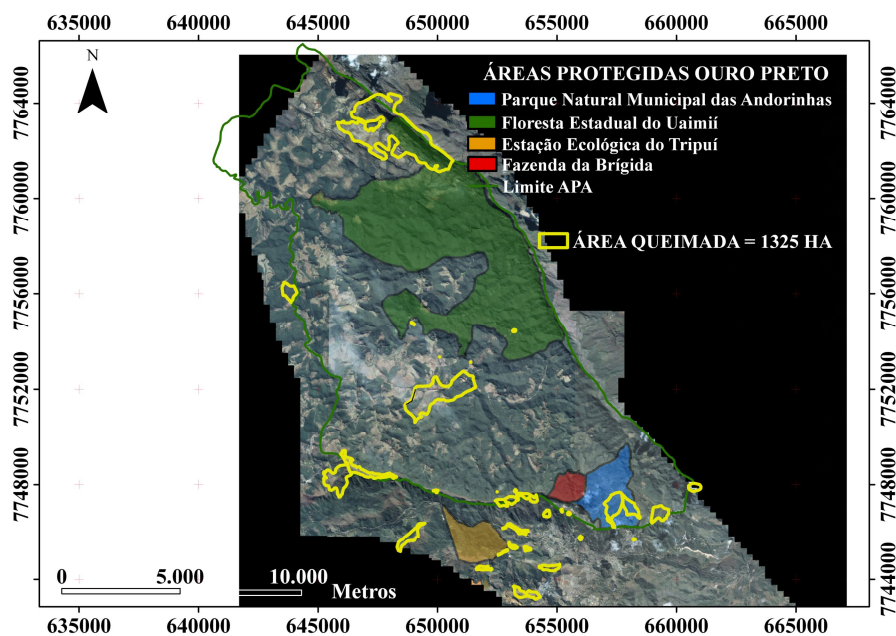


Figura 50 – Mapa das áreas queimadas em Ouro Preto, em 2007.
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2007.

Deve-se ressaltar que houve uma significativa redução do número de incêndios e da área abrangida por eles, em 2008. Alguns fatores contribuíram, consideravelmente, para isso, como a presença constante do IEF na região, o aumento do número de funcionários, as campanhas de conscientização e a experiência da atual gerente da Floresta do Uaimii em programas de combate a incêndios florestais. A própria

comunidade já percebe esse avanço e reconhece o mérito do IEF nesse sentido, como pode ser percebido pelo relato abaixo:

A atuação do IEF tá muito boa porque essa época, a gente tá em fim de agosto, ano passado isso aqui já tava tudo queimado. Ano passado nesse mês de agosto teve um incêndio que começou lá em Itabirito e o vento veio trazendo, pulando estrada e tudo. Queimou muita coisa, teve que apagar de helicóptero e tudo. A partir daí, começou o pessoal a mostrar que não podia, porque além da vegetação tem a fauna, depois do fogo os bichos ficam tudo doido, tudo correndo. Esse ano até agora nada. Teve uma coisinha ou outra e pronto, eles (IEF) controlaram. Se eles vêm alguma coisa, sai correndo de moto, apaga logo, antes que a coisa ganhe uma proporção maior. E tá dando resultado. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 23/08/08).

Há também o problema do fogo, associado às pastagens. Durante muitos anos, o Parque da Cachoeira das Andorinhas foi utilizado, equivocadamente, como local de pastagem para animais de criação. Então, era muito comum os moradores do Morro de São Sebastião atearem fogo no Parque para fazerem pastagem. Atualmente, ainda é possível verificar animais pastando dentro do Parque, como pode ser observado nas fotos abaixo. Porém, essa atividade está com os dias contados, pois o Parque já está sendo cercado e, após a sua inauguração, haverá uma fiscalização efetiva nesse sentido.



Figura 51 – Foto de animais de criação dentro do Parque.

Fonte: Raquel Scalco, 2008.

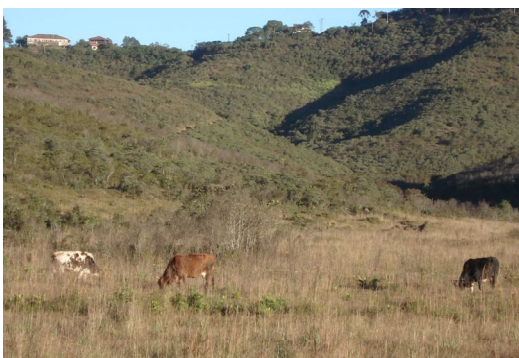


Figura 52 – Foto de animais de criação pastando no Parque.

Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Sobre o problema das queimadas, segue abaixo o depoimento de um agente envolvido nessa questão:

Muita gente fica irritada e vêm as unidades de conservação como uma coisa negativa, principalmente essas pessoas que colocam o gado para pastar no Parque, ou que vivem da retirada de lenha. As próprias queimadas, é a comunidade mesmo que faz isso. Ano passado teve um grande incêndio que queimou boa parte do Parque das Andorinhas e foi criminoso, para fazer pastagem para esses animais. Agora, tem que arrumar alternativas de renda para estas

peças, turismo ecológico, por exemplo. (Pesquisador, entrevista realizada em 22/08/08).

Ainda no que se refere ao fogo, acredita-se que os focos de incêndio estejam diminuindo significativamente, porque as pessoas estão mais conscientes de que o uso do fogo como protesto não é uma boa saída. A fiscalização aumentou, mas um representante da Câmara fez uma importante declaração a respeito da falta de punição, da dificuldade de se encontrar o culpado e de como isso acaba incentivando a perpetuidade dessa prática degradadora:

O fogo é um grande problema aqui. Ano passado, em São Bartolomeu, queimou coisa demais da conta. Eu acho que falta exemplificar a punição para a queimada. O cara queima, põe fogo e ninguém avança na investigação, não há punição. Eu acho que se prenderem uns três ou quatro caras e mostrar que eles estão presos por causa do fogo, daí eu acho que vai diminuir um pouco. (Representante da Câmara Municipal, entrevista realizada em 17/07/08).

Com todas as colocações expostas sobre os conflitos em torno do uso e não uso da lenha, percebe-se que a comunidade, por não ter opção, acaba entrando na ilegalidade. E muito disso acontece em função da lentidão do serviço público ou da priorização de ações e/ou políticas públicas para solucionar esse problema. Primeiro, vem a lei, proibindo a realização de atividades tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade e depois a proposta de soluções a longo prazo. Enquanto essas soluções não chegam, as pessoas continuam retirando a lenha, porque necessitam dela, mas à mercê de serem autuadas e multadas, como se estivessem cometendo um crime. A esse respeito um funcionário do IEF faz uma interessante colocação:

Chegava lá na floresta e pegava senhora, como se fosse a minha mãe.... Porque bandido mesmo tinha pouco, basicamente o atravessador. Porque a lei, principalmente a Lei da Mata Atlântica, levou o pessoal para a clandestinidade mesmo, porque antes eles vendiam o carvão, usavam a lenha, e isso era normal. Isso é histórico aqui. Daí, de uma hora para outra, o que eles sempre fizeram virou crime e eles ficaram sem alternativa. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 16/07/08).

É preciso, então, criar alternativas para a população local e promover ações que compatibilizem a conservação do meio ambiente com o atendimento às demandas locais. E mais, essas alternativas devem ser viabilizadas de forma mais rápida, menos burocrática.

4.4 – A Gestão dos Recursos Hídricos e a sua Escassez em Área de Abundância de Nascentes

A APA Cachoeira das Andorinhas é muito rica em recursos hídricos e foi, justamente pensando na gestão de seus cursos d'água, que foi criada essa unidade de conservação, sendo que seus limites foram estabelecidos considerando-se a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Além disso, as demais unidades de conservação deste mosaico foram criadas tendo a questão das águas como principal motivador: o Parque foi fundado visando à proteção da Cachoeira das Andorinhas; e a Floresta do Uaimii, para manejo florestal e para a proteção das nascentes dos afluentes da margem esquerda do Rio das Velhas.

Porém, percebe-se que, mesmo com a criação dessas unidades de conservação, os recursos hídricos continuam sendo ameaçados por diversos fatores que comprometem a qualidade de suas águas e a disponibilidade desse recurso.

O problema que mais contribui para a degradação do Rio das Velhas, desde as suas nascentes no Morro de São Sebastião, é o lançamento de esgoto que compromete enormemente a qualidade de suas águas. No referido bairro, a coleta de esgoto é feita apenas em uma parcela das casas. As demais possuem fossas sépticas ou lançam o esgoto diretamente no solo, em função da falta da rede coletora. Essa última alternativa não poderia, em hipótese alguma, ser admitida, em função de se tratar de uma área onde estão localizadas importantes nascentes. De acordo com relatos de um representante de Associação Comunitária, esse esgoto lançado a céu aberto vai cair todo na Cachoeira das Andorinhas.

Você tinha que vir de dia aqui, para eu te mostrar os lixos, os cocos, tudo aí e o pessoal nadando lá em baixo. E quando chove, o que acontece? Escorrega tudo nas pedras e vai parar na Cachoeira. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 20/08/08).

Sabendo deste problema, não é de se estranhar que, todas as amostras de água analisadas por Andrade (2000), na APA da Cachoeira das Andorinhas, continham coliformes fecais e coliformes totais. Este tipo de contaminação é proveniente de dejetos humanos, ressaltando mais uma vez o problema do lançamento de esgotos domésticos nos rios e córregos da APA.

De acordo com o mesmo autor, muitos moradores da APA (27% dos entrevistados) lançam seus dejetos na superfície do solo; ou no leito dos rios (12% dos entrevistados) contribuindo com a sua degradação.

Já nas análises feitas pela UFV e IEF (2005a) para a qualidade das águas da APA, os resultados mostram que alguns fatores tendem a desqualificar a qualidade da água amostrada no Rio das Velhas, principalmente no que diz respeito à:

(1) a poluição bacteriológica (presença de coliformes fecais) nas águas do Rio das Velhas, sendo um problema sanitário grave, visto que a captação de água, geralmente, é feita dos cursos de água próximos aos núcleos urbanos (Cidade de São Bartolomeu); (2) a ocorrência de cianobactérias potencialmente tóxicas; (3) a baixa concentração de oxigênio dissolvido (OD) nas águas; (4) a eutrofização dos cursos de água indicada pelo aumento da concentração de nitrogênio nos corpos de água; (5) o uso de agrotóxicos pelas pequenas propriedades agrícolas, dentro da APA e (6) a falta de infra-estrutura básica para a utilização das áreas com potencial turístico. (UFV/IEF, 2005a, p.54).

É justamente em função da falta de tratamento de esgotos na área do Morro de São Sebastião, que surgiu a principal crítica em relação à implantação do Parque da Cachoeira das Andorinhas. É preciso ressaltar que a comunidade está muito satisfeita com o projeto e apresenta grande expectativa com a possibilidade de reutilização da área do Parque. Porém, grande parte da comunidade tem consciência do problema do esgoto e, segundo relatos, a principal reivindicação da comunidade não era a criação do Parque e sim a resolução do problema do esgoto.

Existe uma crítica muito grande, porque teve uma audiência pública em 2005, justamente para debater sobre o Parque, os benefícios, os problemas. Só que, naquela época, uma das brigas maiores era para resolver o problema das cinquenta e sete famílias que jogam o esgoto direto nas nascentes do Rio das Velhas e que até hoje ainda não foi feito. Então, estão quase inaugurando o Parque já, é ótimo, mas tinha que fazer a parte de captação, de saneamento, porque se não, não vai dar. Aqui em cima essas famílias jogando o esgoto e lá em baixo inaugurando o Parque. Eu acho que não vai ser neste mandato que eles vão fazer, mas a gente fica sempre esperando, né? Na época da audiência de 2005, nós falamos que primeiro a gente queria o esgoto para depois vir o Parque. Não fui eu que pedi, eram 700 pessoas na audiência. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 20/08/08).

Porém, se a Prefeitura realmente quiser que o Parque funcione, que as pessoas frequentem o local, ela vai ter que resolver o problema do esgoto o mais rápido possível, pois as pessoas que moram no entorno desta unidade de conservação sabem muito bem dos problemas relativos à poluição da Cachoeira das Andorinhas. Como

pode ser observado pelo relato desse representante de Associação Comunitária: “Eu não entro nesta água tem uns vinte anos, porque dá doença de pele, uns cascão assim.” (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 20/08/08).

Para solucionar o problema, a proposta é transpor o esgoto da parte do Morro de São Sebastião, que fica na vertente da bacia do Rio das Velhas, para a bacia do Rio Doce, onde haverá uma estação de tratamento de esgoto. Outra pequena ETE será implantada dentro do parque, para tratar os dejetos lá produzidos. Sobre o assunto vale destacar o relato de um pesquisador:

Vai ser implantada uma ETE no Parque para tratar o esgoto da infraestrutura do próprio Parque. Como a maioria das ruas aqui do Morro (São Sebastião) o esgoto já vai lá pro outro lado, para a bacia do Rio Doce, e lá já vai ter tratamento no ribeirão do Funil, o que se pensa é captar o esgoto todo deste lado e bombear para o outro lado, transpor para a outra bacia. Mas isso não é para agora. (Pesquisador, entrevista realizada em 23/08/08).

Essa é uma solução viável, porém, de acordo com alguns entrevistados, esse projeto já existe há muitos anos e não se sabe ainda quando será implantado e se o será.

Outro fator que contribuiu muito para a degradação da área do Parque e seu entorno imediato foi a mineração. Historicamente, a região foi local de garimpo de ouro. Posteriormente, foi criada uma pedreira de extração de quartzito na Serra das Camarinhas, no entorno do parque, bem próximo a uma das nascentes do Rio das Velhas. De acordo com a UFV/IEF (2005a), em 1985, o Parque já era alvo da exploração da Mineração Morro Velho. A ALCAN, atual Novellis, retirava bauxita no entorno do Parque. As seqüelas deixadas pela mineração são incalculáveis, por terem promovido o desmatamento das matas ciliares, revolvido os terraços fluviais, causando assoreamento dos cursos d’água e diminuição na qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos. Esse assunto será melhor discutido posteriormente.

Outro fator que contribuiu para o assoreamento do Rio das Velhas foi a construção dos viadutos da ferrovia Vitória Minas, da Vale. De acordo com relatos e, também, com estudos da EMATER/ANA (2003), o desmatamento causado pela empresa, o desvio nos cursos d’água e a mobilização de materiais terrosos e rochosos para a construção de taludes de aterro e de corte afetou muito o Rio das Velhas e sua piscosidade.

A Vale abriu a estrada de ferro aí, para chegar lá em Vitória... Antes, tinha uma quantidade de peixe enorme aí. Era uma maravilha. Era um tal de mandi chorão, outros falavam era jundiá. Nós pegava era muito, de noite. Entrou a Vale aí e encheu o rio de terra, fazendo os viadutos.... Meu Deus... Foi descendo tudo para dentro do rio. E eles

não fizeram nada para São Bartolomeu... Nada, nada, nada. Só atrapalhou nós, porque nós tinha aqui era muito peixe. Praticamente acabou... Isso foi em setenta e poucos por aí. (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

Um outro paradoxo interessante diz respeito a um grande problema vivido pelos moradores de parte do Morro de São Sebastião, Morro da Queimada e Morro São João. Muitas pessoas que residem nas partes mais altas desses bairros têm problema de abastecimento de água. A água canalizada, quando chega, vem quase sem pressão, por causa da elevação do terreno. Então, muitas vezes, o abastecimento é feito por um caminhão-pipa que passa distribuindo a água ou abastece uma caixa d'água no alto do Morro São Sebastião, de onde ela é distribuída para as casas.



Figura 53 – Foto da caixa d'água e caminhão pipa utilizados no abastecimento das residências.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 54 – Foto da caixa d'água no Morro São Sebastião.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Muitos moradores se queixaram desse problema. Uma região rica em recursos hídricos, área de nascentes com problemas de abastecimento? Fica claro que o problema não é a quantidade da água disponível e, sim, o seu gerenciamento inadequado, ou a falta dele. Para resolver o problema, a SEMAE, autarquia criada no atual mandato do governo municipal, está implantando um projeto para trazer água da região do Passa Dez / Jardim Botânico, por bombeamento, até o Morro São Sebastião, Morro da Queimada e Morro de Santana. Para tanto, a água vai ter que subir mais de 1.000m para cruzar a Serra de Ouro Preto, gastando uma grande quantidade de energia, sendo que, bem próximo ao local onde há maior demanda de água, existem muitas nascentes que, se bem preservadas e gerenciadas, poderiam suprir essa necessidade.



Figura 55 – Foto da Placa das obras de ampliação do sistema de abastecimento de água.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Partindo da área das nascentes, o Rio das Velhas segue em direção à Catarina Mendes, depois passa por várias localidades com diversas propriedades rurais espalhadas no território, até chegar a São Bartolomeu. Na passagem por essas zonas rurais o Rio recebe ainda mais esgotos, em função da ausência total de coleta nesses locais. Além disso, é despejada em seu leito significativa carga de resíduos de atividades agrícolas que utilizam agrotóxicos e outros insumos em sua produção.

Depois de passar pela zona urbana do distrito de São Bartolomeu, o rio recebia uma grande carga de esgotos domésticos, o que contribuía para significativa piora de suas características físico-químicas e biológicas, pois recebia todo o esgoto gerado no núcleo urbano do distrito, sem tratamento, como pode ser observado na foto abaixo.



Figura 56 – Foto de lançamento de esgoto *in natura* – Distrito de São Bartolomeu.
Fonte: Gerson Freire, 2007.

Porém, esse problema já está sendo resolvido com a implantação da primeira Estação de Tratamento de Esgoto do Rio das Velhas e, também, a primeira do município de Ouro Preto, a jusante do núcleo urbano de São Bartolomeu, contribuindo muito para a melhoria da qualidade das águas desse Rio.

O projeto está sendo desenvolvido com recursos do Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Ouro Preto, por meio da aprovação de um Termo de Ajustamento de Conduta provocado no ministério público. Desta forma, a Prefeitura entrou com o recurso e a COPASA executou a obra. No momento, está sendo feita a rede de captação de esgoto de todo o núcleo urbano do Distrito e a expectativa é tratar 100% do esgoto doméstico ali gerado.



Figura 57 – Foto do local onde está sendo implantada a 1ª ETE do Rio das Velhas – Distrito de São Bartolomeu.

Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Ainda no que se refere aos problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos, vale destacar regiões dentro da APA que, também, são ricas em nascentes e têm problemas de abastecimento, como Maciel e Engenho D'Água. De acordo com os entrevistados, nesses dois povoados a água é o principal problema, tanto no que se refere à qualidade, como em relação à quantidade.

No Maciel, a água é enferrujada, amarelada, um pouco salobra e a quantidade que chega para abastecer as casas não é suficiente. Nos períodos de chuva, não há problemas, mas, nas épocas mais secas, muitas famílias têm escassez de água até para cozinhar. Veja, a esse respeito, o relato de um representante de Associação Comunitária:

O principal problema aqui é a água. A quantidade e a qualidade. Hoje mesmo a gente tá sem uma gota de água aqui. Porque a água que cai aqui é um pouquinho só. A gente tá correndo atrás para ver se a gente

arruma um lugar para pegar a água para a comunidade, porque não tem. Aqui tem muita nascente, mas muitas vezes está dentro de terrenos de particulares. Eu não sei bem, mas pelo que eu sei, se você tem água dentro do seu terreno, você não é dono, mas também não tem como outra pessoa ir lá e pegar. A gente precisa do apoio da SEMAE para estar arrumando isso. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 13/08/08).

No Engenho D'água há o mesmo problema e ambas as comunidades estão pleiteando recursos do orçamento participativo para saná-lo. De acordo com um morador e representante da comunidade, a proposta está sendo estudada pela SEMAE, que irá verificar a viabilidade de captação de água de nascente ou a construção de poços artesianos. Como a região fica nas proximidades da Floresta do Uaimii, outra solução seria fazer a captação dentro da área da Floresta, garantindo água em quantidade e qualidade suficientes.

Mais acima, seguindo na direção Norte da APA, tem-se a região da Ajuda e de Brás Gomes, que são bastante ricas em recursos hídricos, com diversas nascentes e cachoeiras. Nessa região, o problema maior é quando chove, pois existe uma estrada feita pela Vale, ligando a Mina de Capanema à Mina de Timbopeba, acima da qual passava uma correia transportadora de minério. De acordo com relatos dos moradores, quando chove, o barro dos taludes da estrada desce todo para as nascentes, contaminando as mesmas e inviabilizando o seu uso.

A água aqui é muito boa, é especial. Tem muita mesmo. Mas quando chove muito, vira aquele mingau por causa da estrada que passa aí por cima, onde tinha a correia transportadora. Eles fizeram aterro e, quando chove, desbarranca tudo. Daí tem que esperar uns três dias até limpar a água para poder beber. (Morador de dentro da Floresta do Uaimii, entrevista realizada em 14/08/08).

Na região de Brás Gomes, o maior problema diz respeito ao uso turístico dos rios e cachoeira. O turismo é realizado na área sem que a mesma possua o mínimo de infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento. Isso tem causado certa degradação dos locais onde os visitantes acampam, devido à falta de infraestrutura adequada para recebê-los (principalmente banheiros) e por deixarem muito lixo espalhado.

Um proprietário de *camping* no entorno da Floresta chegou a ser multado em função do desleixo em relação ao problema. De acordo com funcionários do IEF, esse proprietário cobrava para as pessoas acamparem em seu terreno, mas não exigia dos turistas práticas conservacionistas e nem fornecia infraestrutura adequada para a prática de *camping*, como lixeiras, banheiros e pias.

Por fim, vale ressaltar o papel do Rio das Velhas e seus afluentes no imaginário da população local e a apropriação pela comunidade de seu patrimônio natural. Como já foi dito anteriormente, os recursos hídricos da região, especialmente o Rio das Velhas, estiveram diretamente associados a todo o processo de descobrimento e povoamento da região.

Os recursos hídricos sempre tiveram importância muito grande para essa população, seja como fonte de abastecimento de água e peixe, representando a possibilidade de ocupação e povoamento de suas margens; seja como local de trabalho para mineradores e pescadores; ou ainda como possibilidade de lazer. Até os dias atuais, a abundância desse recurso garante a continuidade de diversas atividades, como abastecimento, irrigação, plantação, pastoreio, dentre outras.

Foi justamente essa necessidade de água que contribuiu para a produção de um conhecimento prático sobre a conservação das nascentes pelos produtores rurais, garantindo sua preservação. A esse respeito, leia-se o relato abaixo:

Existe uma coisa que nós mais velhos é que sabemos. Você tem uma água saindo aqui, uma biquinha. Se você cortar o mato ela sai três vezes mais ou quatro, ela aumenta. Daí a pessoa pega na cabeça: Corta árvore, a água aumenta. Mas ele esquece que amanhã ela vai acabar. Isso eu sei por causa do nosso terreno ali, porque quando a gente cortava mato a água dobrava. Daqui a três anos ela ia só diminuindo, diminuindo, até secar. Daí ela descia, ela afundava e ia nascer lá cinquenta metros para baixo. Hoje, tem lugar aqui que já acabaram as nascentes, por causa das árvores que foram cortadas. (produtor rural, entrevista realizada em 15/07/08)

O Rio é, também, objeto de apropriação pela comunidade, sendo possível perceber um grande carinho da mesma pela região próxima à Cachoeira das Andorinhas e pelas praias do Rio das Velhas, locais muito utilizados pela comunidade para a prática de lazer em contato com a natureza.

Apesar dos problemas em relação ao uso da água, percebe-se que muita coisa já melhorou, a consciência em relação à água é crescente e as restrições impostas para o uso e a ocupação do solo na APA contribuem para a diminuição gradativa da degradação dos recursos hídricos da região. A esse respeito vale observar os comentários abaixo:

A água aumentou depois que parou de tirar lenha aqui, antes, na época da seca, tinha um tiquinho de nada. Hoje já melhorou. Mas o pessoal não percebe, não conscientiza. Eles falam: eu não posso cortar lenha, eu não posso fazer carvão. Eles pensam neles. Mas eles

não pensam na saúde deles e na dos outros, porque nós ainda vamos ter, mas e os outros daqui a trinta, quarenta anos? (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

Há quinze, vinte anos atrás, se você fosse tomar banho no rio ali, tava cheio de lixo. Hoje, poucas vezes durante um ano eu chego na beira do rio, na praia que é mais visitada pela população, e vou encontrar lixo. Ainda encontra, mas é muito menos. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

4.5 – A Cultura do Extrativismo Mineral e os Impactos Decorrentes desta Atividade

A APA Cachoeira das Andorinhas está localizada na região mineira denominada Quadrilátero Ferrífero. Trata-se de uma área bastante rica em ouro, minério de ferro, bauxita e outros minerais economicamente interessantes de serem explorados. Em função de suas características geológicas, a região sofreu e ainda sofre com a degradação advinda da mineração.

Primeiramente, a mineração de ouro, desenvolvida no leito e nas margens do Rio das Velhas, foi responsável pelo povoamento e desenvolvimento do distrito de São Bartolomeu. Porém, até os dias atuais, é possível visualizar as marcas deixadas pelos primeiros habitantes do local. Esses exploradores arrancavam a mata ciliar, revolviam todo o terraço fluvial, retiravam o cascalho do fundo do rio e o depositavam em suas margens. Esse processo é característico da primeira fase de exploração do ouro, com a utilização de baixo nível tecnológico, sendo realizado, basicamente, o garimpo artesanal. A esse respeito, vale destacar a colocação de Saint-Hilaire, quando em expedição pela região:

O efeito desse tipo de mineração foi o de substituir a floresta por charnecas esburacadas, ‘por todos os lados, tínhamos sob os olhos vestígios aflitivos das lavagens, vastas extensões de terra revolvidas e montes de cascalho’, relata o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, quando atravessou a estrada ao norte de Ouro Preto, na segunda década do século XIX. (DEAN, 1996, p. 107).

Na foto abaixo, é possível ver os passivos deixados por essa atividade. De acordo com o Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu (2007), o local deve ser transformado, futuramente, em um sítio arqueológico de mineração, em função de já terem sido encontrados alguns vestígios como cachimbos e conjunto de cadinhos, característicos daquele período.



Figura 58 – Foto da planície de inundação do Rio das Velhas, sem mata ciliar e com o terraço fluvial revolvido – São Bartolomeu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Dentro da Floresta do Uaimii também é possível identificar locais de onde o ouro era extraído. Essas minas desativadas deverão ser utilizadas turisticamente, pois já se pensa na elaboração de trilhas interpretativas sobre a mineração a serem desenvolvida no local.

Com a decadência do ouro, a região passou por um momento de estagnação econômica, mas no início do século XIX, começou a ser praticada outra forma de exploração: a mineração e fundição de ferro. “Isso é histórico aqui. Por volta de 1856 tinham mais de quarenta fundições de ferro aqui na região.” (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 16/07/08). Essa atividade também deixou suas marcas e, atualmente, existem várias empresas de extração de minério de ferro na região.

No entorno da APA, do outro lado da Serra Geral, em seu limite leste, encontram-se as Minas da Alegria (Samitri) e de Timbopeba (Vale) e, mais ao norte, está a Mina de Capanema (Minas da Serra Geral). Essas minas estão localizadas na zona de amortecimento da Floresta do Uaimii e esse tipo de atividade é incompatível com os objetivos de criação da unidade de conservação. Porém, a existência das mineradoras é anterior à criação da UC e, portanto, é impossível a proibição dessa atividade no entorno da Floresta.

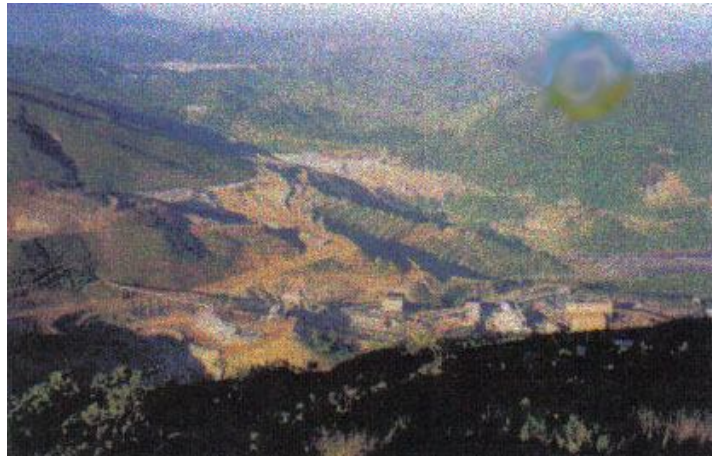


Figura 59 – Foto da Mina de Timbopeba.
Fonte: Machado, 2001.

A Mina de Capanema, representada na foto abaixo, encontra-se desativada há três anos, mas seu rejeito ainda está depositado no pátio da empresa, sem ter sido feito um tratamento adequado. No local, funciona apenas a área de manutenção civil (drenagem, diques, bueiro) e meio ambiente (educação ambiental, plantio de mudas). O fechamento dessa empresa trouxe outro problema para a comunidade da Serra do Mesquita, povoado localizado na parte norte da APA: o desemprego. Isso se deve ao fato de que grande parte dos moradores do povoado trabalhava na mina. Ainda existe a expectativa por parte da comunidade de que a mina seja reaberta.

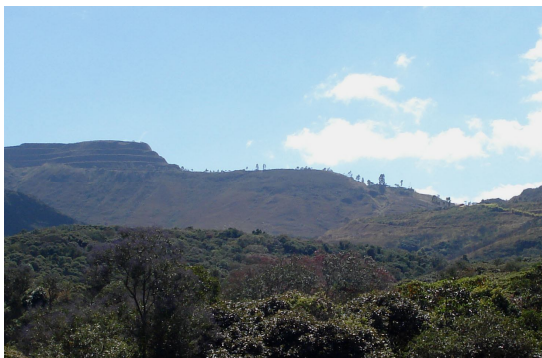


Figura 60 – Foto da Mina de Capanema.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 61 – Foto da Mina de Capanema.
Fonte: Raquel Scalco, 2008

Além disso, existem na APA áreas já bastante degradadas em função de dois processos de mineração, nas áreas circunvizinhas ao Parque Cachoeira das Andorinhas. O primeiro processo é relativo à extração de bauxita pela ALCAN, atual Novelis, desde a década de 1960. A degradação se deu em função da retirada da vegetação, o que

contribuiu com o assoreamento do Rio das Velhas e de suas nascentes, na época de chuva. Parte da área degradada pode ser vista na foto abaixo.



Figura 62 – Foto da área de extração de bauxita na Fazenda da Brígida.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Sobre o assunto, vale destacar o depoimento de um pesquisador:

Esta área de extração de bauxita pela ALCAN acontece desde antes de 1960 e ainda tiram até hoje. A área não está muito degradada, porque a canga já é uma região de pouca vegetação naturalmente. Tem os cortes de retirada de bauxita, mas o problema é que quando chove, você encontra muito ferro e muito alumínio na micro-bacia ao lado dessa área. (Pesquisador, entrevista realizada em 22/08/08).

Essa área está dentro dos limites da Fazenda da Brígida. De acordo com o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto, ela não é mais utilizada para mineração, mas pelo depoimento de um professor da UFOP é possível perceber que ainda acontece a extração no local, de forma clandestina.

Na parte leste da propriedade, no limite com o Parque, esta parte foi muito detonada. É uma chapada de canga, material ferruginoso que foi todo remexido. E eu fiquei preocupado, porque da última vez que eu fui lá, eu percebi que estavam mexendo na área e não era a Universidade. Alguém tava tirando canga, não sei se para calçamento, não sei se era a própria Prefeitura, eu não sei quem, às vezes até por desconhecer o limite da área. A gente viu que era coisa mais recente. (Professor da UFOP, entrevista realizada em 17/07/08).

Outro processo de extração mineral que ocorre nos limites do Parque diz respeito à extração de quartzito, na região denominada Camarinhas, há mais de cinquenta anos. Os responsáveis nesse caso foram a Prefeitura e, também, os membros da própria comunidade. A atividade encontra-se embargada, desde 2002, por ter sempre sido realizada sem licenciamento ambiental e sem autorização do DNPM (Departamento

Nacional de Pesquisas Minerárias). Atualmente, a área encontra-se em processo de recuperação, mas o passivo deixado pela mineração ainda pode ser observado, como demonstram as fotos abaixo.



Figura 63 – Foto da área de extração de quartzito.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 64 – Foto do detalhe da extração de quartzito.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Além da degradação que pode ser vista acima, outro grande problema é que nas proximidades da pedreira está uma das principais nascentes do Rio das Velhas. Com a degradação do local, os rejeitos da mineração de quartzito descem com as águas da chuva para a Cachoeira das Andorinhas, contribuindo para o assoreamento do Rio das Velhas.



Figura 65 – Foto do assoreamento do Rio das Velhas, em função da pedreira de quartzito.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Esses projetos minerários não estão mais em desenvolvimento, porém os passivos ambientais deixados são nítidos ainda hoje. O mais evidente deles diz respeito ao volume de água da Cachoeira das Andorinhas que, no passado, tinha até três metros de altura e um poço profundo. Entretanto, os desmatamentos, o uso de explosivos, as queimadas, a mineração e o assoreamento fizeram com que, hoje, reste apenas um filete d'água, como pode ser visto na foto abaixo.



Figura 66 – Foto da Cachoeira das Andorinhas.
Fonte: Raquel Scalco, 2007.

Os relatos obtidos nas entrevistas corroboram com essa questão:

Eu cresci nesta região, conheci a Cachoeira das Andorinhas quando era menino e tudo. De repente eu chegava aqui e via os poços tudo cheio de água, muito peixe. Hoje você vê um pouco da cachoeira, mas quem conheceu o lugar há anos atrás e vem aqui hoje, fica perplexo, porque hoje a água é pouca, já não tem peixe nenhum mais, tinha uma quantidade muito grande de lixo. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 18/07/08).

Você lembra da lagoa que tinha aqui no Parque? Há uns anos atrás nós pulávamos de ponta nela. O local aqui tinha muito mais água, tinha poço fundo, a gente até pescava aqui. Tinha traíra, lambari, tinha tudo aqui, era bom demais. (Representante de Associação Comunitária, relato durante visita guiada ao Parque Cachoeira das Andorinhas, com os Conselheiros do Comitê do Rio das Velhas, 25/08/08).

Quando a Prefeitura impediu a extração ilegal de quartzito no Morro de São Sebastião, criou-se um grande problema social em relação às famílias que dependiam da pedreira para seu sustento e ficaram sem ter onde trabalhar. Então, essas pessoas montaram uma Associação de Extratores de Quartzito para se organizarem e reivindicarem seus direitos, de forma coletiva. Como resultado das negociações, a Prefeitura forneceu, durante seis meses, uma cesta básica e mais R\$300,00 para cada um deles, em troca de alguns serviços prestados, como relata um representante da Associação:

Eu e mais vinte e cinco exploradores de quartzito, a gente sustentava a família tirando pedra. Quando parou, a gente passou muito aperto. A Prefeitura forneceu cesta básica para a gente durante seis meses. Mas uma cesta básica que era muito pouca, um pacotinho de arroz e outro de feijão de muito ruim qualidade. E não era isso que a gente queria. A gente queria era o lugar para a gente trabalhar. Fizeram promessas e mais promessas. Fizeram um ajuste de conduta com diversas autoridades. Daí, por orientação deles, nós fizemos uma associação. Daí, nos embargaram. Embargaram por conta da APA

das Andorinhas e do projeto do Parque das Andorinhas. Foi pedido que a gente fizesse uma barragem de contenção, fizemos. Fizemos os diques de contenção. Tá tudo lá feito, ganhando uma cesta básica e R\$300,00 cada um, trabalhando no sábado lá. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 17/07/08).

Atualmente, esses ex-extratores de quartzito estão sendo beneficiados com um projeto do FHIDRO, que prevê a recuperação da área e a geração de uma nova fonte de renda para essas pessoas. O projeto consiste em fazer, na área da pedreira, um local para propagação de plantas nativas e ornamentais. Porém, mais uma vez, isso esbarra na questão da lentidão do Estado. Muitos extratores saíram da Associação e desistiram do projeto, pois eles necessitam de uma solução mais imediata. Dos vinte e cinco extratores iniciais, atualmente a Associação conta com apenas sete associados.

No momento, esses associados estão cercando uma área da Prefeitura bastante preservada, nas proximidades da pedreira, para retirar matéria-prima para o projeto de plantas nativas. Esse cercamento está sendo feito com recursos do PROMATA / IEF, que cedeu os mourões e o arame para a cerca. Posteriormente, eles também cercarão a área da pedreira.

Além disso, eles estão fazendo um curso, ministrado pelo SEBRAE, sobre propagação de plantas nativas do cerrado e campos rupestres, com duração prevista para seis meses, distribuídos em três módulos de curso. Espera-se que esse interessante projeto seja, de fato, implantado e renda frutos positivos para essas pessoas.

Vale destacar também que, de acordo com o IBAMA, foram concedidos sete alvarás de pesquisa minerária na área da Floresta – quatro para ouro, dois para arsênio e um para quartzo. (IBAMA, 2000, p.12). O depoimento de um morador de São Bartolomeu, que afirma haver uma empresa fazendo prospecção de minério na área, corrobora com essa informação:

Agora tem uma empresa aí, caçando ouro aí. Já acharam. Não sei se é a Vale, mas eu tenho quase certeza que é a Vale. Aqui na APA, e já estão fuçando aí pra todo lado e já acharam ouro aí. Quando for amanhã, vem com as máquinas e tudo aí. Nós não podemos cortar a lenha para fazer o doce, mas para eles chegarem e abrir e prejudicar muita gente, não custa nada, né? (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

É a pressão do desenvolvimento econômico sobre a conservação do meio ambiente. Porém, de acordo com o art. 3º, do Decreto Estadual nº30.264, que dispõe sobre a criação da APA, esse tipo de atividade está proibida de ser desenvolvida dentro dos limites da APA. Porém, como se trata de uma área geologicamente importante e a

mineração é uma das atividades econômicas mais importantes do Estado – responsável por 35% do PIB mineiro – infere-se que a pressão do capital tende a ser imensa. Esse é mais um motivo para que o conselho esteja bem estruturado e organizado, para garantir que a legislação ambiental e os interesses de conservação prevaleçam sobre os interesses econômicos.

4.6 – Comunidade Residente, Comunidade de Entorno e Conflitos Fundiários

A região de Ouro Preto tem uma especificidade muito grande no que se refere à questão de registro e posse de terrenos. Desde a época do descobrimento e exploração do ouro e da fundação de Vila Rica, que os terrenos foram sempre distribuídos por influência política e religiosa, sendo que o registro dos imóveis não era uma coisa muito comum. Posteriormente, em 1934, de acordo com funcionário da Prefeitura, houve um grande incêndio no Cartório de Registro de Imóveis de Ouro Preto, fazendo com que a questão fundiária ficasse ainda mais complicada. Portanto, todo o processo de criação e implantação das unidades de conservação deste mosaico acaba esbarrando na questão do registro de terrenos, seja no que se refere às necessidades de desapropriação de terra, seja em função da necessidade de documentação para o desenvolvimento de atividades e projetos de uso sustentável dos recursos naturais.

A primeira questão a ser discutida em relação aos conflitos fundiários diz respeito à situação do Parque da Cachoeira das Andorinhas. Criado ainda em 1968, ele foi redelimitado em 2005, tendo sua área expandida. A partir dessa redelimitação, o Parque passou a abranger uma série de propriedades particulares, algumas com documentação de posse do terreno, outras sem. De acordo com o Diagnóstico Fundiário do Parque (2006), em seu interior estão localizadas vinte e sete glebas com documentação e outras tantas, não abrangidas por esse estudo, sem nenhuma documentação. Segue abaixo o comentário de um representante de ONG, sobre o assunto:

No Morro de São Sebastião tem uma série de terrenos invadidos, tudo com situação fundiária complicada. Então tá cheio de situação fundiária não resolvida que, a criação do Parque, desde 1968, nunca se preocupou com isso. E agora, para poder implementar o Parque de forma diferenciada, fazer um portal, receber o turista aqui no entorno da Cachoeira das Andorinhas, tem que resolver esse problema. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/07/08).

As propriedades indenizáveis, ou seja, aquelas que possuem comprovação de posse, seriam responsáveis pelo gasto de aproximadamente R\$2.000.000,00 para a regularização fundiária. Esse investimento está previsto para ser realizado nos próximos quatro anos. Porém, o problema maior não é em relação ao processo de desapropriação desses moradores que possuem documentação, pois, mais cedo ou mais tarde, é algo que inevitavelmente acontecerá. O conflito maior se dará com aqueles que não têm documentação nenhuma do terreno, que, geralmente, são pessoas de menor poder aquisitivo, e que têm todo um estilo de vida que depende dos recursos da terra e possuem uma grande ligação, identitária e afetiva, com o lugar. Além de terem que sair de seu local de produção e reprodução social, essas pessoas, provavelmente, não serão indenizadas, não podendo receber nada pelo seu terreno, sua casa e outras benfeitorias que nele constarem. Sobre o assunto, um pesquisador faz a previsão:

No Parque, tem algumas pessoas morando dentro e eles vão ser desapropriados, indenizados e tudo. Mas quem tem documentação vai receber, mas aquelas que não têm e que são as pessoas mais carentes e que mais precisam, eu não sei como vai ser. Para já, a população ainda não está ciente disso, mas mais para frente eu acho que vai ter muita gente revoltada. (Pesquisador, entrevista realizada em 22/08/08).

Além desse problema, existe uma outra questão parecida que ocorre na Floresta do Uaimii. Como já foi comentado, a Floresta foi criada em função de uma compensação ambiental e, desta forma, a VDL deveria passar para o IEF uma área de 4.398 ha, que representava a quantia relativa à dívida dessa empresa com o Estado. Assim, a VDL deveria ter passado as terras com toda a questão fundiária resolvida, mas não foi o que aconteceu. Desde a época em que as terras eram dessa empresa, vivia em seu interior uma família que trabalhava na produção de carvão – família dos Necas, como são chamados. Esse pessoal, que vive na área há mais de quarenta anos, entrou na justiça contra a VDL, requerendo a posse, por usucapião, de um terreno de 248 hectares, onde existem nove casas de pessoas dessa mesma família.

Este processo já está na justiça, de acordo com um dos moradores, há cerca de quinze ou vinte anos. Então, com medo de perderem a causa e terem que sair da área sem receber indenização alguma, os moradores começaram a vender parte de seus terrenos, mesmo sem ter a documentação de posse. Isso complica ainda mais a situação, pois agora não é apenas um proprietário, são várias pessoas morando no interior da Floresta. A esse respeito, vale observar o relato de um funcionário do IEF:

Foi um processo que já começou errado. Foi um processo de ocupação ilegal, e nesse conflito, eles foram vendendo aquilo que não é deles. Hoje, não é um proprietário mais. Mesmo eles não tendo a dominialidade, eles já venderam parte dos terrenos para outras pessoas. Existe até uma estrutura ali, tem advogados que vão orientando, não é uma coisa assim sem assistência e isso gera um certo conflito. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Ao que tudo indica esse processo terá causa ganha para os Necas, tanto pelo tempo que eles residem no local, quando pelo discurso desses moradores e do próprio IEF, que já está buscando outras soluções para a questão.

Como forma de sanar o problema, o IEF está esperando a decisão judicial para tomar as providências. Porém, já está sendo discutido um novo formato para a Floresta. Caso os Necas ganhem na Justiça, a idéia é que a VDL repasse um terreno de sua propriedade para o IEF, a Fazenda Conta História, que fica dentro da APA, nos limites com a Floresta, para complementar os hectares devidos. Além disso, como não pode haver diminuição de área em unidade de conservação já criada, o IEF indenizará os proprietários da área e eles serão desapropriados. Vale, aqui, apresentar um depoimento que explica melhor a questão:

Tem uma dificuldade aqui que é o formato da unidade de conservação, que tem vários formatos. Mas qual é a área da Floresta? Ainda não tá fechado, mas o decreto prevê este formato (formato que consta nos mapas aqui apresentados). Eu posso aumentar a área da Floresta, mas não posso diminuir. A gente tem área aqui, na Fazenda da Ajuda, que são de propriedade dos Necas. Essa área está dentro da Floresta, eu não tenho jeito de tirar ela. Então, quando resolver a questão fundiária, os processos que estão na justiça por usucapião, estas coisas, o IEF vai indenizar e vai comprar essa área. Mas essa indenização pode ser daqui a dois anos, como pode ser daqui a dez anos, como pode ser daqui a vinte anos. Como tá tendo estes problemas fundiários, a proposta da VDL é passar uma parte da Fazenda Conta História para a gente, para completar os 4.398 hectares previstos no decreto. Daí vem aquele outro desenho que vocês viram, que é fechando isso aqui (a península de propriedades). Isso significa que a área da Floresta vai aumentar. (Funcionário do IEF, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Esse novo formato da Floresta, que segue abaixo em uma foto de um mapa do IEF, já está sendo apresentado, internamente para os funcionários. A foto foi tirada do painel do IEF, dentro do escritório de uma das guaritas da Floresta.

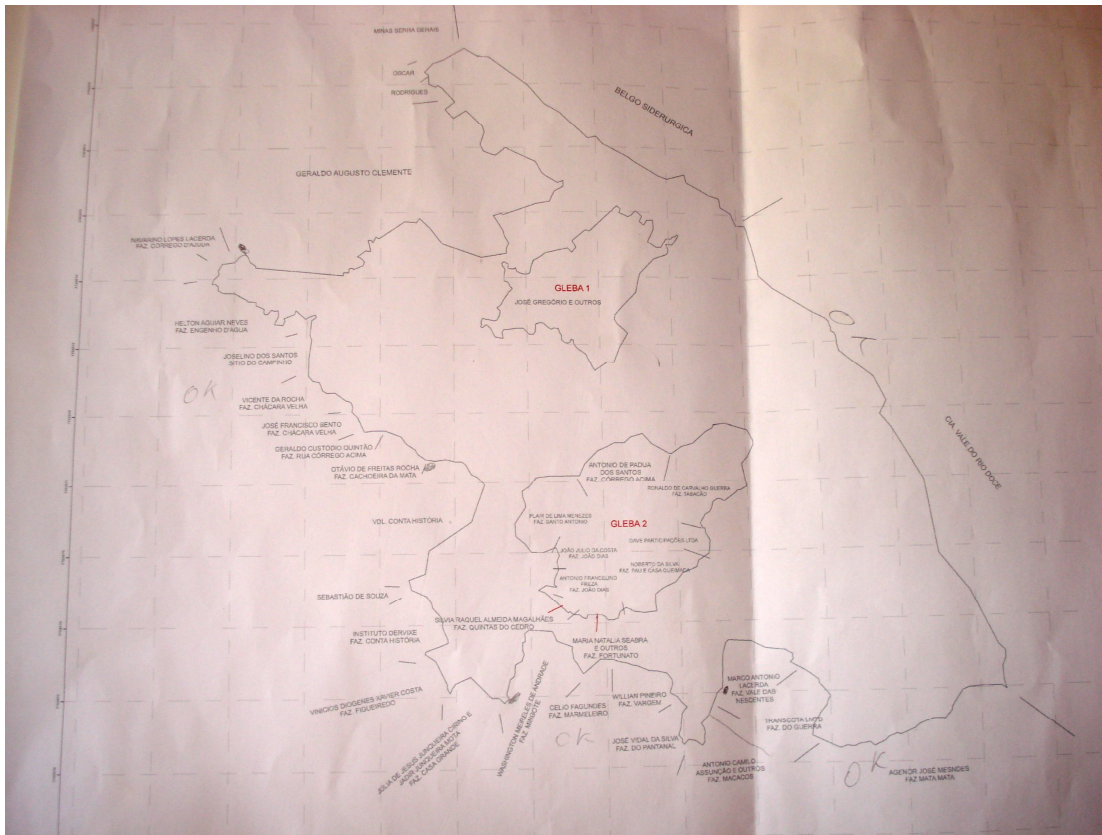


Figura 67 – Foto do mapa com o novo formato da Floresta do Uaimii.
Fonte: IEF, 2008.

Nesse mapa, a Floresta está representada com a área da Fazenda Conta História já incorporada, e com as Glebas 1 e 2, apresentadas em vermelho, provavelmente, representando as áreas a serem desapropriadas e indenizadas pelo IEF. Vale destacar que o formato inicial da unidade de conservação exclui de sua área a península de propriedades, que é uma parte que seria importante para reduzir os efeitos de borda, tornando a área mais vulnerável aos efeitos do vento, da luz, da temperatura e da umidade. Esse formato se deve à maior viabilidade econômica de implantação da unidade de conservação, que, da maneira como foi criada, evitou processos caros e burocráticos de desapropriação de terras, pois, na região excluída, estão localizadas diversas fazendas de propriedade privada.

Assim, desde a época de criação da Floresta, tanto na audiência pública, quanto no seu Projeto de Criação, a idéia era que as propriedades, representadas no mapa como Gleba 2, seriam consideradas como propriedades do entorno da Floresta, tanto que a Fazenda Conta História ficou fora da unidade de conservação justamente para não fechar o enclave dessas propriedades, para não se ter problema fundiário ou de desapropriação.

Porém, percebe-se que o conflito está se afluando. Isso pode ser notado tanto na fala dos moradores dessa península de propriedades privadas como nos discursos de funcionários do IEF. Alguns moradores desse local já estão preocupados com o futuro, quando serão discutidos os problemas que envolvem essa questão, uma vez que o fechamento do enclave pode ser o início de um processo sem volta de transformação das propriedades de entorno em propriedades do interior da Floresta e, como tal, passíveis de desapropriação. Esse conflito pode ser observado nos discursos abaixo:

O decreto fala que estas propriedades são propriedades de entorno. Aí, mesmo que o Estado vá crescer a área e fechar essa península, a proposta é que a estrada não seja fechada, para não fechar aquele pedaço dentro da área do Estado. A gente tem que tomar cuidado, se não a gente começa a fazer ingerência naquilo que é de direito, que é de outras pessoas. Agora, essas pessoas têm um compromisso com a Floresta do Uaimii, porque elas são população de entorno. (Funcionário do IEF, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Eu acho que se eu não tomar medidas de proteção da minha área, eu acho que, no futuro, essas áreas aqui são muito favoráveis a uma desapropriação. Qual é a estratégia que nós vamos desenvolver para isso? É transformar parte da minha propriedade em RPPN. Com isso, eu faço um anel de proteção na minha área, porque o meu interesse não é de produção mesmo, é ter uma área preservada, mas assim, pelo menos, eu garanto a dominialidade. Porque você vai fazer um outro decreto em cima de uma área que já foi decretada de proteção? Isso não cabe. (Proprietário de terra na península, entrevista realizada em 12/08/08).

Se adquirir a parte da Fazenda Conta História para resolver este problema vai acabar fechando um enclave dentro da Floresta e não existe enclave dentro de unidades de conservação. O pessoal não pára para pensar, né? Então, eu estou em processo de criação de uma RPPN, porque essa já era uma idéia minha antiga, eles só fizeram acelerar o processo. Eu já fui lá, medi tudo e tal, vou pegar cinco hectares da minha área e vou implantar. Aí vamos ver o que acontece, né? Porque RPPN é mais restritiva do que Floresta, daí eu evito uma possível desapropriação. Eles vão poder desapropriar a minha casa, o resto não. Existe aquela proposta de a estrada ser o limite da unidade, mas eu não acredito nisso. Estrada ser entorno de unidade de conservação? E fechar a Cachoeira de São Bartolomeu? Uma das coisas mais batalhadas foi não fechar a Cachoeira. Então, entra tudo em conflito. Tudo o que foi discutido, cai por terra quando fecha isso. É como se voltasse à estaca zero. Tivesse quase transformando de novo em parque. Fecha isso, mas continua Floresta, mas como eles não têm noção de como trabalhar com essa questão de manejo, como criar, como manejar, vamos tirar, vamos vender, vamos doar, vamos fazer uma estrutura para ensinar o pessoal a trabalhar com marcenaria, vamos fazer trilhas, o quê que nós vamos fazer? É só cercar, cercar, cercar, mas e daí? (Proprietário de terra na península, entrevista realizada em 16/09/08).

Esse último relato é muito significativo no que refere a uma outra questão. Com o fechamento dessa área, e com a possível desapropriação dessas terras, emerge um novo conflito em relação à Cachoeira de São Bartolomeu. Essa área encontra-se em terreno particular, porém, é de dominialidade pública, ou seja, todo mundo deve ter acesso, em função da construção de uma gruta no local, com a imagem de São Bartolomeu. Desta forma, o local é utilizado em diversas procissões e eventos religiosos pela comunidade, que se apropriou dela.

Como bem colocado no depoimento acima, a desapropriação da área da Cachoeira é um retrocesso, pois, dessa forma, a comunidade passaria a não ter acesso livre a ela, restringindo, assim, as possibilidades de manifestação de sua cultura e de realização de seus ritos. Visando enfatizar ainda mais essa intenção do IEF em adquirir a área, ressalta-se que, em uma reunião do Conselho, a gerente da Floresta apresentou um *Power Point* sobre a Floresta e nele estava contida uma foto da Cachoeira de São Bartolomeu, sendo apresentada como parte do rico patrimônio natural da Floresta. Ato falho ou não, o fato é que existe essa possibilidade e isso, provavelmente, ainda vai gerar muito conflito entre a comunidade e o IEF.



Figura 68 – Foto da Cachoeira de São Bartolomeu.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.



Figura 69 – Foto da gruta de São Bartolomeu, ao lado da Cachoeira.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Outro problema enfrentado pelos proprietários de terra dentro da península, diz respeito à restrição do direito de ir e vir desses proprietários e dos visitantes que vão à sua

propriedade, pois, para entrar na península, é necessário passar por uma das portarias do IEF, onde os funcionários sempre perguntam aonde a pessoa vai e o que vai fazer, antes de autorizar a sua entrada. Essa é uma medida de proteção, que inclusive aumenta a segurança dos moradores do interior e entorno da Floresta. Porém, pode incomodar alguns deles, como pode ser percebido nos relatos abaixo:

Tem gente falando aí que agora, para entrar na minha propriedade, eu tenho que pedir licença para o IEF. Não é bem isso. A portaria foi feita para garantir a segurança da área e, hoje, eu como proprietário, isso pra mim é bom. Eu já tive problema de roubo, outros proprietários já tiveram até problema de furto de candeia, eu tive problema de roubo até de equipamento, de máquina de irrigação. Hoje, tem um controle. Não quer dizer que eu estou perdendo o meu direito de propriedade por causa disso. (Proprietário de terra na península, entrevista realizada em 12/08/08).

Na realidade, depois que a Floresta do Uaimii foi para lá melhorou muito, porque tá capacitando as pessoas, tá gerando emprego, tá ordenando um pouco, por mais que fique aquela coisa ali meio de parque ainda, né? E tem esse gargalo que para eu entrar para a minha propriedade eu passo por uma portaria. Para mim não tem problema nenhum, mas tem um monte de gente que acha ruim. (Proprietário de terra na península, entrevista realizada em 16/09/08).

Vale destacar ainda outro entrave enfrentado pelos moradores em função da ausência de documentação de posse de suas propriedades. Como já foi discutido anteriormente, o proprietário de terras que não possui documentação de seu terreno não consegue autorização para desmate, nem para a retirada de lenha, nem para retirar os estéreis que são, por lei, garantidos. Além disso, a falta de documentação faz com que o proprietário não consiga, também, autorização para transportar a lenha, o que é muito importante para as pessoas que moram no núcleo urbano do distrito e possuem uma propriedade rural mais afastada. Além disso, ele enfrentará dificuldades para participar de projetos de desenvolvimento sustentável que estão vindo para a região, mas que exigem que o produtor rural esteja com toda a documentação em dia. Um morador do local ressalta esta questão:

Na comunidade tem muita gente com a questão fundiária não resolvida e que, às vezes, eles não podem se enquadrar em um projeto, como este que está agora acontecendo, das pacas, então, não pode se enquadrar esse proprietário que não tem a questão fundiária resolvida. Ele não pode tirar os metros de estéreis que tem anualmente por direito, porque ele mora lá na cidade, na área urbana, e a propriedade dele tá mais afastada. Então, tem a questão do transporte. Ele também não consegue autorização para desmate. (Representante da comunidade, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Outro fator que deve ser apontado aqui é a crescente pressão imobiliária que se abate sobre a área, principalmente em relação à região do Morro de São Sebastião. Neste bairro percebe-se a crescente especulação imobiliária, com o surgimento de alguns loteamentos, como apresentado na foto abaixo.



Figura 70 – Foto da entrada do Condomínio Campo Grande.
Fonte, Raquel Scalco, 2008.

A implantação do Parque Cachoeira das Andorinhas tem contribuído muito para a pressão imobiliária, sendo que, de acordo com um representante de ONG (entrevista realizada em 22/07/08): “A especulação lá em cima tá grande, por causa do Parque. Um dos loteamentos de lá surgiu junto com a divulgação da implementação do Parque. E tá tendo, também, aumento no preço dos terrenos no entorno do Parque. E a tendência é só aumentar.”

Com o Parque em pleno funcionamento, a expectativa é que essa região também atraia pequenos e grandes empreendedores do setor turístico, para a construção de pousadas, restaurantes, agências de receptivo turístico, empresas de ecoturismo e turismo de aventura. Pode ser também uma boa forma de geração de renda para a comunidade do entorno, que é, de forma geral, bastante carente. Com a inauguração do Parque, a tendência é a atração de mais turistas para o local – é preciso, então, aproveitar esta oportunidade para gerar benefícios para todos. A expectativa a esse respeito pode ser vista no relato abaixo:

Para melhorar a vida da população e as possibilidades de geração de renda, eu acho que falta uma infra-estrutura turística, tanto aqui no Morro (de São Sebastião), como na APA em geral, porque o turismo seria uma boa alternativa de renda para a população. Aqui já é uma área turística, mas falta capacitação, falta investimento nesta área, criar os equipamento e valorizar aquilo que nós temos aqui, o Rio das Velhas, vários pássaros, animais como cobra, macacos, etc. Acho que o Parque, aqui perto da cidade, pode funcionar como um centro de divulgação do restante da APA, pode ser um indutor do turismo. A

população tem que saber aproveitar. Porque aqui tem tudo, tudo para dar certo. (Pesquisador, entrevista realizada em 22/08/08).

No Morro de São Sebastião já existem dois hotéis fazenda, um deles apresentado na foto abaixo, mas ainda há muito espaço para os mais diversos tipos de empreendedores do ramo turístico.



Figura 71 – Foto do Hotel Fazenda Boa Vista.
Fonte: Raquel Scalco, 2008.

Além da implantação do Parque, outro projeto deve contribuir muito com o aumento da pressão imobiliária nessa região, como nos relata um representante de ONG.

Ao lado do Parque, tem a estrada para Antônio Pereira, que vai ser arrumada agora. Essa estrada é estratégica para poder ligar o distrito ao município e, como é pequena a distância, ela deve ser de asfalto. Então, essa estrada para Antônio Pereira vai criar um vetor de atração para projetos, loteamentos, para casas, pousadas. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/07/08).

Hoje, a questão da especulação imobiliária ainda não chega a preocupar, mas é algo que tanto a Prefeitura, quanto as ONGs e Associações Comunitárias, devem estar cientes e devem tomar providências para que esse processo não chegue a interferir no maior bem da região, que é o patrimônio natural. Neste sentido, é interessante criar políticas públicas, rever o plano diretor e a lei de uso e ocupação do solo para controlar o crescimento deste bairro, uma vez que ele não possui infra-estrutura adequada para tanto, principalmente no que se refere ao abastecimento de água e à captação de esgoto.

4.7 – O Turismo e a Chegada dos Forasteiros

Com todas as restrições de uso dos recursos naturais impostas sobre a população residente na APA e, em função das características históricas, culturais e ecológicas da

área, o turismo tem se sobressaído nesse cenário como uma possível solução para a falta de emprego e renda para a população local.

Como apresentado anteriormente, a APA possui um rico patrimônio, tanto no que se refere aos aspectos culturais quanto naturais. Assim, a APA destaca-se como um local bastante apropriado para a prática do ecoturismo, de esportes de aventura, do turismo cultural e do turismo rural.

Atualmente, o que mais atrai visitantes para o local é a Festa de São Bartolomeu, mas o fluxo de famílias em busca de um local tranquilo para passar o final de semana em contato com a natureza tem aumentado bastante, principalmente em São Bartolomeu.

São comuns, também, os trilheiros (jipeiros e motoqueiros) que freqüentam o local e que acabam até trazendo alguns transtornos, como barulho e falta de segurança, uma vez que passam nos pequenos povoados dirigindo em alta velocidade. Além disso, essa prática tem contribuído para aumentar a erosão de trilhas, destruindo um dos mais importantes patrimônios legado pelos primeiros desbravadores do local: uma trilha feita pelos escravos, ligando Ouro Preto à Cachoeira do Campo, passando pelo Chafariz Dom Rodrigo.

A região do Brás Gomes também atrai muita gente, em férias e feriados prolongados, principalmente por causa de suas cachoeiras. Porém, falta infra-estrutura adequada para o desenvolvimento do turismo no local, como já discutido anteriormente.

A região da Cachoeira das Andorinhas também já foi muito visitada, tanto por pessoas de fora, como pela própria comunidade do entorno do Parque. Porém, em função de sucessivos assaltos ocorridos no local e pela visível piora na qualidade de suas águas, o fluxo de visitantes diminuiu muito nos últimos tempos, como comenta um representante de Associação Comunitária, que mora nas proximidades.

As pessoas, quinze anos, vinte anos atrás, vinha muita gente aqui. Tinha dia que vinha duzentas pessoas aqui, gente com barraca e tudo. Você precisava ver que gostoso. Não tinha assaltante, não tinha bandido, nada. Depois, começou esses assaltos e até no site você via dizendo: “não vai na Cachoeira das Andorinhas que tem assaltante.” Isso fez com que sumisse muito os turistas. Num lugar que vinha 300 pessoas, passou a vir oito pessoas. Hoje, já diminuiu muito, porque quase não vai mais gente lá. Teve até estupro lá. Hoje, isso tá mais moderado, mas o pessoal quase não vai lá mais, porque todo mundo sabe que o esgoto chega lá. Eu acho que hoje 1% do pessoal daqui do Morro (de São Sebastião) vai lá. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 20/08/08).

Com a implantação do Parque, espera-se que esses problemas sejam resolvidos e que a comunidade volte a frequentar o local. A questão dos assaltos, praticamente, já foi resolvida, mas a falta de rede coletora e de Estação de Tratamento de Esgoto no bairro Morro de São Sebastião requerem soluções urgentes, pois um Parque que tem como principal atrativo uma Cachoeira, não pode mantê-la imprópria para banho.

O potencial da APA para o desenvolvimento do turismo é indiscutível, mas essa atividade ainda é incipiente, apesar da grande expectativa por parte da comunidade de que ele seja a salvação de todos os problemas econômicos enfrentados pela comunidade.

O turismo tá chegando aí, mas tá muito devagar, né? E o pessoal da comunidade todo mundo quer. O objetivo da gente aqui é esse, porque se não for o turismo aqui, isso aqui acaba. (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 15/07/08).

Eu acho que aqui dá para desenvolver o turismo, valorizar o artesanato, hospedagem familiar, nas casas, alimentação, a venda dos doces aumenta. Vindo mais gente, vem mais emprego. Mas tem que ser um turismo organizado, legal, familiar. (Doceiro, entrevista realizada em 22/07/08).

Nos últimos tempos, o turismo vem se destacando como uma possível atividade econômica a ser desenvolvida, porém, deve-se ressaltar que a visão do turismo como salvação para todos os problemas econômicos e sociais enfrentados pela comunidade residente na APA é uma ilusão. O turismo pode e deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade, porém, também pode trazer inúmeros problemas, tais como aumento dos preços de terras e produtos locais, problemas sociais relacionados ao uso de drogas e álcool, aumento da violência, degradação ambiental, desrespeito aos costumes e às tradições locais, dentre outros.

Deve-se destacar, também, outra questão recorrente na APA que diz respeito à compra e venda de terrenos. Como já citado, o êxodo rural é bastante significativo na região, principalmente em função das restrições impostas pela legislação ambiental. Associado a isso, percebe-se um outro fenômeno em sentido inverso. Muitas pessoas das grandes cidades estão procurando o local para fugir dos problemas dos grandes centros e isso tem contribuído para o aumento da demanda por terrenos na APA. Essas pessoas estão comprando terras com objetivo de terem ali um sítio, um local para descanso, uma terrinha para plantar e para estar mais próximo da natureza. Sobre o assunto um pesquisador faz uma colocação interessante:

Muitas pessoas que eram da região tiveram que deixar a região. E, daí, foi vindo o pessoal de fora, que tem mais condição, vem mais para passeio e tudo, daí preserva o meio ambiente, tudo muito bonito, né? Mas as pessoas do lugar, os jovens e tudo, será que eles vão ter oportunidade aqui ou vão ter que ir embora? Tem muitos aqui que não foram embora ainda porque realmente não deu para ir mesmo. Esse é o desafio maior. (Pesquisador, entrevista realizada em 21/07/08).

Vale destacar que essas pessoas que têm comprado terras e/ou fazendas na região, apesar de muitas vezes até se mudarem para lá, são vistas pela comunidade como “os de fora”, como forasteiros, não sendo inseridas na dinâmica e no convívio íntimo dos nativos. O discurso abaixo demonstra esse sentimento, por parte de um representante de ONG, que tem propriedade na região de São Bartolomeu.

Você sempre vai ser um forasteiro, apesar de eles serem muito dóceis, tratem a gente super bem, as pessoas de fora, eu sou de fora. Mas você sempre vai ser um forasteiro, mesmo você tendo uma relação boa com eles. Essa questão fica muito clara, quando você vê a questão, por exemplo, da Semana Cultural, quem foi? Quem organizou? São as pessoas de fora. Eles são muito tacanhos, muito voltados para eles mesmos, não misturam muito. (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

Vale lembrar, ainda, que a região está localizada nas proximidades de um dos mais importantes pólos de atração turística do Brasil. Isso pode se configurar tanto como uma oportunidade quanto como uma ameaça, dependendo da forma como as políticas públicas do setor forem conduzidas. Ressalta-se que a diretriz política para o turismo do atual Governo Federal indica a regionalização como a melhor forma de desenvolver o turismo, valorizando a região, os circuitos, a gestão integrada, a cooperação e as parcerias. Assim desenvolvido, o turismo pode aumentar a renda gerada por esta atividade, uma vez que diversifica a oferta e possibilita o aumento do tempo de permanência do turista na região.

Nesse Programa de Regionalização do Turismo, o governo selecionou sessenta e cinco Destinos Indutores em todo o Brasil, que são locais que já possuem um produto consolidado, de qualidade, para atender a um público bastante exigente e que deveriam ter como meta induzir o desenvolvimento do turismo em sua região de influência.

Em Minas Gerais, foram selecionados quatro Destinos Indutores que são: Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina e Belo Horizonte. Portanto, esses municípios têm prioridade no recebimento de recursos, podendo trabalhar no sentido de despolarizar o fluxo turístico, para induzir o desenvolvimento regional.

Uma estratégia para Ouro Preto seria começar por um trabalho com os próprios distritos, que têm grande potencial, complementar à oferta do Centro Histórico, o que poderia gerar benefícios, tanto para o núcleo urbano da sede municipal, quanto para os distritos. Porém, percebe-se que esta não é uma preocupação recorrente da Prefeitura, como pode ser notado no discurso abaixo:

A secretaria ainda não está trabalhando muito os distritos, mas, com certeza, muitos deles têm um grande potencial de agregar valor ao produto Ouro Preto. A sede do município é um grande destino turístico, mas toda a região tem um grande potencial, só que a própria cidade desconhece este potencial, não valoriza. A gente tem que trabalhar roteiros tematizados para esses distritos, até como uma forma de aumentar o tempo de permanência do turista aqui. O turismo nos distritos pode ser uma grande possibilidade de geração de renda e, ainda, diminuir o êxodo rural, que é um grande problema enfrentado por Ouro Preto hoje. (Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, entrevista realizada em 20/08/08).

Além disso, as agências de receptivo, os guias de turismo e os *folders* disponibilizados nos centros de informações turísticas de Ouro Preto oferecem pouquíssimas informações sobre os distritos. Sobre São Bartolomeu e a APA Cachoeira das Andorinhas não há nenhuma divulgação. Isso demonstra a falta de conhecimento das pessoas do próprio município sobre o seu potencial e a falta de visão da Prefeitura quanto à necessidade e possibilidade de desconcentrar o fluxo, trazendo ganhos múltiplos para os diversos agentes. O representante da Secretaria de Turismo reconhece essa falha:

Se você procurar nas agências e postos de informações turísticas de Ouro Preto alguma coisa sobre os distritos, você não vai achar nada. Vai achar uma coisa ou outra sobre Lavras Novas e do resto, mais nada. A gente precisava desenvolver uma política pública voltada para o turismo nos distritos e incluir os operadores no processo, para que a informação circule e o turista consiga realmente chegar lá (Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, entrevista realizada em 20/08/08).

De acordo com esse entrevistado, a Secretaria trabalha no incentivo do turismo nos distritos apenas dando apoio nas festas e manifestações culturais, viabilizando som, iluminação, palco e banda. Além disso, a Prefeitura tem investido em infra-estrutura básica como melhoria do acesso, saneamento, saúde, educação.

Percebe-se, então, que as ações são fragmentadas e pontuais, não havendo uma política intencional ou um planejamento para que essa atividade realmente aconteça nestes locais.

Apesar disso, o turismo, pouco à pouco, está chegando à região da APA e deve haver uma articulação entre comunidade, Prefeitura e empreendedores, no sentido de desenvolver ações e políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do turismo de base local. Só assim, essa atividade poderá tornar-se, realmente, uma possibilidade de geração de emprego e renda para a comunidade local.

4.8 – Os Instrumentos de Gestão do Mosaico da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – teoria ou prática?

As unidades de conservação para efetivarem-se realmente e servirem como mecanismos adequados de proteção dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, garantirem a qualidade de vida das populações locais, devem ser administradas e manejadas adequadamente. Para tanto, estão previstos no SNUC alguns instrumentos de gestão como o ZEE, o Plano de Manejo, o Plano de Gestão e a criação de conselhos gestores.

O Zoneamento Ecológico Econômico é definido pelo SNUC como:

Definição de setores ou zonas em unidades de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz. (Lei nº 9.985, art. 2º, 2000).

Assim, ele é um instrumento que visa garantir a gestão das unidades de conservação e dos recursos que estão em seu interior, definindo áreas onde cada tipo de atividade pode ou deve ser realizada, de acordo com as características físicas e sociais do local. Dessa maneira, é imprescindível que esse trabalho seja feito na perspectiva de garantir, não só a conservação dos recursos naturais, mas, também, considerando-se as demandas da comunidade.

O ZEE da APA Cachoeira das Andorinhas foi elaborado por uma equipe da Universidade Federal de Viçosa, sob coordenação de Anôr Fiorini de Carvalho (UFV) e Ronald de Carvalho Guerra (Gerente da APA Cachoeira das Andorinhas).

Em 27 de outubro de 2006, foi entregue ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o documento contendo o Zoneamento Econômico Ecológico da APA. O Estudo foi concebido como um instrumento preliminar de

planejamento, que subsidiaria a gestão dos recursos naturais e humanos presentes na área. (*Jornal do Projeto Manuelzão*, 2006).

A metodologia utilizada baseou-se na participação da comunidade para a obtenção dos dados. De acordo com o ZEE:

A principal intenção foi a de estabelecer a negociação entre as forças que, em última análise, determinarão o uso dos recursos naturais e humanos presentes na APA Andorinhas, ou seja, entre a sociedade brasileira, que delinea e procura efetivar os interesses coletivos nacionais, e a sociedade local, que transforma a natureza no cotidiano. (IEF/UFV, 2006, p.4).

Como pode ser observado no mapa a seguir, o ZEE estabelece três zonas onde as restrições impostas para o uso dos recursos devem ser diferenciadas. A Zona mais restritiva é a de Proteção Especial, que está representada no mapa em verde escuro e corresponde às áreas abrangidas pelo Parque Cachoeira das Andorinhas e Fazenda da Brígida, além dos topos de morros da Serra Geral e Serra de Ouro Preto. Desta forma, essa zona abrange as áreas protegidas mais restritivas, bem como os locais mais elevados, que possuem vegetação de campos rupestres, com solos rasos e flora endêmica. Vale destacar que nessa zona estão localizadas também as principais nascentes do alto Rio das Velhas.

A zona definida no mapa como sendo de Zona de Proteção, apresentada em verde claro, abrange as partes menos elevadas da Floresta do Uaimii e zonas de amortecimento das áreas de proteção especial, sendo admitido o uso dos recursos de forma controlada, visando atender às demandas da comunidade. Nessas áreas devem ser estimuladas atividades de baixo impacto, como turismo, apicultura e manejo florestal.

Por fim, a Zona de Conservação, apresentada no mapa pelas áreas em marrom, representa os locais mais fortemente antropizados, onde devem ser incentivadas atividades agropastoris e outras que prevêm o uso direto dos recursos naturais, que sejam permitidas por lei.

Além disso, o mapa prevê cinco áreas sócio-ambientais homogêneas, definidas a partir de fatores ambientais e geoeconômicos, levantados nas oficinas. Para essas áreas, não estão previstas restrições e/ou recomendações. Servem, simplesmente, para identificar as atividades mais desenvolvidas e a diferenciação da influência regional sobre cada área.

Mapa de Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas

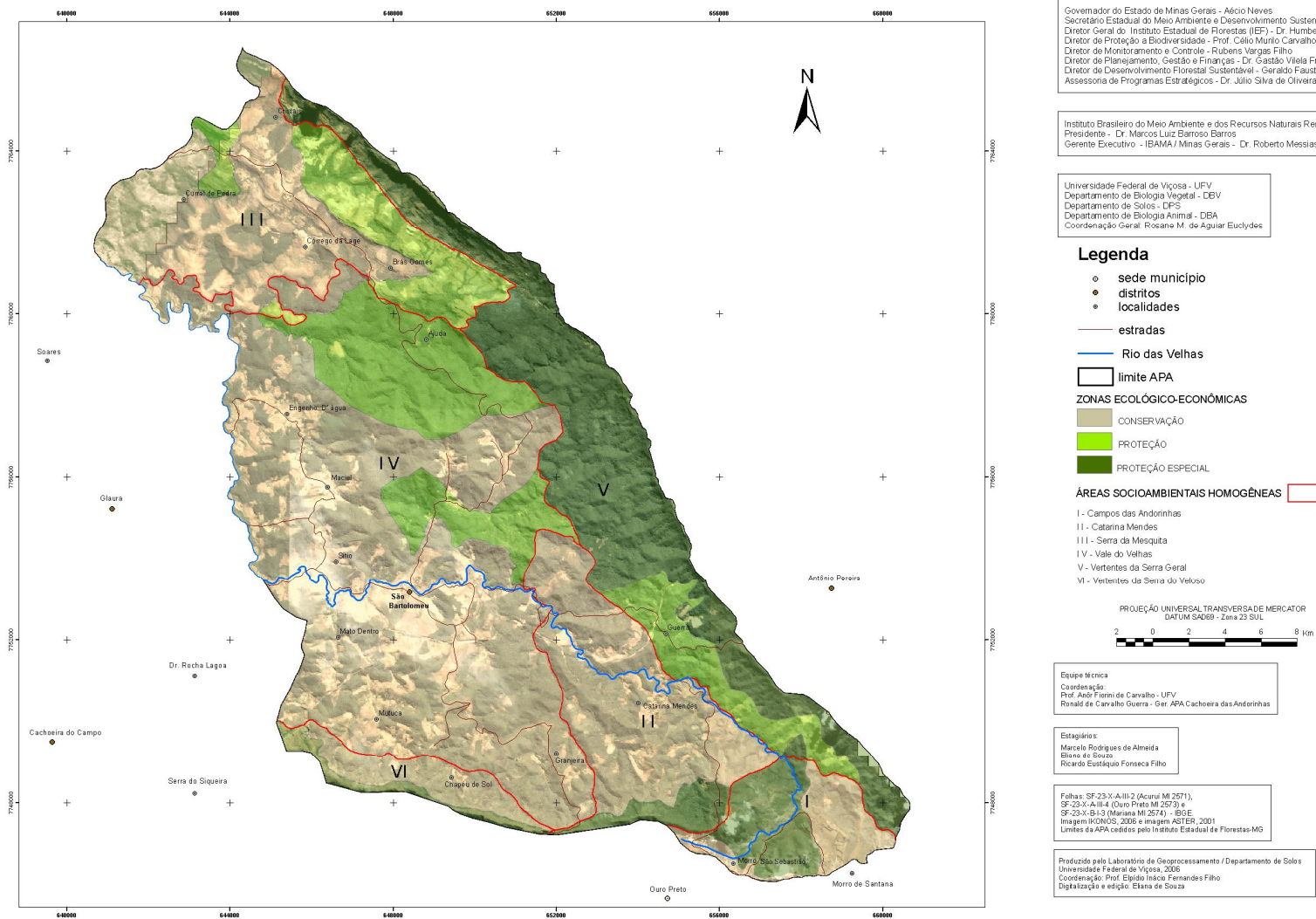


Figura 72 – Mapa do Zoneamento Ecológico Econômico da APA Cachoeira das Andorinhas.
Fonte: IEF/UFV, 2006.

Vale ressaltar que para elaborar esse mapa, foi realizado um extenso trabalho de levantamento de dados, pesquisas de campo e contatos com a comunidade, sendo o ZEE uma importante fonte de dados sobre a APA. Destaca-se, ainda, o grande envolvimento da comunidade no processo de elaboração desse documento, sendo que a equipe técnica visitou e ouviu grande parte da comunidade que vive no interior da APA.

Nas oficinas e reuniões, durante esse processo, também foi visível o nível de envolvimento e participação da comunidade, expondo suas demandas, apresentando os problemas e pensando em soluções. A importância desse estudo é realmente inegável, principalmente por dividir a APA em zonas que permitem o uso sustentável de parte de seus recursos, visando garantir uma fonte de renda para a comunidade, a melhoria de sua qualidade de vida, aliada à conservação dos recursos naturais. Essa necessidade de compatibilizar desenvolvimento econômico com conservação fica clara, também, nas demandas apresentadas pela comunidade e compiladas no documento do ZEE, como pode ser percebido no fragmento abaixo:

Os principais temas levantados revelam a importância do meio ambiente natural para definir as atividades econômicas da população. A vocação florestal da região está confirmada na principal demanda, o manejo das espécies florestais. O resgate histórico cita a importância da produção de carvão e lenha como atividade que justificou a permanência da população ativa e, muito provavelmente, contribuiu para o êxodo rural quando da restrição a estas atividades. A atividade agrícola, diretamente na Agropecuária, ou indiretamente na industrialização de doces (fonte de renda) também reitera as possibilidades que o meio natural oferece. Os temas com importância relativamente menor estão ligados, principalmente, aos novos valores atribuídos ao meio ambiente. A Proteção, Educação Ambiental e Água surgiram na oficina como temas que emolduram a garantia da sobrevivência. Esses valores emergem em expectativas tais como a vontade de ver os rios limpos e piscosos. Com isto, esses valores passam a ser assumidos como parte da intenção coletiva. (IEF/UFV, 2006, p.31).

Portanto, a elaboração de um documento como esse é importante, mas o problema é que, desde a entrega oficial do mesmo, em outubro de 2006, nada foi feito. As áreas e zonas estabelecidas no mapa deveriam servir de base para incentivar certas atividades, proibir outras, deferir ou indeferir processos de licença para desmate, dentre outras funções. O problema é que esse estudo, tão importante e bem elaborado, não tem servido para muita coisa.

Na prática, muito dinheiro público foi investido sem modificar a dinâmica e a realidade da comunidade que vive na APA. As demandas apresentadas nas oficinas ainda são

queixas constantes da comunidade. O manejo florestal continua sendo a principal reivindicação, gerando conflitos entre a comunidade e os órgãos gestores das unidades de conservação. Um dos pesquisadores que participou da elaboração do Zoneamento faz um interessante comentário a respeito:

Teve as oficinas, o zoneamento e tudo, a comunidade participou intensamente. Mas isso foi em maio de 2006. E de lá para cá? Como que a comunidade fica? As pessoas acreditaram, confiaram. E quanto aos resultados daquilo? Ah, tem que criar o conselho... O conselho foi criado recentemente, mas isso para a comunidade não tem muita diferença não. Todo mundo bacana, lá na mesa redonda e tudo. Mas pensa só o quê que foi para a comunidade. Já faz dois anos, sem contar os outros anos para trás. E o quê que vai vir? Nesse tempo acaba acontecendo um desgaste da comunidade para a hora em que a coisa boa for vir. Daí vem o descrédito, fica difícil de arrumar parceria com a comunidade. As pessoas ficam com aquela expectativa e isso vai morrendo. Naquele momento, tava todo mundo ali envolvido, vai passando o tempo e a pessoa deixa isso para lá, eu vou mexer com minhas coisas aqui. Daí, daqui a pouco, vem uma autuação, a pessoa desanima. (Pesquisador, entrevista realizada em 21/07/08).

Esse depoimento é muito significativo em relação ao que tem sido feito após o ZEE. Como não foi elaborado nem implementado um plano de manejo para a APA, percebe-se que as ações empreendidas são apenas aquelas voltadas para a proteção e fiscalização. Ou seja, as coisas boas, o atendimento às demandas, as soluções para os problemas vislumbrados nas reuniões do ZEE, não foram adiante. Só o que tem modificado, na prática, e que interfere nas dinâmicas das comunidades, são as restrições ao uso dos recursos naturais.

Portanto, apesar dos avanços, percebe-se que a descontinuidade das ações empreendidas para a gestão da APA gera frustrações em relação às expectativas criadas pela comunidade. Em vários momentos dessa pesquisa foi possível perceber o descontentamento em relação à lentidão do Estado burocrático e às diversas promessas de soluções para suas demandas que tardam em chegar.

Como forma de implementar as propostas do ZEE, outro instrumento de gestão de UC está previsto no SNUC: o Plano de Manejo. Apesar de o SNUC prever a nomenclatura Plano de Manejo, quando se trata de APAs, muitos órgãos, inclusive o IBAMA, acabam utilizando o nome Plano de Gestão, provavelmente, por ele se encaixar melhor nos objetivos da categoria. Isso porque, como discutido anteriormente, a APA configura-se mais como um local onde se faz valer uma legislação que deveria ser adotada em todo o território.

O Plano de Gestão de APAs é, então, um documento que prevê o planejamento e a gestão coletiva das propriedades privadas em seu interior, disciplinando o uso e a ocupação do solo e a utilização dos recursos naturais, de acordo com a legislação vigente. Assim, o termo gestão “assenta-se na forma de conduzir processos dinâmicos e interativos que se dão entre o sistema natural e social [...] sendo estabelecidas ações, recursos e mecanismos jurídicos e institucionais necessários à sua efetivação.” (IBAMA, 2001, p. 27).

De acordo com o IBAMA, o Plano de Gestão:

É o produto do processo de planejamento e gestão, que engloba os instrumentos que objetivam consolidar a missão da APA. Resulta de um processo dinâmico, que utiliza técnicas de planejamento ecológico e ambiental, visando estabelecer, dentro de políticas definidas, as diretrizes, os resultados, as ações e os recursos (humanos, administrativos, financeiros e legais), para que, partindo do Quadro Socioambiental atual, possam ser atingidos, no futuro, os objetivos da criação da Unidade (IBAMA, 2001, p. 43).

A APA Cachoeira das Andorinhas foi criada há quase vinte anos e, ainda hoje, não possui seu Plano de Gestão, fato que acaba restringindo as possibilidades de uso da terra e a capacidade de produção e reprodução social de sua população, sem, no entanto, trazer benefícios que garantam a sua permanência na região, de forma digna e justa. A partir da elaboração e implementação deste plano, será possível estabelecer normas de uso de parte de seus recursos, sem alterar demasiadamente a sua conservação e garantir a sobrevivência da comunidade.

O Plano de Gestão é, também, importante por possibilitar a realização de um conjunto de ações, intencionalmente previstas, como forma de alcançar objetivos pré-estabelecidos e não deixar que as coisas aconteçam ao léu. Assim, o Plano deve prever estratégias, programas, projetos e ações visando alcançar os objetivos de criação da unidade de conservação, facilitando a captação de recursos e, por fim, refletindo em melhorias, tanto no que se refere à questão ambiental, quanto aos aspectos social e econômico.

Além do Plano de Gestão da APA, faz-se necessário que as demais unidades de conservação no seu interior, também, elaborem seus Planos de Manejo de forma a atingir os objetivos para o qual foram criadas. De acordo com o SNUC, o Plano de Manejo pode ser entendido como:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (Lei 9.985, art. 2º, 2000).

De acordo com o SNUC, o Plano de Manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos, porém a grande maioria das unidades de conservação brasileiras ainda não possui tal documento.

Em relação ao Parque Cachoeira das Andorinhas, deve ser destacado que os recursos investidos nas obras para a construção de sua infra-estrutura, a princípio, seriam usados na elaboração do Plano de Manejo. Porém, devido aos interesses políticos, optou-se pela construção da infra-estrutura, o que pode ser um problema, uma vez que não há estudos técnicos que respaldem a melhor localização dos equipamentos, nem no que se refere aos materiais utilizados, à arquitetura e à integração paisagística dos mesmos, informações que devem constar no Plano de Manejo, como prevê o SNUC.

A este respeito, vale apresentar o depoimento de um representante de ONG:

Eu tenho algumas críticas em relação ao que foi feito nas Andorinhas, inclusive em relação à construção arquitetônica da infra-estrutura do Parque, que não combina em nada com o lugar. Aquilo ali é a coisa mais horrível que eu já vi na vida. Uma coisa totalmente fora do contexto. (Representante de ONG, entrevista realizada em 19/08/08).

Outro problema em relação à falta de Plano de Manejo é que o número de visitantes, previsto para 300 pessoas por dia, foi estipulado aleatoriamente, não sendo realizado nenhum estudo técnico para tanto, o que pode acabar influenciando negativamente na biodiversidade do local.

Além disso, o Plano de Manejo seria necessário para ajudar a planejar as atividades que serão desenvolvidas no Parque, o que pode ou não pode ser feito, e como fazer. Isso porque essa unidade de conservação tem algumas peculiaridades muito interessantes: está muito próxima ao núcleo urbano; apresenta em seu escopo a proposta de inclusão de uma população de baixa renda; possui como público principal a população de Ouro Preto, configurando-se como importante área de lazer para a cidade.

Desta forma, o Plano de Manejo deveria prever o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, visitas guiadas, previsão das atividades que podem ou não ser realizadas no interior do Parque, plano de contratação e treinamento de funcionários, relação com o entorno, dentre outras questões que, se não desenvolvidas, podem afetar

negativamente toda a proposta inicial de implementação do Parque. Sobre o assunto vale observar os depoimentos abaixo:

O desafio do Parque das Andorinhas é muito grande. Da forma como ele está sendo pensando é um desafio enorme, porque ele vai tentar, ao mesmo tempo, um ajuste entre um modelo de preservação, da região e, ao mesmo tempo, inserir uma população que não está muito preparada. Então, a parte educacional vai ter que ter um peso monstruoso. Eu não sei como está isso, porque não foi feito o plano de manejo, só tá fazendo a infra-estrutura, que eu não sei nem se está no lugar certo. (Professor da UFOP, entrevista realizada em 17/07/08).

Eu só tenho medo de como as coisas vão ser conduzidas. Ali vai ser um lugar em que as pessoas vão fazer churrasco, vão levar garrafa de cerveja. Vai quebrar e isso vai ser um problema, porque você quer nadar e você pisa num caco de vidro. Tem que pensar nessas coisas. E tem mais, tem que ser feita a parte de conscientização da população do entorno, porque parque, unidade de conservação, geralmente, tem poucos funcionários. Então, quem vai cuidar do meio ambiente? É a própria comunidade, então, tem que ter conscientização. (Representante de ONG, entrevista realizada em 19/08/08).

Essas preocupações têm sua razão de ser, principalmente, porque não existe o Plano de Manejo, que é o documento adequado para prever o desenvolvimento de todas essas ações. Vale ressaltar, ainda, que a ausência do Plano de Manejo é uma preocupação, também, no que se refere às previsões para solucionar os problemas do Parque e de seu entorno imediato, tais como o tratamento do esgoto do bairro Morro de São Sebastião e a resolução dos problemas fundiários.

Além disso, como no Plano de Manejo deve estar prevista a zona de amortecimento da unidade de conservação, bem como as restrições de uso do solo nesta área, esse documento seria um importante instrumento para controlar a especulação imobiliária no entorno do Parque e diminuir os impactos que certamente virão em decorrência da implantação de serviços turísticos no seu entorno.

No que se refere à Floresta do Uaimii, a ausência de Plano de Manejo tem causado ainda mais problemas, principalmente, devido às restrições em relação ao uso de recursos florestais. Existe uma expectativa muito grande por parte da comunidade de que o Plano de Manejo seja a salvação para todos os problemas, de que por meio dele será estabelecido onde a comunidade poderá extrair a lenha e que, quando ele ficar pronto, eles poderão retirar a lenha de que tanto precisam. Essa expectativa, certamente, foi criada a partir de discursos dos órgãos gestores e pode ser confirmada pelos depoimentos abaixo:

Nós temos que torcer que Deus ajude que saia este Plano de Manejo, para modo de resolver algumas questões de muitos. São pequenas coisas que no fim ficam grandes. Porque é onde a gente atua, está presente ali o produtor rural. O camarada da roça tem que viver ali e, para isso, ele tem que se virar no meio de campo. E para se virar na roça tem que ter o Plano de Manejo, para ter uma qualidade de vida melhor, para você poder ir ali, buscar uma carguinha de lenha para sua casa e o camarada não te autuar no meio da estrada. (Produtor Rural, entrevista realizada em 21/07/08).

Agora não está podendo nem tirar lenha no mato, nem lenha seca. É claro que a pessoa que não tem consciência, não sabe respeitar. Então, tem que ter esse trabalho. Agora, com essa nova gestão do IEF a proposta é essa, montar este trabalho, sair o Plano de manejo, sair de forma que as pessoas possam utilizar a lenha para o seu uso em casa, para o doce, tudo direitinho. (Doceiro, entrevista realizada em 22/07/08).

Porém, o discurso do IEF não vai ao encontro dessa demanda. Pelo que pôde ser percebido, o Plano de Manejo não irá prever o manejo florestal na área da Floresta. A proposta parece ser para que a Floresta do Uaimii seja um local de produção de tecnologia de manejo florestal, pesquisas científicas sobre o assunto e não um local onde o manejo seja, de fato, implementado, como coloca um funcionário do IEF: “A Floresta do Uaimii não tem que gerar renda de produção vegetal. Ela tem que gerar tecnologia de produção vegetal.” (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 12/08/08).

Existe, então, uma expectativa da comunidade de que haja o manejo na Floresta e por parte do IEF, uma proposta que vai ao encontro de uma filosofia mais preservacionista. Além disso, parece que esse discurso tem a intenção de transferir toda a responsabilidade da gestão para o Plano de Manejo, sendo que, na realidade, o órgão gestor tem certa autonomia para definir, dentro da legislação, os principais objetivos de gestão da unidade.

Na prática, não é só o Plano de Manejo que define o que pode ou não ser feito. Geralmente, existe uma intencionalidade por parte do órgão gestor na elaboração do Plano de Manejo e essa intencionalidade deve aparecer nas diretrizes do termo de referência, que guia toda a sua elaboração. Nesse caso, parece que a intenção é que não haja manejo florestal dentro da unidade de conservação, com o intuito de atender às demandas comunitárias, e sim para que a floresta seja um local de produção de técnicas e pesquisas em manejo florestal. Os depoimentos abaixo corroboram com essa afirmação:

O Plano de Manejo vem mostrar o que serve, pra que serve, o que usa, o que não usa, como fazer. Então, o Plano de Manejo é isso. São vários estudos que são feitos, tanto dentro da unidade de conservação como no entorno, para saber como que existiu ali, como que surgiu, como a comunidade de entorno quer aquela área. Então, são vários estudos que vão fazer esse diagnóstico, e é esse trabalho que vai orientar a unidade de conservação em como ela vai ser gerenciada, como ela vai ser administrada, como ela vai ser usada e tudo mais. Isso não quer dizer que eu vou poder manejar tudo. Muita gente tem discutido isso. Ah, eu vou poder tirar madeira? Não. Pode ser que o Plano de Manejo diga que eu só posso tirar só o eucalipto. Aí a gente vai fazer um teste com a candeia. Então, isso, quem vai me dizer é este estudo, é o Plano de Manejo. (Funcionário do IEF, reunião do Conselho, 12/08/08).

Então, gente, o Plano de Manejo da Floresta não é para mostrar para a comunidade onde ela vai entrar e tirar e quanto tirar, não. Isso não pode acontecer em nenhuma unidade de conservação. A Floresta vai ter um Plano de Manejo para ver o que vai ser tirado, como vai ser o manejo da Floresta, como vai ser o uso sustentável dela. O Plano de Manejo vem para orientar a gerência e todos os funcionários de como cuidar da Floresta, de como proteger e também vai orientar como trabalhar o entorno da unidade de conservação. (Funcionário do IEF, reunião do DIPUC, 26/08/08).

O problema central da questão é que ainda existe pouca experiência do Estado em relação à gestão dessa categoria de unidade de conservação, e acaba que uma unidade de uso sustentável parece ser gerida como unidade de proteção integral, como coloca um pesquisador entrevistado:

A gente fica na expectativa, torcendo para vir o Plano de Manejo mesmo, mas que seja um Plano de Manejo, não com a visão de parque e sim com a visão de uso sustentável. Porque, se não, é só para visitação, protege o entorno e tal. É uma outra lógica. É o uso sustentável para o meio ambiente e para o produtor rural. (Pesquisador, entrevista realizada em 21/07/08).

Então, essa é uma questão que deve ser resolvida urgentemente, pois, antes do Plano de Manejo, pelo que tudo indica, nada poderá ser feito no interior e entorno da Floresta, como apontado por um funcionário do IEF:

O problema é que as pessoas não entendem que as coisas demoram para acontecer, que não dá pra ir tirando lenha por aí e pronto. Tudo vai depender do Plano de Manejo. Pode ser que o Plano vai falar que pode tirar tantos m³ de lenha aqui, tantos ali, e pode dizer, também, que não pode tirar nada. A gente vai ter que esperar ele sair para ver o que vai fazer aqui. Isso deve demorar ainda uns dois ou três anos, porque demora mesmo. Tem que fazer todo o levantamento de campo, tem uma equipe multidisciplinar, toda a questão burocrática que faz tudo demorar mesmo. Mas as pessoas querem a lenha agora e não tem como. (Funcionário do IEF, entrevista realizada em 13/08/08).

Por enquanto, apenas as atividades de proteção e fiscalização são realizadas, fazendo com que a comunidade sintam-se cada vez mais encurralada em relação às suas possibilidades de produção e reprodução social. “Na floresta não tem nada acontecendo, eles estão só esperando o Plano de Manejo chegar.” (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

Portanto, cabe ao órgão gestor definir melhor os objetivos da Floresta do Uaimii, considerando todo o seu processo de criação, para que não só o meio ambiente seja beneficiado com as ações de conservação a serem definidas no Plano de Manejo, mas que seja garantido o atendimento às demandas da comunidade por manejo florestal. Desta forma, mesmo que a Floresta seja direcionada apenas para pesquisa científica e produção de novas tecnologias, o Plano de Manejo deve prever que as atividades de manejo florestal sejam desenvolvidas no entorno da unidade de conservação, a partir das tecnologias ali desenvolvidas, prevendo as formas de manejo, o local, a intensidade da extração do recurso, dentre outras questões.

Só assim será possível garantir que os objetivos para o qual ela foi criada sejam de fato alcançados, garantindo tanto a conservação dos recursos naturais, como a melhoria da qualidade de vida da comunidade que vive em seu entorno.

Por fim, vale destacar a importância de um outro instrumento de gestão que é o conselho gestor de unidades de conservação. O Conselho da APA, atualmente, está funcionando de forma conjunta com o conselho da Floresta e há uma grande expectativa de que ele, de fato, se efetive como locus de explicitação de conflitos e de resolução dos problemas que dizem respeito à relação sociedade X meio ambiente na APA Cachoeira das Andorinhas.

Como relatado no capítulo anterior, esse conselho funcionou de forma muito incipiente e descontinuada, no passado. Espera-se que, agora, que ele se fortaleça e realmente demonstre a sua importância para a comunidade e para os órgãos gestores, funcionando como uma instância participativa e democrática. Isso dependerá da importância que os gestores das UCs darão a este fórum, bem como do reconhecimento do papel de cidadão por parte da comunidade e dos conselheiros, que devem assumir a função como algo realmente importante para o coletivo.

O Parque da Cachoeira das Andorinhas, como unidade de conservação municipal, poderia ter o CODEMA como seu conselho gestor, conforme consta no Decreto que regulamenta a Lei do SNUC:

No caso de unidade de conservação municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, cuja composição obedeça ao disposto neste artigo, e com competências que incluam aquelas especificadas no art. 20 deste Decreto, pode ser designado como conselho da unidade de conservação. (Decreto nº 4.340, art. 17º, 2002).

De acordo com o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto, o Parque ainda não tem um conselho, mas há a intenção de que o CODEMA represente esse fórum de participação na gestão do Parque. Porém, seria mais interessante que o Conselho Conjunto da APA e da Floresta incluísse também o Parque, instituindo, assim, uma gestão de fato compartilhada do mosaico de unidades de conservação, como preconiza o SNUC. Com certeza isso esbarra em uma série de desafios, e o principal deles diz respeito ao nível de governo que cada unidade está vinculada e às dificuldades de diálogo entre o poder público municipal e o poder público estadual.

Portanto, percebe-se que, no mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas, os conselhos ainda têm atuação incipiente como instrumento de gestão, sendo necessário um extenso trabalho para que essa instância participativa exerça o seu papel, se afirme e seja reconhecida como locus de participação da comunidade e de discussão de problemas e conflitos relativos ao planejamento e gestão dessas unidades de conservação.

4.9 – Multidimensionalidade e Complexidade dos Fenômenos Retro-interacionais

Neste capítulo buscou-se apresentar os fenômenos retro-interacionais que refletem os paradoxos e a complexidade da gestão do mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas. Para tanto, os fenômenos, apesar de estarem intimamente relacionados, interconectados, foram aqui analisados separadamente por uma questão didática.

Destaca-se que a questão ambiental, de uma forma geral, e a análise da gestão do mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas, de forma específica, estabelecem a necessidade de reflexão sobre os múltiplos processos que a caracterizam, questionando-

se a fragmentação e a compartimentação do conhecimento disciplinar, incapaz de explicar e/ou solucionar a complexidade da problemática ambiental.

Destaca-se, assim, o caráter multidimensional de qualquer realidade e, desta forma, a fragmentação do conhecimento em disciplinas impede que a realidade seja entendida em sua total complexidade.

Os fenômenos retro-interacionais aqui explicitados e analisados têm sua origem na interface entre os aspectos ambientais, ecológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, dentre outros, o que faz com que seja ainda mais ressaltada a multidimensionalidade e complexidade dessa realidade. Assim, faz-se necessária uma visão sistêmica, holística da gestão deste mosaico. Sobre o assunto, Morin afirma:

A visão sistêmica permite o enfoque global de uma situação, na qual o comportamento do todo difere do comportamento de suas partes ou da simples somatória do comportamento dessas partes. (Morin, 1990, p. 87).

Neste sentido, ressalta-se, aqui, a importância de refletir sobre os paradoxos e as contradições da gestão do mosaico da APA, considerando-se as diversas variáveis que interferem nessa realidade e a indissociabilidade dos fenômenos retro-interacionais apresentados.

Assim, as limitações impostas pela legislação incidente na área; a restrição em relação às possibilidades de geração de renda, os conflitos em torno do uso da lenha; os impactos advindos do extrativismo mineral; os conflitos fundiários; o desenvolvimento do turismo; a gestão dos recursos hídricos; e a aplicabilidade dos instrumentos de gestão das UCs são fragmentos de uma realidade complexa, que não podem ser entendidos fora do seu contexto.

Deve-se destacar, ainda, que os paradoxos e as contradições identificados, que interferem ou são reflexos da gestão do mosaico da APA Cachoeira das Andorinhas, estão relacionados com uma problemática ainda mais complexa, que se refere à necessidade da sociedade moderna criar unidades de conservação para proteger a natureza da destruição causada pelo próprio homem; e a necessidade de sobrevivência das comunidades locais, que possuem estilos de vida de grande dependência em relação aos recursos naturais.

Esse paradoxo permeia toda a análise deste capítulo e é o que faz com que se torne tão difícil implementar e gerir unidades de conservação de uso sustentável, que têm como

filosofia a difícil tarefa de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

Assim, percebe-se que os paradoxos e as contradições aqui analisados não são frutos de uma gestão ineficiente, fragmentada ou unidimensional do mosaico de UCs da APA Cachoeira das Andorinhas. Estão, também, relacionados à dificuldade de se implantar formas sustentáveis de desenvolvimento econômico, que considerem as demandas da comunidade, os processos ecológicos em curso, as possibilidades de desenvolvimento econômico, as características culturais das comunidades e a gestão integrada e participativa dos recursos naturais.

Ressalta-se, portanto, que as dificuldades aqui apresentadas não são exclusivas da região analisada. De forma semelhante, ou tendo como reflexo outros paradoxos ou fenômenos retro-interacionais, a grande maioria das APAs, bem como das UCs de uso sustentável, enfrentam o mesmo problemas: como compatibilizar conservação ambiental com atendimento às demandas das comunidades, de forma a atingir os objetivos para o qual as UCs foram criadas.

Esse dilema, próprio das sociedades modernas, é fruto de uma relação insustentável entre o homem e a natureza e explicita a necessidade de mudança de paradigma no que se refere à utilização e conservação dos recursos naturais. Leff nos fala sobre a emergência do paradigma da racionalidade ambiental:

A possível desconstrução da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental passa, pois, pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diversos atores sociais. (Leff, 2001, p.135).

Assim, para superar os paradoxos e as contradições próprias da gestão de realidades complexas e multidimensionais, como é o caso do APA Cachoeira das Andorinhas, é necessário diálogo entre os agentes envolvidos em sua gestão, a fim de se estabelecerem objetivos comuns. Assim, tanto a permanência da comunidade local, por meio do atendimento à suas demandas; quanto a conservação dos recursos naturais devem ser objetivos a serem perseguidos, por meio de uma gestão integrada, compartilhada e participativa do mosaico de UCs da APA Cachoeira das Andorinhas.

CONCLUSÃO

A APA Cachoeira das Andorinhas e as demais unidades de conservação em seu interior foram criadas com o objetivo de proteger os recursos naturais e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida das comunidades locais. Porém, após ampla pesquisa, foi possível perceber que a comunidade, ao contrário do previsto, é quem menos tem se beneficiado com as ações e aplicações de leis ambientais incidentes sobre a área. Parece haver um equívoco na forma como as unidades de conservação estão sendo geridas.

Um dos motivos que justifica tal afirmação é o crescente êxodo rural, acentuado após a criação da APA, juntamente com o aumento das restrições impostas pela Lei da Mata Atlântica.

Ressalta-se o paradoxo existente em função das restrições impostas sobre a comunidade e a percepção de que processos degradadores do meio ambiente continuam ocorrendo. As leis ambientais restringem o uso de recursos naturais, a comunidade sente que está sendo cerceada no desenvolvimento de diversas atividades econômicas importantes para seu sustento, porém, os processos de degradação e o descumprimento das leis ambientais continuam a ocorrer. Portanto, parece que as restrições impostas pela legislação valem mais para a comunidade, que na realidade é quem menos degrada e que utiliza os recursos apenas para a própria sobrevivência.

Apesar de o processo de extração de lenha e de alteração do uso do solo terem diminuído, essas práticas ainda ocorrem em alguns locais. Os caminhões com candeia continuam saindo da APA e alguns fornos de carvão ainda queimam a mata nativa. Porém, a comunidade não pode cortar um feixe de madeira para usar no fogão à lenha. Será que isso está certo? Será que os gestores dessas UCs não deveriam colocar em prática a flexibilização para o uso da lenha, permitida por lei? Será que os processos de licenciamento para corte de lenha e alteração do uso do solo não deveriam levar em consideração as características e dinâmicas próprias de cada comunidade? Na prática, o que se vê é a aplicação de uma lei cega, que não diferencia consumo próprio de uso comercial, e acaba incidindo sempre com maior pressão sobre o lado mais fraco, ou seja, a comunidade.

Ressalta-se ainda que tanto a implantação das UCs, como as restrições impostas pelas leis ambientais e pelas políticas de tombamento fazem valer muito mais a parte

restritiva da lei, do que aquelas que trazem benefícios à comunidade, como programas e projetos educativos, de fornecimento de créditos, incentivos e/ou financiamentos.

Esta pesquisa permitiu concluir, também, que tanto a criação de unidades de conservação como a aplicação de leis ambientais incidentes na área da APA foram responsáveis por instituir mudanças no modo de vida da comunidade que mora em seu interior. Tais mudanças referem-se, principalmente, às formas de trabalho e de geração de renda que, no passado, estavam associadas ao uso dos recursos naturais. Atividades como a exploração dos recursos florestais para a venda e/ou produção de carvão, mineração, extração de pedras, agricultura e pecuária entraram em declínio em função da criação das unidades de conservação e das restrições impostas pelas leis ambientais.

Algumas dessas atividades continuam sendo desenvolvidas, mas em menor escala. Outras foram proibidas e, o que anteriormente era uma prática tradicional da população, passou a ser considerado crime ambiental. Esses fatores, além de levar muitos trabalhadores para a clandestinidade, contribuíram de forma determinante para o aumento do desemprego, diminuição das possibilidades de geração de renda e conseqüentemente, aumento do êxodo rural.

É importante lembrar que as atividades anteriormente desenvolvidas na região são incompatíveis com os objetivos de criação das unidades de conservação, quais sejam: a proteção dos recursos naturais aliada à melhoria da qualidade de vida da população. Porém, é necessário pensar em formas alternativas de geração de renda, desenvolvimento de projetos realmente sustentáveis e que insiram a comunidade em uma forma digna e lícita de ocupação e geração de renda. Para tanto, é necessário interferir na cultura e nas tradições dessas pessoas. Trata-se de um processo de mudança de comportamento, que requer um trabalho forte de educação e sensibilização a médio e longo prazos.

Diante desse quadro, cabe-nos fazer uma pergunta: será que no futuro a população local terá condições de viver dignamente nessa região? Ou essas pessoas terão que deixar suas terras para tentar a vida árdua dos grandes centros? Diante desse impasse, resta, também, a esperança de que a gestão da APA consiga resolver esse paradoxo, implementando, de fato, uma política de conservação ambiental que leve em consideração as demandas da comunidade, como ressalta um representante de Associação Comunitária: “A gente houve falar que não pode tirar lenha aí, que não pode

degradar, mas eles não podem tirar o direito das pessoas sobreviverem” (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 21/07/08).

Pelas atividades que estão sendo desenvolvidas na implantação dessas UCs, parece que, mais importante do que manter a qualidade de vida da comunidade e sua permanência em seu lócus de produção e reprodução social, é garantir a preservação do meio ambiente. Os processos ecológicos naturais devem ser defendidos, mas as demandas da comunidade não podem ser negligenciadas. Considerando-se que se tratam de áreas abrangidas por unidades de conservação de uso sustentável, parece haver um equívoco em relação à forma como elas estão sendo geridas, uma vez que, de acordo com o próprio SNUC: “O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais.”

Além disso, um dos objetivos de criação da APA é a melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu interior; e da Floresta do Uaimii é o manejo florestal. Assim, percebe-se a necessidade de essas proibições serem revistas e de se flexibilizar um pouco o processo de autorização e licenciamento para alteração do uso do solo ou para corte de árvores, de forma a garantir que todos objetivos sejam de fato atingidos.

Pôde-se perceber, ainda, que as restrições em relação ao uso dos recursos estão modificando, também, as práticas de preparo dos alimentos, pois paulatinamente as pessoas estão substituindo o fogão à lenha pelo fogão à gás. Esse fato tem incidência, também, na fabricação de doces que, de acordo com o Inventário de Registro do Processo de Fabricação do Doce de São Bartolomeu, deve ser feito no fogão à lenha, seguindo as tradições locais.

Percebe-se, porém, que tanto a criação de UCs como as leis ambientais permitem o uso sustentável, manejado, dos recursos naturais para atendimento das demandas das comunidades. No entanto, na prática, as ações que mais têm se efetivado no âmbito da implantação das UCs são de fiscalização e proibição do desenvolvimento de atividades tradicionais, e, paradoxalmente, foram justamente essas práticas que permitiram a conservação dos recursos, no momento protegidos pelas unidades de conservação.

Isso se deve ao fato de que para os órgãos gestores é mais fácil proibir do que instituir um sistema de manejo, visando atender às demandas da comunidade, bem como possibilitar novas alternativas de renda, baseadas no uso racional dos recursos.

Percebe-se, portanto, que enquanto não se resolver esse problema, a comunidade continuará a ver os órgãos gestores das unidades de conservação, bem como os órgãos responsáveis pela aplicação das políticas ambientais com uma visão negativa, de quem realmente só proíbe. Continuarão sendo comuns os discursos como este, de um representante de Associação Comunitária: “Para o pessoal ficar satisfeito mesmo tinha que apagar a APA e o IEF daqui.” (Representante de Associação Comunitária, entrevista realizada em 21/07/08). Ou ainda este: “Eu acho que o IEF atrapalhou muito. O pessoal foi embora. Eles chegaram aqui e acabou, ninguém vai mexer, ninguém vai fazer e pronto.” (Doceiro, entrevista realizada em 15/07/08).

A partir do momento em que a comunidade perceber as coisas acontecendo, sentir que as propostas estão sendo colocadas em prática, encontrar novas formas de desenvolvimento local, ela, provavelmente, se tornará uma parceira do IEF.

Porém, o que aconteceu é que, de acordo com os relatos dos entrevistados, no início do processo de implantação das unidades de conservação, as pessoas aderiram bem à idéia, criaram expectativas e, como as coisas são lentas, elas ficaram um pouco desmotivadas e impacientes.

Fica, então, essa visão de que os órgãos ambientais estão ali só para proibir, o que não é verdade. Os projetos de desenvolvimento local virão, mas isso demanda tempo e esforços dos agentes locais, pressupõem mudanças de comportamento e de hábitos culturais. É tudo um processo.

Torna-se, portanto, urgente colocar tais projetos em prática, para que a comunidade comece a enxergar benefícios na implementação e gestão do mosaico de UCs, possibilitando que a mesma se torne parceira dos órgãos gestores.

Além disso, é importante instituir uma gestão do mosaico que seja de fato integrada, permitindo o seu entendimento como um sistema complexo e multidimensional. Assim entendida, a gestão desse mosaico deve confrontar interesses e racionalidades de agentes e organizações institucionais diversos, com o objetivo de alcançar objetivos comuns.

Para tanto, devem ser considerados não apenas os conhecimentos e as demandas de técnicos ou acadêmicos, mas também a construção de um saber socioambiental, baseado também nos conhecimentos, nas demandas e práticas sociais das comunidades locais, como coloca LEFF:

A gestão ambiental local parte do saber ambiental das comunidades, onde se funde a consciência de seu meio, o saber sobre as propriedades e as formas de manejo sustentáveis de seus recursos, com suas formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais, onde se integram diversos processos no intercâmbio de saberes sobre o ambiente:

A) o saber ambiental de cada comunidade inserido em suas formações ideológicas, suas práticas culturais, suas técnicas tradicionais.

B) o saber ambiental que é gerado na sistematização e no intercâmbio de experiências de uso e manejo sustentável dos recursos naturais.

C) a transferência e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos sobre um meio ambiente, sua apropriação cultural e sua assimilação às práticas e saberes tradicionais de uso dos recursos. (LEFF, 2001, p.153).

Assim, a gestão do mosaico da APA, os paradoxos e as contradições dela resultantes, devem ser pensados e enfrentados como um sistema complexo, uma vez que diferentes elementos possuem relações entre si, sendo que o estado de um depende ou condiciona o estado do outro. Neste sentido, cada um dos fenômenos retro-interacionais aqui analisados alteram ou determinam o equilíbrio do sistema como um todo.

Compreendido como um sistema complexo, os paradoxos, as contradições, os conflitos e os problemas aqui apresentados não requerem ações isoladas para solucioná-los, pois, como argumenta Gondolo (1999) sistemas complexos requerem respostas complexas, sendo preciso promover interferências mútuas e integradas. São necessárias, portanto, intervenções bem estruturadas que visem uma modificação nas interações entre os elementos que conformam este sistema complexo.

Essas ações integradas devem estar previstas no Plano de Gestão da APA, bem como nos Planos de Manejo da Floresta do Uaimii e do Parque da Cachoeira das Andorinhas, que devem ser elaborados urgentemente, contando com a participação dos diversos setores envolvidos com a questão, e colocados em prática o mais rápido possível. Enquanto esses planos não ficam prontos, uma alternativa seria a criação e implementação de um conjunto de normas que dêem efetividade ao Zoneamento Ecológico Econômico da APA, prevendo o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com cada zona, aliadas à conservação de parte de seus recursos naturais. Além disso, o Zoneamento deveria ser melhor divulgado, servindo inclusive como subsídios técnico aos conselheiros para deferimento ou indeferimento de processos de licenciamento, corte de árvores e/ou alteração no uso do solo.

Dentre as ações que devem estar contidas nos planos, ressaltam-se algumas que têm a possibilidade de modificar o panorama atual de forma a fortalecer as relações institucionais e entre essas instituições e os diferentes agentes que interagem na gestão do mosaico.

Primeiramente, é preciso compreender que o principal motivo de conflito entre a comunidade e os órgãos gestores provém das restrições ao uso dos recursos florestais. Assim, para que a comunidade se inclua novamente como parceira no projeto de gestão do mosaico é necessário que esse problema seja solucionado.

Uma das formas é desenvolver o programa Bosques Modelo³², já previsto pelo Poder Público, mas ainda não implementado. Porém, essa proposta esbarra na questão da lentidão do Estado, pois para a implementação desse projeto é preciso formar uma rede de interessados, fortalecê-la, fazer um estudo sobre a melhor forma de manejo, escolher os locais onde ele será desenvolvido, esperar autorização dos órgãos competentes, fazer o plantio da floresta, caso seja uma floresta exótica, entre outras ações. Daí a pertinência do comentário de um representante da comunidade, na reunião do DIPUC: “Quer dizer que a pessoa vai ter que esperar plantar a floresta para depois crescer, para depois usar a lenha, para depois fazer as coisas dela? Eu não posso esperar esse tempo todo.” (Representante da comunidade, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Para que essa proposta seja viabilizada, é necessário formar uma força-tarefa do IEF, no sentido de autorizar a formação de um consórcio de proprietários que possam fazer o manejo de forma coletiva, para atender as demandas de todos. Além disso, é preciso que esse órgão incentive o manejo florestal sustentável, capacitando os agentes que atuarão nele, bem como fazendo a doação de mudas e outros materiais necessários para que o projeto seja exequível.

Outra ação que também deve ser empreendida nesse sentido é solucionar o problema dos doceiros no que diz respeito ao uso da lenha. Atualmente, esta é a principal atividade econômica da APA e ela depende diretamente do uso da lenha, uma vez que,

³² Este programa, criado em 1995, já foi desenvolvido em mais de vinte países de todo o mundo, com o objetivo de possibilitar que as comunidades e os interessados participem e contribuam para resolver os desafios impostos para o manejo florestal. O programa teve início no Canadá, sendo que a proposta era criar uma rede internacional de Bosques Modelos, com o objetivo de trocar informações e conhecimentos sobre o manejo florestal sustentável. a idéia do Programa formar uma associação de agentes locais interessados no Manejo Florestal, para o desenvolvimento de práticas sustentável. Esse manejo pode acontecer tanto nas propriedades rurais dos associados, quanto em um local público, que seja utilizado para este fim. Pode-se fazer o manejo tanto com espécies nativas como com espécies exóticas, desde que haja um estudo comprovando sua viabilidade. (CD room Bosques Modelo, 2005)

pelo registro do modo de fazer o doce como patrimônio imaterial do município, o uso do fogão à lenha deve ser garantido e perpetuado. Assim, a gerência da Floresta do Uaimii precisa colocar em prática o projeto de manejo do eucalipto para a produção do doce. Um funcionário já foi contratado pelo IEF para isso e está fazendo o levantamento da área para propor a melhor forma de manejo. Só espera-se que esses estudos não demorem muito, pois a comunidade clama por soluções imediatas. Mas, ao que parece, mesmo sendo o manejo do eucalipto algo já bastante estudado, que não tem segredo nenhum, essa medida deve demorar um pouco para se tornar realidade.

Para fazer o manejo florestal a gente vai ter que estudar. Tem a área do eucalipto aí que o Pedro vai fazer o levantamento. Tem que ver como eu vou fazer este manejo, como que vai cortar, como que vai tirar este eucalipto, o quanto que vai tirar de madeira, o tamanho das árvores. (Funcionário do IEF, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Concomitantemente a essa proposta, devem ser desenvolvidas outras ações que viabilizem uma solução mais permanente, que se acredita venha com a implantação do escritório do IEF, em São Bartolomeu. Essa proposta tem como objetivo agilizar os processos de autorização de corte de vegetação, e a criação desse escritório já foi autorizada pelo diretor geral do IEF, Sr. Humberto Candeias.

O depoimento abaixo reflete bem a necessidade e a expectativa da comunidade em relação a uma solução para o problema das restrições impostas ao uso dos recursos florestais:

É aquela coisa... Nós temos que ver isso com muito carinho, o pessoal do IEF. Porque se não daqui a pouco quem vai entrar em extinção é o homem do campo. [...] é aquele negócio, tem que olhar isso direitinho porque o homem do campo tá encurralado. (Produtor Rural, reunião do DIPUC, 26/08/08).

Com isso, fica clara a realidade atualmente enfrentada pela comunidade local: preservar o meio ambiente é considerado mais importante do que manter o homem do campo no meio rural. Com todas as restrições impostas a ele, a alternativa que resta é ir embora para a cidade.

Outra iniciativa que beneficiaria enormemente a população que vive no interior da APA diz respeito à regularização do registro de posse dos terrenos e imóveis no interior dessa unidade de conservação, uma vez que todos os projetos de uso sustentável dos recursos naturais que estão sendo pleiteados ou implantados na região necessitam dessa documentação para que o proprietário participe. Além disso, o próprio manejo florestal,

as autorizações de supressão de vegetação ou de corte de árvore, ou ainda a autorização para transporte de lenha, dependem dessa regularização fundiária.

Assim, é necessário que a Prefeitura, juntamente com o IEF, a EMATER e outros órgãos afins promovam um programa para facilitar o registro de posse de terrenos e imóveis na APA. Isto contribuiria também para a diminuição dos conflitos resultantes do processo de desapropriação e indenização dos moradores do interior da Floresta do Uaimii e do Parque Cachoeira das Andorinhas, uma vez que a falta de documentação das terras fará com que os proprietários não possam receber nada nesse processo.

Em 1994, quando o Conselho da APA funcionou pela primeira vez, houve muita discussão a respeito dessa questão, tendo sido feito um cadastramento dos interessados e a efetiva regularização fundiária de alguns terrenos, por meio da Fundação Ruralminas. Porém, ao que tudo indica, na época, as restrições impostas pela legislação ambiental e pela criação das UCs eram menores e a comunidade ainda não via a real necessidade de regularizar a situação. Atualmente, as coisas estão bem diferentes e, sem dúvida, a resolução desse problema contribuiria enormemente para a melhoria da qualidade de vida de muitos moradores da APA.

Seria interessante, também, atualizar o levantamento das propriedades rurais da área, feito pela Secretaria Municipal de Agricultura, bem como realizar um diagnóstico do potencial das mesmas para a realização de atividades compatíveis com os objetivos de criação das unidades de conservação do mosaico, tais como: piscicultura, apicultura, silvicultura, fruticultura, turismo, manejo florestal, dentre outras.

Essas ações, se implementadas de forma integrada e rápida, já modificariam a forma como a comunidade enxerga os órgãos gestores dessas unidades de conservação, fazendo com que ela deixe de ser adversária e passe a ser aliada no processo de gestão ambiental. Essas intervenções são capazes de promover novas interações entre os agentes e delinear uma reorganização do sistema como um todo.

Vale destacar, ainda, a importância de se investir esforços no sentido de potencializar o desenvolvimento econômico do local – uma atividade vislumbrada pela comunidade e confirmada pelo alto potencial do local no que se refere aos aspectos culturais, históricos e naturais, seria o desenvolvimento do turismo.

Para tanto, seria necessário trabalhar políticas públicas municipais, visando despolarizar o fluxo turístico, atualmente concentrado no centro histórico da sede municipal. Além

disso, seriam necessários trabalhos de capacitação da comunidade para disponibilizar os serviços turísticos ainda carentes na região, bem como um grande empenho na formatação de roteiros e divulgação dos mesmos.

A idéia, já existente e ainda não implementada, seria investir no turismo de base comunitária, por meio da implementação de projetos de hospedagem familiar³³, de forma a inserir a comunidade local no desenvolvimento econômico.

Vale destacar, porém, que o turismo também contribui para modificar a forma de produção e reprodução social da comunidade local. Essa atividade, apesar de ser vista por muitos como uma possível solução para a falta de emprego e renda na região, acaba influenciando o cotidiano dos moradores locais, seja em função do desenvolvimento de atividades que tiram a tranqüilidade característica do local, seja pela simples presença do turista que acarreta restrições para o livre trânsito de crianças e adolescentes pelo local.

Percebe-se, portanto, que o turismo é realmente uma possibilidade diante do grande potencial da região. A chegada dos forasteiros também é uma realidade. Esses dois fatores podem confluir para um desenvolvimento harmonioso do turismo. Um turismo de base local, com o envolvimento da comunidade, gerando renda e viabilizando a permanência das pessoas em seu lócus de produção e reprodução social.

Fato é que, devagar, o turismo está chegando à região da APA e, se não houver essa articulação entre Prefeitura, empreendedores e comunidade, possivelmente o que se verá no local será aquele turismo encabeçado pelos forasteiros, que têm maior poder econômico e de articulação, portanto, serão eles a lucrar com a atividade, e mais uma vez, a comunidade local será excluída das possibilidades de geração de renda.

O depoimento de um representante de ONG corrobora com essa afirmação, demonstrando a intenção de um forasteiro de investir no setor turístico: “Eu acho que o turismo vai chegar em São Bartolomeu, e não vai demorar muito mais não. Tanto que eu tenho pensado em fazer pousada.” (Representante de ONG, entrevista realizada em 16/09/08).

³³A hospedagem familiar consiste em utilizar os quartos vagos nas residências para acolher o turista, oferecendo para ele “cama e café da manhã” (*bed and breakfast*), além da possibilidade de vivenciar a cultura, as tradições e o modo de vida da comunidade, de forma mais próxima. Esse tipo de programa, porém, deve ser desenvolvido por meio de capacitação, visita e seleção de casas, algum auxílio financeiro aos moradores, sendo imprescindível o apoio e a vontade política da Prefeitura para que isso aconteça.

Outra alternativa complementar às ações de desenvolvimento turístico, seria investir na produção associada ao turismo, aumentando a fabricação de doces e inserindo projetos de artesanato para a região, como forma de geração de emprego e renda para a comunidade local.

É necessário, também, desenvolver projetos visando solucionar os problemas de lançamento de esgoto nos cursos d'água da região. Para tanto, é preciso, primeiramente, captar e tratar o esgoto da parte do bairro Morro de São Sebastião que se localiza na vertente da bacia do Rio das Velhas, principalmente em função da eminente inauguração e abertura ao público do Parque da Cachoeira das Andorinhas.

É importante, também, implantar um sistema de fossas na zona rural do distrito de São Bartolomeu, visando garantir a qualidade da água que chega ao distrito, tanto para melhoria da saúde pública como para utilização do Rio para atividades de lazer e turismo.

É preciso, ainda, investir no fortalecimento e organização das associações, ONGs e conselhos que atuam na área, apoiando suas iniciativas e visando um maior envolvimento dos mesmos na gestão do mosaico. Essa proposta baseia-se no fato de que, por meio desta pesquisa, foi possível perceber que, apesar de todos os avanços trazidos com os inúmeros instrumentos legais que prevêm a gestão descentralizada e participativa no gerenciamento de UCs, os fóruns aqui analisados ainda não se configuram como instâncias em que os problemas e conflitos relativos à gestão das UCs são explicitados, discutidos e solucionados. Acredita-se que essa realidade está sendo modificada e que a tendência é que a sociedade se organize e se articule, cada vez mais, para reivindicar seus direitos.

Além disso, é importante também uma ação constante e processual de capacitação dos agentes locais, lideranças comunitárias, conselheiros, bem como dos próprios moradores sobre a legislação ambiental incidente na área e, também, em relação às novas formas de desenvolvimento local que podem e devem ser geradas em função da existência deste mosaico de UCs.

De forma complementar, ressalta-se a importância de se investir em comunicação, na difusão da informação entre moradores e órgãos gestores, estabelecendo eficientes canais de comunicação para coordenar ações e trocar informações. Isso poderia ser feito por meio de *sites*, boletins informativos, jornais locais entre outras mídias, no sentido de

promover maior debate com a comunidade sobre os projetos futuros ou em curso na região.

Além da importância de melhorar o diálogo entre os órgãos gestores e a comunidade, é preciso promover a divulgação do mosaico de UCs da APA Cachoeira das Andorinhas, de forma que as pessoas passem a ter essa visão de conjunto, de gestão integrada dessas unidades de conservação.

Em síntese, para modificar essa situação faz-se necessário implantar uma série de ações concomitantemente e em diferentes níveis: institucional, econômico, social, ambiental e cultural, e em larga escala. Para tanto, pode-se contar com recursos de compensação ambiental de empresas mineradoras existentes na região, inclusive no entorno da APA (zona de amortecimento da Floresta do Uaimii).

Outra fonte de captação de recursos para a conservação dos recursos hídricos e florestais da área seria por meio de parcerias com a COPASA, uma vez que a mesma se beneficia da conservação da APA, já que boa parte do abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte é feita pelo sistema Rio das Velhas, cujas nascentes principais estão localizadas na APA.

Vale citar também a possibilidade de captação de recursos por meio da apresentação de projetos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA – e, também, por meio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, financiado pelo G7 (Grupo dos sete países mais ricos do mundo) e do Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais, administrado pelo Banco Mundial.

Seria interessante, também, a Prefeitura instituir alguma forma de beneficiar / compensar o produtor rural que preserva áreas de vegetação nativa ou nascentes, por meio da concessão de créditos verdes, isenção fiscal, ou pagamentos por serviços ambientais prestados, como já tem sido feito em algumas cidades mineira como Itabira e Extrema.

Vale destacar que, apesar das críticas aqui apresentadas, considerando-se as dificuldades inerentes da própria categoria APA, principalmente no que diz respeito ao gerenciamento de propriedades privadas e à atuação de vários agentes com interesses diversos, a APA Cachoeira das Andorinhas, ainda pode ser considerada uma das poucas APAs implementada na prática, podendo, inclusive, servir de modelo para muitas outras UCs dessa categoria.

Isso não significa que os problemas não existam, muito pelo contrário. Justamente por não haverem muitas referências positivas no gerenciamento de APAs é que os desafios são enormes. Isso faz com que seja de grande importância o fortalecimento de uma gestão integrada do mosaico, que se consolide como referência nacional de gestão conjunta. E isso só será possível por meio de um trabalho contínuo e integrado dos órgãos gestores, bem como do fortalecimento do conselho conjunto para conseguir enfrentar as crescentes pressões do desenvolvimento econômico.

Para tanto, é preciso enfrentar os desafios, superar os paradoxos e as contradições existentes, na perspectiva de construir uma gestão integrada desse sistema complexo, e isso se dará por meio da construção de um saber socioambiental complexo e multidimensional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Jackson Amorim. *Diagnóstico geoambiental da Cabeceira do Rio das Velhas – APA Cachoeira das Andorinhas Ouro Preto/Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Ouro Preto: DEGEO/UFOP, 2000.
- APPADURAI, Arjun. “Soberania sem territorialidades: notas para uma geografia pós-nacional”. In. *Revista Novos Estudos*. Cebrap, novembro, 1997.
- ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. *Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- BARBOSA, Getúlio V; RODRIGUES, David M. Santos. *Quadrilátero ferrífero*. UFMG/IGC. Belo Horizonte, 1967.
- BARRETO FILHO, Henyo. “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”. In. *Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo, 2002.
- BENSUSAN, Nurit. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. *O que é participação?*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Decreto n° 1.298*, de 27 de outubro de 1994. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais e dá outras providências. Brasília, 1994.
- BRASIL. *Decreto n° 750*, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 1993.
- BRASIL. *Decreto n° 84.017*, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Brasília, 1979.
- BRASIL. *Decreto n° 99.547*, de 25 de setembro de 1990. Dispõe sobre a vedação do corte, e da respectiva exploração, da vegetação nativa da Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 1990.
- BRASIL. *Decreto n° 4.340*, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.
- BRASIL. *Decreto n° 2.519*, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Brasília, 1998.
- BRASIL. *Decreto-lei n° 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. *Lei n° 11.428*, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 2006.

- BRASIL. *Lei n° 4.771*, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Brasília, 1965.
- BRASIL. *Lei n° 6.902*, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1981.
- BRASIL. *Lei n° 9.433*, de 8 de janeiro de 1997. Institui a política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1° da lei 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7990, de 28 de dezembro de 1998. Brasília, 1997.
- BRASIL. *Lei n° 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1°, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 2000.
- BRASIL. *Resolução CONAMA n° 237*, de 19 de dezembro de 1997. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA n°303*, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanentes. Brasília, 2002.
- BREDARIOL, Celso Simões. *Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente*. Tese de Doutorado Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2001.
- BRITO, Francisco A; CÂMARA, João B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRITO, Maria Célia Wey de. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; CÔRTEZ, Mauro Rocha; SOUZA Marcelo Pereira de. “Áreas de protección ambiental en Brasil y los conflictos en su administración”.In: *Revista Investigaciones Geográficas*, n° 26. Universidad de Alicante/ Instituto Universitario de Geografía., 2001. (181-189).
- CABRAL, Nájila Rejanne; SOUZA, Marcelo Pereira. *Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas*. São Carlos: Rima, 2002.
- CAMARGOS, Luíza de Marillac Moreira (coord.).*Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas: resumo executivo*. Dezembro 2004. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, 2005.
- CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. *Homem, Natureza e Sensibilidades Ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ICHS/UFRRJ, 2006.
- _____. *Reservas Naturais no Brasil: a transição dos conceitos*. Dissertação de mestrado, IGC/UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- CHAVES, Mario M. *Complexidade e Transdisciplinaridade: uma abordagem multidimensional do setor de saúde*. São Paulo, 1998.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Relatório Nosso Futuro Comum*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

- CÔRTEZ, Mauro Rocha. *Colegiado gestor em área de proteção ambiental: análise de três experiências no Estado de São Paulo (Murro em ponta de faca?)*. Tese de doutorado. São Carlos: CRHEA/USP, 2003.
- COSTA, Maria Angélica Maciel. “Reflexões sobre a política participativa das águas: o caso CBH Velhas/MG”. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, Junho de 2008.
- DAGNINO, Evelina. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: Daniel Mato (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história de devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS. *Unidades de Conservação Ganham Infra-estrutura*. Notícia publicada em 27/10/06.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3º ed. São Paulo: Hucitec/ Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/ USP, 2000.
- DOUROJEANNI, Marc. “Áreas protegidas de America Latina en los albores del siglo XXI”. In: BENJAMIN, Antonio Herman (org). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001..
- _____. “Conflictos sócio-ambientales en unidades de conservación de América Latina”. In: Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.
- EMATER/ANA. *Projeto executivo de caracterização e manejo integrado da sub-bacia hidrográfica dos córregos Areião e Freixos*. Ouro Preto, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento”. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Colección Sur Sur, Buenos Aires. Argentina: CLACSO, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questões da nossa época; v. 84).
- GONDOLO; Graciela Cristina Fernandez. *Desafios de um sistema complexo à gestão ambiental: bacia do Guarapiranga, região metropolitana de São Paulo*. 1º edição. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1999.
- GONTIJO, Bernardo Machado. *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó / MG: O caso de Lapinha*. Tese de Doutorado. CDS/UnB, Brasília, 2003.
- HISSA, Cássio. *Mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- IBAMA. *Documento de consulta pública para a criação da Floresta Nacional do Uaimii*. Brasília, 2002.
- IBAMA. *Projeto de criação da Floresta Nacional do Uaimii*, Brasília, 2000.

- IBAMA. *Roteiro metodológico para a gestão de áreas de proteção ambiental, APA* – Brasília: Ed. IBAMA, 2001.
- IBASE. *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Equipe do Projeto Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro, 1995.
- IEF/EMATER/FEAM. *Relatório de vistoria feita na Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas, Distrito de São Bartolomeu, Município de Ouro Preto*. Ouro Preto/MG, 1995.
- IEF/SAT. *Reserva da biosfera da Serra do Espinhaço: proposta de criação - fase I*. (Instituto Estadual de Florestas/Sociedade Amigos do Tabuleiro). Belo Horizonte, 2005.
- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS / UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Relatório do zoneamento ecológico econômico da área de proteção ambiental Cachoeira das Andorinhas*. Viçosa, 2006.
- IUCN. *World heritage and protected areas: 2008*. Canadá: Edition. Quebec, 2008.
- LEFF, Enrique. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Trad. de Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. (Coleção Idéias Sustentáveis).
- _____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Trad. de Lucia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LITTLE, Paul. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. In. *Simpósio natureza e sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia*. Gramado: 23º Reunião Brasileira de Antropologia, 2002.
- MACHADO, Carlos Augusto Pessoa. *Projeto de implantação de infra-estrutura turística em São Bartolomeu*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura / UFMG, 2001.
- MARTINS, Sebastião. *Caminhos de Minas*. São Paulo: Editora Publicações e Comunicações, 1992.
- MINAS GERAIS. *Decreto nº 21.945*, de 03 de fevereiro de 1982 – Declara de preservação permanente florestas e demais formas de vegetação natural que descreve, nos municípios de Ouro Preto e Mariana, 1982.
- MINAS GERAIS. *Decreto nº 30.264*, de 16 de Outubro de 1989. Dispõe sobre a implantação de Área de Proteção Ambiental – APA, no município de Ouro Preto, 1989.
- MINAS GERAIS. *Decreto nº 39.692*, de 29 de junho de 1998 – Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. 1998.
- MINAS GERAIS. *Decreto nº 42.912*, de 26 de setembro de 2002. Altera o Decreto nº 30.264, de 16 de outubro de 1989, que dispõe sobre a implantação de Área de Proteção Ambiental – APA, no município de Ouro Preto – APA Cachoeira das Andorinhas, 2002.
- MINAS GERAIS. *Decreto sem número*, de 21 de outubro de 2003. Cria a Floresta Estadual do Uaimii, no Estado de Minas Gerais. 2003.

- MINAS GERAIS. *Lei n°13.194*, de 29 de janeiro de 1999. Cria o Fundo de Recuperação, Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, 1999.
- MINAS GERAIS. *Portaria n° 054*, de 31 de março de 2008. Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo Conjunto entre a Área de Proteção Ambiental Estadual da Cachoeira das Andorinhas e a Floresta Estadual do Uaimii. Belo Horizonte, 2008.
- MINAS GERAIS. *Portaria n° 117*, de 24 de Agosto de 2004 – Dispõe sobre a implantação do Conselho Consultivo da APA Cachoeira das Andorinhas.
- MINAS GERAIS. *Resolução COPAM n°006*, de 30 de março de 1994 – Dispõe sobre a criação o Sistema de Gestão Colegiada para a APA Cachoeira das Andorinhas
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil*. Brasília, 2007. Série Áreas Protegidas do Brasil, 5.
- MMA/IBAMA. *Orientações Básicas para a Formação dos Conselhos de Unidades de Conservação*. Brasília, 2002 (versão ampliada e revisada em julho de 2004).
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Trad. Dulce Matos. Paris: Instituto Piaget/ESF éditeur, 1990 (Coleção Epistemologia e Sociedade).
- MUNGAI, Mariana. *Municipalização da gestão ambiental: o papel dos conselhos de desenvolvimento ambiental (CODEMAs)*. Belo Horizonte: UFMG/IGC, Julho, 2005.
- OURO PRETO. *Decreto n° 1.096*, de 15 de abril de 2008. Decreta a produção de doces artesanais de São Bartolomeu como patrimônio cultural imaterial de Ouro Preto, inscrito no Livro de Registro de Saberes e Celebrações. Ouro Preto, 2005.
- OURO PRETO - *Decreto N° 456*, de 08 de Fevereiro de 2007. Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no Livro de Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico. Ouro Preto, 2007.
- OURO PRETO - *Lei n° 305*, de 1968. Cria o Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas. Ouro Preto, 1968.
- OURO PRETO. *Lei n° 17*, de 26 de abril de 2002. Regulamenta o artigo 165 da Lei Orgânica Municipal, implanta e regulamenta o tombamento de bens móveis e imóveis, assim como o registro de bens imateriais pelo município de Ouro Preto e dá outras providências, 2002.
- OURO PRETO. *Lei n° 31*, de 08 de setembro de 1997. Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental e dá outras providências.
- OURO PRETO. *Lei n° 69*, de 21 de julho de 2005. Altera a Lei 305/68 que cria o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas do Município de Ouro Preto, acrescenta dispositivos e dá outras providências. Ouro Preto, 2005.
- OURO PRETO. *Lei n°94*, de 31 de agosto de 2005 – Modifica a Lei 31/97, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental e dá outras providências.
- PÁDUA, Maria Tereza Jorge. “Área de proteção ambiental”. In: BENJAMIN, Antonio Herman (org). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

- PARAÍSO, Luciana Braga. “Dilemas da participação na gestão de unidades de Conservação: a experiência do Projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego”. In. ZHOURI, Andréa et al (org). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PEREIRA, Doralice Barros. “Os conflitos de uso e desuso em unidades de conservação, a Região da Serra do Cipó, Minas Gerais. In. *Anais do IX Encontro ANPUR. Ética, planejamento e construção democrática do espaço*. Rio de Janeiro: ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 2001. V.2.
- PEREIRA, Doralice Barros. “Paradoxos do papel do Estado nas unidades de conservação”. In. ZHOURI, Andréa et al. (org) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PIMBERT, Michel P. & PRETTY, Jules N. “Parques, comunidades e profissionais: incluindo ‘participação’ no manejo de áreas protegidas”. In. DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Diagnóstico Fundiário do Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas*. Almeida Avaliações e Perícias. Ouro Preto, Março de 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu*. Secretária Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. Ouro Preto, março de 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Inventário da Tradicional Produção de Doces Artesanais de São Bartolomeu – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo*. Diretoria de Promoção Cultural, Ouro Preto, abril de 2008.
- RAYEL, Renata Salgado. *Análise e Abordagem Ambiental da Bacia do Rio das Velhas em São Bartolomeu – Distrito do município de Ouro Preto/ MG*. Monografia apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, São Paulo, 2001.
- RED INTERNACIONAL DE BOSQUES MODELO. *Asocándonos para el Logro*: CD complementario. Ottawa, Ontário, Canadá. (cd-room).
- SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peiropolis/ Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.
- SILVA, Hilton. “Pressões antrópicas em áreas protegidas: desafios para a conservação no século XXI”. In. *IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Anais Vol.1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004.
- TORRES, Rodrigo Ramos. Distrito de São Bartolomeu/OP: um estudo sobre o potencial turístico de seu patrimônio cultural e natural. Relatório final do Projeto *O cotidiano e o espetáculo: paisagem, memória e turismo nos municípios de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte, 1999.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. “Geologia do quadrilátero Ferrífero – Integração e Correção Cartográfica”. In: *SIG*. Lydia Maria Lobato et al. Belo Horizonte: Codemig, 2004. cd-room.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. *Diagnóstico ambiental da área de preservação da Serra da Brígida, Município de Ouro Preto/MG*. Ouro Preto, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA / INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. *Zoneamento ecológico da área de proteção ambiental estadual Cachoeira das Andorinhas, Ouro Preto, Minas Gerais: relatório do meio físico integrado: geologia, solos, geomorfologia e qualidade das águas*. Viçosa, 2005a (relatório preliminar).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA / INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. *Zoneamento ecológico da área de proteção ambiental estadual Cachoeira das Andorinhas, Ouro Preto, Minas Gerais: relatório do meio biótico*. Viçosa, 2005b (relatório preliminar).

ZHOURI, Andréa. “Conflitos ambientais: estratégias de resolução ou politização”. In: *31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 22-26 de outubro de 2007*.

Sites pesquisados:

www.sosma.org.br. Acesso em 12/12/2006.

www.igam.mg.gov.br. Acesso em 10/10/2008.

<http://www2.ief.mg.gov.br/promata/projeto.htm>. Acesso em 15/10/08.

www.manuelzão.ufmg.br. “Tripuí e Uaimií ganham nova infra-estrutura.”, 27/10/2006 – Acesso em 13/12/2006.

http://www.semad.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=35. Acesso em 20/12/2008.